UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A obra de Henri Hauser e sua trajetória intelectual no Brasil (1866-1946)

JOSE ADIL B. DE LIMA

SÃO PAULO

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A obra de Henri Hauser e sua trajetória intelectual no Brasil (1866-1946)

JOSE ADIL B. DE LIMA

Tese apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor em História.

Orientação:

PAULO TEIXEIRA IUMATTI

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2017

RESUMO

Esta tese de doutorado tem como objetivo apresentar ao público brasileiro alguns aspectos principais da obra e da trajetória intelectual de Henri Hauser. Apesar de ser uma figura consideravelmente obscura nos circuitos acadêmicos nos dias de hoje, tanto no Brasil como na França, H. Hauser foi uma figura intelectual muito importante em seu tempo. Ele foi um autor de obra imensa e variada, de prestígio acadêmico e institucional, bastante engajado nas questões de seu tempo, homem de realizações.

Este trabalho busca, portanto, descrever a trajetória intelectual de Hauser destacando a relação íntima entre seus engajamentos, sua obra e a realidade social, política, econômica e institucional de sua época. Para tanto, discutiu-se: as relações do autor com os preceitos da escola metódica francesa; a obra pioneira de história social e econômica de Hauser; as relações do autor com a geografia alemã e francesa; os engajamentos pessoais de Hauser, sobretudo aqueles que dizem respeito à resistência ao antissemitismo francês e a política cultural da França no Brasil; e a atuação de Hauser no Brasil, durante a vinda da missão francesa para a Universidade do Distrito Federal em 1936, salientando os textos em que o autor buscou explicar o Brasil para os franceses e o papel que Hauser teve na formação intelectual de Sérgio Buarque de Holanda.

Por fim, esboça-se uma explicação para o “eclipse” de Henri Hauser na história da historiografia francesa, a partir de uma revisão do discurso que os *Annales* fizeram de si próprios.

ABSTRACT

This doctoral thesis aims to present the Brazilian public the main aspects of Henri Hauser's scholarly work and intellectual path. Although H. Hauser is presently an obscure figure both in Brazil and in France, he was a prominent and well-known scholar in his time. Hauser authored significant and varied work recognized for its academic excellence. He was also deeply engaged in the issues of his time: a man of great achievements.

Therefore, this study has the purpose of describing Hauser's intellectual trajectory by highlighting the profound relationship amid his beliefs, his work, and the social, political, economic, and institutional matters relevant to his time. Hence, the following aspects have been discussed: the connections between the author and precepts of the French Historical Method; his pioneering work on social and economic history; Hauser's engagement in German and French geography; his personal convictions, mainly the ones regarding the resistance to French antisemitism and the cultural policy of France in Brazil. In addition, this study seeks to investigate Hauser's accomplishments during his visit to the University of the Federal District in 1936, emphasizing the essays in which the author attempts to explain Brazil to the French, as well as his influence in Sérgio Buarque de Holanda's intellectual development.

To conclude, an explanation to Henri Hauser's "eclipse" in the history of French historiography is outlined from the discourse review the *Annales* made on themselves.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	1
INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO 1 – HENRI HAUSER E A ESCOLA METÓDICA FRANCESA.....	10
1.1 – A Terceira República e a Escola Metódica Francesa.....	10
1.2 – A Escola Metódica de Gabriel Monod e Charles Seignobos.....	26
1.3 – Gabriel Monod e a <i>Revue Historique</i>	31
1.4 – Charles Seignobos e a <i>Introduction aux Études Historiques</i>	39
1.5 – Os anos de formação de Henri Hauser.....	50
1.6 – Henri Hauser e a Escola Metódica.....	52
CAPÍTULO 2 – A HISTÓRIA SOCIAL E ECONÔMICA DE HENRI HAUSER.....	60
2.1 – Início de carreira em Clermont Ferrand.....	61
2.2 – História dos trabalhadores industriais.....	64
2.3 – Henri Hauser na Universidade de Dijon.....	70
2.4 – Reforma e Capitalismo.....	74
2.5 – A consagração intelectual de Henri Hauser.....	93
2.6 – Henri Hauser e o tempo presente.....	112
CAPÍTULO 3 – HENRI HAUSER E A GEOGRAFIA.....	120
3.1 – A geografia alemã: Humboldt, Ritter e Ratzel.....	121
3.2 – A geografia francesa: Émile Levasseur e a geografia econômica.....	126
3.3 – Vidal de la Blache e a geografia humana, regional e política.....	131
3.4 – A geografia de Henri Hauser: um olhar sobre os Estados Unidos e Alemanha...143	

3.5 – Henri Hauser e a Primeira Guerra Mundial.....	166
3.6 – A “geopolítica da paz” do período Entreguerras.....	171
 CAPÍTULO 4 – OS ENGAJAMENTOS DE HENRI HAUSER E SUA ATUAÇÃO NO BRASIL.....	 184
4.1 – Henri Hauser e o antissemitismo na França.....	184
4.2 – A noção de América Latina e a Política Cultural da França no Brasil.....	195
4.3 – A atuação de Henri Hauser no Brasil.....	203
4.4 – Olhares franceses sobre o Brasil.....	214
4.5 – Os textos de Henri Hauser sobre o Brasil.....	222
4.6 – Sérgio Buarque de Holanda e Henri Hauser.....	251
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 271
 REFERÊNCIAS.....	 279

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese de doutorado nunca é uma empreitada individual. Trata-se de um processo que envolve a colaboração, direta ou indireta, de um grande número de pessoas. A estas pessoas que me acompanharam durante todo o percurso do doutorado, dedico meus agradecimentos:

Aos funcionários das Bibliotecas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e da Faculdade de Educação, da USP. E também aos funcionários da Biblioteca Central da Unicamp, responsáveis pelo setor de obras raras e coleções especiais;

Aos arquivistas e funcionários do Proedes/UFRJ, da Siarq-Unicamp e IEB-USP;

À CAPES, pelo auxílio financeiro concedido;

Aos professores da FFLCH, Márcia Regina Barros da Silva, Marcos Napolitano, Alfredo Bosi e Ivan Francisco Marques, pelos cursos de história da ciência, história da ditadura militar e literatura brasileira;

Aos professores Thiago Lima Nicodemo e Sara Albieri, cujas valiosas sugestões na banca de qualificação foram fundamentais para os rumos tomados neste trabalho;

Aos professores do IEB, Alexandre Barbosa, Jaime Tadeu Oliva e Stelio Marras, pelos cursos e grupos de estudos interdisciplinares;

Ao professor Paulo Iumatti, pelas críticas, sugestões, orientações e acompanhamento durante a pesquisa;

A todos meus amigos, pelo incentivo, amizade, companhia, conversas e curtições. Embora omita o nome da grande maioria deles (menciono apenas os colegas pós-graduandos, Helder, Raphael, Fred, Pedro e Otávio, porque senão a seção de agradecimentos ficaria quase do tamanho da tese!), sou muito grato pelo incentivo de todos. Devo, contudo, destacar um agradecimento especial aos amigos Bernardo

(Breno) e Daniela, e Leonardo e Gisele, pela hospitalidade durante o período de consulta aos arquivos em Campinas e no Rio de Janeiro;

À minha família, minha irmã Janaína e meus pais, Paulo Rolando e Maria Aparecida, pelo apoio, paciência e confiança que sempre depositaram em mim;

À Fernanda, pelo carinho e companhia.

Obrigado a todos!

(São Paulo, julho de 2017)

INTRODUÇÃO:

Em setembro de 2011, na abertura do seminário *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*, promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Antonio Candido apresentou uma interessante interpretação da trajetória intelectual de Sérgio Buarque, a partir das cidades em que viveu mais tempo: São Paulo e Rio de Janeiro. Retomemos rapidamente a argumentação de Candido.

Partindo de estereótipos de cariocas e paulistas da época de Sérgio Buarque, Antonio Candido sugere que o autor de *Raízes do Brasil* incorporou características intelectuais paulistas e cariocas ao longo de sua vida. E que, justamente por esse motivo, alterou significativamente os espaços intelectuais, tanto os do Rio de Janeiro como os de São Paulo. Nascido em São Paulo em 1902, Holanda permaneceu na capital paulista até os 19 anos de idade, em 1921. Nesses anos de juventude, deixou-se contagiar pela efervescência radical dos modernistas paulistas, que, até aquele momento, apenas ensaiavam a realização de uma Semana de Arte Moderna.

No Rio, viveu por vinte e cinco anos, subtraídos de intervalos de dois anos no Espírito Santo e dois anos na Alemanha. No distrito federal daqueles tempos, conviveu intensamente com os maiores intelectuais do país, casou-se, tornou-se crítico literário fixo de rodapés literários e atuou como funcionário público em diversas instituições culturais, tais como a UDF, o Instituto Nacional do Livro (INL) e a Biblioteca Nacional (BN).

Em 1946, Sérgio Buarque retornou a São Paulo, onde trabalhou como diretor do Museu Paulista, professor da Escola Livre de Sociologia e Política, professor catedrático da USP e diretor do IEB. Permaneceu em sua cidade natal até o fim da vida (1982), salvo o período de dois anos em que lecionou na Universidade de Roma como professor visitante.

Em 1921, Sérgio Buarque desembarcou no Rio de Janeiro com o impulso radical e iconoclasta dos modernistas paulistas. Nas páginas da revista *Estética*, que fundou com o colega Prudente de Moraes, neto, difundiu ideais radicais do modernismo paulista, que não tardaram a entrar em choque com a tradição cultural mais

conservadora do distrito federal, que, sobretudo pela sua proximidade com o poder executivo, criava ares de cultura oficial. Além disto, nos anos em que esteve no Rio, Sérgio Buarque realizou sua formação cultural. Nesta cidade amadureceu e reviu seus pensamentos de juventude, criando vínculos com os mais importantes intelectuais do país. Foi no Rio de Janeiro onde “profissionalizou-se” enquanto intelectual. Quando retornou a São Paulo, em 1946, Sérgio Buarque já era um historiador reconhecido, um intelectual consagrado que trazia para as instituições paulistas toda a bagagem de experiências adquiridas em instituições cariocas.

Em suma, sob a ótica de Antonio Candido, Sérgio Buarque trazia de volta a sua cidade natal, uma metrópole crescente e desordenada, o rigor e o método aprendidos no Rio de Janeiro¹.

O que nos parece particularmente interessante na fala de Antonio Candido é o papel determinante que ele confere ao período em que Sérgio Buarque atuou na UDF, como professor-assistente de mestres estrangeiros. Segundo o autor de *Formação da Literatura Brasileira*, Sérgio Buarque teria aprendido com Henri Tronchon, professor de Literatura Comparada, uma maneira cosmopolita de encarar a literatura, coisa bastante incomum no Brasil daquela época. E com Henri Hauser, professor de História Econômica Moderna, teria aprendido o *métier* do historiador, desde fazer fichas e preparar aulas até organizar projetos e bibliografia (CANDIDO, 2012).

Esta pista sugerida por Antonio Candido serviu de ponta pé inicial para minha pesquisa de doutorado. Pude constatar que em alguns depoimentos do fim da vida, o próprio Sérgio Buarque chegou a admitir que Henri Hauser fora um de seus grandes mestres da história. Além disto, diversos comentadores da obra de Sérgio Buarque haviam indicado que há uma espécie de transição na trajetória intelectual do autor, que passa do ensaísmo-social, de *Raízes do Brasil* (1936), para as pesquisas históricas em termos mais acadêmicos, de *Monções* (1945), *Caminhos e Fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1959). Minha intenção inicial era, portanto, examinar em que medida Henri Hauser foi importante para esta consolidação da vocação de historiador de Holanda.

¹ Antonio Candido publicou uma versão simplificada desta conferência com o título “*Entre duas cidades*”, no volume *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda* (2012), organizado pelo professor Stelio Marras.

Contudo, a medida em que a pesquisa avançava, fui me dando conta que as evidências do convívio entre Sérgio Buarque e Hauser eram muito escassas. Poucas também eram as menções entre os autores em suas obras. Parecia não haver material suficiente para sustentar uma tese a respeito. Ao mesmo tempo, ia me familiarizando com a obra de Hauser, descobrindo seu caráter amplo e multifacetado. O historiador francês ia se revelando diante de mim como um autor de grande envergadura, um dos mais importantes de seu tempo. Uma figura que desfrutou de imenso prestígio, que foi fundamental para o desenvolvimento da historiografia universitária, tanto na França como no Brasil, mas que, no entanto, permanecia quase que completamente “eclipsada” nas discussões intelectuais contemporâneas. Assim, mudaram os rumos de minha pesquisa. O objetivo não era mais averiguar a importância de Hauser para a formação de Sérgio Buarque, agora tratava-se de apresentar a obra e a trajetória intelectual de Hauser para o público acadêmico brasileiro.

Aqui no Brasil, pouco se sabe a respeito de Henri Hauser. Alguns autores que pesquisam as relações culturais franco-brasileiras – sobretudo aqueles preocupados com a missão francesa que veio colaborar na fundação das primeiras universidades brasileiras na década de 1930 –, chegaram a mencionar rapidamente o historiador francês.

Interessada em refletir sobre a importância de Pierre Monbeig para o desenvolvimento da geografia humana no Brasil, a professora Helena Angotti Salgueiro salientou o fato de que Hauser, além de historiador, também era geógrafo de formação vidaliana, que havia sido mestre de Monbeig na *École Normale Supérieure* (SALGUEIRO, 2006, p. 200).

Em seu estudo sobre *Fernand Braudel e o Brasil*, o professor Luís Corrêa Lima destacou que o autor de *O Mediterrâneo* havia sido aluno de Hauser em seus cursos de história econômica na Sorbonne, durante a década de 1920. Lima sublinhou o papel ativo de Hauser junto a Georges Dumas no recrutamento de professores para a USP, que indicou os nomes de seus ex-alunos, Monbeig e Braudel, para virem ao Brasil. Além

disto, Lima também fez alguns rápidos comentários sobre as impressões de Hauser a respeito da historiografia brasileira da década de 1930 (LIMA, 2009, p. 82)

Marieta de Moraes Ferreira, por sua vez, se deteve mais atentamente a trajetória e aos feitos do historiador francês. Ela descreveu a trajetória de Hauser, descrevendo-o como um homem-ponte entre a geração dos historiadores metódicos e a geração de historiadores dos *Annales* (FERREIRA, 2011, p. 252). Alguns anos mais tarde, fortemente inspirada nas obras de autores franceses como Antoine Prost e Gérard Noiriel, a professora carioca buscou refletir sobre os itinerários percorridos pela disciplina histórica durante seu processo de institucionalização universitária no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro. Neste sentido, ela destacou a atuação de Hauser junto a UDF, enviando relatórios de sugestões que mais tarde seriam adotadas pelos dirigentes da universidade (FERREIRA, 2013, p. 26).

Na França, o autor também é pouco conhecido. Em 2003, na *École Normale Supérieure*, realizou-se um colóquio em homenagem a Henri Hauser. Organizado por Georges-Henri Soutou e Séverine-Antigone Marin, o evento reuniu uma gama variada de intelectuais para resgatar as importantes contribuições deste autor em diversas áreas do conhecimento. Participaram historiadores de história social e econômica, medievalistas, especialistas dos tempos modernos, historiadores de história contemporânea, historiadores das relações internacionais, economistas e geógrafos. É bastante significativa, aliás, a presença de vários especialistas de história contemporânea e das relações internacionais neste evento, nove dos dezenove participantes. Os organizadores, ambos especialistas do século XX, publicaram as atas deste colóquio alguns anos mais tarde, na coleção *Mondes Contemporaines*, dirigida por Soutou. Disso resultou o volume *Henri Hauser (1866-1946): humaniste, historien, républicain* (2006).

O objetivo principal desta iniciativa era realizar uma espécie de “retorno” a Henri Hauser. Apesar de ter sido um grande historiador, erudito humanista e engajado nas questões de seu tempo, o autor permanece nos dias de hoje como um nome bastante obscuro. Assim, os participantes deste colóquio buscaram resgatar a figura de Hauser como um *grand savant*, poliglota de cultura universal, e um dos “pais espirituais” dos *Annales*, em função de sua abordagem interdisciplinar, em franco diálogo com as

ciências sociais. Hauser foi autor de obra imensa em domínios muito variados: história da reforma protestante, história do capitalismo, história econômica e social dos períodos modernos e contemporâneos, história das relações internacionais, economia e geografia contemporâneas, etc. Um intelectual de prestígio intelectual, que lecionou na *École Normale Supérieure*, no *Conservatoire des Arts et Métiers*, na *Faculté des Lettres de Paris*, na Sorbonne, além de ter sido professor visitante em prestigiosas universidades estrangeiras, como a Universidade de Chicago e a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e a *London School of Economics* e o *King's College*, na Inglaterra. E também um homem de realizações: enfileirou-se ao lado dos *dreyfusards* durante o Caso Dreyfus; engajou-se nas causas da Terceira República, participando ativamente da Primeira Guerra Mundial como conselheiro do Ministro do Comércio e da Indústria, Étienne Clémentel; preocupou-se intensamente com a política cultural francesa no estrangeiro, participando do Conselho de Administração da Aliança Francesa, do *Comité France-Amérique* e formando a missão universitária francesa no Brasil.

Como afirmou René Remond, Hauser é um autor extremamente interessante de ser revisitado nos dias de hoje. Em tempos em que as sínteses nos padrões acadêmicos e universitários atuais são vistas geralmente com grandes desconfianças; e em que o ideal de interdisciplinaridade – tão desejado quanto difícil de ser executado na prática – é constantemente invocado como solução para as limitações da especialização acadêmica, Henri Hauser nos aparece como um ótimo exemplo de como articular a produção de sínteses generalizantes com as investigações eruditas e especializadas. Henri Hauser é, nas palavras de Remond, «um exemplo que é bastante raro hoje onde uma especialização excessiva arrisca entrar comparações indispensáveis para uma verdadeira inteligência histórica» (RÉMOND, 2006, p. 8).

Apesar destes valiosos estudos, não existem, salvo engano, dissertações ou teses universitárias a respeito do historiador francês, seja no Brasil ou na França. Assim, tendo como principal referência os trabalhos apresentados no colóquio de 2003, busquei descrever a trajetória intelectual de Henri Hauser salientando os espaços, os lugares e as posições institucionais pelas quais o autor passou ou se expressou;

observando a relação íntima entre seus engajamentos, sua obra e a realidade social, política, econômica e institucional de sua época. Optei por apresentá-lo a partir de quatro recortes principais: 1) Henri Hauser e a Escola Metódica, ; 2) a história social e econômica de Henri Hauser; 3) Henri Hauser e a geografia francesa, e, por fim, 4) os engajamentos de Henri Hauser e sua atuação no Brasil.

No primeiro capítulo, acompanhei as reformas educacionais da Terceira República e o processo de institucionalização universitária da história na França, buscando salientar de que maneira os preceitos da escola metódica foram incorporados na obra de Hauser.

No segundo capítulo, abordei os principais estudos históricos de Henri Hauser, destacando a importância deste autor para a inserção da história social e econômica em periódicos e instituições culturais e educacionais da França, Estados Unidos e Inglaterra.

No terceiro capítulo, acompanhei o processo de institucionalização universitária da geografia enquanto disciplina autônoma na França, enfatizando principalmente a importância de autores como Émile Levasseur e Vidal de la Blache, mestres que foram fundamentais para a formação geográfica de Henri Hauser. Além de examinar a atuação do autor durante a Primeira Guerra Mundial, busquei apresentar as principais obras geográficas de Hauser, publicadas entre as décadas de 1890 e 1930, e marcadas pelo olhar e pelo desejo de intervir no mundo contemporâneo.

No quarto capítulo, detive-me mais atentamente a alguns dos engajamentos de Henri Hauser, enfrentando várias vezes o antissemitismo francês e colaborando intensamente na política cultural da França no Brasil, executada pela Terceira República, sob o signo da noção de “latinidade”. Neste capítulo, busquei retratar a atuação de Hauser no Brasil, suas atividades junto a UDF, as palestras e cursos que realizou, os textos que publicou sobre o Brasil, etc. E, por fim, refleti rapidamente a respeito da importância de Henri Hauser para a formação intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, que foi seu assistente na UDF em 1936.

Nesse sentido, desenvolvo vários dos temas tratados no colóquio da *École Normale Supérieure*, sobretudo no que diz respeito a atuação de Hauser no Brasil.

Uma das maiores dificuldades da realização deste trabalho foi, sem dúvidas, o difícil acesso as obras e aos documentos de Henri Hauser. Como a casa do autor foi pilhada pelos nazistas durante a Ocupação, suas correspondências e papéis pessoais foram extraviados, não existe um arquivo pessoal de Hauser na França. Nesse sentido, foi de imensa importância o volume preparado em 2006 por Georges-Henri Soutou e Séverine-Antigone Marin. Além disso, foi de grande serventia a consulta a algumas das obras de Hauser que estão disponíveis *online* no *Internet Archive*. Mesmo assim, infelizmente não tive acesso a algumas obras importantes do autor, tais como *L'enseignement des sciences sociales, état actuel de cet enseignement dans les divers pays du monde* (1903) e *Recherches et documents sur l'histoire des prix en France de 1500 à 1800* (1936), obras cuja leitura certamente enriqueceriam esta tese. De toda forma, este estudo não pretende ser um estudo definitivo, mas apenas um pontapé inicial para as reflexões sobre a obra e a trajetória intelectual de Henri Hauser no Brasil.

Para facilitar a leitura de quem não está tão familiarizado com a língua, traduzi livremente todos os trechos em francês.

CAPÍTULO 1 – HENRI HAUSER E A ESCOLA METÓDICA FRANCESA

1.1 A Terceira República e a reforma do Ensino Superior francês

Entre os anos de 1940 e 1941, durante a Ocupação nazista, quando a França vivia um momento bastante delicado para os cidadãos judeus, o historiador francês Henri Hauser dedicou-se a escrita de um livro de memórias para a sua neta, Françoise Hauser. O manuscrito, que permaneceu inconcluso, foi disponibilizado pela família e publicado no volume *Henri Hauser: humaniste, historien, républicain* (2006). Nestas memórias, ele buscou contar a sua neta como havia sido sua infância numa família de judeus alsacianos e republicanos que moraram por alguns anos na Argélia.

Enquanto redigia estas páginas, a situação do país se agravava de maneira galopante. Logo após a “estranha derrota” para os alemães em 1940, um conjunto sucessivo de leis antissemitas – os chamados “Estatutos Judaicos” – proibiam, gradativamente, todo indivíduo que tivesse mais de dois avós judeus de trabalhar no governo, no serviço público, no poder judiciário, nas forças armadas, na imprensa e no magistério.

Por mais que Henri Hauser não fosse um homem religioso – e seu casamento com Thérèse Frank em cerimônia estritamente laica, atitude que causava escândalo à época, é um bom indício disto –, a condição de judeu teve forte impacto em sua vida. Era, para ele, muito importante cultivar a empatia da herança judaica às gerações mais novas de sua família. Em 1941, ele viu-se forçado a interromper seu escrito, quando foi decretada uma lei que confiscava todos os bens dos judeus. Hauser, que nesses tempos residia em Rennes com a família, foi afastado de seu cargo de professor substituto na universidade local; sua casa de Paris foi pilhada pelos nazistas, que confiscaram sua imensa biblioteca pessoal (DAVIS, 2006, p. 21)

Em suas memórias, Henri Hauser descreveu sua própria família como uma “*famille d’une judaïsme très français*”, alheia às influências judias cosmopolitas e

portadora de um patriotismo ardente. Ele não deixou de recordar, inclusive, o hábito que mantinham de cantar a *Marseillaise*, todos juntos de mãos dadas, em reuniões festivas e familiares (HAUSER, 2006, p. 322)

H. Hauser e sua família foram profundamente marcados pelos acontecimentos decorrentes da derrota de 1870 na Guerra Franco-Prussiana. Apesar de residir naquele momento em Oram (segunda maior cidade da Argélia, e cidade natal do autor), sua família era originária do leste francês. Do lado paterno, da Alsácia, e do lado materno, da Lorena. Portanto, o Tratado de Frankfurt de 1871, que formaliza a anexação da região da Alsácia-Lorena pela Alemanha, causou um impacto de feições dramáticas em sua família. Não por acaso, Henri Hauser tem como uma das lembranças mais remotas de sua infância a transferência às pressas da Argélia para Paris, com apenas quatro anos de idade, em 1870. “É daqui que realmente data o nascimento de minha memória, a identidade de mim mesmo »(HAUSER, 2006, p. 324).

Os acontecimentos de 1870-1871 foram cruciais não apenas para a família de Hauser, mas para toda a nação francesa. Como destacou Jacques Revel, a derrota para os alemães na Guerra Franco-Prussiana inaugurou um período de “crise moral” sem precedentes no país. Com a convicção de que a sofrível derrota se deu, sobretudo, por um “relaxamento cívico e moral”, a Terceira República francesa era construída em um clima revanchista que via na valorização da ciência um elemento propulsor para o desenvolvimento da sociedade. Os intelectuais franceses sentiam-se os responsáveis culpados pelo atraso científico que resultou no vergonhoso fracasso de 1870. Era significativa, nesse sentido, a obra de Ernest Renan, *La Réforme Intellectuelle et Morale*, escrita no calor do momento, em 1871, que destacava o dever patriótico de todos os cidadãos no esforço de reerguimento da nação francesa. Era necessário, nestas circunstâncias, armar-se, tanto moralmente quanto intelectualmente, para superar os rivais alemães em seu próprio terreno. O clima de revanche impelia a França a investir maciçamente na renovação e reforma do Ensino Superior (REVEL, 2010, p. 25).

Uma reconstrução sistemática e consciente do sistema universitário passava a ser encarada como uma tarefa nacional urgente. Um novo sistema de Ensino Superior era

considerado imprescindível para a promoção social dos indivíduos, para a afirmação nacional, para a formação das elites e, especialmente, para os progressos científico, tecnológico e econômico. Sabia-se, pelo menos desde o começo da década de 1860, que a ciência e a educação francesas estavam em considerável atraso em relação aos seus pares europeus, especialmente se comparadas com a rival Alemanha.

Em seus estudos sobre o sistema de Ensino Superior francês, George Weisz indicou como este havia sofrido imensamente com a abolição das universidades do Antigo Regime operada pelos revolucionários de 1789. A Convenção de 1793 havia permitido a permanência de raríssimas instituições educacionais, como o *Collège de France*. Depois disso, por boa parte do século XIX, o ensino superior francês desenvolveu-se de forma precária e desordenada, solidificando-se como um sistema fragmentário de instituições especializadas sem grandes comunicações entre si. Com Napoleão, a partir do decreto de 1808, as corporações educacionais passaram a ser organizadas sobre princípios militares e eclesiásticos, para que pudessem garantir a disciplina e a lealdade exigidas pelo governo (WEISZ, 1977, p. 202-203).

Os investimentos nestas faculdades descentralizadas eram, contudo, bastante escassos. Durante a década de 1840, por exemplo, abundavam reclamações quanto às faltas de recurso, liberdade profissional e de incentivo à pesquisa científica (WEISZ, 1977, p. 205). Além de Weisz, Christophe Charle, em sua *História das Universidades*, também destacou a carência de diversos recursos materiais básicos nas faculdades francesas da época: bibliotecas, prédios, terrenos, laboratórios, apoio científico, etc (CHARLE, 1995, p. 78). E Victor Karady, por sua vez, apontou para a fragilidade dos esforços científicos do sistema de ensino napoleônico, ao observar o teor das teses de doutorado produzidas nele. De acordo com este autor, as defesas de tese de doutorado eram mais rituais de passagem do que contribuições científicas propriamente ditas; grande parte das teses apresentadas em Paris antes de 1840 não passava das 80 páginas (KARADY, 1983, p. 112).

Em suma, até o início das reformas educacionais operadas pela Terceira República, o sistema de Ensino Superior francês era pouco mais do que apêndice do

ensino secundário. Dominado quase que exclusivamente por grupos conservadores, sobretudo aristocratas e católicos, esse sistema não era de maneira alguma um espaço de pesquisa especializada ou de práticas científicas. Estava mais para uma série de cursos gerais destinados ao grande público. Como havia destacado Karady, desde o período napoleônico o sistema universitário francês tinha como principal objetivo formar professores para os ensinos secundário e superior, o que acabava por formar um grupo muito restrito de professores generalistas sem grandes conhecimentos especializados (KARADY, 1983, p. 101)

Informa-nos George Weisz que a ideia de se realizar uma grande reforma no ensino superior francês surgiu durante a década de 1860. Nesta década, a *École Normale Supérieure*, estabelecida desde 1794, transformou-se em um reduto de contestação reformista e republicana. A Exposição Universal realizada em Paris, em 1867, ampliaria ainda mais o desejo de reforma, por revelar explicitamente o atraso da ciência e tecnologia francesa em relação a outras nações europeias. Assim, as ideias reformistas – sobretudo a de que um sistema de pequenas universidades poderia agrupar e substituir as várias faculdades e escolas especiais dispersas – passaram a conquistar um número cada vez maior de adeptos. Diversos periódicos, tais como a *Revue des deux mondes*, *Revue politique et littéraire* e a *Revue Scientifique*, tiveram forte papel neste processo de divulgação e popularização do desejo de reforma educacional. Um novo tipo de carreira universitária dedicada à pesquisa científica somente surgiu, ainda que timidamente, com a *École Pratique des Hautes Études*, em 1868, fundada pelo ministro da Instrução Pública, Victor Duruy (WEISZ, 1977, p. 205-206)

Certo de que a incontestável superioridade da ciência e da educação alemãs tinha sido a principal responsável pela derrota de 1870, o governo republicano investiu maciçamente no Ensino Superior, considerando este como elemento fundamental para forjar a unidade nacional e “reabilitar” a França. Por mais paradoxal que possa parecer, o modelo a ser adotado nestas reformas vinha da própria rival Alemanha. Como nos recorda Cécile Boillot em seu estudo sobre o lugar do pensamento científico alemão em importantes revistas francesas da virada do século XIX para o XX, após 1870 a

influência alemã era generalizada em diversas áreas do conhecimento – na filologia, na gramática, na linguística, na paleografia, na jurisprudência e, sobretudo, na história. Havia, portanto, um importante vínculo entre a admiração concedida à ciência alemã e a percepção das falhas do sistema de Ensino Superior francês (BOILLOT, 2006, p. 18). Sobretudo a partir da metade do século XIX, dificilmente um francês de boa formação intelectual escaparia da influência alemã, seja na música, na filosofia, na literatura ou na ciência em geral. Como apontou Wolf Lepenies, “parecia que o espírito francês era cada vez mais fortemente atraído pelo caráter alemão” (LEPENIES, 1996, p. 77)

O sistema de Ensino Superior da Alemanha havia sido profundamente modificado no início do século XX, em razão dos acontecimentos relacionados à Revolução Francesa e ao domínio napoleônico. É preciso lembrar que, até a vitória de 1870, a Alemanha enquanto Estado-Nação ainda não existia. Na época, ela era um conjunto de vários e diferentes principados e pequenos Estados que falavam a mesma língua, sendo os mais significativos a Áustria, a Prússia e a Baviera. Após a conquista da Áustria (1805), Napoleão derrotou os exércitos prussianos em Iena e atingiu a cidade de Berlim, capital da Prússia, em 1806. A derrota impeliu o imperador Francisco I de Habsburgo a renunciar e extinguir o Sacro Império Romano-Germânico. Com o Tratado de Tilsitt (1807), a França oficializava a anexação da região da Vestlália, onde encontrava-se a Universidade de Halle. Como resposta a esta situação, o rei da Prússia, Frederico Guilherme III, que havia fundado a universidade de Halle em 1794, encarregou um grupo de intelectuais eruditos, funcionários do alto escalão do Estado prussiano, para realizar uma série de reformas educacionais². Dentre eles estavam figuras importantes como Wilhelm von Humboldt (1767-1835), Friedrich August Wolf (1754-1824), Barthold Georg Niebhu (1776-1831), entre outros. Aproximando-se de uma corrente neo-humanista, estes intelectuais defendiam a liberdade de aprender, a liberdade de ensinar, o enciclopedismo e o recolhimento do pesquisador e do estudante (CHARLE, 1995, p. 71).

² Sobre o sistema educacional alemão no século XIX, Fritz Ringer e seu livro sobre *O Declínio dos mandarins alemães*, continua uma referência incontornável.

Pascal Payen destacou em artigo recente que esses intelectuais, quase todos especialistas da Antiguidade clássica, buscaram transformar os estudos clássicos em ferramenta que permitisse, simultaneamente, a reação à cultura e à dominação francesas, e a unificação política dos diversos estados de língua alemã em torno da Prússia. Payen recorda o discurso-manifesto para a inauguração do *Museu der Alterthums-Sissenschaft*, em 1807, onde August Wolf afirmou de maneira sistemática que os estudos de “filologia clássica” – aqui entendida como todas as disciplinas que se dedicam à Antiguidade clássica – deveriam transformar-se em instrumento de combate à dominação napoleônica. E que Niebhur, alto funcionário do governo prussiano, escreveu ao ministro Altenstein alertando quem uma nova organização dos “estudos filológicos” era uma prioridade para o governo da Prússia (PAYEN, 2011, p. 113)

Para suprir a perda da Universidade de Halle, foram criadas, a partir das iniciativas de Humboldt, três novos estabelecimentos universitários no território prussiano: as universidades de Berlim (1810), da Breslávia (1818) e de Bonn (1818). Estas três instituições conheceram um crescimento vigoroso logo nas primeiras décadas de existência. De acordo com os dados apresentados por Christophe Charle, a população destas universidades aumentou de 4.900, em 1815, para cerca de 11.000, na década de 1860 (CHARLE, 1995, p. 70). Concebidos de início com a finalidade de forjar uma coesão social alemã em torno da grandeza da Prússia, os investimentos nos estudos clássicos permitiram que, em poucos anos, Berlim se tornasse o centro mais importante da filologia da Europa (PAYEN, 2011, p. 114).

O sucesso da ação política alemã inspirou o governo republicano francês em investimentos análogos. Após o trauma de 1870, a França via-se diante da dolorosa missão de compreender sua derrota, de interrogar o passado novamente para dar sentido ao presente, e, sobretudo, de assegurar a esperança e o patriotismo da nação. Justamente por isso, a história foi uma das disciplinas mais favorecidas durante as reformas do Ensino Superior. A história se transformava em elemento essencial para o rearmamento cívico e moral de uma nação mergulhada em sentimentos depreciativos de humilhação e derrota. Aliás, este papel “ideológico” da história já vinha sendo percebido desde há muito tempo na França.

Como constatou Gabriel Monod – desde os eruditos do século XVI, imersos nas querelas entre católicos e protestantes, como nos historiadores que trabalharam com a assistência e orientação do Estado, nos séculos seguintes –, a erudição histórica e o conhecimento do passado sempre estiveram, na França, subordinados a conflitantes projetos políticos e religiosos. Mesmo os mais célebres historiadores da primeira metade do século XIX – tais como François Guizot (1787-1874), Augustin Thierry (1795-1856), François Mignet (1796-1884), Adolphe Thiers (1797-1877), Jules Michelet (1798-1874), entre outros – buscaram nos documentos históricos “munições” para defender suas posições políticas (MONOD, 1876, p. 17)

Manoel Luís Salgado Guimarães bem observou que, logo depois de ascender ao trono em 1830 e dar início a Restauração, Luís Felipe I de Órleans deu aval para a criação do *Institut Historique de Paris* (1830), incentivando, assim, a produção de narrativas históricas que conferissem legitimidade ao seu poder. O passado havia sido uma constante preocupação em seu reinado, como se pode observar não apenas na criação e desenvolvimento de instituições culturais ocupadas em organizar o conhecimento dos tempos pretéritos, mas também na atuação do historiador François Guizot como ministro da Instrução Pública, a partir de 1834.

Além de dirigir uma reforma sobre o sistema escolar francês que previa um maior controle laico sobre a educação (sem, contudo, desprezar o apoio e presença da Igreja Católica), Guizot também lançou as bases da pesquisa profissional de história na França. Ele colaborou com a criação do Comitê dos Trabalhos Históricos (1834) e da Sociedade de História da França (1835), instituições que se encarregavam, principalmente, da publicação dos documentos originais da história francesa (GUIMARÃES, 2002, p. 185).

No decorrer das décadas de 1830 e 1840, Guizot, o ministro-historiador, buscou harmonizar e unir a tarefa política com o trabalho do historiador. Ele buscou reunir a pesquisa acadêmica e os conhecimentos do passado com as exigências da construção política da nação. Um dos maiores dilemas da França pós-revolucionária era, sem dúvida, a necessidade da escrita de uma história nacional que permitisse a construção política de uma “nova” nação francesa; nação esta que se separava da “velha” França

pelo divisor de águas da experiência decorrente da Revolução Francesa. Sob a orientação de François Guizot, as novas instituições culturais dedicadas ao passado reviam as antigas coleções e bibliotecas dos antiquários iluministas do século XVIII, reinterpretando-as a partir de novos critérios eruditos “profissionais”. Assim, pretendiam produzir uma narrativa histórica que destacasse o ineditismo de 1789 (GUIMARÃES, 2002, p. 189).

Como observou François Hartog em seu estudo sobre Fustel de Coulanges e a historiografia francesa do século XIX, para os historiadores da década de 1830, a nação era entendida, ao mesmo tempo, como uma evidência, uma arma política, um esquema cognitivo e um programa histórico. Buscando construir uma ponte entre o passado e o presente da França, e explicar o vínculo que conecta logicamente todos os períodos de seu desenvolvimento, historiadores como Guizot, Michelet e Thierry buscaram construir uma história que se pretendia simultaneamente científica e política. Vigorava entre eles a ideia de que, quanto mais científica fosse a história, melhor seria sua utilização política (HARTOG, 2003, p. 99).

A história praticada pelos historiadores da primeira metade do século XIX estava, portanto, à margem do Ensino Superior. De acordo com os dados apresentados por Gérard Noiriel, até os primeiros anos da Terceira República, apenas 2% das pesquisas históricas realizadas na França provinham do Ensino Superior. Aponta-nos o mesmo autor que, durante a década de 1870, essa história que se pretendia científica e política encontrava-se amplamente representada por intelectuais aristocratas, católicos e conservadores, geralmente hostis ao governo republicano (NOIRIEL, 1990, p. 60).

Christophe Charle também buscou destacar que os primeiros anos de governo foram muito perigosos aos republicanos em função de diversas hostilidades (CHARLE, 1998, p. 14). Boa parte dos historiadores subvencionados pelo Comitê de Trabalhos Históricos, ou pela Sociedade de História da França, era de origem aristocrática ou fortemente influenciada por ela. Charles-Olivier Carbonnel salientou que, na mão destes eruditos de tendências aristocratizantes, a historiografia transformava-se, de um lado,

em forma ritual de culto de seus ancestrais, e de outro, em instrumento de luta política em suas causas tradicionalistas (CARBONNEL, 1976, p. 236).

Não havia neste universo, contudo, um ensino especializado de história. A única instituição que realmente ensinava as técnicas do trabalho histórico era a *École des Chartes*. Fundada desde 1821 com o objetivo de formar arquivistas e paleógrafos, esta instituição encontrava-se, como todas as outras, recheadas de pessoas, direta ou indiretamente, relacionadas com as preocupações católicas e aristocratas. Em suma, desde a década de 1860, a história era quase que monopolizada por uma elite geralmente hostil à ideia de república que não hesitava em usá-la como arma de combate em querelas políticas.

O órgão principal de expressão deste grupo de historiadores era a *Revue des Questions Historiques*. Criada em 1866 por jovens católicos formados na *École des Chartes*, esta revista tinha o intuito primordial de revisar as “inverdades” reproduzidas em diversas histórias da monarquia francesa e da Igreja católica, a partir da aplicação dos métodos chartristas. Além da criação deste periódico, o movimento destes historiadores católicos procurou impor sua interpretação do passado com o lançamento de coleções de história, e também com a Sociedade de Bibliografia, criada em 1867 para opor-se à orientação da Liga do Ensino (NOIRIEL, 1990, p. 61).

A *Revue des Questions Historiques* tinha entre seus principais colaboradores nomes da aristocracia católica francesa, tais como o marquês de Beaucourt, o conde Henri de l'Épinois e o conde Hycinthe de Charenay. Partilhando do gosto pela erudição, pelo apego à fé católica e uma inclinação para a reação política, estes autores escreviam artigos em que abordavam a monarquia e a Igreja francesas, acentuando o regresso às tradições e ao respeito das hierarquias sociais. Como destacaram Guy Bourdê e Hervé Martin, este periódico traduzia “um pensamento da direita ultramontana e legitimista, que triunfa na época da ‘ordem moral’” (BOURDÊ; MARTIN, 1983, p. 98).

Além disto – sobretudo após 1875, quando a Assembleia Nacional francesa aceitou a liberdade do Ensino Superior, que deixava de ser exclusivamente dirigido pelo Estado –, ocorreu um crescimento considerável de estabelecimentos de ensino católicos que não camuflavam seus objetivos políticos de formar uma elite hostil à República,

uma elite que fosse capaz de atuar nas posições superiores da máquina estatal. Diversas universidades católicas foram construídas para atender a demanda de uma clientela que não conseguia se inserir nas faculdades, ou que se encontrava fortemente insatisfeita com elas. Estes estabelecimentos de Ensino Superior católicos conquistaram largo sucesso rapidamente, especialmente por disporem de um corpo docente de altíssima qualidade, formado por eruditos eclesiásticos (jesuítas, principalmente), farmacêuticos, juristas e médicos (KARADY, 1983, p. 95).

Portanto, a maciça proliferação das vagas de história no Ensino Superior, assim como o estabelecimento e fixação das regras e práticas do ofício do historiador, que ocorreram nos primeiros anos da Terceira República, podem ser entendidos como frutos de um imenso projeto dos republicanos para alterar a situação vigente. Nos anos que se seguem a 1870, houve uma forte competição entre republicanos e católicos pela hegemonia do ensino francês em todos os seus níveis. O Estado viu-se forçado a investir na laicidade da educação, como pode ser observado nas diversas leis laicas instituídas entre 1881 e 1886 (KARADY, 1983, p. 95). Para o Estado republicano, a questão da educação era um dos mais graves problemas da sociedade francesa. Como lembrou George Weisz, quando Jules Ferry (1832-1893) foi ministro da Educação, entre 1881 e 1883, o ensino primário tornou-se laico, gratuito e obrigatório. Ferry considerava que o “espírito científico”, junto com os ideais laicos e republicanos, deveriam atingir todos os níveis de ensino, penetrando gradativamente no seio da sociedade francesa (WEISZ, 1979, p. 86).

As relações entre Igreja católica e Estado foram, portanto, bastante conflituosas durante toda a Terceira República. Mesmo após a publicação da encíclica *Au lieu des sollicitudes*, de 1882, onde o papa Leão XIII convidava os católicos a aceitarem a legislação republicana, a maior parte dos bispos franceses assumia-se como monarquistas convictos, não raramente expressando suas hostilidades às instituições republicanas. Jean-Denis Bredin salientou a competição acirrada entre Estado e Igreja pela primazia do ensino francês ao destacar que, por volta de 1893, cerca de 84 mil crianças frequentavam escolas públicas laicas e republicanas, enquanto

aproximadamente 52 mil eram educadas em estabelecimento de ensino privados e católicos (BREDIN, 1995, p. 32).

Do ponto de vista do Estado republicano, era extremamente urgente apoderar-se das instâncias de produção historiográfica e de memória coletiva; garantir a construção de um discurso histórico que favorecesse a coesão social da nação. A imensa institucionalização da universidade e da ciência, que ocorre entre 1870 e 1914, ilustra essa vontade dos governos republicanos de controlar o Ensino Superior e fazer frente as instituições culturais que se multiplicavam sob o domínio de aristocratas, católicos e conservadores de tendências antirrepublicanas.

Para tanto, a adoção de um sistema de bolsas de estudo foi primordial. Assim se permitia uma profunda modificação do público frequentador destas universidades. A aristocracia católica e conservadora via-se, agora, obrigada a dividir seu espaço com pessoas oriundas de segmentos médios e mais humildes da população. O sistema de bolsas instituído a partir de 1877 foi, nas palavras de Victor Karady, “*la pièce maîtresse*” das reformas republicanas, pois transformava a carreira acadêmica numa atraente maneira de se ganhar a vida. A profissão de professor universitário passava a ser valorizada na medida em que atingia um nível econômico e financeiro que o punha em pé de igualdade com outros funcionários públicos, ou mesmo com a elite letrada. Criando afinidades entre o engajamento político e interesses profissionais materiais, o Estado recorria a diferentes setores da burguesia judia e protestante que pudessem encarnar a causa republicana na sua concorrência pelo ensino contra os católicos (KARADY, 1983, p. 96).

O sistema de ensino superior, sobretudo após a criação de diversos novos postos e cargos em 1877 (*chargé de cours, maître des conférences, professeur adjoint, professeur titulaire*, etc.), ampliou-se consideravelmente, e a história, como já frisado, beneficiou-se neste processo mais do que qualquer outra disciplina. As cadeiras de *histoire générale* foram substituídas por diversas outras cadeiras mais especializadas, multiplicando-se, assim, as vagas institucionais dos historiadores. Os dados apresentados por Gérard Noiriel ilustram este processo. Nos últimos anos do século XIX, apenas a cidade de Paris reunia cerca de 1.000 estudantes de história, e

aproximadamente um terço das teses defendidas na Sorbonne, neste período, eram da área de história (NOIRIEL, 1990, p. 61-62).

Para os cargos mais importantes destas instituições universitárias, o governo republicano selecionou um grupo de jovens historiadores cuja formação, na maior parte dos casos, era de forte acento germânico. Ernest Lavisse (1842-1922) foi diretor do ensino superior e figura central na reforma da *agrégation*; Charles Seignobos (1854-1942) foi um dos conselheiros mais influentes na reforma dos programas escolares operada em 1902; Albert Waddington (1861-1926), Gabriel Monod (1844-1912) e Alfred Rambaud (1842-1905) foram ministros da Instrução pública (NOIRIEL 1990, p. 63).

A reforma do ensino superior tinha como um de seus múltiplos objetivos a construção de uma narrativa histórica que rompesse com o “ecletismo” da formação anterior. Se até meados do século XIX, a maioria daqueles que se ocupavam da história definiam-se como “escritores” ou “filósofos”, agora a história buscava conquistar sua autonomia. Autonomia frente ao mundo político, buscando se distanciar da historiografia simultaneamente política e científica, representada pelas instituições criadas por Guizot. Autonomia também frente ao religioso, afastando-se da historiografia erudita da *École des Chartes* praticada por aristocratas e católicos, representada substancialmente pelos colaboradores da *Revue des Questions Historiques*. Para conquistar tamanha ambição, a história deveria “profissionalizar-se”, e ninguém parecia mais preparado para a realização desta tarefa do que estes jovens historiadores que haviam, em sua grande maioria, frequentado os seminários históricos de discípulos de Leopold von Ranke na Alemanha.

Ranke³ (1790-1886) cresceu durante as reformas educacionais prussianas operadas por Humboldt, tendo uma formação intelectual fortemente ancorada nos

3 Sobre Ranke e a ciência histórica alemã, além dos textos mencionados no corpo do texto, ver: Friedrich Meinecke – *El historicismo y su Genesis*. Mexico : Fondo de Cultura Economica, 1982; Frederick C. Beiser – *The German Historicist Tradition*. Oxford : Oxford University Press, 2011; Georg G. Iggers – *The Image of Ranke in American and German Historical Thought*. History and Theory, 1 January, 1962, vol.2 (1), pp.17-40 ; Sérgio Buarque de Holanda – *O Atual e o Inatual na obra de Leopold von Ranke*. São Paulo : Ática, 1979.

estudos de idiomas e línguas. Ele frequentou célebres escolas durante a juventude, como Donndorf e Schulpforta, ambas fundadas na época da Reforma. Em Schulpforta – prestigioso colégio interno conhecido por ter acolhido importantes nomes do pensamento alemão, tais como Fichte e Kolpstock, e, mais tarde, Wilamowitz e Nietzsche –, Ranke habituou-se com os longos exercícios de leitura e tradução de textos clássicos para variados idiomas modernos, familiarizando-se com as obras de Sófocles, Ovídio, Virgílio e Homero. (MATA, 2010, p. 189).

A partir de 1815, na Universidade de Leipzig, acompanhou com bastante entusiasmo os cursos de gramática e, principalmente, os cursos de filologia ministrados por Gottfried Hermann (1772-1848). Durante este período universitário, Ranke chegou, através da leitura dos autores clássicos, a Tucídides e ao estudo da história. Se o estudo sobre Tucídides lhe rendeu uma tese, defendida em 1817; os cursos de Hermann lhe propiciaram a oportunidade de mobilizar as técnicas filológicas para o estudo dos tempos modernos, especialmente com o trabalho sobre o estilo narrativo de Lutero, que Ranke teve que preparar para este professor. Mais tarde, tendo como modelo a *Historia Romana* (1811) de Niebuhr (considerada a primeira tentativa de adaptação das técnicas de leitura filológica aos estudos históricos), Ranke escreveu sua *Historia dos povos latinos e germânicos entre 1494 e 1515* (1824), obra que lhe rendeu prestígio e uma vaga na Universidade de Berlim. Nesta obra Ranke incluiu um apêndice, *Para a crítica dos mais novos historiadores*, onde expunha observações gerais sobre a aplicação crescente da crítica e das ciências auxiliares da história sobre os documentos históricos. Na Universidade de Berlim, criou seu famoso seminário, provavelmente entre 1825 e 1831, onde trazia para a história recursos de pesquisa e crítica de fontes que vinham sendo mobilizados por filólogos e exegetas da bíblia. O seminário histórico nasceu no momento em que Ranke convidou um seleto grupo de estudantes para realizar “exercícios históricos”, onde analisariam juntos, fora do período de aula, os documentos e manuscritos que o professor possuía guardados no gabinete pessoal de sua casa. O seminário de Ranke, de caráter predominantemente prático, teve entre os seus frequentadores vários eminentes historiadores do século XIX, tais como Heinrich von Sybel (1817-1895), Heinrich von Treitschke (1834-1896), Jacob Burckhardt (1818-1897) e Georg Waitz (1813-1886) (CARIRE-JABINET, 1986, p. 7-8).

A princípio os seminários históricos ocorriam na sala de leitura ou no gabinete da casa do professor. Mas rapidamente foram transferidos para pequenas salas na universidade. Vários de seus participantes vieram a difundir o método crítico aprendido em seus próprios seminários, ou em clubes e associações de história. O modelo de seminário rankeano, que se difundiu pelo sistema universitário alemão, fez bastante sucesso, apesar de seu caráter fechado e consideravelmente restrito. Atraiu grande número de jovens estudantes estrangeiros que viajavam centenas de quilômetros apenas para frequentá-lo (SMITH, 2003, p. 231).

A partir de 1840, Ranke já era um modelo de historiador a ser seguido em toda a Europa, especialmente na França, entre as décadas de 1860 e 1880. Gabriel Monod, Ernest Lavisse, Charles Seignobos frequentaram seminários históricos na Alemanha, e conquistaram notoriedade por causa disto. Toda uma nova geração de jovens historiadores franceses via na viagem de estudos a Alemanha uma etapa indispensável para a formação “profissional” do historiador-pesquisador. Foram justamente eles quem mais ativamente colaboraram para as reformas republicanas do ensino superior francês (KARADY, 1983, p. 96)

Como salientou Gérard Noiriel, o processo de profissionalização da história na França ocorreu, especialmente, com a introdução dos princípios da “ciência histórica” alemã, fortemente baseada na filologia, nas universidades republicanas (NOIRIEL, 1990, p. 64). Isso gerou, logicamente, profundas mudanças no interior desta disciplina. As grandes conferências públicas – que, como observou Hartog, os catedráticos universitários de história tinham que dar todos os anos sobre diferentes períodos do passado (HARTOG, 2003, p. 39) –, cujo valor do orador era medido pelo tamanho de sua audiência, eram substituídas pelo modelo de seminário rankeano, em que o público era formado por um pequeno grupo de estudantes especializados, de preferência associado a atividades científicas. O modelo de seminário alemão no ensino superior francês realiza um dramático rompimento entre a vulgarização da história para o grande público e a historiografia científica fundada na pesquisa original (CHARLE, 1998, p. 128).

Seguindo os passos do historiador belga Paul Frédéricq, Bonnie Smith analisou os diários pessoais de frequentadores destes seminários históricos, assim como os relatórios oficiais produzidos por estes, a fim de estabelecer quais eram as suas características gerais. De acordo com a historiadora norte-americana, nos seminários os professores geralmente indicavam tópicos para os alunos investigarem em fontes originais, embora, em algumas poucas situações, os estudantes também tivessem liberdade de escolher tópicos de seu próprio interesse. Cada participante expunha aos colegas suas descobertas sobre o tópico escolhido, enfrentando em seguida um crítico indicado para contestar seus métodos de investigação. Ao professor cabia o papel de fazer as correções e revisões necessárias. Em várias situações, comparou-se a sala de seminário histórico a uma “oficina em que o mestre experiente ensina a seus jovens aprendizes o uso inteligente da profissão” (SMITH, 2003, p. 232).

Por não ser público, mas exclusivo aos olhos de uma selecionada comunidade de especialistas, o modelo de seminário histórico acabou criando em torno de si uma áurea atrativa e misteriosa. Mesmo quando transferido para o ambiente universitário, ele proporcionava uma “atmosfera de intimidade”, onde “portas, escrivaninhas e estantes eram muitas vezes trancadas e o acesso ficava restrito a quem demonstrasse talento especial ou compromisso com a pesquisa histórica”. Mas também favorecia um contato maior entre professores e estudantes. Estes estavam separados por verdadeiros abismos nas grandes conferências públicas ou nas magistrais aulas expositivas. Na sala de seminário, na casa do professor ou em pequenas salas universitárias, a aproximação era, sem dúvida, muito maior (SMITH, 2003, p. 238).

O impacto do modelo de seminário foi bastante visível na organização da “Nova” Sorbonne, na década de 1880, onde, pode-se observar, por exemplo, uma reforma estrutural do edifício que previa a multiplicação de pequenas salas de seminário, bibliotecas mais especializadas e a proliferação de locais de encontro entre profissionais e estudantes⁴. Noiriel recorda que o próprio Ernest Lavisse, principal

⁴ Vale lembrar que a forma de seminário, que visa a formação de especialistas, futuros professores e eruditos, não era exclusividade da história, sendo praticada também em outras áreas do conhecimento, como a matemática e a física (CHARLE, 1995, p. 71)

articulador das reformas da Sorbonne, tinha o hábito de trancar com chaves a sala de seu seminário para desencorajar as visitas de curiosos. Se até então, as técnicas filológicas de pesquisa eram monopolizadas pela *École des Chartes*, criavam-se, agora, diversas cadeiras para as chamadas “ciências auxiliares” da história (a diplomática, a epigrafia, a numismática, a paleografia, etc) nas universidades, que permitiam aos historiadores ancorar-se em critérios de valor incontestavelmente mais racionalizados e “científicos”. Mesmo a Sorbonne convidou o célebre erudito Charles-Victor Langlois (1863-1929) para ensinar as técnicas destas ciências auxiliares que aprendera na *Écoles des Chartes*, instituição que acabou sendo completamente anexada à universidade parisiense a partir de 1896 (NOIRIEL, 1990, p. 65).

Antes das reformas republicanas do ensino superior, era a filosofia que predominava na universidade, e o principal objetivo desta instituição era ensinar e transmitir bens culturais a uma elite letrada. Após as reformas, as áreas especializadas, que agora se encontram diante de fortes exigências de produção de pesquisa e conhecimentos científicos, tornavam-se a nova tônica. A tese de doutorado, que anteriormente pouco mais era do que simples exercício acadêmico e ritual de passagem, passou a ganhar nova importância, tornando-se um elemento decisivo para qualquer candidato a carreiras universitárias. As pesquisas de doutoramento adquiriram maior tamanho e qualidade. Os pesquisadores passaram a iniciar suas teses em uma idade mais jovem, despenderam mais tempo preparando-as e as defenderam cada vez mais tarde (KARADY, 1983, p. 102).

Cresceu também o número de revistas especializadas, não apenas históricas, mas também de diversas outras áreas das humanidades. Entre os principais periódicos que assim surgiram no período, podemos destacar: a *Revue Historique* (1876), *Revue de l’histoire des religions* (1880), *Revue d’ethnographie* (1882), *Archives d’anthropologie criminelle* (1886), *Révue d’économie politique* (1887), *Annales de géographie* (1891), *Revue internationale de sociologie*, *Année psychologique* (1894), *Année sociologique* (1898), *Revue d’histoire moderne et contemporaine* (1899), *Notes critiques/sciences sociales* (1900), *Journal de psychologie* (1904), entre outros. Além de tornarem-se o principal meio de divulgação de estudos originais e um instrumento bibliográfico indispensável, as revistas científicas passaram a funcionar como órgão de ligação entre

os diferentes profissionais espalhados pelo país afora, e poderoso instrumento de oficialização dos critérios científicos que deveriam reger suas disciplinas. O número de publicações e a participação em periódicos especializados transformavam-se em importantes critérios de “aceitação oficial” dos pares acadêmicos (NOIRIEL, 1990, p. 64-65).

Estabelecendo a produção de conhecimento científico como principal parâmetro de valor e aceitação, as estratégias de promoção no sistema universitário tornavam-se, relativamente mais racionalizadas e menos pessoais. A pesquisa acadêmica e científica cristalizava-se como um imperativo profissional e transformava-se, ao mesmo tempo, em elemento fundamental para viabilizar o acesso a cargos em instituições culturais. Assim, o Estado conseguiu garantir o estabelecimento de intelectuais de tendências republicanas nos altos cargos da hierarquia universitária. O sistema de bolsas, os cursos fechados, a obrigação da presença assídua nas aulas, são os elementos do novo sistema de formação que produzem um novo corpo de professores republicanos na França (KARADY, 1983, p. 98).

Com um conjunto de regras específicas basicamente inacessíveis àqueles sem formação específica, esta nova geração de historiadores pretendia se afastar daqueles que julgava “amadores” para se tornar “profissionais”. Próximos a interesses patrióticos e republicanos, eles faziam frente as contestações aristocráticas, católicas e conservadoras, representadas na disciplina histórica pela *Revue des Questions Historiques*. Assim, “Constitui-se uma nova escola, filha de Sedan e da vontade de reconquistar a Alsácia-Lorena: a escola metódica” (DOSSE, 2003 p. 58).

1.2 – A Escola Metódica de Gabriel Monod e Charles Seignobos

Abordar a escola metódica francesa é sempre muito complicado. Quando se fala de escola metódica, o que imediatamente nos vem à mente é um tipo de história que jamais deve ser feita. Uma história ultrapassada, centrada em grandes figuras políticas e assuntos de Estado. Uma narrativa redutora, excessivamente empiricista e cronológica.

O “Antigo Regime” derrubado pela “Revolução Francesa da Historiografia” operada pelo grupo dos *Annales*, como metaforizou Peter Burke (BURKE, 1992).

Os historiadores metódicos são frequentemente lembrados como pesquisadores ingênuos. Historiadores que acreditavam que, por aplicar técnicas rigorosas de crítica de documento e organizar as tarefas de sua profissão, seriam capazes de repelir qualquer forma de especulação filosófica e atingir uma objetividade verdadeiramente científica no domínio da história. Assim, muitos os rotularam de “positivistas”, com todo o teor pejorativo que o termo pode abarcar.

Acontece que boa parte destas e críticas feitas aos historiadores metódicos, que são ditas e repetidas quase à exaustão, são de segunda ou de terceira mão. Justamente por encarnarem um modelo de historiografia que não deve ser feita, estes historiadores quase nunca são lidos, quase sempre são evitados e hostilizados. O próprio autor destas linhas, quando se viu no decorrer da pesquisa frente a necessidade de lê-los, sentiu-se consideravelmente desanimado. Bastou, contudo, uma rápida leitura em seus principais textos para se perceber, com surpresa, de que se trata de uma espécie de “mito historiográfico”, tal como definiu Sérgio da Mata em sua curta introdução à Leopold von Ranke:

Podemos defini-lo (o mito historiográfico) como uma crença, ou articulação de várias crenças, coletivamente construída(s) e a partir de então associada(s) à obra e à trajetória de um historiador ou grupo de historiadores. Sua força não advém do real, mas do desejo de tornar algo real [...] Onde o olhar questionador e o rigor acadêmico cedem à tradição e ao argumento de autoridade, lá predomina aquilo que Husserl designava “atitude natural”, uma naturalização do dado – ou do imaginado [...] Seu terreno tende a ser, sobretudo, o da oralidade acadêmica. O que não impede que mesmo pesquisadores experientes vertam-nos, por sua própria conta e risco, ao papel (DA MATA, 2010, p. 188)

Este mito historiográfico em torno da escola metódica foi construído graças aos *Annales*, em geral, e a Lucien Febvre, em particular. Como percebeu François Dosse, o

grupo de historiadores reunidos em torno da revista dos *Annales d'histoire économique et sociale* (1929) se apresentou inicialmente como uma “escola-mártir”. Viam-se como vítimas do ostracismo imposto pelos historiadores da escola metódica, que há muito tempo ocupavam os mais importantes postos institucionais da França. É certo que Lucien Febvre e Marc Bloch não eram exatamente as vítimas marginalizadas que diziam ser, afinal eram catedráticos reconhecidos na prestigiosa Universidade de Estrasburgo, onde dirigiam importantes institutos de história. Mas não podemos perder de vista que, próxima ao poder republicano e anticlerical, a geração de Monod, Lavissee e Seignobos dominou por décadas o mundo dos historiadores. Ainda muito jovens (a maior parte deles não tinha sequer 40 anos) ocuparam as mais importantes e prestigiosas cátedras universitárias da capital; dirigiram as maiores coleções de história – a *Histoire de France* de Ernest Lavissee, a *Histoire Générale* de Alfred Rambaud e a *Peuple et Civilisations* de Louis Halphen e Philippe Sagnac, para citarmos apenas as mais significativas –; e modelaram a história que era ensinada nos cursos primários e secundários. Tudo isso tornava praticamente inevitável a disputa com historiadores mais jovens por posições institucionais. Assim, os *Annales* construíram seu discurso fixando-se na contestação da geração dos mais velhos, recorrendo às críticas que haviam sido formuladas pelas ciências sociais para desestabilizar seus rivais (DOSSE, 2003, p. 53).

Foi sobretudo Lucien Febvre (1878-1956) quem mais se dedicou a forjar o estereótipo pejorativo dos historiadores metódicos. Ao descrever sua própria trajetória intelectual, na introdução de *Combates pela História* (1950), Febvre destacou o embate que travou boa parte de sua vida contra a história dos “derrotados de 1870”, que, de acordo com ele, até os anos iniciais do século XX, “Estava nos liceus povoados de agregados de História, nas Universidades providas de cadeiras de História, nas escolas especiais reservada ao seu culto. Transbordava daí para as direções de ensino, as reitorias, todos grandes postos de Instrução Pública” (FEBVRE, 1989, p. 16).

Febvre ironizava a preocupação excessiva dos metódicos com as regras de crítica de textos históricos inspiradas na filologia. A célebre fórmula “a história faz-se com textos”, repetida tantas vezes nas universidades republicanas, reduzia a história,

segundo ele, quase que unicamente ao estudo das palavras, datas, nomes de lugares e de grandes homens (FEBVRE, 1989, p. 18). O autor de *Le problème de l'incroyance au XVI siècle* repudiava a obsessão cultivada nos seminários históricos pelas análises, assim como a recusa destes de realizar qualquer tentativa de síntese. Os historiadores da geração anterior eram, na sua ótica, “passivos e imitadores” que “amontoam os fatos para nada, e depois, de braços cruzados, esperam eternamente que venha o homem capaz de os reunir” (FEBVRE, 1989, p. 21).

Mesmo em 1947, para comentar a publicação recente de *Introduction à l'Histoire* (1946) de Louis Halphen (1880-1950), Lucien Febvre questionava duramente todos os “Aulards, Seignobos e Langlois” ainda remanescentes, munido de uma ironia eloquente e ácida que lhe é bastante característica:

Porque enfim os fatos... E a que denominam vocês fatos? Que colocam vocês atrás dessa palavra, “fatos”? Pensam acaso que eles são dados à história como realidades substanciais, que o tempo escondeu de modo mais ou menos profundo, e que se deve simplesmente desenterrar, limpar, e apresentar à luz do dia aos nossos contemporâneos? (FEBVRE, 1989, p. 105).

A conquista das posições de poder no campo universitário passava necessariamente pela contestação daqueles que estão em seu domínio, pouco importando se esta contestação era realmente justa ou não. A partir do momento em que os *Annales* conquistaram uma posição de poder essencial na França, sobretudo a partir de 1947, quando Lucien Febvre passou a presidir a Sexta Seção da *École Pratique des Hautes Études*, eles e seus discípulos puderam selecionar quais as obras de história eram dignas de serem aclamadas e quais mereciam ser rejeitadas (DOSSE, 2003, p. 26). E puderam também, graças a esta posição hegemônica, gravar estereótipos pejorativos a respeito da escola metódica no inconsciente coletivo dos historiadores. Assim, encontram-se aos montes, tanto na França quanto no Brasil, estudantes e professores que nunca leram uma linha sequer destes historiadores metódicos, mas que confirmam com segurança as caricaturas depreciativas mobilizadas pelos *Annales*, repetindo

frequentemente imprecisos chavões como: “história factual”, “história *événementielle*”, “história positivista”, “história dos grandes homens”, etc. Pode-se dizer que mesmo a tendência francesa observada por Jean-Pierre Poussou – de considerar que sua história econômica nasce com François Simiand e se desenvolve com Ernest Labrousse, negligenciando os importantes e pioneiros esforços anteriores de Émile Levasseur (1828-1911), Henri Hauser e Henri Sée (1864-1937) – possa ser explicada por este “mito historiográfico” que os *Annales* projetaram sobre os metódicos (POUSSOU, 2006, p. 83).

Na França, vários pesquisadores já reivindicaram a revisão destes preconceitos. Christophe Charle, em seu livro *Paris fin de siècle* (1998), reconheceu a imprecisão da aplicação do termo “positivista” aos historiadores metódicos em razão de suas preocupações quase obsessivas com a verdade científica. Lembra-nos este autor que mesmo os metódicos recusavam o credo positivista. Charle também demonstrou como Seignobos foi injustamente reduzido pelos *Annales* a uma caricatura de ingênuo erudito, classificador sem imaginação (CHARLE, 1998, p. 125). Michel de Certeau surpreendeu-se positivamente com a *Introduction aux Études Historiques* (1898) de Langlois e Seignobos, como registrou no capítulo sobre a “operação historiográfica” que redigiu para a coleção *Faire de l’histoire* (1974), dirigida por Pierre Nora e Jacques Le Goff. Para ele, estava claro que os historiadores franceses de seu tempo são mais herdeiros da escola metódica do que gostam de admitir (CERTEAU, 1974, p. 63). Madéleine Rebérioux, ao se debruçar sobre as polêmicas travadas entre historiadores e sociólogos franceses na virada do século XIX para o XX, também não deixou de observar esta espécie de “ingratidão” dos *Annales* para com seus antigos mestres (REBÉRIOUX, 1979, p. 13). Antoine Prost “revisitou” a trajetória de Charles Seignobos, indicando como este autor encarnou, de maneira inapropriada, aquela patética figura do historiador que crê inocentemente nos fatos e dos documentos, que reduz a história a uma lista de acontecimentos políticos, que não tem a menor noção dos movimentos e da vida histórica (PROST, 1994). E mesmo François Hartog apontou que alguns textos de Seignobos contêm “sutilezas interessantes” que se mantêm atuais mesmo em nossos dias (HARTOG, 2003, p. 91). Vale destacar que, aqui no Brasil, Pedro Eduardo Portilho comparou minuciosamente o texto original em francês da

Introduction aux Études Historiques com a edição brasileira de 1946, indicando que os tradutores brasileiros em muito modificaram o texto original – chegam até a acrescentar palavras, como se pretendessem expressar as ideias dos autores melhores que eles próprios –, conferindo-lhe uma faceta mais positivista e de acordo com as críticas formuladas pelos *Annales* (NADER, 1994, p. 67).

Convém, portanto, nos juntarmos a estes estudiosos neste esforço de superação destes preconceitos caricatos, para que possamos compreender com mais exatidão o contexto universitário e o ambiente historiográfico em que Henri Hauser foi formado. Para tanto, debruçamo-nos sobre a trajetória individual de duas figuras-chave que encarnam a escola metódica: Gabriel Monod e Charles Seignobos, cujos textos e cursos sistematizam e definem os novos “métodos científicos” do historiador “profissional”.

1.3 – Gabriel Monod e a *Revue Historique*

Gabriel Monod (1844-1912) vem de uma família de protestantes bem abastados e instruídos provenientes da Alsácia-Lorena. Ele frequentou a *École Normale Supérieure* durante a década de 1860. Lá, compartilhou com colegas próximos, como Ernest Lavisse e Félix Alcan, da fascinação pela capacidade científica e pelas universidades da Alemanha, fascinação que botava em evidência os limites e falhas do ensino superior francês. Convencidos do atraso científico francês, desde os tempos de *normaliens*, eles planejavam colaborar na sua reforma. De ascendência judia, Félix Alcan (1841-1925) pretendia criar uma grande biblioteca aberta a todas as concepções intelectuais, contemplando as mais diversas escolas filosóficas e as manifestações artísticas de todos os gêneros. Acabou tornando-se, mais tarde, um dos editores mais bem-sucedidos da França (BOILLOT, 2006, p. 22).

Gabriel Monod, por sua vez, pretendia fundar uma revista que atualizasse a disciplina da história na França. Ele lamentava a realidade de que, enquanto na Alemanha abundavam pesquisadores, coleções e publicações de história, na França poucas eram as revistas especializadas no assunto. As principais eram a *Revue critique d'histoire et littérature* e a *Revue des Questions Historiques*. Monod considerava ambas

insuficientes. A primeira, fundada por dois importantes linguistas (Paul Meyer e Gaston Paris), era, do seu ponto de vista, excessivamente generalista, tratando superficialmente de múltiplos assuntos (arqueologia, história, poesia, filosofia, teologia, etc). E a segunda, Monod rejeitava, sobretudo, por defender uma concepção católica e monarquista da história (BOILLOT, 2006, p.23).

Logo após receber a *agrégation* em história na *École Normale Supérieure*, em 1865, Monod realizou, durante seu doutorado, a ritualística viagem de formação na Alemanha. Ele acompanhou entusiasmado os cursos de ciências auxiliares da história ministrados por Philipp Jaffé (1819-1870), na Universidade de Berlim; e também os seminários históricos de Georg Waitz (um dos mais brilhantes pupilos de Ranke), na Universidade de Göttingen. De volta à França, já nos anos 1870, aproveitou o momento das reformas republicanas e rapidamente se inseriu em importantes instituições: atuou como *répétiteur* na *École Pratique des Hautes Études*, *auditeur libre* na *École des Chartes* e professor da *École Alsacienne*. Em 1876, com apenas 32 anos de idade, conseguiu realizar seu sonho de fundar uma revista de história “verdadeiramente científica”, a *Revue Historique*, publicada pela editora de Félix Alcan, com a codireção de Gustave Fagniez (1842-1927) (BOILLOT, 2006, p. 34).

Monod inspirou-se em duas revistas para compor a *Revue Historique*: a *Revue des Questions Historiques*, francesa; e a *Historische Zeitschrift*, alemã. A primeira forneceu o modelo a ser evitado. Era ela que definia o que a nova revista não pretendia ser, um órgão que faz da história uma arma de combate para a defesa de ideias religiosas ou políticas. Percebe-se isso claramente no *avant-propos* da primeira edição de 1876, onde os diretores pedem aos futuros colaboradores que evitem opiniões pessoais sobre questões polêmicas, pois ali não deveria ser o palco de disputas entre doutrinas concorrentes (MONOD; FAGNIEZ, 1876, p. 1). Ou mesmo no artigo de abertura, *Du progrès des études historiques en France*, quando Monod afirma serem as qualidades primordiais de qualquer historiador a modéstia e o desapego de interesse próprio ou pessoal (MONOD, 1876, p. 22). Contudo, isso não impediu, como bem observou Cécile Boillot, que a revista católica em questão servisse como modelo estrutural geral para a *Revue Historique* (BOILLOT, 2006, p. 26).

O outro modelo da revista de Monod era a *Historische Zeitschrift* (1859), criada por Heinrich von Sybel, outro célebre discípulo de Ranke. Esta revista alemã havia sido um dos primeiros periódicos científicos especializados em história. Buscando através da divulgação de pesquisas recentes a autonomia da “ciência histórica” perante o mundo filosófico e político, o periódico de Sybel serviu de modelo para a *Revue Historique* e diversas outras revistas que surgiram depois (BENTIVOGLIO, 2011, p. 83).

A *Revue Historique* tornou-se o principal órgão de expressão dos historiadores metódicos. Como salientou Chales-Olivier Carbonnel, com o surgimento desta revista em 1876, uma escola historiográfica se constituiu, condensando elementos até então dispersos e desorganizados, que não possuíam doutrina claramente definida (CARBONNEL, 1976, p. 409). O longo artigo que abre a revista, *Du progrès des études historiques*, foi escrito, como explica o próprio Monod em nota de rodapé, como uma espécie de introdução e programa da *Revue Historique*, e pode ser considerado como um dos “textos manifestos” da escola metódica francesa (BOILLOT, 2006, p. 25).

O objetivo do autor neste texto é compreender qual é o estado atual da ciência histórica francesa, examinar quais as tarefas que ainda deveriam ser cumpridas e quais caminhos deveriam ser seguidos pela disciplina. Para tanto, ele retoma todo o itinerário percorrido pela história na França desde o século XVI até o século XIX (MONOD, 1876, p. 5).

Como observou Cécile Boillot, na análise que Gabriel Monod faz da situação francesa, a comparação com a Alemanha é determinante e onipresente. Como vimos, os Monod provinham da região mais ao leste da França e, não raramente, realizavam sua formação acadêmica em universidades alemãs. Também em razão da influência familiar, Gabriel Monod manteve por toda a sua vida uma admiração particular pela ciência alemã. Sua simpatia indulgente pela Alemanha levava-o a defini-la como uma segunda pátria para todos os homens que estudam e que pensam. Essa admiração certamente podia ser vista com desconfiança em diversos segmentos da sociedade francesa, especialmente logo após a traumática derrota de 1870. Muitos letrados franceses criticavam os cientistas alemães e seus admiradores, acusando-os de se perderem em

curiosidades eruditas e de esquecerem as sínteses e generalizações (BOILLOT, 2006, p. 34).

Monod, assim como tantos outros de sua geração que vivenciaram a derrota na guerra como uma experiência física concreta, nutria sentimentos contraditórios de medo e admiração pela vizinha Alemanha. Esta ambiguidade em relação aos alemães pode ser entendida mais facilmente se recorrermos à teoria das duas Alemanhas do filósofo Elme-Marie Caro. Gabriel Monod, assim como diversos outros pensadores de seu tempo, distinguia duas Alemanhas: uma mais pragmática e utilitária, representada pelo imperialismo de Bismarck; e outra mais idealista e sonhadora, encarnada por intelectuais e literatos como Goethe, Jacob Grimm e Humboldt. Mesmo que a primeira Alemanha pudesse lhe causar calafrios, especialmente depois de 1870, Monod não deixava de manifestar uma grande admiração pela segunda, reservando até mesmo grande espaço de sua revista para ela (BOILLOT, 2006, p. 37).

Em *Du progrès des études historiques en France*, Gabriel Monod destacava que foram os alemães aqueles que mais forneceram contribuições ao desenvolvimento da ciência histórica durante o século XIX. E isso eles o fizeram graças à forte organização de suas universidades. Diferentemente dos franceses, os alemães teriam conseguido modificar seu ensino superior de acordo com as necessidades do tempo. Desgarraram-se progressivamente das influências eclesiásticas e teológicas medievais e abriram-se para um espírito “livre” e laico (MONOD, 1876, p. 27).

Na Alemanha, a produção científica e literária concentrou-se fundamentalmente nas universidades. Adotando uma divisão de trabalho em equipe, os professores e pesquisadores alemães treinavam discípulos que colaboravam com eles em suas pesquisas, criando uma marcha regular e sistemática de avanço da disciplina. Por causa disso, explica Monod, a Alemanha poderia ser comparada a um “vasto laboratório histórico”, onde todos os esforços são concentrados e coordenados, onde nenhum esforço é em vão. Os alemães forneciam o ideal de homem completamente disciplinado. O desejo de organização e de divisão do trabalho pareciam fazer parte do caráter nacional alemão. Enquanto isso, na França, os historiadores eram quase todos autodidatas que não tinham mestres e nem formavam discípulos. Sua produção

científica e literária se concentrava nas academias e em outras instituições culturais. De acordo com Monod, as grandes obras escritas pelo esforço de um homem só deveriam ser substituídas pelo trabalho coletivo, pela divisão do trabalho, pelo seminário histórico como laboratório científico (MONOD, 1876, p. 28-29).

Várias eram, portanto, as ausências que impunham o atraso da ciência histórica francesa. A falta de um ensino superior de qualidade, de disciplina científica, de direção, do estabelecimento de regras de método e do hábito de trabalho coletivo. Até então, os estudantes de história recebiam ou uma instrução muito específica, na *École des Chartes*, ou uma instrução excessivamente generalista na *École Normale Supérieure*. Monod, que havia frequentado ambas as instituições como aluno e colaborador, reconhecia seus defeitos e julgava extremamente necessária a reorganização do sistema universitário para a formação de uma nova geração de historiadores mais “profissionais” (MONOD, 1876, p. 33).

Em tudo isso, a Alemanha de Ranke, Niebhur, Mommsen e Waitz poderia servir de modelo. De acordo com Gabriel Monod, o contato com a ciência histórica alemã era de grande valor para os franceses por tornar claro o perigo das generalizações prematuras e das grandes sínteses que querem tudo explicar. A história, escrevia ele, deveria, ao contrário, ser objeto de uma investigação lenta e metódica, avançando gradualmente do particular para o geral, do detalhe para o conjunto. Somente por meio de análises rigorosas em diversos pontos obscuros do passado que o historiador poderia compor grandes sínteses e generalizações de caráter verdadeiramente científico. E essas análises deveriam ser feitas de acordo com os princípios filológicos dos historiadores alemães (MONOD, 1876, p. 34).

Segundo Monod, a adaptação que os alemães faziam das técnicas da filologia comparada ao estudo da história permitiria aos historiadores adquirir “maravilhosos meios de investigação”. Com aquelas ciências auxiliares da história (diplomática, epigrafia, numismática, paleografia, etc), o historiador poderia “dissecar” os documentos históricos com uma “autoridade indiscutível” (MONOD, 1876, p. 27). O método de investigação histórica se baseava, portanto, na comparação de textos e na busca de informações em diversas obras diferentes sobre os mesmos personagens, fatos

ou instituições. Justamente por isso, Monod considerava que as origens da pesquisa históricas remontam ao século XVI. Antes da criação da imprensa era basicamente impossível aos estudiosos realizar a tarefa de reunir e comparar grande número de textos. E o advento da Reforma protestante, no mesmo século, também teria sido fundamental por encorajar a leitura crítica dos textos sagrados do cristianismo e criar um “espírito quase universal de livre pensamento e de investigação científica” (MONOD, 1876, p. 10).

Tendo em vista o atraso francês na disciplina histórica, Monod estava certo de que o momento atual era de análise, e não de síntese. Era preciso que um labor mais metódico desse à erudição histórica as bases sólidas que necessita, sem a qual todo o trabalho de generalização torna-se arriscado e prematuro. Segundo ele, « era necessário, antes de tudo, esclarecer com uma crítica minuciosa os pontos de detalhe, ensinar os historiadores à se servir dos documentos »(MONOD, 1876, p. 15). Este posicionamento de Monod veio a tornar-se uma das marcas registradas dos historiadores metódicos, que empreenderam gigantescos esforços para a produção de ferramentas de trabalho para o historiador, tais como: inventários de arquivos, índices bibliográficos, índices onomásticos, publicação de documentos originais, edição de catálogos, publicação de manuais científicos sobre diferentes períodos e domínios da história, etc.

Buscando consolidar a história como uma disciplina científica autônoma em relação à literatura, a revista de Monod incentivava os historiadores a romper com as formas ensaísticas e com as sínteses proféticas. Os diretores haviam deixado claro aos futuros colaboradores da *Revue Historique* que, nos textos que fossem submetidos à revista, eles deveriam garantir que cada afirmação viesse acompanhada de provas e citações, excluindo-se, assim, as generalizações vagas e oratórias (MONOD; FAGNIEZ, 1876, p. 2).

Ao contrário do que afirmam os detratores dos historiadores metódicos, Monod mostrava-se consciente da impossibilidade de se atingir uma verdade “completa” do passado. Se a crítica de textos estabelecida em princípios e classificações científicas não permite ao historiador reconstituir o passado em sua pureza primitiva, ela possibilita, ao

menos, que ele possa determinar com certa precisão quais pontos do passado são certos, prováveis, duvidosos ou falsos (MONOD, 1876, p. 27).

Outra ideia muito cara a Monod é a de imparcialidade. Para ele, eram virtudes fundamentais do historiador a modéstia e o desapego de interesse próprio. A modéstia estaria relacionada com os ideais de disciplina científica e de divisão do trabalho. Os historiadores deveriam ser solidários uns com os outros, evitar vaidades supérfluas e compartilhar do espírito de trabalho coletivo, pois todos trabalham na mesma obra, executam partes do mesmo plano e possuem o mesmo objetivo. A ideia de imparcialidade estava, por outro lado, vinculada ao desejo de autonomia da história frente ao mundo político e religioso. Como ele havia notado no caso francês, desde o século XVI diversos letrados buscaram provar seus pontos de vistas políticos ou religiosos ancorando-se em estudos eruditos de história. Em meio às fortes disputas religiosas, estudiosos católicos e protestantes, sobretudo advogados e juristas, recorriam à história para legitimar seu ponto de vista. As paixões contemporâneas exerciam sobre estes pensadores uma influência avassaladora, às vezes inconsciente, que frequentemente os conduzia a distorções e alterações da verdade histórica. O mesmo poderia ser dito dos historiadores dos séculos XVII e XVIII, que trabalharam com a assistência e orientação do Estado real. Até mesmo, mais recentemente, dos historiadores da Restauração e dos participantes da *Revue des Questions Historiques* (MONOD, 1876, p. 14).

Interessante também observar a relação que Monod estabelece com os historiadores da geração anterior, da época da Restauração. Ele criticava aquela história simultaneamente política e científica de historiadores como Guizot, Thierry e Mignet, pois, do seu ponto de vista, era uma historiografia que se deixava influenciar em demasia por teorias pré-estabelecidas, muito subordinadas às paixões políticas contemporâneas. Para o diretor da *Revue Historique*, o trabalho científico da história prevê constantes atualizações e revisões de textos. Esta revisão contínua que acompanha os progressos da ciência, que não deixa de ser uma maneira de distanciar a disciplina da literatura, estava ausente nos historiadores da Restauração. Estes autores não apresentavam qualquer preocupação em atualizar suas pesquisas. Frequentemente reeditavam suas obras, vinte ou trinta anos mais tarde, sem realizar nenhuma

modificação. Este seria, para Monod, um claro indício de que a geração de historiadores da época de Guizot deveria ser considerada mais como “homens de letras” do que historiadores propriamente ditos. Para eles importavam mais a forma como são narrados os fatos do que os fatos em si (MONOD, 1876, p. 29).

Contudo, Monod não deixa de reconhecer a importância do trabalho de seus antecessores. Eles teriam organizado, divulgado e disponibilizado uma quantidade imensa de documentos relevantes para o estudo da história da França. E, mais importante que isso, estes autores eram dotados de grandes qualidades literárias. Os seus talentos narrativos lhes permitiam penetrar mais profundamente na “alma” dos personagens históricos, e a “reviver” o passado em suas verdadeiras cores (MONOD, 1876, p. 30).

Observa-se aqui que, neste ponto, Gabriel Monod estabelece as suas diferenças em relação aos historiadores alemães que tanto admira. Quando ainda frequentava os cursos de Philip Jaffé na Universidade de Berlim, em 1868, Monod enviou uma carta a Jules Michelet comentando suas impressões do ambiente universitário e histórico alemão. Fazendo alusão às pretensões de Niebhur, que dizia em seus cursos que “dissecava” as palavras da mesma maneira que um anatomista dissecava cadáveres, Monod comentava ao seu amigo e mestre que a atmosfera universitária de Berlim guarda o odor de uma sala de dissecação. Assim descreveu os historiadores alemães à Michelet: « eles são sábios, pacientes, eruditos, instrutivos. Mas eles sabem apenas interrogar a morte, e a vida não lhes diz seu segredo »(MONOD In BOILLOT, 2006, p. 36).

O que faltava aos alemães era, do ponto de vista de Monod, uma criatividade imaginativa e espontânea, característica que julgava tipicamente francesa. Ele reconhecia que o sentimento artístico e literário e a capacidade imaginativa eram como uma espécie de “faca de dois gumes” para o historiador. Por um lado, poderia atrapalhá-lo, induzindo-o a substituir os “fatos reais” por impressões pessoais. Por outro, poderia ajudá-lo a descortinar com mais facilidade o lado psicológico e humano da história. Neste aspecto, não deixava de elogiar a obra de Michelet: « Michelet melhor do que ninguém soube fazer não apenas a aparência exterior do passado, mas as paixões, os

sentimentos e as ideias que agitaram os homens” (MONOD, 1876, p. 31). Ao sugerir a combinação de características aparentemente contraditórias – a erudição e a literatura, a simpatia pelo objeto de estudo e o espírito crítico, o coração e a inteligência –, Monod indicava suas diferenças com o modelo alemão, buscando o caminho da especificidade de uma ciência histórica francesa (BOILLOT, 2006, p. 36).

Apesar disto, Monod dedicou a maior parte de seu tempo no esforço de normatização científica do ofício do historiador. Na *Revue Historique*, Monod e Fagniez priorizavam a publicação de textos históricos “estritamente científicos”, que excluía severamente as generalizações vagas e os ornamentos estilísticos e literários. Mas também que respeitassem um recorte cronológico que exclui a história do tempo presente (de 395 a 1815). Assim se explicavam os diretores da revista:

É para este período que nossos arquivos e nossas bibliotecas conservam mais tesouros inexplorados ; e nós queremos nos manter, tanto quanto possível, distante de todas as polêmicas contemporâneas (MONOD;FAGNIEZ, 1876, p. 2).

Tendo em vista o considerável atraso da ciência histórica francesa, eles preferiam que os novos historiadores se preocupassem em analisar a massa de documentos que já se encontrava organizada e disponível, sobretudo documentos oficiais de história política.

1.4 - Charles Seignobos e a *Introduction aux Études Historiques*

Charles Seignobos foi outra importante figura da escola metódica francesa. Dez anos mais novo do que Gabriel Monod, Seignobos formou-se no ensino superior renovado pela Terceira República, e assumiu perfeitamente seus objetivos e ambições. Provinha de uma família de importantes protestantes republicanos do sul da França, seu pai era general e importante homem político. Frequentou a *École Normale Supérieure*

entre 1874 e 1877, e lá conquistou a *agrégation* em história, após acompanhar de perto os cursos de história de Fustel de Coulanges e de Ernest Lavisse. Entre 1877 e 1879, realizou a ritualística viagem de estudos à Alemanha, onde frequentou seminários de história medieval com mestres da Universidade de Göttingen (CHARLE, 1998, p. 130). Quando retornou, ensinou por pouco tempo em alguns liceus, e foi logo contratado como *maître de conférences* na Universidade de Dijon, ainda em 1879. Antoine Prost sugere que a entrada de Seignobos tenha sido facilitada pela intervenção de seu pai, conhecido deputado republicano, já que era bastante raro, mesmo em uma pequena universidade de província, que um professor de liceu atingisse tal cargo tão rapidamente sem o título de doutor (PROST, 1994, p. 102).

Ao retornar da temporada de estudos na Alemanha, Seignobos publicou, graças à tutela de Ernest Lavisse, alguns artigos sobre o sistema universitário alemão na *Revue Internationale de l'Enseignement – l'Enseignement de l'histoire dans les universités allemandes* (1881) e *l'Enseignement de l'histoire dans les facultés* (1883). Tendo sempre o caso alemão em vista, Seignobos concluía nestes textos que uma pesquisa histórica realmente científica só poderia ser realizada no seio do ensino superior universitário. Ele defendia, portanto, a adoção de um sistema de bolsas de estudos, pois percebia que, em paralelo ao trabalho como professor nos liceus, dificilmente um historiador conseguiria conduzir pesquisas mais rigorosas (CHARLE, 1998, p. 131).

A permanência por alguns anos na Universidade de Dijon causou certo desconforto a Seignobos que, durante a elaboração de sua pesquisa de doutorado, sentia-se insatisfeito com a falta de recursos das bibliotecas e arquivos locais. Gozando da estabilidade financeira que a fortuna familiar lhe proporcionava, ele abandonou seu posto em Dijon e foi para Paris. Na capital, Seignobos entrou mais tarde na Sorbonne pelas “portas dos fundos”, graças à outra intervenção em seu favor do antigo professor da *École Normale*, Ernest Lavisse. Nesta prestigiosa universidade parisiense, ele permaneceu por 42 anos, até sua aposentadoria. Na Sorbonne, Charles Seignobos atuou primeiramente como *privat-docent*, dando um curso livre sobre a história das instituições europeias. Somente em 1890 é que veio a se tornar oficialmente *chargé de pédagogie (sciences historiques)*. Nesta mesma instituição, Seignobos elaborou diversos

curso de história geral, vários dos quais publicou na *Revue des cours et conférences* entre 1892 e 1893 (PROST, 1994, p. 102).

As primeiras pesquisas históricas de Seignobos, quando era ainda um jovem pesquisador de vinte e poucos anos, indicam como ele foi formado de acordo com os fundamentos estabelecidos pela *Revue Historique*. Como salientou Prost, no primeiro artigo que publicou, em que discorria a respeito do ensino superior alemão, Seignobos dizia que o principal objetivo do historiador era descrever, tal como registrado nos documentos, as sociedades humanas do passado e suas metamorfoses no tempo (PROST, 1994, p. 103).

E na sua tese de doutorado, *Le régime féodal en Bourgogne jusqu'en 1360* (1882), pode-se observar já pelo seu subtítulo (“estudo sobre a sociedade e as instituições de uma província francesa na Idade Média”) como Seignobos estava distante daqueles estereótipos mobilizados pelos *Annales*. Fustel de Coulanges, leitor de Políbio, trazia problemáticas das instituições sociais na sua *Histoire des institutions de l'ancienne France* (1875), obra que serviu de inspiração a tese de Seignobos. Longe de fazer uma história política estritamente *événementielle*, dos grandes homens e das grandes batalhas, o autor defendia e praticava uma história social voltada para as instituições e para os homens de todos os níveis da hierarquia social, trazendo à luz inéditos documentos recolhidos no *Archives des Ducs de Bourgogne*. Logo nos primeiros parágrafos do estudo sobre a Borgonha medieval, Seignobos assim se exprimia:

O objetivo deste estudo é mostrar as origens, o caráter e as transformações da sociedade e das instituições de uma província da Idade Média [...] nós vimos que antes de chegar às instituições é preciso passar pelos homens aos quais elas servem : antes de falar do governo, nós procuramos ver as classes que formam a sociedade, a origem, a condição e o papel de cada um. Era necessário permanecer em um campo restrito onde fosse possível contar os habitantes, vê-los no trabalho e imaginar suas relações (SEIGNOBOS, 1975, p. VII).

Na introdução de sua tese, Seignobos sugeria o ensino da história das instituições como um antídoto à história-batalha, tão comum nos compêndios de história direcionados ao ensino secundário, onde se estimulava a memorização de nomes, datas, guerras, etc. Para ele, a história das instituições era uma espécie de história social, pois ela deveria se ocupar de todos os mecanismos que mantêm os homens em sociedade. Christophe Charle chega até mesmo a comparar o método de Seignobos à recente micro-história italiana: uma leitura exaustiva de casos judiciais onde podem ser encontrados diversas intenções e sentimentos humanos por parte daqueles que os redigiram (CHARLE, 1998, p. 135).

Portanto, pode-se perceber, junto com Antoine Prost e Christophe Charle, que nem mesmo um dos principais representantes da escola metódica defendia a história factual, ou história *événementielle*. Muito pelo contrário, Seignobos procurava, desde cedo, superá-la. Em seus cursos na Sorbonne, esboçou um projeto de história global com forte acento social, baseado na reflexão sobre as instituições. As aulas começavam com lições sobre as sociedades antes de seguir para o estudo das instituições (PROST, 1994, p. 105).

No estudo de doutorado de Seignobos sobre o regime feudal na Borgonha também poderiam ser encontradas diversas críticas às generalizações apressadas e aos princípios abstratos de explicação. O jovem historiador revelava um descrédito quanto à possibilidade de se atingir a “verdade dos fatos” nas explicações globais. Para ele, era preferível que o historiador buscasse a especialização, seja de um país, de uma região, de um tema ou de uma época. Seignobos, portanto, havia assimilado perfeitamente o princípio de divisão do trabalho científico proposto pelos autores da *Revue Historique*. Esse tipo de estudo, mais monográfico, bem delimitado no tempo e no espaço, era mais compatível com as novas formas de divulgação que se estabeleciam: artigos em revistas especializadas, teses universitárias, comunicações em congressos, manuais de ensino superior, etc. Essas modificações também eram convenientes porque alteravam a forma de apresentação da historiografia, distanciando-a cada vez mais das formas literárias (CHARLE, 1998, p. 129).

Como observou Wolf Lepenies, desde meados do século XIX, diversas disciplinas e grupos intelectuais enfrentavam-se em disputas pela primazia do discurso capaz de fornecer a explicação e a orientação-chave da civilização moderna, da nova sociedade industrial que se formava (LEPENIES, 1996, p. 11). Esse combate não ocorria apenas em jornais e periódicos especializados, mas também na busca por lugares de poder, espaços institucionais e universitários. A partir da década de 1890, quando a história passava a enfrentar com mais dificuldade a concorrência com outras ciências humanas, Charles Seignobos mudou o foco de sua atenção, da França medieval para as questões metodológicas da história. As novas disciplinas, como a sociologia e a geografia, aderiam com ainda mais força ao modelo objetivista das ciências experimentais, passando a acusar a história de pouco científica. Sociólogos durkheimianos, como François Simiand, chegaram até mesmo ao ponto de sugerir a total subordinação da história à sociologia. A história deveria se tornar apenas uma disciplina auxiliar, que servisse de repertório de exemplos para o estudo dos fatos sociais (CHARLE, 1998, p. 133-134).

Nesta segunda fase, mais voltada às questões de ordem metodológica, Seignobos demonstrou, em diversas ocasiões, maior desconfiança quanto à possibilidade de se atingir a “verdade” de determinada realidade histórica. Desanimado com o fato de que, ainda no final do século XIX, grande parte dos historiadores franceses permaneciam, do ponto de vista metodológico, autodidatas, Seignobos juntou-se a Charles-Victor Langlois, nos anos de 1896 e 1897, para ministrar cursos de metodologia da história destinados aos ingressantes da Sorbonne. No esforço de divulgação instrutiva dos princípios “oficiais” da crítica dos documentos aos iniciantes, estas aulas foram condensadas no conhecidíssimo manual *Introduction aux études historiques* (1898) (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1954, p. 12).

O livro pretendia detalhar de maneira pedagógica todas as operações de leitura e interpretação das informações com as quais o historiador se defronta durante seu trabalho. Os autores buscavam enumerar as etapas do aprendizado do *métier* do historiador, com ares de “rito de iniciação” (CHARLE, 1998, p. 136).

O ofício do historiador foi, então, dividido em três etapas: conhecimentos prévios, operações analíticas e operações sintéticas. A primeira parte, a chamada “heurística”, seria aquela da busca de documentos, da sua localização em arquivos, bibliotecas e museus, da sua busca a partir da leitura de diversos inventários e catálogos. Neste sentido, os autores destacavam a importância fundamental de o historiador dispor de instrumentos de trabalho adequados. A heurística era ainda muito penosa de ser realizada na França da época, em razão das precárias condições dos repertórios gerais e inventários descritivos. Segundo Langlois e Seignobos, naqueles tempos “Raros são os depósitos de que possuímos inventários descritivos completos e muitos os acervos que se conservam ainda em célebres estabelecimentos, com apenas parte de suas coleções inventariadas, aguardando quem os queira ordenar e descrever” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1954, p. 22).

A segunda parte, analítica, recorria ao conhecimento das ciências auxiliares da história, ao conhecimento filológico e ao estudo das línguas. Ela subdivide-se em duas operações críticas, uma externa e outra interna. A crítica externa comporta sucessivamente a crítica de restauração, de procedência e a classificação das fontes (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1954, p.51-78). Enquanto a crítica interna abrange a parte hermenêutica (crítica de interpretação) do documento e as críticas de sinceridade e exatidão, que determinam se o autor foi sincero, exato, falacioso ou incorreto (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1954 p. 100-120)

Os autores sugeriam até mesmo que essas anotações analíticas deveriam ser feitas em fichas temáticas, um hábito mais “profissional”, e não mais em cadernos, como era o hábito dos “amadores”, pois as fichas permitiam uma constante atualização de acordo com os progressos da ciência. Era desaconselhável o hábito de fazer anotações em cadernos. Ao anotar em um caderno, do princípio ao fim, e na ordem em que são encontrados os textos analisados, os estudiosos “se asfixiam nas notas, resumos, cópias, na inútil papelada que eles próprios desordenadamente acumularam”, sendo forçados a reler de cabo a rabo todos os seus cadernos. O sistema de fazer as anotações de cada texto em fichas separadas e móveis trazia, segundo eles, vantagens evidentes:

A mobilidade das fichas permite classificá-las à vontade, em um sem-número de combinações diferentes, segundo as necessidades: é fácil reunir todos os textos da mesma espécie e fazer, em cada grupo, as intercalações exigidas pela descoberta de novos elementos (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1954, p. 73).

Desta maneira, o historiador deveria preencher as fichas de cada documento com suas análises, limitando-se a anotar os trechos que lhe parecessem interessantes ou úteis.

Encerradas as operações analíticas, pula-se para a terceira parte, que realiza a passagem dos fatos à construção histórica final em uma síntese. Neste momento, o historiador organiza os fatos que estabeleceu e busca compreender a relação que existe entre eles. Como observou Pedro Eduardo Portilho de Nader, Langlois e Seignobos mostravam-se, portanto, bastante distantes dos princípios positivistas, pois admitiam categoricamente um papel extremamente ativo do historiador, tanto na passagem dos documentos ao estabelecimento dos fatos quanto na etapa que leva os fatos à construção final (NADER, 1994, p. 67).

Seignobos e Langlois buscavam explicar que a história não era uma ciência como as outras, pois ela é puramente intelectual e subjetiva. Os objetos da história, os acontecimentos do passado, não podem mais ser observados, eles já não existem mais em si. O historiador só pode conhecê-los de maneira indireta, pelos seus vestígios, os “documentos”. Os objetos de estudo do historiador não são, portanto, objetos “reais”, mas apenas representações escritas deles, que são inscritos em documentos históricos. Assim escreviam os autores franceses:

Em história, *nada vemos* de real, a não ser o papel escrito e, algumas vezes, monumentos ou produtos fabricados [...] A análise histórica não é mais real que o ato de ver os fatos históricos; é um simples processo abstrato, uma operação puramente intelectual. A análise de um documento consiste em procurar *mentalmente* as informações nele contidas, para criticá-las uma por uma (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1954, p. 151-152).

Alguns anos mais tarde, em *La méthode historique appliquée aux sciences sociales* (1901) Seignobos retomou o mesmo argumento. Segundo ele, justamente por produzir conhecimento indireto, o método histórico é “evidentemente inferior” ao método de observação direta das ciências experimentais (SEIGNOBOS, 1909, p. 5). Entretanto, a aceitação desse caráter intrinsecamente subjetivo da história não a torna “menos científica”. A utilização do método crítico, detalhado passo a passo por Langlois na parte inicial da *Introduction*, podia não ser o suficiente para se atingir a “verdadeira” realidade do passado. Mas certamente permitia ao historiador distinguir o provável, do duvidoso e do falso (CHARLE, 1998, p. 134). Seignobos destacava que mesmo as ciências experimentais, quando se vêm frente a necessidade de conhecer a “evolução” de alguma coisa, são obrigadas a recorrer ao método histórico indireto, que permite comparar os fatos do presente, observável, e os fatos não-observáveis do passado (SEIGNOBOS, 1909, p. 5).

No prefácio da obra *Histoire politique de l'Europe contemporaine. Évolution des partis et des formes politiques* (1897), Seignobos reconhecia que o método histórico-científico é insuficiente para a prática da história do tempo presente. Segundo ele, é inviável, ou mesmo impossível, escrever a história contemporânea de acordo com as regras científicas estabelecidas pelos próprios metódicos. Uma vida inteira de dedicação aos estudos não seria suficiente para a avaliação crítica e rigorosa dos documentos oficiais de um só país, quanto menos de toda a Europa, ou do resto do mundo. Entretanto, ao contrário de Gabriel Monod e dos animadores da *Revue Historique*, que preferiam excluir o período contemporâneo e focar-se nos tempos medievais e modernos, Charles Seignobos buscou fazer a história contemporânea de sua própria maneira (PROST, 1994, p. 107).

Na virada do século XIX para o XX, Seignobos realizou uma transição do historiador de gabinete, que rejeita veementemente a historiografia da década de 1830, para o intelectual engajado e pacifista. Desde seus tempos de *normalien*, ele cultivava a reputação de ferrenho republicano anticlerical. Mas é somente em fins da década de 1890 que ele passou a orientar a maior parte de seus esforços numa espécie de “missão cívica” e republicana. Seignobos dedicou muito tempo tentando esclarecer a opinião pública dos absurdos da violência antissemita que reinava na França à época do caso

Dreyfus, que estava sob a orientação intelectual principal de Maurice Barrès e Charles Maurras. Como observou Christophe Charle, Seignobos recorria ao conhecimento erudito do historiador e ao método crítico de leitura dos documentos históricos para refutar os erros e ignorâncias mobilizados por jornalistas e intelectuais na imprensa. Ele publicou dezenas de textos politicamente engajados na França e em diversos outros países da Europa. Em 1907, criou, em parceria com W. von Vlugt, o hebdomadário *L'Européen* (CHARLE, 1998, p. 146).

O combate político se tornou, então, a paixão principal de Charles Seignobos, que publicou regularmente artigos, em revistas e periódicos franceses e estrangeiros, muitas vezes realizando balanços da cena política contemporânea. Quando atuava na imprensa, buscava traçar uma imagem coerente do passado recente e da situação política das nações europeias, sempre de acordo com seus critérios republicanos e democráticos, sobretudo no período entreguerras. Depois da 1ª Guerra Mundial, ele obteve até mesmo uma cadeira de história política dos tempos modernos e contemporâneos na Sorbonne (PROST, 1994, p. 103). Como destacou Christophe Charle, para Seignobos a vida de intelectual engajado nas questões políticas contemporâneas estava perfeitamente de acordo com a sua tradição familiar e religiosa (seu pai havia sido, como destacamos, um influente político protestante). E estava de acordo também com sua formação nos corredores da *École Normale Supérieure* (de forte caráter socialista e *dreyfusard*) e com a ambição de seu nacionalismo republicano, a obsessão por difundir universalmente as Luzes para formação de cidadãos (CHARLE, 1998, p. 147).

Além de sua participação na imprensa diária, Seignobos também incorporava sua “missão cívica” ao dedicar-se na formação pedagógica de cidadãos republicanos. Como observou Antoine Prost, mesmo sendo muito admirado pelo gosto do trabalho rigoroso e por sua imensa e múltipla curiosidade, Seignobos nunca se realizou inteiramente como professor universitário. Não era dotado de grandes capacidades oratórias (muito pelo contrário, seus alunos frequentemente se queixavam de sua gagueira e de sua fala muito rápida, difícil de acompanhar). Ele buscou difundir seus conhecimentos históricos por outras vias, como a redação de diversos manuais escolares

para os mais diversos níveis de ensino, e pela escrita de várias sínteses explicativas destinadas ao grande público (PROST, 1994, p. 103).

Seignobos considerava a história a disciplina mais importante e sólida para a realização de uma pedagogia cívica. Durante as reformas do ensino secundário de 1902, ele colaborou ativamente para a reformulação do programa da disciplina histórica, pois considerava que apenas esta poderia fornecer um conhecimento indispensável na educação de uma sociedade democrática. Sobre este assunto, dedicou sua famosa conferência, *L'enseignement de l'histoire comme instrument d'éducation politique* (1907), pronunciada no *Musée Pédagogique* de Paris. Esta conferência não foi apenas um simples discurso pedagógico, mas uma argumentação *dreyfusard* e republicana contra-ofensiva, que visava prevenir a juventude da sedução e do perigo autoritário e anti-semita mobilizado pela extrema direita francesa (CHARLE, 1998, p. 145-148). O historiador francês ressaltava, assim, a importância da história para a educação e formação dos cidadãos em uma república democrática, liberal e progressista. De acordo com ele, « a história é uma ocasião de mostrar um grande número de fatos sociais, ela permite repassar conhecimentos precisos em matéria de sociedade »(SEIGNOBOS In PROST, 1994, p. 106).

Sob a sua ótica, a história deveria ter como um de seus objetivos a formação de cidadãos a partir de critérios republicanos e democráticos. A história cívica de Seignobos pretendia se distanciar simultaneamente de utopistas, como Rousseau, e de reacionários, como os representantes da aristocracia católica francesa. Nessa última fase de sua carreira, Charles Seignobos praticamente abandonou a pesquisa histórica científica e passou a se dedicar quase que exclusivamente na difusão de uma visão político-pedagógica republicana. Ele temia que a “boa” historiografia, praticada no ensino superior com a adoção de metodologia rigorosa e científica, fosse lida unicamente por especialistas e iniciados, enquanto a “má” historiografia, que toma partido, ensaísta e reacionária, expandia-se nos diferentes segmentos da opinião pública. Era preciso, a seu ver, defender a “boa” história na imprensa e assumir a educação política das novas gerações (CHARLE, 1998, p. 149).

Podemos perceber que a escola metódica francesa foi muito mais rica e complexa do que se costuma dizer por aí. Certamente, o afã pelas questões de ordem metodológica resultou em certos exageros, onde as ciências auxiliares da história e a crítica dos documentos cresceram a ponto de tornarem-se objeto exclusivo do historiador, onde alguns pesquisadores perderam-se em pesquisas obsessivas sobre pormenores insignificantes, negligenciado completamente a síntese interpretativa. Como observou Bonnie Smith, diversos escritores do século XIX denunciaram o perigo da busca por documentos e livros raros conter elementos de irracionalidade, loucura e perversão (fetiche pela documentação) (SMITH, 2003, p. 259). Mas nada que justifique a rejeição completa da historiografia metódica. Como diz o ditado, deve-se tomar cuidado para “não atirar o bebê limpo junto com a água do banho”.

Esta historiografia metódica incorporava várias características republicanas: ela era engajada em missões patrióticas e extremamente anticlerical, com considerável tendência socialista e *dreyfusard*. Para os metódicos era necessário realizar a dupla tarefa de garantir a autonomia científica dos estudos históricos e de fazer frente ao nacionalismo xenofóbico e antirrepublicano que tomou força a partir de 1890, a *nouvelle droite*. Para tanto, eles dividiram suas atividades em duas etapas: a de análise (baseada nos princípios do método, que exigia imparcialidade do historiador e que se recusava a deter-se sobre questões contemporâneas) e a de síntese, como se observa na redação de manuais escolares e acadêmicos, e nas obras de divulgação para o grande público, ambos de instrução cívica e pedagógica. Na primeira etapa, encontrava-se o dever de estar de acordo com os rigorosos modelos de cientificidade da atmosfera da segunda metade do século XIX; na segunda, complementada pela atividade regular em jornais e revistas, cumpria-se as obrigações morais, cívicas e republicanas. A difusão do conhecimento, a exaltação e a defesa da pátria uniam-se na ideologia republicana francesa.

Recheada de contradições, a escola metódica francesa se pretendia imparcial e exigia um método rigoroso de trabalho. Ao mesmo tempo, visava um engajamento no mundo contemporâneo, com preocupações político-pedagógicas, publicando na imprensa, lançando grandes sínteses históricas em diversos projetos editoriais. Como destacaram Guy Bourdieu e Hervé Martin, a escola metódica “funda simultaneamente

uma disciplina científica e segrega um discurso ideológico”, ela “quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objetividade absoluta no domínio da história”, ao mesmo tempo em que seus representantes “veneram o regime republicano, alimentam a propaganda nacionalista e aprovam a conquista colonial” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 97)

1.5 – Os anos de formação de Henri Hauser

Henri Hauser escreveu sobre sua formação intelectual em *Souvenirs d'un vieux grand-père à sa petite fille*. Além de destacar o patriotismo ardente de sua família, o historiador apontou neste texto que a possibilidade de seguir uma carreira intelectual lhe foi sugerida e estimulada pelo tio, Henry Aron (1842-1885), escritor e diretor da *Revue des Deux Mondes*. A influência deste tio do lado materno, que havia sido brilhante aluno do célebre Liceu Charlemagne e *ex-normalien*, foi considerável. Segundo Hauser, foi o tio Henry quem mais lhe incentivou a dedicar-se aos estudos de história e das letras (HAUSER, 2006, p. 318).

Hauser também mencionou nestas memórias ter frequentado o prestigioso Liceu Condorcet de Paris, buscando preparar-se para os exames da *École Normale Supérieure*. O Liceu Condorcet é, ainda hoje, uma das instituições de ensino mais antigas e reconhecidas da França. Fundado em 1803, este Liceu é conhecido por ter mantido ao longo dos anos professores de altíssimo nível, tais como Stéphane Mallarmé (1842-1898), Paul Desjardins (1859-1940) e Paul Bénichou (1908-2001). E também por acolher alunos que vieram a se tornar nomes ilustres do pensamento e das letras francesas, dentre eles Hippolyte Taine, Marcel Proust, Paul Verlany, Henri Bergson, Raymond Aron, Claude Lévi-Strauss, etc. Nos tempos em que Hauser frequentou esta instituição de ensino, a partir da segunda metade do século XIX, ela abrigava grande número de alunos protestantes e judeus, e incentivava os alunos a desenvolverem-se, sobretudo, em questões do espírito e da literatura.⁵

⁵ Estas informações foram retiradas do site www.lycee-condorcet-paris.fr, visitado no dia 09/04/2015.

A preocupação com o estudo das línguas era uma característica bastante peculiar do ensino da época. Ainda no liceu, Henri Hauser já estava familiarizado com a leitura e traduções de alemão, inglês, italiano e espanhol. Esta formação estimulou o gosto de Hauser pela filologia comparada (HAUSER, 2006, p. 332).

Dos tempos de liceu, Hauser destacou, em tons nostálgicos, as aulas de retórica com Maxime Gaucher (1828-1888), conhecido crítico e colaborador da *Revue Bleue*, (mais tarde transformada em *Revue Politique et Littéraire*). Este professor incentivava os alunos a prepararem exposições orais, fazendo os alunos declamarem seus textos em voz alta, corrigindo-os rigorosamente quando pronunciavam expressões equivocadas ou ornamentos pomposos e desnecessários. Sobre as rigorosas aulas de Gaucher, o autor assim se expressou em suas memórias:

Esta correção à voz alta, com toda a classe por julgar, tinha um efeito implacável graças à direção do mestre que não deixava passar nada. Ligações perigosas, hiatos, expressões equívocas ou prosas poéticas, erros grosseiros, nada era poupado ! (HAUSER, 2006, p. 336).

Se no ensino primário, o estudo de história se limitava à memorização de detalhes de negociações diplomáticas, de operações militares e de sucessões reais, no ensino secundário Hauser fascinou-se pelas obras dos historiadores da Restauração, aqueles que escreviam uma história patriótica da Revolução Francesa. Autores como Guizot e Thierry lhe inflamavam os sentimentos republicanos. Seus favoritos eram Michelet – *História da Revolução Francesa* (1846-1853) – e Edgar Quinet, *La Révolution* (1865), autores que leu e releu com uma “admiração religiosa”. Victor Hugo, cuja obra era capaz de catalisar as aspirações nacionais em personagens míticos que encarnavam o “povo francês”, era, na literatura, uma de suas leituras favoritas. O autor de *Os Miseráveis* era objeto de uma verdadeira idolatria na França do final do século XIX. O misticismo social e o messianismo presentes em sua obra reforçavam a “lenda” da Revolução Francesa mobilizada por Michelet e outros historiadores de 1830 (HAUSER, 2006, p. 339).

Tendo sido admitido nas primeiras posições do exame, em 1885 Hauser ingressou na *École Normale Supérieure*. Além de tornar-se colega próximo de Georges Dumas, nesta instituição ele conviveu intensamente com grandes intelectuais daquele momento: Gabriel Monod (História) e Vidal de la Blache (Geografia), figuras que tiveram forte impacto em sua formação. Em 1888 obteve a *agrégation* em história e geografia (HAUSER, 2006, p. 339).

H. Hauser relatou em suas lembranças da *École Normale* que seu interesse pela Revolução Francesa de 1789 destoava um pouco das preocupações principais dos professores daquela instituição, que se ocupavam mais com os períodos modernos. Mesmo assim, sob a orientação de Gabriel Monod, Hauser tratou de estudar a história política da França revolucionária, examinando minuciosamente as constituições francesas de 1791 ao ano VIII (HAUSER, 2006, p. 9).

1.6 – Henri Hauser e a Escola Metódica

Grande admirador dos historiadores da Restauração e frequentador das instituições de ensino superior reformadas pela Terceira República, Henri Hauser formou-se como historiador profissional sob os preceitos da escola metódica. Gabriel Monod, como vimos, foi um de seus principais mestres, desde as aulas na *École Normale Supérieure* até a orientação de sua tese de doutorado sobre *François de La Noue* (1892)⁶. A obra de Hauser carrega dentro de si profundas marcas dessa formação metódica.

Isto fica particularmente evidente em seus textos de juventude, publicados entre as décadas de 1890 e 1910. Nesses escritos podemos perceber que H. Hauser estava bastante familiarizado com uma concepção de história majoritariamente política, centrada no Estado. O modelo de seminário rankeano que inspirou os historiadores metódicos franceses acabava por privilegiar a análise de documentos relacionados ao

⁶ Henri Hauser dedicou ao menos três de suas obras a Gabriel Monod. Além de sua tese de doutorado sobre *François de la Noue* (1892), ele dedicou o primeiro volume de *Sources de l'histoire de France* « à mon maître Gabriel Monod et signée d'affectueux respect » (HAUSER, 1906). *Études sur la Réforme Française* (1909) também contém dedicatória « au maître qui guide mes premiers pas dans la carrière historique, et qui accueillit mes premiers essais, à Gabriel Monod » (HAUSER, 1909).

Estado, principalmente documentos políticos e diplomáticos. A leitura dos primeiros textos de Hauser, publicados a partir de 1890, nos indica que o autor estava mergulhado nos arquivos diplomáticos, estudando intensamente a correspondência dos principais reis, diplomatas, líderes religiosos, militares e homens de negócio do século XVI.

Em 1891, em seu primeiro artigo publicado na *Revue Historique*, *Antoine de Bourbon et l'Allemagne*, o autor discutiu a correspondência do rei de Navarra com diversos pensadores protestantes. No ano seguinte, Henri Hauser apresentou como tese de doutorado a biografia de François de la Noue, chefe militar e escritor huguenote. Sua tese revelava uma sólida pesquisa em arquivos, ela continha cerca de 30 cartas inéditas do personagem biografado (HAUSER, 1892, p. XIII).

Entre 1906 e 1915, H. Hauser participou de uma ambiciosa empreitada editorial, que resultou na obra *Sources de l'histoire de France*, em quatro longos volumes. O autor foi convidado a preparar um inventário com os principais documentos para a história da França do século XVI, a pedido de Auguste Molinier (1851-1904), medievalista da *École des Chartes* que havia preparado um volume análogo referente à Idade Média. O esforço empreendido nesta obra indica como Hauser preocupava-se muito em aprimorar aquilo que Langlois e Seignobos chamaram de “Heurística”, produzindo ferramentas de trabalho que colaborassem com o desenvolvimento regular e sistemático da ciência histórica (HAUSER, 1906, p. XV). Neste projeto, o método de apresentação seguiu o de Molinier. Um apanhado geral onde examinava e classificava as fontes relativas a todo aquele período, seguido de uma seção especial onde listava os documentos selecionados em ordem cronológica. Além de destacar quais eram os principais documentos que deveriam ser consultados para se escrever uma história do século XVI francês, e onde estão localizados, Hauser realizou rápidas análises quanto à forma destes escritos. O autor salientou, por exemplo, o surgimento de uma nova categoria de fonte histórica, resultado da utilização da imprensa pelo governo real, a “imprensa oficial”, chamando a atenção para o fato de que “a história oficial” nunca é um retrato fiel da realidade, mas apenas a história que a realeza queria que fosse escrita (HAUSER, 1906, p. 11).

Nos quatro volumes de *Sources de l'histoire de France*, Hauser selecionou crônicas, memórias, jornais oficiais, panfletos, obras historiográficas e literárias. Mas a ênfase, sem dúvida, recaiu sobre as coleções de documentos oficiais, correspondências diplomáticas de reis e príncipes e diários de personagens importantes. O autor destacou a importância primordial do estudo das correspondências que revelam os segredos da diplomacia real. São documentos que, segundo ele, trazem importantes informações sobre os eventos e as opiniões de atores históricos no calor do momento. No segundo volume, Hauser destacou: « Todos os personagens do século XVI escrevem cartas, e eles as escrevem bastante [...] nós vemos se constituir coleções de cartas-missivas, minutas ou originais » (HAUSER, 1912, p. 12). No terceiro volume, sobre as guerras de religião, alertou para o fato que, apesar de ser por vezes enfadonho e maçante, o conhecimento dos diversos conflitos e rixas que se desenvolvem no âmbito da política e da nobreza colabora em muito com a compreensão dos documentos do período. Portanto, H. Hauser considerava essencial a leitura da “admirável” correspondência da Catarina de Médici, “verdadeiro tesouro onde revivem o dia a dia das hesitações da política real”. E também « as cartas do Cardel de Armagnac, de Fouqueval, de Saint-Sulpice, etc, isto é de embaixadores ou de agentes reais, e também cartas de observadores perspicazes, como Hubert Languet » (HAUSER, 1912, p. 16).

Este apreço pelos documentos diplomáticos e pelos diários de grandes personalidades também se manifesta em alguns artigos que o historiador francês publicou na *Revue Historique*, enquanto preparava e publicava *Sources de l'histoire de France*. Em *Le Journal de Louise de Savoie* (1894), Hauser analisava o diário da mãe de François I, Louise. Para ele, tratava-se de um documento riquíssimo por seu valor cronológico. A mãe de François I, bastante culta e refinada, contava o tempo da mesma maneira dos astrônomos de seu tempo. Além de registrar numerosos fenômenos meteorológicos e astronômicos, ela também buscou fazer seu relato com o máximo de precisão possível. Ela contava não apenas os meses, mas os dias, as horas e até mesmo os minutos. Nesse texto, o grande apreço de Hauser pela cronologia e por detalhes que atualmente consideramos supérfluos fica bastante evidente: « Nós aprendemos assim que a rainha Ana nasceu às 5 horas da manhã, o príncipe Charles às 9 horas e 40, o

príncipe [francês] às 5 horas e 18 da noite, o imperador Maximiliano às 4 horas e 40, Henri de Orléans às 7 horas e 6 da manhã » (HAUSER, 1894, p. 297).

De maneira geral, podemos dizer que os escritos históricos de Hauser seguem à risca o conselho que Langlois e Seignobos repetiram várias vezes na *Introdução aos Estudos Históricos*: “A classificação cronológica se impõem, em princípio, sempre que seja possível” (LANGLOIS;SEIGNOBOS, 1954, p. 76); “é indispensável seguir, tanto quanto possível, a ordem cronológica, pois foi nela que os fatos se produziram e por ela podemos estabelecer as causas e os efeitos” (LANGLOIS;SEIGNOBOS, 1954, p. 213-214); “Quando se trata de fatos datados com precisão, a ordem indicada é a cronológica” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1954, p. 215).

Nesta mesma linha, H. Hauser não concebia o pensamento histórico sem uma sólida base cronológica. É o que nos sugere Paul Gerbod, que estudou a faceta de educador de Hauser. Gerbod destacou o artigo *D’emploi du sommaire dans l’enseignement de l’histoire*, publicado no *Bulletin Universitaire de l’enseignement secondaire*, em 1891, onde Hauser argumentava em favor da técnica de ditar antes das lições um resumo conciso, simples e preciso do conteúdo a ser trabalhado, o *sommaire*. A seu ver, essa técnica, permitira ao professor substituir os manuais que raramente eram abertos pelos alunos. E também possibilitaria a inserção de um quadro cronológico quando a lição adotasse uma ordem mais lógica que cronológica. Hauser estava ciente de que a história não deveria reduzir-se a mero estudo de sucessivos fatos e datas. Porém, ele considerava que a base cronológica era indispensável para reinserir a história local, regional ou nacional (GERBOD, 2006, p. 26).

Sobretudo nos textos que foram publicados na *Revue Historique*, podemos observar que Henri Hauser buscava divulgar documentos raros ou inéditos, analisando-os rigorosamente de acordo com os preceitos do método histórico.

À luz da análise crítica minuciosa e rigorosa dos documentos disponíveis, ele discutiu o local de nascimento de Cristóvão Colombo – uma típica preocupação da história *événementielle* – com o erudito espanhol D. Francisco R. de Uhagon, em *Colomb n’est pas né à Savone* (1892). No ano seguinte, ele respondeu as críticas que Denys d’Aussy publicou na *Revue de Saintonage et d’Aunis*. D’Aussy questionou a

autenticidade das cartas inéditas apresentadas em sua tese de doutorado, afirmando que boa parte delas foram, na realidade, redigidas por Philippe du Fresne Canaye, colega e editor de François de La Noue. A partir daquilo que Seignobos e Langlois denominaram de “crítica de procedência”, ou seja, por meio da comparação analítica das cartas e dos demais textos de La Noue (principalmente os *Discours Politiques et Militaires* e as *Lettres sur la conversation du roi*), Henri Hauser reafirmou que o chefe huguenote era o autor daqueles documentos, em *Sur l’authenticité des Discours de La Noue* (1893). Em *Deux brefs inédites de Léon X à Ferdinand* (1909), Hauser apresentou correspondências inéditas do papa Leão X. E em *Les Acta Tumultuum Gallicanorum* (1911), apresentou um documento raro, que mostra o ponto de vista católico das guerras de religião do século XVI.

As marcas da formação metódica de Henri Hauser transparecem também em suas obras de história social e econômica, como em *Ouvriers du Temps Passé* (1899). Com o objetivo de examinar as condições materiais de vida de trabalhadores industriais franceses dos tempos modernos, Henri Hauser descreveu o processo de regulamentação do trabalho pelo Estado francês, desde o século XVI. Para tanto, ele analisou criticamente diversos textos legislativos produzidos pelo poder real ou por corporações, textos jurídicos e, principalmente, numerosos contratos de trabalho (HAUSER, 1927, p. XX).

Em *Ouvriers du Temps Passé*, Hauser se definiu como um “um trabalhador modesto” e admitiu ter tentado aplicar o mesmo método que aprendeu com o seu “mestre de história”. Pois, de acordo com ele: “a história social não deve ser estudada e nem escrita com um outro método diferente da história política, religiosa ou literária”; ou seja, para ele, a história não podia ser feita à luz de fórmulas *a priori*, mas apenas a partir da leitura crítica dos textos da época. Formado nos moldes da escola metódica, Hauser recusava todas as formas de teorização e ancorava sua argumentação apenas na leitura crítica dos documentos da época (HAUSER, 1927, p. XIX).

Hauser também utilizava o método crítico como arma de combate, apontando uma série de equívocos nas obras de autores das novas ciências sociais, que também se interessavam e escreviam sobre o mesmo assunto. Assim, observou que os regimes de

trabalho nos séculos XV a XVII foram muito mais complexos do que supunham sociólogos, socialistas cristãos e economistas. Boa parte deles estava de acordo em encarar, equivocadamente, os regimes de trabalho como “blocos homogêneos”. Esta falha seria, de acordo com ele, decorrente de pesquisas desleixadas e assistemáticas. Iludiam-se estes autores por não consultarem diferentes arquivos. A maior parte dos documentos que utilizavam dizia respeito à cidade de Paris, e os casos parisienses eram generalizados para todo país. A estes casos, Henri Hauser considerava fundamental contrapor diferentes situações provincianas. Ao fazer isto, o historiador poderia observar que, pela proximidade com o poder real, na cidade de Paris os regimes de trabalho funcionavam de maneira mais rígida e supervisionada do que em regiões mais distantes, onde o poder real raramente alcançava. Por não possuírem domínio do método crítico de interpretação histórica, estes outros pesquisadores tomavam a parte pelo todo e acabavam por acreditar ingenuamente nos documentos oficiais, como se estes fossem espelhos precisos da realidade histórica (HAUSER, 1927, p. XXVIII).

H. Hauser mostrava-se ciente de que o método crítico histórico poderia tornar o texto menos atraente para os leitores, por carregar longas citações, notas e etc. Mas esse seria, a seu ver, o preço a se pagar por um conhecimento objetivo do passado. Segundo ele: « pareceu-me que era a única maneira de obter resultados precisos com alguns documentos e de escapar das generalidades » (HAUSER, 1927, p. XIX).

Assim como a historiografia metódica em geral, *Ouvriers du Temps Passé* também carrega consigo o desejo de objetividade científica, de isenção de preconceitos e de julgamentos de valor. No prefácio desta obra, Henri Hauser afirmou categoricamente: « É essencial que nossa concepção do passado seja uma concepção objetiva, estritamente conforme a realidade histórica, e não uma construção arbitrária, encantadora ou repulsiva, de nossa imaginação » (HAUSER, 1927, p. XIV). Quase podemos ouvir os ecos da famosa máxima de Ranke quando o autor escreve que a história das questões econômicas e sociais não deve tomar partido; ela deve, ao contrário, ser escrita por um historiador que tenha como preocupação fundamental apenas “saber como as coisas se passaram” (HAUSER, 1927, p. XIV-XV).

Assim como Monod, Seignobos e Lavissee, H. Hauser também incorporou a missão cívica e pedagógica dos intelectuais da Terceira República. A ação pedagógica tem para todos eles uma importância fundamental. Eles compartilham da mesma crença; de que somente pela educação é possível fazer com que todos os cidadãos entendam que o bom funcionamento das instituições políticas e sociais de sua nação depende apenas deles mesmos. As fortes preocupações pedagógicas de Hauser se expressam claramente nas diversas publicações de manuais escolares destinados ao ensino da história e geografia, que realizou a partir da década de 1890. Dentre eles, podemos destacar os *Manuels du baccalauréat de l'enseignement secondaire classique. Histoire* (1894), o *Manuel des candidats à l'École Navale. Géographie* (1900) e as *Leçons de géographie pour la préparation au Brevet Supérieure dans les Écoles Normales primaires* (1905-1907). Paul Claval observou que, entre 1899 e 1919, Hauser colaborou, inteira ou parcialmente, em mais de 25 manuais escolares de geografia (CLAVAL, 2006, p. 46).

A função cívico-pedagógica da pedagogia da história também pode ser encontrada na obra científica de Hauser. Toda a sua obra está impregnada dos motivos do “novo” e do “moderno”. Sobretudo em sua interpretação do século XVI – especialmente nos livros *Les débuts de l'âge moderne* (1929) e em *La modernité du XVI siècle* (1930) – o autor refletiu sobre as ideias de “progresso” e de “unidade da humanidade”, presentes na obra de autores da época, como Rabelais, Jean Bodin, Bartolomé de Las Casas e Jean de Léry. Como destacou o historiador norte-americano Philip Benedict, a visão de Hauser sobre a “Modernidade” do século XVI é uma visão humanista, otimista, universalista e progressista (BENEDICT, 2006, p. 98).

Assim como a grande maioria dos historiadores formados nas instituições de ensino reformadas pela Terceira República, Henri Hauser procurou construir uma história que fosse um conhecimento objetivo do passado, mas que também fosse uma oportunidade de ensinar os valores democráticos, liberais, progressistas e republicanos. Assim, sobretudo em *La Modernité du XVI siècle*, o autor buscou escrever sobre a formação dos Estados nacionais, a secularização da política que se desenvolveu a partir das guerras religiosas, o desenvolvimento das relações diplomáticas, a busca pelo equilíbrio das potências europeias, etc. Como observou Philip Benedict, ao estabelecer que as origens das nações europeias estavam no século XVI, Hauser automaticamente

deixava em segundo plano a importância das tradições medievais e cristãs, tão defendidas pelos autores da *Revue des questions historiques* e pela *Action française* (BENEDICT, 2006, p. 99). E, como apontou Henri Heller, mesmo a interpretação histórica secularizada da Reforma francesa de Hauser em *Études sur la Réforme française* (1909), de que a crise econômica do século XVI teria favorecido a adesão de artesãos e trabalhadores ao protestantismo, encontra-se impregnada do anti-clericalismo republicano (HELLER, 2006, p. 102).

De maneira geral, podemos concluir junto com Herman Van der Wee que Henri Hauser manteve-se sempre muito apegado às formas narrativas da historiografia metódica, focando-se principalmente nas ações e intenções de atores históricos, sobretudo em situações de crise econômica e social (WEE, 2006, p. 120).

CAPÍTULO 2 – A HISTÓRIA SOCIAL E ECONÔMICA DE HENRI HAUSER

Apesar de sua formação sob os preceitos da escola metódica francesa – comentada no capítulo anterior –, foi, sobretudo, como pioneiro da história social e econômica que Henri Hauser consagrou-se enquanto historiador.

Desde seus primeiros escritos, H. Hauser demonstrou fortes preocupações com as realidades sociais e econômicas. Em sua tese de doutorado, escreveu a biografia de *François de La Noue* (1892), um célebre militar, líder protestante e escritor do século XVI. Como salientou Myrian Yardeni, o jovem Hauser, republicano engajado, se encantava pelo intenso patriotismo de La Noue. Ambos viam o sentimento nacional como fator decisivo na vida dos indivíduos (YARDENI, 2006, p. 299).

Henri Hauser admirava a prudência e moderação de François de La Noue, que viveu em um século rasgado pelo fanatismo e intolerância religiosa. O exemplo deste célebre huguenote era, para o autor, uma prova concreta de que existiu, entre os protestantes do século XVI, um partido moderado, disposto a estabelecer uma união mais ou menos respeitosa entre os cidadãos franceses, capaz de reconhecer as liberdades individuais. Apesar de preferir que todos os franceses se convertessem ao calvinismo, La Noue considerava que todos os cristãos eram “irmãos do sangue de Jesus”, e que poderiam, portanto, conviver harmoniosamente. A admiração do jovem historiador fica bastante evidente nas linhas conclusivas de sua tese de doutorado:

Ele (François de La Noue) incita o amor pela paz e pela concórdia até ao desejo, eu diria que até a mania de conciliação universal [...] Modéstia, bondade, bom senso fechado e direito, indulgência, coragem e doçura, patriotismo ardente, fervor tolerante, resignação ativa, uma bondade por vezes um pouco falha e um pouco quimérica : parece que aqui está todo La Noue [...] Ele merece, não só entre as glórias do protestantismo francês, mas entre as glórias nacionais, um lugar muito largo e muito brilhante (HAUSER, 1892, p. 289-290).

Para Hauser, era impossível explicar quem havia sido François de La Noue sem acabar contando boa parte da história do século XVI. A tese expunha o contexto de degradação do Estado monárquico francês, os tumultos de um país em guerra civil e o percurso das ideias protestantes em uma sociedade abalada pelo desequilíbrio econômico. Embora o Estado ocupasse posição central na reflexão de Hauser, a sua tese já continha importantes passagens que versavam sobre as condições econômicas e sociais do século XVI:

As guerras de religião da França, a revolta dos flamengos contra Felipe II, a organização militar dos franceses, a revolução econômica provocada pelas descobertas marítimas e seu contra-golpe sobre o Estado da nobreza, o duelo, a venalidade dos cargos, a educação dos jovens senhores, o desenvolvimento das ciências ocultas no final da Renascença, aí estão algumas das questões levantadas pelo estudo da vida e das obras de François de La Noue (HAUSER, 1892, p.XIX).

George Weisz acredita que esse enfoque social e econômico pode ter comprometido a recepção da tese de doutorado de Hauser, que foi bastante criticada em revistas especializadas de história. No entender do professor Weisz, esta má recepção da primeira obra publicada de Hauser explicaria, de certa forma, o seu difícil início de carreira no ensino superior, na longínqua e distante Universidade de Clermont-Ferrand, onde tornou-se *maître de conférences*, a partir de 1893 (WEISZ, 1979, p. 106).

2.1 – Início de carreira em Clermont-Ferrand

Apesar das adversidades, Henri Hauser teve um início de carreira muito produtivo e engajado. Como vimos no capítulo anterior, ele herdou a forte preocupação com as questões pedagógicas, cívicas e republicanas de seus mestres metódicos. Assim, desde os tempos na província da Auvérnia, ele buscou exercer da melhor maneira possível sua função de professor, educador e palestrante. A partir de comentários e depoimentos de ex-colegas de trabalho e ex-alunos, Paul Gerbod demonstrou como Hauser foi frequentemente representado como um orador de elocução fácil, clara, viva e elegante; um professor cujas aulas eram bem-compostas e ricas de observações

originais; um educador dinâmico, sempre à disposição de seus alunos (GERBOD, 2006, p. 26).

Em março de 1894, no anfiteatro da Faculdade de Letras da Universidade de Clermont-Ferrand, H. Hauser apresentou uma conferência sobre *La poésie populaire en France au XVI siècle*. Nesta ocasião, ele salientou a importância das obras literárias como fontes para o conhecimento histórico. As rimas das canções de poesias populares da época eram, a seu ver, tão fiéis, ou até mesmo mais instrutivas que as fotografias, porque eram capazes de revelar a “maneira de ser e de sentir” das classes mais populares. Henri Hauser buscava estabelecer, a partir dessas poesias, um “quadro completo” dos costumes da época. O que realmente lhe interessava era a maneira como estas pequenas canções populares retratavam os “males sociais” daquele período histórico (HAUSER, 1894, p. 3).

Em sua análise, Hauser mencionou apenas de passagem os poetas franceses mais conhecidos do século XVI, tais como, Ronsard e Du Bellay. A sua atenção recaía, ao contrário, em uma modesta corrente de poesias populares que teve bastante sucesso e repercussão na época. Essas poesias eram “populares” porque eram dirigidas para o povo e, frequentemente, produzidas pelo povo. As rimas destas poesias se difundiam através de pequenas canções pelas cidades do país. Eram, em grande parte das vezes, anônimas, da autoria de soldados e aventureiros desconhecidos que as cantavam para se distrair durante longas viagens. Mesmo sabendo que essas poesias populares não possuíam o brilho literário dos grandes poetas, Hauser salientava que elas poderiam tornar-se importantes documentos para ajudar a melhor compreensão das principais questões sociais e econômicas daquele tempo (HAUSER, 1894, p. 7).

As poesias recolhidas por Hauser eram diversas. Além das canções de soldados e viajantes, ele apresentou canções protestantes que traziam diversas passagens críticas à Igreja Católica, “poesias políticas de oposição” e canções satíricas, que eram cantadas nas escolas. De maneira geral, estas poesias populares expressavam o “ardor religioso” do povo. Mas também retratavam o sofrimento do camponês humilde, constantemente reprimido, roubado e arruinado por uma realeza que deveria, pelo menos em tese, protegê-lo (HAUSER, 1894, p. 25).

A partir de 1895, encontramos Henri Hauser ministrando diversas palestras em sindicatos de operários locais, expondo aos trabalhadores contemporâneos as condições

de vida e as dificuldades dos trabalhadores industriais do passado. De acordo com Paul Gerbod, Hauser dava, em média, três horas de conferência por semana, além de seus cursos regulares na Faculdade de Letras da Universidade de Clermont-Ferrand (GERBOD, 2006, p. 28).

No ano seguinte, Henri Hauser publicou seu primeiro artigo mais longo na *Revue Historique*, “*Étude critique sur la Rebeine de Lyon, 1529*” (t. 61, 1896). O autor partia de uma revolta de operários industriais na cidade de Lyon em 1529, buscando discutir o contexto efervescente em que este acontecimento aconteceu. Hauser destacava, no interior de uma grave crise econômica, o clima de revolta e insatisfação popular contra os comerciantes estrangeiros que habitavam aquela cidade. Reinava em Lyon um contraste social muito grande: de um lado, os trabalhadores industriais que sofriam com a alta dos preços; de outro, os comerciantes locais e estrangeiros que acumulavam capital e enriqueciam rapidamente. Henri Hauser esboçava uma história dos preços ao examinar as variações de preço dos produtos essenciais à população francesa da época, como o trigo. Ele também discutiu a substituição da cultura de cereais pela produção de vinho, que era mais lucrativa, e seu papel no aumento da fome na França (HAUSER, 1896, p. 267-269)

A partir de suas pesquisas nos arquivos de Lyon, o historiador francês analisou, sobretudo, os documentos “oficiais”, tais como: as assembleias consulares, os registros de roubo de gêneros alimentícios e os julgamentos daqueles que foram presos e punidos. Hauser acompanhou de perto essa revolta de 1529, que teve antecedentes em 1505 e em 1520. Tratava-se, de acordo com o autor, de um movimento grande e organizado, com aproximadamente 500 pessoas. (HAUSER, 1896, p. 293)

Era um momento em que os trabalhadores industriais estavam enfurecidos com os patrões, com os representantes das autoridades públicas e com os comerciantes enriquecidos. A partir dessas revoltas eles passaram a reconhecer a si próprios como uma classe social distinta. Surge assim, na visão de Hauser, um antagonismo social, uma luta de classes crescente no decorrer do século XVI. Ele destacava como, em alguns momentos, as autoridades locais viram-se impotentes frente ao levante de trabalhadores revoltosos. E também como foi importante o papel da participação feminina nestas revoltas. Vários dos nomes de perseguidos e presos eram de mulheres (HAUSER, 1896, p. 285).

De acordo com ele, a revolta social mesclava-se a questão religiosa. Hauser observava que diversos trabalhadores industriais converteram-se as novas ideias religiosas protestantes: “Em Lyon a agitação religiosa está sempre ligada estreitamente à agitação social [...] É imenso o número de mártires que a classe operária dará à Reforma”. As penúrias sociais seriam, portanto, as principais responsáveis por levar centenas de operários as crenças protestantes: « São os sofrimentos materiais, o caráter cada vez mais opressivo do sistema de corporações, são os vícios da oposição política e social contra a oligarquia urbana que jogou as massas operárias em novas vias » (HAUSER, 1896, p. 305-306).

Em 1899, Henri Hauser pediu afastamento da Faculdade de Letras de Clermont-Ferrand devido a problemas relacionados ao polêmico caso Dreyfus. Como veremos mais detalhadamente nos capítulos seguintes, Hauser participou de duas petições de protesto reclamando a revisão da condenação do capitão Alfred Dreyfus, o que lhe rendeu perseguições de segmentos católicos e antissemitas da conservadora cidade de Clermont-Ferrand. Somente no final de 1900, depois de uma temporada de estudos na Alemanha, é que Hauser conseguiu outro posto universitário, desta vez na província da Borgonha, na Faculdade de Letras da Universidade de Dijon, como catedrático de História Moderna e Contemporânea. Mas antes disso, publicou uma de suas mais importantes obras, *Ouvriers du Temps Passé* (1899).

2.2 – História dos trabalhadores industriais

Em *Ouvriers du Temps Passé*, seu livro de estreia, Hauser condensou as informações que vinha apresentando nas conferências sindicais de Clermont-Ferrand, sobre as condições materiais de vida dos trabalhadores industriais da França entre os séculos XVI e XVIII.

Este objeto de estudo era bastante complicado, sobretudo em razão da escassa documentação disponível. Como destacou Hauser, nunca se foi dada muita importância para a condição das classes mais populares, pelo menos até a Revolução Francesa de 1789. A literatura da época (séculos XVI a XVIII) é, sem dúvida, muito rica em detalhes da vida dos grandes homens e dos burgueses, até mesmo dos camponeses, mas não parece se interessar nenhum pouco pelos trabalhadores industriais. Hauser constatava

que, « essa pouca atenção que a literatura dá ao operário já é um indício do pouco valor social que ele possui » (Hauser, 1927, p. XL). Os principais documentos que poderiam lançar luz sobre o tema eram, a seu ver, textos legislativos, textos jurídicos, estatutos de confrarias e organizações operárias e, principalmente, contratos de trabalho, seu principal *corpus* documental (HAUSER, 1927, p. XX).

Em *Ouvriers du Temps Passé* o autor descreveu a organização do trabalho industrial na França dos tempos modernos. O processo de iniciação ao *métier* industrial funcionava em um sistema de aprendizagem que pressupunha que, antes de tornar-se um trabalhador assalariado, era preciso ter obtido uma educação técnica e profissionalizada com algum mestre do ofício, por um período determinado. O tempo de aprendizagem, a quantidade de aprendizes que cada mestre podia ter, eram elementos que variavam nos contratos de trabalho nas diferentes cidades e regiões (HAUSER, 1927, p. 20).

O autor destacava que as condições dos aprendizes eram muito precárias. O sistema de aprendizagem funcionava, na prática, « como uma forma de servidão : ele [o aprendiz] é coisa de seu mestre, ele é alugado [...] para seu mestre por um período determinado ; ele só pode recindir este contrato [...] se seu mestre assim consentir » (HAUSER, 1927, p. 38).

Pelos contratos de trabalho que examinou, Hauser pôde observar que o mais comum era que o *compagnon*⁷ trabalhasse quatorze horas por dia aos verões (das 5:00 às 19:00) e doze horas por dia aos invernos (das 6:00 às 18:00). Como trabalhava menos durante os meses de frio, os seus pagamentos no inverno eram também reduzidos, dificilmente de maneira proporcional ou justa. Raramente se trabalhava a noite para evitar acidentes. A preocupação não era, é claro, com a segurança dos trabalhadores, mas com a dos instrumentos e dos locais de trabalho (HAUSER, 1927, p. 82-86).

Henri Hauser procurou descrever o processo de regulamentação do trabalho industrial na França, iniciado durante o reinado de Luís XI. Foi um momento em que o

⁷ O trabalhador industrial francês (*ouvrier*) é, em grande parte dos documentos dos séculos XVI a XVIII, chamado de *compagnon*, termo que define « o homem que vive com o trabalho de suas mãos, que trabalha para um patrão e que recebe deste patrão um salário » (Hauser, 1927, p. 42). O *compagnon* pode ser considerado uma espécie de tipo ideal. Teoricamente é o trabalhador que realizou um período de aprendizagem de algum ofício industrial, mas que não tornou-se mestre, por não possuir meios de adquirir as ferramentas ou as matérias primas necessárias ao trabalho: “É o homem que não tem capital suficiente para se tornar mestre” (HAUSER, 1927, p. 44).

poder real passava a se esforçar gradativamente em intervir nas relações entre capital e trabalho. Ao regulamentar o trabalho industrial, o rei pretendia exercer controle sobre ele, e também arrecadar mais impostos com sua prática. A realeza intervinha na organização do trabalho industrial porque tinha interesse em desenvolver suas riquezas. Assim, ela buscava disciplinar e uniformizar as mais importantes e lucrativas atividades industriais de seu reino (HAUSER, 1927, p. 17)

Hauser observava que, no século XVI, o *travail en jurande*, o trabalho regulamentado pelo poder real, era bastante raro na França, onde vigorava em grandes proporções o trabalho livre. Era, portanto, um grande equívoco supor que o sistema corporativo era a regra nessa época, como argumentaram alguns sociólogos e economistas. As pesquisas de Hauser indicavam que, mesmo nas cidades que mantinham o *travail en jurande*, o trabalho livre continuou presente, ainda que na ilegalidade (HAUSER, 1927, p. 119).

Interessante observar que H. Hauser dedicou todo um capítulo de *Ouvriers du temps passé* à participação das mulheres no trabalho industrial. Suas pesquisas desmentiam a ideia de que as mulheres só começaram a trabalhar na indústria francesa a partir do século XIX:

É uma opinião geralmente difundida de que o emprego das mulheres nas indústrias é uma invenção dos tempos modernos [...] Essa opinião tende a seduzir a fé das imaginações piedosas que sonham em restaurar o passado ou os socialistas inovadores. Mas a história constata que ela não está de acordo nem com os fatos, nem com os textos (Hauser , 1927, p. 141).

O autor observava que o trabalho feminino esteve presente nas indústrias desde o século XIII, embora só atingisse um papel considerável na produção industrial a partir dos séculos XV e XVI. Existiam até mesmo ofícios que eram inteiramente reservados às mulheres: “ Desde os tempos de Saint-Louis, os ofícios cuja matéria-prima é a seda ou o fio de ouro estão, em Paris, reservados às mulheres » (HAUSER, 1927, p. 142).

As regras de aprendizagem e as cláusulas dos contratos de trabalho eram idênticas para homens e mulheres, embora as remunerações fossem distintas. O salário feminino era, no final do século XIV, aproximadamente $\frac{3}{4}$ do salário masculino; no século XV, $\frac{1}{2}$ do salário masculino; e foi abaixando ainda mais durante o século XVI. O baixo custo da mão de obra feminina explicaria, de acordo com Hauser, o número tão grande de mulheres nas atividades industriais (HAUSER, 1927, p. 159).

Em *Ouvriers du Temps Passé* Hauser também buscou destacar os conflitos sociais decorrentes do processo de regulamentação do trabalho industrial, cujas modificações se revelaram quase sempre benéficas aos patrões, porém desfavoráveis (ou cruéis) aos trabalhadores. De acordo com o autor, « É sempre o interesse dos mestres e jamais o dos operários, que o rei consulta e protege » (HAUSER, 1927, p. 11). Com a intervenção real na organização do trabalho, as possibilidades de ascensão no ofício viam-se cada vez mais reduzidas. Era cada vez mais necessário acumular consideráveis somas de capital para tornar-se mestre. Além disso, para piorar ainda mais a situação do operário, o poder real buscava fixar o salário ao trabalhador, independentemente das flutuações de preços do mercado. O valor do salário a ser fixado estava de acordo com os interesses da realeza e dos patrões, sempre muito próximo do mínimo possível que permitisse, ao menos, a sobrevivência do trabalhador. Assim, aumentava-se a disparidade social entre patrões e empregados, justamente em um grave momento de crise econômica e inflacionária. Como o preço de vida aumentava sem parar, a estabilidade salarial era, na realidade, uma baixa contínua do valor dos salários. “A distância que separa o operário do patrão, que já era grande nos ofícios livres, era ainda mais alargados nos ofícios juramentados pelo fato mesmo da organização corporativa”, concluiu o autor (HAUSER, 1927, p. 127).

A regulamentação real estabelecia que todo trabalho começado deveria ser finalizado pelo mesmo trabalhador, que não poderia abandonar sua tarefa, fosse ela individual ou coletiva, sob pena de pagar ao patrão o prejuízo que lhe proporcionasse. Também conferia aos patrões o direito de substituir qualquer um de seus empregados que se acidentasse, adoecesse ou envelhecesse a ponto de não manter-se mais produtivo. O trabalhador que quebrasse essas condições impostas estava sujeito à prisão, à tortura física e até mesmo ao banimento da cidade (HAUSER, 1927, p. 188)

Dois capítulos inteiros de *Ouvriers du Temps Passé* foram dedicados a descrição minuciosa do funcionamento das confrarias, coalizões, greves e revoltas dos operários. De acordo com o autor, as confrarias eram, em boa parte dos séculos XV e XVI, instituições com um duplo caráter, de caridade aos necessitados e também religiosa. Hauser examinou inúmeras atas produzidas por essas confrarias e demais associações: “Nós distinguimos sobretudo o motivo religioso que inspira estas criações” (HAUSER, 1927, p. 164). Essas confrarias organizadas pelos operários foram muitas vezes vistas como adversárias dos interesses do Estado real, e por esta razão foram duramente reprimidas. Mesmo assim, apesar da repressão violenta das autoridades públicas, diversas delas foram constituídas secretamente, na ilegalidade (HAUSER, 1927, p. 166).

Assim, formaram-se verdadeiros sindicatos de trabalhadores industriais, que organizaram numerosas greves e revoltas, sempre reivindicando a redução da jornada de trabalho, o aumento de salários e o direito de ter sua própria produção individual. De todas as coalizões dos trabalhadores industriais do século XVI, as mais conhecidas e importantes foram realizadas pelos tipógrafos das cidades de Paris e Lyon. Para Hauser, era a indústria tipográfica que inaugurava o regime mecânico e capitalista típico da indústria moderna, e ela teve uma importância extraordinária na cidade de Lyon. O grande desenvolvimento industrial desta cidade atraiu a concentração de um grande número de *compagnons*, muitos deles vindos de países estrangeiros e protestantes, “uma população turbulenta onde nós encontramos a mão em todas as revoltas que ocorrem em Lyon em 1519, em 1529 e 1530” (HAUSER, 1927, p. 179).

De acordo com Henri Hauser, os trabalhadores tinham frequentes assembleias corporativas, e andavam armados tanto no *atelier* de trabalho quanto nas ruas da cidade. Sobre a organização quase militar dos grevistas, o autor assim escreveu:

Os grevistas possuem uma verdadeira organização militar, erguem bandeiras e placas como sinal de união, designam um capitão, tenente e líder do bando. Eles não marcham à aventura, mas em grossas companhias, bem formadas e bem conduzidas [...] é uma verdadeira mobilização de forças operárias (HAUSER, 1927, p. 181)

Nestes conflitos entre trabalhadores e patrões, a vitória era geralmente dos patrões. Não apenas porque as confrarias de trabalhadores quase nunca tinham os recursos necessários para lutar e resistir por muito tempo, mas também em razão das constantes intervenções das autoridades públicas. Henri Hauser assim descreveu as intervenções do rei nos conflitos entre capital e trabalho nas indústrias francesas:

A realza do século XVI era um poder ávido por ação, que pretendia cercar todas as coisas no domínio onde se exercia sua invasiva energia. Ela não se contenta em reprimir os problemas. Ela intervém arbitrariamente nos conflitos, modificando contratos de trabalho, editando regras para os ateliês (HAUSER, 1927, p. 233).

Em suma, Hauser concluía que a condição material dos trabalhadores industriais franceses dos tempos modernos não foi nem um pouco estável. Pelo contrário, ela conheceu altos e baixos (mais baixos do que altos) no decorrer dos anos, mantendo-se quase sempre num nível inviável e intolerável (HAUSER, 1927. p. 235).

Nas páginas finais de *Ouvriers du Temps Passé*, o autor admitia sua admiração pela precisão da reflexão história de Karl Marx, citando-o em *O capital*:

Independente do que se pense a respeito das teorias sociais de Marx, devemos reconhecer que ele fala como um verdadeiro historiador, quando diz, no capítulo XII, parágrafo 1, de terceira edição [d’*O Capital*]: “A cooperação que repousa sobre a divisão do trabalho realizou sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do sistema de produção capitalista, ela dominou durante o período de manufatura propriamente dito, que, de maneira geral, durou da metade do século XVI, ao último terço do século XVIII” (HAUSER, 1927, p. 237).

Henri Hauser reconhecia, junto com Marx, que o nascimento do capitalismo moderno ocorrera na transição do século XV para o XVI:

Agora vêm as descobertas marítimas do século XV, a abertura de mercados imensos e de novos centros de produção, o afluxo súbito na Europa de uma quantidade enorme de metais preciosos, e poderemos dizer junto com Marx : O comércio mundial e o

mercado mundial inauguram no século XVI a biografia moderna do capital » (HAUSER, 1927, p. 242).

2.3 – Henri Hauser na Universidade de Dijon

Depois de ter sido praticamente expulso da Universidade de Clermont-Ferrand, H. Hauser foi bem acolhido na Universidade de Dijon. Naquela época, entre 1901 e 1902, esta universidade era uma instituição um tanto precária, que sofria com a falta de materiais, de alunos e de professores qualificados. Mas mesmo assim, Hauser conseguiu manter em seus cursos uma média de cinco a oito estudantes. De acordo com o depoimento de um antigo catedrático da mesma universidade, Henri Hauser rapidamente tornou-se um dos professores mais queridos do público, sendo muito admirado pela sua elegante oratória (VISSIÈRE, 2006, p. 70).

Em Dijon, o historiador republicano manteve uma atividade intelectual constante e intensa. Enquanto professor catedrático de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Letras, ele ministrou cursos sobre a história social e econômica da França dos séculos XVI a XVIII e sobre o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos. Acompanhado de uma equipe de estudantes, Hauser lançou-se aos arquivos locais em busca de informações para o estudo dos trabalhadores industriais e artesões de Dijon especialmente entre os séculos XVII e XVIII. Juntos, professor e alunos puderam desvendar uma série de documentos que era quase que inexplorada pelos demais historiadores da época. Além disso, Henri Hauser colaborou ativamente na *Revue Bourguignone de l'Enseignement Supérieure*, fazendo parte do comitê de redação desta revista entre 1902 e 1914. Neste periódico o historiador encontrou espaço para publicar dezenas de notas de leitura, resenhas, artigos e prefácios a trabalhos de promissores alunos seus. A maior parte dos textos era fruto de pesquisa coletiva, onde Hauser supervisionava o trabalho de seus melhores discípulos (VISSIÈRE, 2006, p. 78-80).

Nestes anos iniciais do século XX, Henri Hauser também refletiu sobre o fenômeno do crescimento das ciências sociais, que passavam a se assentar em importantes postos institucionais. O século XIX viu nascer uma nova e complexa sociedade, fortemente marcada pelo liberalismo capitalista e pelos acentuados processos

de industrialização e urbanização. Durante o período de institucionalização universitária que ocorreu nas primeiras décadas da Terceira República, um conjunto de disciplinas concorria pela primazia do discurso capaz de explicar e compreender esta nova civilização moderna que se constituía. A ciência histórica, tão favorecida inicialmente pelas reformas educacionais republicanas, via-se, pelo menos desde a década de 1890, em dificuldades na competição com as novas ciências sociais, sobretudo com a sociologia e com a geografia. Em diversas circunstâncias, por exemplo, Durkheim e seus discípulos concorreram por postos institucionais em cadeiras de cursos de história, economia, letras, geografia e pedagogia. Enquanto os historiadores metódicos, como Monod e Seignobos, buscavam contrabalancear a orientação ideográfica da história com suas pretensões nomotéticas, sociólogos e geógrafos ancoravam-se em uma imitação quase completa dos critérios estabelecidos pelas ciências naturais, que desfrutavam de alto prestígio e financiamentos governamentais durante todo o século XIX. (LEPENIES, 1996, p. 18).

Como vimos no capítulo anterior, Charles Seignobos havia discutido o tema das ciências sociais em *Le méthode historique appliquée aux sciences sociales* (1901). Neste livro, definiam-se as ciências sociais como quaisquer ciências que estudassem os fatos produzidos em sociedade (línguas, modos de vida, de alimentação, de habitação, etc.), fenômenos intelectuais (artes, ciências, religião, filosofia, etc.) e instituições políticas e econômicas (SEIGNOBOS, 1909, p. 6). Seignobos frisava que, ao contrário do que costumavam sustentar, os cientistas sociais não estudavam fenômenos sociais materiais, muito menos os atos humanos. Assim como os historiadores, eles se debruçavam, na realidade, sobre documentos escritos e, portanto, abstratos, o que os subordinavam também as técnicas interpretativas e filológicas do método histórico divulgado pelos historiadores metódicos (SEIGNOBOS, 1909, p. 18).

Em 1903, um dos discípulos de Durkheim, François Simiand, publicou uma resposta ao livro de Seignobos bastante ácida e provocadora no artigo “*Méthode historique et sciences sociales*”, publicado originalmente na *Revue de Synthèse Historique* de Henri Berr. Como destacou François Dosse, esse texto foi certamente “o desafio mais radical que a disciplina histórica havia conhecido, um verdadeiro ultimato”. O artigo de Simiand fazia parte de uma ofensiva global dirigida pelos sociólogos durkheimianos, que intimava os historiadores a se submeterem à problemática sociológica e se conformar com o papel subalterno de “se tornarem

coletores empíricos dos materiais interpretáveis pela única ciência social com vocação morfológica: a sociologia”. A sociologia era, do ponto de vista de Simiand, a única forma dos historiadores passarem do fenômeno singular para o regular, podendo assim perceber com mais clareza as leis e os sistemas de causalidade (DOSSE, 2003, p. 45-46).

Henri Hauser posicionou-se neste debate ao publicar *L’enseignement des sciences sociales: état actuel de cet enseignement dans les divers pays du monde* (1903). Nesta obra, o autor defendia a interdisciplinaridade entre as ciências humanas, tecendo duras críticas a segmentação crescente da pesquisa, que perdia a comunicação com outras áreas do conhecimento, o que acabava por afastar cada vez mais o intelectual moderno do modelo de humanista do Renascimento (VISSIÈRE, 2006, p. 75). Para Hauser, as novas ciências sociais deveriam dialogar com a história, pois seriam elas ferramentas primordiais para a compreensão dos fenômenos contemporâneos, fenômenos que eram frequentemente marginalizados pelos historiadores metódicos que seguiram à risca as recomendações de Monod na *Revue Historique*. Suprindo essa lacuna, Hauser considerava que a sociologia deveria ter como principal papel fornecer as regras práticas de ação no domínio social. Analisando o ensino que se fazia nas cadeiras de sociologia em diversas instituições de ensino superior da Europa, a autor afirmou:

O que estas sociedades esperam das ciências sociais, não é uma vil satisfação de suas curiosidades, mas regras de ação, regras que sejam o resíduo da experiência ou aplicação de teorias. Como ela se voltou à outras épocas, ela se dirige hoje aos doutores em ciencias sociais para lhes perguntar « o que deve ser feito » (HAUSER In WEISZ, 1979, p. 84).

A tese defendida neste livro entrava em conflito direto com a dos sociólogos reunidos em torno de Durkheim. Como observou George Weisz, para os durkheimianos o papel primordial da sociologia era difundir “ideias justas” que permitissem a vida em comum dos indivíduos e das classes sociais. Para Hauser, ao contrário, as ciências sociais, sobretudo a sociologia e a geografia, constituíam apenas ótimos instrumentos para se esclarecer as questões do tempo presente, funcionando como guias para ações

engajadas. As ciências sociais também permitiriam ao historiador dar preferência a situações históricas cujo estudo possa ajudar os contemporâneos a compreender melhor as questões primordiais de seu tempo (WEISZ, 1979, p. 84).

No início do século XX, as ciências sociais estavam na ordem do dia na França, e mesmo Ernest Lavisse nutria grande interesse pelas novas disciplinas, como indicam seus esforços em criar uma cadeira de economia social na Sorbonne. Esta cadeira era consideravelmente ambígua, podendo ser exercida por historiadores, sociólogos e economistas. O concurso para a inauguração desta cadeira ocorreu entre 1906 e 1907 (WEISZ, 1979, p. 103).

Henri Hauser era, naquela ocasião, considerado um dos candidatos favoritos para o cargo, em função de sua louvada abordagem econômica e social da história no livro *Ouvriers du Temps Passé*, onde descreveu a exploração dos trabalhadores pelo sistema capitalista, explicando os motivos pelos quais a classe operária reagia com greves e revoltas violentas. Em razão disso, Hauser contava com o apoio e indicação de Eugene Fournière, de George Espinas e de Ernest Lavisse. Entretanto, o apoio destes colegas não foi suficiente para vencer a pressão que fizeram os durkheimianos, em franca ascensão institucional desde 1902, para que Celestin Bouglé, sociólogo ligado ao *Année Sociologique*, assumisse o cargo. Este era certamente um jovem sociólogo promissor, considerado um conferencista excelente e um professor de história das doutrinas sociais muito hábil, mas sequer tinha terminado seu doutorado até esta ocasião. Como observou George Weisz, o fato de Bouglé ingressar na mais prestigiosa Universidade de Paris, mesmo com formação ainda incompleta, enquanto Hauser retornava derrotado para a província da Borgonha, era um forte indicativo do domínio da sociologia durkheimiana no universo republicano francês da época (WEISZ, 1979, p. 109)

2.4 – Reforma e Capitalismo

Nas primeiras décadas do século XX, Henri Hauser publicou diversos artigos e conferências em variados periódicos especializados. Vários deles foram reunidos em três livros : *Études sur la Réforme Française* (1909), *Travailleurs et Marchands dans l'Ancienne France* (1920) e *Les Débuts du Capitalisme* (1927).

Études sur la Réforme Française reúne vários textos que refletem sobre a especificidade da reforma protestante francesa. De acordo com o autor, as novas ideias religiosas protestantes surgiram na Alemanha e se propagaram por várias regiões da Europa, adquirindo nuances diversas de acordo com os hábitos de cada povo e com as exigências do “temperamento nacional” de cada país. Henri Hauser preocupava-se, portanto, com a difusão das ideias. Como as ideias protestantes foram propagadas pela França? Qual foram as facilidades e obstáculos que estas novas ideias encontraram na França do século XVI? Essas são algumas das questões principais que permeiam todos os escritos reunidos neste livro. Discutindo os meios pelos quais os reformadores buscavam expandir seu círculo de ação, o Hauser indicou:

Ao lado da predicação, o principal instrumento de agitação religiosa em todos os tempos, será preciso determinar o papel exercido pelo livro... Depois do livro, o canto [...] Além destes meios visíveis e mensuráveis, nós devemos destacar o lugar da propagação invisível e constante que deve ter sido feita, de maneira latente e segura, pelas relações de todos os dias, nas conservações entre familiares e amigos, em todos as camadas dos grupos sociais (HAUSER, 1909, p. IX).

De maneira geral, os textos que compõem *Études sur la Réforme Française* buscam esclarecer duas questões principais: de que maneira se constituíram as doutrinas protestantes e como elas se propagaram pela França. Em “*De l’humanisme et de la Réforme*” – publicado originalmente na *Revue Historique*, t. 64, 1897 -, H. Hauser buscou esboçar um quadro cronológico, assinalando os principais momentos do humanismo e da reforma, analisando-os e comparando-os paralelamente (HAUSER, 1909, p. 3).

O autor salientava que tanto os humanistas como os reformadores franceses frequentaram os mesmos colégios e tinham os mesmos adversários. Enquanto os primeiros reclamavam um retorno à antiguidade clássica, os segundos reclamavam um retorno aos preceitos dos pais fundadores do cristianismo (HAUSER, 1909, p. 14). Os eruditos humanistas, versados nas técnicas filológicas e conhecedores de textos gregos, latinos e hebraicos, foram os principais auxiliares da “revolução religiosa”: “O fato é que, se todos os reformadores de alguma importância passaram pela escola dos

humanistas, quase todos os humanistas favoreceram a propagação de uma revolução religiosa” (HAUSER, 1909, p. 19).

Tanto humanistas quanto reformadores concordavam em rejeitar a escolástica aristotélica ensinada nas universidades. Na França do século XVI, algumas universidades de província mostraram-se mais abertas à influência humanista do que as universidades de Paris. O humanismo penetrou, assim, sobretudo nos estudos jurídicos. Vários alunos que frequentaram estes cursos de direito vieram a se tornar reformadores declarados, como Calvino, Jacques Canaye e Barthélémy Aneau (Hauser, 1909, p. 23).

Neste texto, Henri Hauser também buscou destacar a importância da imprensa na difusão do protestantismo. O autor chamava a atenção para a “extraordinária popularidade” das novas ideias religiosas no mundo dos tipógrafos da imprensa e das livrarias. Não apenas entre os mestres e patrões, mas também numerosos trabalhadores da indústria tipográfica aderiram às doutrinas protestantes, sobretudo na cidade de Lyon. Hauser observou que, quando buscou-se reprimir os heréticos, estes operários industriais foram os mais atingidos: « a perseguição [...] as primeiras vítimas foram as pessoas pobre [...] o rei protegia somente os letrados » (HAUSER, 1909, p. 40).

Outro importante texto deste livro é “*La Réforme et les classes populaires en France au XVI siècle*”, publicado originalmente em inglês na *American Historical Review* em janeiro de 1899, com o título “*The french reformation and the french people in the XVI century*”; e, logo em seguida, reproduzido em francês na *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, t. 1, 1899-1900.

Neste texto, Henri Hauser abordou pela primeira vez de maneira mais elaborada as relações entre revolta social e reforma religiosa, tema que fora tratado, ainda que de maneira tangencial, em todos os seus trabalhos anteriores. Hauser afirmava categoricamente: « A Reforma do século XVI teve o duplo caráter de uma revolução social e de uma revolução religiosa » (Hauser, 1909, p. 83). Quando surgiu na Alemanha, a reforma protestante teve um papel imenso nas insurreições rurais. De acordo com Hauser, as revoltas camponesas na Alemanha foram um fator determinante para o triunfo de Lutero. Na Inglaterra, o movimento puritano, em suas origens, fora essencialmente composto por classes médias, sobretudo comerciantes urbanos e agricultores das zonas rurais. No caso francês, Hauser questionava as interpretações de Augustin Thierry e de François Mignet, de que os huguenotes formavam um partido

majoritariamente nobre, de que as ideias protestantes não conseguiram penetrar nos meios populares. Assim como Michelet havia sugerido, Hauser indicava que as novas ideias religiosas atingiram grande sucesso entre os trabalhadores das indústrias (Hauser, 1909, p. 83-84).

No decorrer do século XVI, multiplicaram-se os pequenos livros destinados ao povo, muitos deles publicados em imprensas clandestinas de protestantes. Mais uma vez, Hauser insistia no papel fundamental das canções populares para a difusão das ideias protestantes, já que os antigos trabalhadores industriais tinham o hábito de fazer suas atividades cantando:

A existência de uma ampla literatura de canções huguenotes servira ela mesma a provar a existência de um protestantismo popular, porque estas canções, à julgar pela sua língua, seu estilo e seu ritmo, só pode ter sido escrita pelo povo e cantada por ele (HAUSER, 1909, p. 87-88).

Hauser sugeria que este « sequestro » das classes populares nas histórias da reforma francesa estava relacionado, em muitos casos, com as dificuldades dos historiadores católicos em reconhecer um movimento popular no protestantismo, pois isto acabaria por conferir a ele raízes profundas no solo nacional. Negando a participação popular no processo de reforma, estes historiadores poderiam desclassificar as ideias protestantes como ideias estrangeiras, que atingiram a população francesa apenas superficialmente, em suas camadas mais altas (HAUSER, 1909, p. 88).

O autor insistia novamente na relação entre a situação econômica do século XVI e a difusão das ideias protestantes na França. O momento de grave crise econômica e a situação que se encontraram os trabalhadores industriais gerou um clima de tensão social bastante volátil. Os processos de heresia julgados pelo Parlamento em meados do século XVI indicavam, quase sempre, nomes de plebeus. Os documentos indicavam as profissões dos acusados, que eram frequentemente *compagnons*: « Todas as indústrias estão representadas » (HAUSER, 1909, p. 93).

Sofrendo as perseguições religiosas, os miseráveis trabalhadores industriais da França migravam constantemente em busca de novas oportunidades, que raramente

eram encontradas. “Algumas ferramentas e seus dois braços, este é todo o capital do operário; eles lhes transportam por todo o país, procurando um lugar onde possam saudar Deus da sua maneira e na sua língua”, destacou Henri Hauser (HAUSER, 1909, p. 95).

Para o autor, diferentemente da experiência na Alemanha, a reforma na França se desenvolveu nos meios urbanos. A revolução econômica teve efeitos diversos nas cidades e nos campos. Ao mesmo tempo em que a alta de preços arruinava os trabalhadores industriais, ela mostrava-se vantajosa para os camponeses franceses, que conseguiram obter mais lucro e adquirir propriedades. Esse contraste entre as condições sociais nos campos e nas cidades levava Hauser a estabelecer uma conexão direta entre as mazelas sociais e a adesão ao protestantismo. De acordo com Henri Hauser, a literatura da época geralmente representava o camponês francês como uma pessoa rotineira e de cabeça pouca aberta a ideias novas:

Ele [o camponês] é muito ligado a suas velhas superstições, cujas raízes mergulham no antigo paganismo gaulês, e que a Igreja soube transformar e adaptar ao seu uso ; ele reverencia o santo local, o santo da floresta, da montanha ou da fonte ; ele confia nas cerimônias que trazem as chuvas ou o sol, que evitam a seca ou o granizo, que lhe protegem das doenças misteriosas (HAUSER, 1909, p. 98).

Em um meio como estes, as novas ideias religiosas protestantes não conseguiram, segundo Hauser, despertar mais do que um medíocre sucesso.

Cumprir destacar que “*La réforme et les classes populaires en France au XVI siècle*” marcou o início do prestígio internacional de H. Hauser. O convite para publicar na *American Historical Review* veio de John Franklin Jameson, editor da revista e professor da Universidade de Chicago, que admirava bastante a abordagem econômica e social da história que Hauser vinha praticando nos tempos em que esteve na Faculdade de Letras de Clermont-Ferrand (HARVEY, 2006, p. 247).

A publicação deste texto na mais importante revista de história norte-americana também lhe abriu as portas para sua primeira visita aos Estados Unidos. O historiador James Westfall Thompson, especialista da transição da idade média para a idade

moderna, considerava Hauser um dos mais promissores historiadores franceses daquele momento. Em 1904, Thompson convidou-o, então, para ministrar um ciclo de conferências na Universidade de Chicago. Como destacou John L. Harvey, H. Hauser foi o primeiro professor francês a lecionar em uma universidade norte-americana. Ele permaneceu nos Estados Unidos por seis semanas, entre abril e maio daquele ano, e discutiu a vida material, intelectual, artística e moral do povo francês durante o século XVI (HARVEY, 2006, p. 250).

Como veremos de maneira mais detalhada no capítulo seguinte, ao lado da atividade de historiador, Henri Hauser manteve uma atuação importante como geógrafo, escrevendo vários artigos e ministrando diversas conferências sobre a situação econômica das principais potências nacionais contemporâneas. A visão bastante ampla que o autor construiu sobre as condições econômicas de países como Estados Unidos e Alemanha acabou lhe rendendo o convite para auxiliar o Ministro do Comércio e da Indústria, Étienne Clémentel, para um projeto de organização regional da França, durante a Primeira Guerra Mundial. Com o fim da guerra, Hauser finalmente atingiu a consagração intelectual máxima, conquistando posições universitárias em Paris, primeiramente uma cadeira de Geografia Industrial e Comercial no *Conservatoire des Arts et Métiers*, ocupada entre 1918 e 1933. Depois, inaugurou a primeira cadeira de História Econômica da Sorbonne, onde permaneceu entre 1919 e 1935.

Portanto, quando Henri Hauser publicou *Travailleurs et marchands dans l'ancienne France*, em 1920, ele já despontava como uma das figuras mais importantes da história social e econômica da França. Neste livro, o autor reuniu seis estudos que haviam sido publicados em vários periódicos especializados entre 1905 e 1912. Um dos mais significativos deles era “*L’histoire économique de l’ancienne France*”, publicado originalmente na *Revue d’économie politique* (1905). O artigo em questão era um resumo de quatro conferências que Hauser havia conferido na *École des Hautes Études Sociales*, em 1904. Nele, ele esboçou sua própria definição de história econômica, uma história dos fatos relativos à vida material dos homens em sociedade:

Como eles [os homens em sociedade] vivem, como eles se alimentam, como eles se cobrem, como eles se abrigam do sol ou do frio, como eles procuram substâncias e objetos necessários para sua conservação e para sua reprodução, para suas

necessidades de bem-estar ; como eles modificam os usos dos materiais que lhes fornece a natureza ; como eles transportam seus alimentos, produtos e pessoas : estes são alguns dos domínios variados da história econômica (HAUSER, 1920, p. 1).

H. Hauser buscou elencar quais foram os principais autores e obras, do passado e do presente, que trataram de temas relacionados à história econômica, e quais foram os principais resultados e contribuições obtidos. Seu objetivo era fazer uma espécie de “história da história econômica” francesa: « Eu gostaria então de retracar toda a evolução dos estudos relativos aos fatos econômicos da antiga França, fazendo assim a ‘história da história econômica’ » (HAUSER, 1920, p. 3).

Em primeiro lugar, o autor destacou que foi somente após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, que o povo, as classes mais populares e as questões econômicas começaram a atizar o interesse de intelectuais e pensadores. A historiografia francesa anterior a 1789, quase que exclusivamente política, preocupava-se, sobretudo, com a narração de guerras, grandes acontecimentos e biografias de grandes homens. Os mais antigos precursores da história econômica e social francesa foram, portanto, os filósofos iluministas do século XVIII. Montesquieu, que em *Espírito das Leis* (1748) refletiu sobre o papel dos fatores climáticos na vida dos homens; e Voltaire, que em *Ensaio sobre os Costumes* (1756) preocupou-se em refletir sobre o progresso das civilizações, atento às condições materiais necessárias para o desenvolvimento dos povos (HAUSER, 1920, p. 7).

Hauser apontava para o fato de que no século XIX, com o triunfo das democracias, surgiu o crescente desejo de conhecer melhor os movimentos democráticos do passado. Neste contexto, as classes populares, o “povo” francês passou a aparecer de maneira bastante evidente como um dos principais atores da história (HAUSER, 1920, p.9).

Os primeiros historiadores propriamente ditos a abordar as questões econômicas e sociais da história teriam sido os historiadores da Restauração: François Guizot preocupou-se com as massas e com a evolução das classes médias no mundo moderno; Augustin Thierry reconheceu a grande importância das massas nos processos históricos, discorrendo longamente sobre a vida material do camponês. E, principalmente, Jules

Michelet, que Hauser considera como um dos mais importantes autores dessa geração. Em seu emblemático livro *Le Peuple* (1846), Michelet abordou a vida material dos camponeses e dos trabalhadores da indústria. E em *Histoire de la Révolution*, mostrou-se bastante atento aos fenômenos econômicos (HAUSER, 1920, p. 16).

Dentre todos os “precursores” da história social e econômica da França, é Émile Levasseur que foi eleito por Hauser como o mais significativo. Vale lembrar que Hauser dedicou *Ouvriers du temps passé* a Levasseur, e escreveu o seu necrológio em 1911. Do ponto de vista do autor, Levasseur teria sido o primeiro historiador francês a aplicar o método histórico nas questões de ordem econômica: « o que havia de profundamente novo nessa pretensão do autor : fundar a história econômica sobre as peças de arquivo, submetê-la, em uma palavra, às regras gerais do método histórico » (HAUSER, 1920, p. 20).

Henri Hauser destacou que a tese de doutorado de Levasseur, *Recherches historiques sur le système de Law et De pecuniis publicis apud Romanos* (1854), foi a primeira tese de história econômica apresentada na Sorbonne. Levasseur teria sido o fundador da história do trabalho industrial e dos operários na França. Seu livro clássico, *Histoire des classes ouvrières depuis 1789*, havia sido publicado em dois volumes em 1867. Levasseur foi também um dos primeiros catedráticos universitários a se dedicar a especialidade da história econômica; ele ministrou disciplinas sobre a história da técnica e da organização do trabalho industrial no *Collège de France*, na *École des Sciences Politiques* e no *Conservatoire des Arts et Métiers* (HAUSER, 1911, p. 90).

Outros importantes precursores da história social e econômica da França teriam sido Fustel de Coulanges e Hippolyte Taine. O primeiro, em sua história das *Institutions politiques de l'ancienne France* (1875), concedeu longas páginas aos interesses materiais e as questões econômicas. O segundo, no livro *Ancien Régime* (1875), escreveu sobre a miséria, a agricultura, a história do camponês e do comércio de gêneros alimentícios (HAUSER, 1920, p. 23-24).

Em “*L’histoire économique dans l’ancienne France*”, Henri Hauser salientava a importância dos historiadores estarem em constante diálogo com as ciências sociais. Depois que a sociologia se constituiu como ciência, ela vinha dedicando boa parte de suas pesquisas às relações econômicas entre os homens em sociedade. Além das ciências sociais vizinhas, era preciso também estar atento às influências estrangeiras,

sobretudo à história econômica alemã, centrada na figura de Karl Lamprecht. Como já destacamos, Hauser acompanhou bem de perto alguns destes historiadores econômicos germânicos em sua viagem de estudos na Alemanha, em 1900. Importantes contribuições a este domínio da história também foram produzidos na Inglaterra (Sidney Webb, Thorold Rogers, Cunningham) e Rússia (Donial, Karéiv) (HAUSER, 1920, p. 25).

Além de elencar precursores, H. Hauser também fez um balanço das obras e dos principais especialistas de história econômica e social na França de seu tempo. Ele destacou o professor Prosper Boissonade, que vinha escrevendo sobre a organização do trabalho industrial na província de Poitou, em *Essai sur l'organisation du travail en Poitou* (1899-1900); e Henri Sée, que estudou a história da agricultura e das classes rurais na França medieval, em *Les classes rurales en France et le régime dominical* (1901) (HAUSER, 1920, p. 27). Henri Hauser também reconheceu a qualidade dos primeiros trabalhos do jovem e promissor Marc Bloch, que publicou “*Études sur l'histoire économique de la France au dix-huitième siècle*” em 1900 (HAUSER, 1920, p. 28).

Além destes, Hauser mencionou também diversos estudos especializados em história do comércio de autores que são, para nós, um tanto quanto desconhecidos: Paul Manson, Paul Huvelin, André E. Soyous, Anne Bonzon, Marcel Vigne, etc.

O autor indicava que, graças ao frutífero diálogo com as questões levantadas pela geografia de Vidal de la Blache, o domínio da história agrícola se desenvolvia bastante, onde a história do camponês era frequentemente escrita em paralelo com a história da terra: “Cada vez mais pode-se dizer que a história de nosso solo começa a ser melhor conhecida” (HAUSER, 1920, p. 32).

Outro domínio que se desenvolvera bastante foi o da história da indústria e dos trabalhadores industriais. De acordo com Hauser, estes estudos vinham apontando para importância fundamental do papel do Estado nos processos de industrialização:

Nós percebemos melhor o papel do poder central na evolução industrial [...] O Estado intervém com um pensamento de fiscalização ; ele intervém para defender o consumidor contra o vendedor, o mestre contra o operário ; ele intervém para

uniformizar o regime de trabalho, sobretudo para aplicar no maior número de ofícios , no maior número de cidades possível, o *status* das corporações parisienses (HAUSER, 1920, p. 41).

Apesar dos numerosos estudos de história do comércio, este tema ainda carecia, segundo Hauser, de mais estudos. A história das feiras e das rotas comerciais também estava apenas dando seus primeiros passos. O autor destacou que, em sua maioria, estes estudos de história econômica vinham confirmando a intuição de Marx, de que a formação do capitalismo moderno é antiga e remonta o século XVI: « A concentração atual dos capitais industriais, o papel exercido pelo crédito, são os termos de uma lenta evolução cujos primeiros delineamentos na França remontam o século XII, cujos traços essenciais se acusam melhor no século XVI » (HAUSER, 1920, p. 44).

Para Henri Hauser, um dos temas que ainda deveria ser mais estudado pelos praticantes da história econômica e social é o papel das migrações. Pois, sejam elas temporárias ou definitivas, as migrações sempre exerceram grande influência na história do mercado de trabalho (HAUSER, 1920, p. 51).

Em *Travailleurs et marchands*, H. Hauser incluiu também um importante artigo sobre « *La géographie humaine et l'histoire économique* », publicado originalmente na *Revue du Mois*, em 1906. Convém destacar mais uma vez que Henri Hauser teve, em seus tempos de *normalien*, Vidal de la Blache como um grande mestre. Ele acompanhou bem de perto seus cursos, e também seus artigos, que foram, pouco a pouco, delimitando os métodos e conceitos da “nova geografia francesa” (CLAVAL, 2006, p. 42).

Poucos anos antes de Hauser publicar este texto, Vidal de la Blache havia escrito dois importantes artigos que versavam sobre os domínios dessa nova disciplina, que se estabelecia como uma perspectiva científica de vanguarda no ambiente intelectual francês da virada do século XX: “*Les conditions géographiques des faits sociaux*” (*Annales de Géographie*, n. 55, 1902) e “*La géographie humaine. Ses rapports avec la géographie de la vie*” (*Revue de Synthèse Historique*, n. 7, 1903). Selecionando apenas o que nos interessa, podemos dizer que, de maneira geral, Vidal definia que cabia a

geografia humana a análise de temas como adaptação, distribuição e migração dos homens, dando particular ênfase na vida material das sociedades humanas.

No texto de 1902, o autor insistia que a atenção da nova disciplina deveria recair nas “condições que presidiram a distribuição da espécie humana, a composição dos principais grupos e sua adaptação aos diferentes ambientes”; na “relação entre as condições locais de vida e o grau de desenvolvimento alcançado por essas sociedades”; e nos “hábitos e costumes de diversos habitantes do globo” (BLACHE, 2012, p. 102).

No texto de 1903, Vidal de la Blache apontava para a “correlação íntima entre um fato geográfico e um fato social”, o que tornava a geografia um importante instrumento para historiadores e economistas. Pois a geografia humana defendida pelo autor também se ocupava dos “gêneros de vida”, estando sempre atenta à vida material, aos “meios de alimentação, vestuário, habitação, instrumentos, armas [...] objetos no qual se exprimem os hábitos, as disposições e as preferências de cada grupo” (BLACHE, 2012, p. 86).

Embora não cite diretamente esses dois artigos, H. Hauser mostrava-se bastante afinado com as proposições de Vidal de la Blache. Em *“La géographie humaine et l’histoire économique”*, o historiador julgava fundamental o diálogo com a geografia humana, que se consolidou como disciplina científica no século XIX sob os auspícios dos estudos de Carl Ritter, Friedrich Ratzel e Vidal de la Blache (HAUSER, 1920, p. 59).

Para Henri Hauser, as relações do homem com a terra não podem ser consideradas imutáveis. Pelo contrário, estas relações estão sempre em constante processo de transformação. Mesmo que algumas alterações da terra aconteçam em tempos muito lentos, quase a-históricos; outras alterações naturais mostram-se mais rápidas, como as mudanças climáticas, tempestades, inundações, etc., que influem diretamente na vida e na história humana (HAUSER, 1920, p. 61).

A noção de “posição” trazida pela geografia humana ajudaria, de acordo com Hauser, os historiadores a considerar melhor a importância das vias de comunicação, das rotas comerciais e dos movimentos humanos: “Como as rotas, os estabelecimentos humanos estão em relação estrita com a geografia; mas seguindo as condições gerais da civilização, é aquele ou este fato geográfico que determina a fixação dos grupos humanos” (HAUSER, 1920, p. 66).

A geografia humana tinha em comum com a história social e econômica a preocupação com a vida material das diferentes sociedades, às diferentes formas de se lidar com o solo, as formas de agricultura, o desenvolvimento industrial. Nos parágrafos finais deste texto, Hauser concluiu:

A geografia humana e a história econômica estão em perpétuo estado de ação e reação, uma sobre a outra. Ação e reações perpétuas e mutáveis – O progresso humano, ou em outros termos, as histórias, não suprimem a influência das causas geográficas. O que faz a história, é restringir por um tempo mais ou menos longo a ação de certas forças naturais, e de desencadear outras forças cuja ação não era até então aparente (HAUSER, 1920, p. 72-73).

Em « *Les pouvoirs publics et l'organisation du travail dans l'ancienne France* » (publicado originalmente na *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, t. VII, 1907-1908), o autor buscou analisar os principais modos de organização do trabalho industrial na França, entre os séculos XVI e XVIII; assim como as complicadas relações entre os poderes públicos e a vida econômica das classes industriais.

Mesmo que estas formas de organização do trabalho fossem bastante diversas, variando de acordo com os ofícios e com as regiões, Henri Hauser distinguiu três categorias principais: 1) o *travail en jurande*, onde a entrada é não-livre e prevalece o direito individual; 2) o trabalho livre legal, com período de aprendizado com um mestre; e 3) o trabalho privilegiado, criado pelo poder real (HAUSER, 1920, p. 130).

De acordo com H. Hauser, o papel desempenhado pelos poderes públicos nos modos de organização do trabalho industrial foi, sobretudo nesta época, bastante considerável: “A cidade, o senhor, o rei, podem igualmente intervir nas questões industriais” (Hauser, 1920, p. 132). Todo conflito entre patrões e empregados da indústria podia se transformar rapidamente em um caso real. A partir do momento em que o rei considera a questão industrial como uma questão de interesse público, ele intervém como um “defensor do bem comum” (HAUSER, 1920, p. 184) Essa intervenção se produziu quase sempre no sentido de unificação e padronização. Se, nos diferentes modos de organização de determinado trabalho industrial um se destacou,

revelando-se mais eficaz que os demais, ele deve, portanto, ser generalizado nas diversas regiões do país, para aumentar a produção industrial nacional. Essa era, grosso modo, a linha de raciocínio do poder monárquico. De acordo com Hauser:

O Estado moderno é um Estado de necessidades crescentes. Para realizar suas obrigações cada vez mais onerosas, ele é fatalmente levado a desviar para seus cofres todos os filões de água e todos os recursos de riqueza pública. A indústria é um destes recursos (HAUSER, 1920, p. 186).

Logo após o término da Primeira Guerra, o sistema econômico mundial entrou em colapso, mergulhando em uma profunda depressão. Durante a década de 1920, numerosos autores começaram a refletir sobre o capitalismo moderno, buscando sua genealogia histórica e discutindo as obras dos principais autores que pensaram a questão, tais como Karl Marx, Max Weber, Werner Sombart, Ernest Troeltsch, entre outros.

De acordo com Lucien Febvre, que lecionou por vários anos um curso no *Collège de France* intitulado “*Histoire d’un problème: les origines historiques du capitalisme*”, H. Hauser foi um dos primeiros autores a tratar da história do capitalismo na França:

Na França, o primeiro a meu conhecimento que usou a palavra nova [capitalismo] em um título, foi precisamente, com sua surpreendente rapidez de informação e de adaptação... Henri Hauser : desde 1902 ele publicou na *Revue d’économie politique* seu estudo « *Les origines du capitalisme moderne en France* » (FEBVRE, 1939, p. 402).

Em 1927 H. Hauser publicou o livro *Les Débuts du Capitalisme*, reunindo textos que tinham como objetivo primordial buscar a origem das formas econômicas e sociais

contemporâneas⁸. O texto de abertura, “*Les origines du capitalisme en France*”⁹, o texto que se referia Lucien Febvre, é uma versão condensada de um conjunto de três conferências que Hauser realizou em 1901, na *École des Hautes Études Sociales*. Nele, Henri Hauser comentava as múltiplas querelas e interpretações conflitantes a respeito do capitalismo, neste início do século XX: « o capitalismo tornou-se assim, não apenas um fato observável, mas um objeto de amor e ódio, um Deus que tem seus fiéis e seus ateus, seus defensores e seus inimigos » (HAUSER, 1963, p. 70).

Hauser reconhecia a existência do capitalismo como um período da história, um momento histórico em que o capital torna-se um fator essencial para a produção industrial. O autor rejeitava a opinião corrente, frequentemente encontrada em jornais e revistas, de que o capitalismo era um fenômeno recente, contemporâneo da revolução industrial, da máquina a vapor e do individualismo de fins do século XVIII. Para Henri Hauser, a revolução industrial não era responsável pelo surgimento do capitalismo, era apenas um fator que acelerava o seu desenvolvimento. De acordo com o autor, o capitalismo moderno tinha suas origens no século XVI, e suas características fundamentais eram: 1) tendência ao aperfeiçoamento da divisão do trabalho e ao emprego de máquinas; 2) concentração de capital e de instrumentos de trabalho entre poucos patrões; 3) desenvolvimento do comércio e da indústria; 4) surgimento de duas classes sociais antagonistas com interesses distintos, que se relacionam entre si de maneira tensa e conflituosa (HAUSER, 1963, p. 102-103).

Hauser estava ciente de que, pelo menos desde os séculos XII e XIII, o movimento comercial já permitia significativa acumulação de capital e desenvolvimento industrial. Contudo, tirando alguns poucos produtos que circularam durante as cruzadas e nas feiras, pode-se dizer que a economia dos séculos XII e XIII ainda era essencialmente uma economia fechada, onde o trabalhador produzia quase que exclusivamente para o mercado local. A divisão do trabalho nesta época era apenas decorrente da especialização profissional, não era como a divisão técnica do trabalho industrial do capitalismo moderno (HAUSER, 1963, p. 76).

⁸Convém destacar que no ano anterior o historiador Henri Sée havia publicado um livro quase homônimo ao de Hauser, intitulado *Les origines du capitalisme moderne: un esquisse historique* (1926).

⁹ Utilizo aqui as versões de « *Les origines du capitalisme en France* » e de « *Les idées économiques de Calvin* » reproduzidas no volume *La Modernité du XVI siècle*, que apareceu no 21º número do *Cahier des Annales*, em 1963.

Para o historiador francês, o capitalismo moderno surgiu no século XVI, e foi se desenvolvendo na medida em que se desenvolveram as indústrias e os mercados. A história das origens do capitalismo moderno era, para Hauser, a própria história econômica e social do século XVI, uma história da modernidade. Era o século da renascença, da reforma e do crédito. As grandes descobertas geográficas de fins do século XV permitiram o desenvolvimento do comércio em escala planetária. Não se podia mais simplesmente viver com os sistemas econômicos medievais, onde a produção se determinava apenas a partir do consumo local. A necessidade de uma produção mais abundante, mais regular e menos custosa, veio a revolucionar o trabalho industrial, promovendo cada vez mais uma divisão do trabalho mais completa (HAUSER, 1963, p. 79).

Além disto, a descoberta do Novo Mundo, em especial a descoberta das riquíssimas minas de Potosi (1545), possibilitou a entrada de uma quantidade enorme de metais preciosos no mercado europeu, modificando significativamente as condições do comércio internacional. O século XVI inaugurou, portanto, o momento em que o comércio de dinheiro e de valores imobiliários tornou-se cada vez mais rentável, em detrimento do tráfico normal de mercadorias. Neste momento, a Europa Ocidental passava de um período de “*économie-naturelle*” para um período de “*économie-argent*” : « é a substituição progressiva do pagamento em dinheiro para o pagamento em espécie, primeiro no comércio internacional e depois nas transações » (Hauser, 1963, p. 83). O crescimento do crédito favorecia o desenvolvimento de novas indústrias, como a imprensa : « Para comprar pressas, para empilhar papéis, manter os livros em lojas [...] isso só foi possível graças a uma acumulação de capital fornecida na maiorias vezes pelo crédito »(HAUSER, 1963, p. 90).

De acordo com Henri Hauser, a indústria têxtil foi uma das primeiras a adotar a divisão técnica do trabalho:

Para se transformar em tecido, a lã passa sucessivamente pelas mãos de muitos operários [...] Não se trata mais de um puro isolamento corporativo, mas da separação entre as diversas operações que concorrem para a fabricação de um mesmo produto (HAUSER, 1963, p. 77).

O autor também buscou destacar os conflitos entre trabalho e capital. Se, por um lado, a divisão do trabalho favoreceu o progresso técnico e o maquinismo tornou mais eficaz a divisão do trabalho; por outro, a tentativa de introdução de máquinas sempre encontrou a resistência por parte dos trabalhadores industriais. Hauser se remetia a ideia de Marx de que o desenvolvimento incessante do maquinismo aumenta a exploração e a infelicidade do operário, pois mantém o trabalhador em constante risco de tornar-se ele próprio supérfluo ou obsoleto. Os conflitos sociais entre patrões, mestres de ofícios que possuíam os instrumentos de trabalho, e trabalhadores, que se viam forçados a vender sua força de trabalho, acabaram por gerar o surgimento de duas classes sociais antagônicas (HAUSER, 1963, p. 78).

Ao considerar o capitalismo moderno como uma categoria histórica, Henri Hauser não o considerava, portanto, um fenômeno eterno e irreversível:

Ele [o capitalismo] não é mais uma categoria necessária e eterna da ação humana ; ele se transforma em uma categoria histórica, uma forma transitória de civilização, como foram o patriarcalismo das sociedades comerciais, como o feudalismo da Idade Média. Se ele nasceu, ele pode morrer (HAUSER, 1963, p. 104).

Neste texto, o principal interlocutor do autor é, sem dúvidas, Karl Marx, no primeiro volume de *O Capital*. Cumpre destacar que as lições condensadas neste texto foram ministradas por Hauser na *École des hautes études sociales* ainda antes do lançamento de *Der moderne Kapitalismus* (1902), de Werner Sombart e d'*A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904), de Max Weber.

No texto “*Les idées économiques de Calvin*”, publicado pela primeira vez em 1927, H. Hauser procurou destacar a “originalidade” do pensamento econômico de Calvino no século XVI. O autor destacava que Calvino fora um humanista amplamente versado na filosofia, um jurista e filólogo, e também um grande conhecedor das realidades econômicas de seu tempo. Calvino compartilhava algumas ideias econômicas novas com outros reformadores de sua época (Lutero e Zwingli, por exemplo), como o elogio da riqueza, a defesa da propriedade e o elogio do trabalho. Mas o que ele trazia

de novo, de acordo com Hauser, era sua apologia do comércio. Para Calvino, o comércio era proveitoso e necessário ao país. Outro fator de originalidade estaria na sua análise do conceito de “usura”, uma análise ao mesmo tempo ética, sociológica e teológica. O que era condenado pela Igreja católica como “usura” era considerado, a partir de uma apropriação do direito romano, um direito legítimo e comum nas sociedades calvinistas. A questão fundamental que perpassava todo texto era: « Em que medida as ideias econômicas calvinistas agiram sobre a evolução do capitalismo moderno ? » (HAUSER, 1963, p. 105).

Esta questão dizia respeito a um debate central promovido por alguns sociólogos germânicos no início do século XX, que se interessavam pelos esquemas de comportamento individuais e coletivos atribuíveis ao processo histórico de racionalização de todos os setores da vida que caracteriza o Ocidente. Foi Sombart quem cunhou a expressão “espírito do capitalismo”, para designar a soma de atitudes psicológicas e culturais que estariam, a seu ver, na origem do capitalismo moderno, uma espécie de orientação ético-intelectual identificada no individualismo, no princípio aquisitivo e no racionalismo econômico. E Weber que reconheceu, a partir da reforma protestante no século XVI, um nexos preciso entre o credo religioso, conduta moral de vida e comportamento econômico. Para o autor de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o protestantismo, sobretudo em sua versão calvinista e puritana, representou um papel fundamental na criação de condições morais e políticas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo moderno (RUSCONI, 1998, p. 143).

Apesar de reconhecer a profunda erudição e capacidade interpretativa de pensadores como Weber, Troeltsch, Rachfall e Sombart, Henri Hauser desconfiava das teorias que acabavam por estabelecer uma conexão tão direta entre puritanismo, democracia, capitalismo moderno e Estado burocrático racionalizado. Para o autor, não eram as mudanças religiosas que produziam o espírito capitalista, mas o próprio pensamento político renascentista que era favorável ao desenvolvimento da empresa comercial, e de uma atitude mais individualista com as relações econômicas:

Talvez não nos perguntemos o suficiente se outras causas que não têm nada a ver com a religião, nem com a filiação de ideias, se as causas puramente materiais, geográficas, tecnológicas não foram mais diretamente responsáveis da transformação da vida e do pensamento econômico que a doutrina de Calvino e seus seguidores. Se Gênova, as Províncias unidas, a Escócia e a Inglaterra, as colônias inglesas da América do Norte tornaram-se nações progressistas, esse fenômeno se explica por outras causas além de seu caráter religioso. Quando estabelecemos que as sociedades puritanas são ao mesmo tempo capitalista, não estamos demonstrando a tese da identidade dos dois termos (HAUSER, 1963, p. 125).

Henri Hauser se aproximava assim do ponto de vista de historiadores britânicos como William Ashley e R.H. Tawney, que buscavam uma interpretação mais materialista e econômica do surgimento do capitalismo do que uma visão ligada a fatores morais e religiosos.

Em *“Le Colbertisme avant Colbert”*, H. Hauser buscou discutir as origens do capitalismo corporativo na França do Antigo Regime. O autor rejeitava a tese de que o corporativismo havia sido inaugurado na França com a atuação de Colbert, ministro do Estado e da Economia de Luís XIV. Ciente de que apenas um projeto econômico eficiente poderia sustentar os gastos do rei-Sol, Colbert implantou o mercantilismo industrial (conhecido vulgarmente por *“colbertismo”*), incentivando a produção de manufaturas de luxo para exportação. De acordo com Hauser: « o mercantilismo de Colbert já havia feito, como vimos, sua aparição nos cadernos dos Estados gerais dos séculos XV e XVI » (HAUSER, 1931, p. 181).

Hauser percebia que, entre o sistema liberal de fins da Idade Média e o sistema liberal de fins do século XIX, houve um grande período em que o Estado monárquico francês dirigiu intensamente sua economia. E o auge deste intervencionismo ocorreu justamente, sob a ótica do autor, durante a atuação de Colbert como ministro de Luís XIV. Portanto, no texto em questão se argumentava que as medidas mercantilistas – que veem o Estado como um mundo completo e fechado, que busca importar apenas a matéria-prima necessária para a indústria nacional e exportar produtos manufaturados excedentes – são típicas de momentos de depressão econômica. Enquanto a indústria

nacional é próspera, ela não se incomoda de competir com a indústria estrangeira ou com o trabalho livre. Portanto, Hauser argumentava que era sobretudo nos períodos de crise que a indústria nacional necessitava da proteção do Estado: “Naturalmente, é sobretudo durante os períodos de crise, de contentamento, de desconforto, que as reclamações [mercantilistas] são ouvidas”, afirmava o autor.(HAUSER, 1931, p. 182)

Para Henri Hauser, o *colbertismo* tinha antecedentes na França desde o fim do século XVI, durante o reinado de Henri IV. Essa ideia foi desenvolvida no texto “*Le système social de Barthélemy de Laffermas*”. Se as ideias mercantilistas estavam vinculadas aos períodos de crise, é natural que elas tenham aparecido durante a grave crise que assolou a França logo após as guerras de religião do século XVI, quando a indústria francesa esteve mergulhada em profunda recessão, com fortes dificuldades de concorrer com os produtos e mão de obra estrangeiros. Hauser resgatava os acontecimentos que ocorreram na Assembleia de Rouen, em 1596, quando Barthélemy de Laffermas, influente comerciante da época, fez uma série de propostas mercantilistas ao rei Henri IV. Neste texto, o autor examinava as propostas do tratado de Laffermas, a maneira que estas propostas foram postas em prática pela monarquia, e os efeitos diversos destas medidas em algumas cidades industriais da França.

Laffermas não era nem um erudito nem um humanista, era apenas um astuto comerciante que lidava com o comércio exterior. Ele não havia recebido, portanto, uma instrução clássica, seu conhecimento era todo de origem autodidata. Disto decorre uma série de imperfeições de seu tratado e de seus demais escritos: « Suas obras são uma mistura extravagante de incoerência ; sem composição ; um estilo torcido e incorreto, pior em verso do que em prosa » (HAUSER, 1931, p. 162). Mas, apesar de ignorar a arte da escrita, Laffermas tinha um profundo conhecimento da vida comercial de seu tempo. Ele entendia das questões comerciais porque convivia com elas muito de perto. Seu conhecimento sobre as realidades econômicas foi construído quase que exclusivamente pela experiência pessoal direta. Laffermas não era, portanto, um humanista, conhecedor das letras latins e gregas, mas ele conservava um gosto pelas coisas práticas: “Como ele quer reformar a sociedade, ele não se fecha em uma biblioteca com Platão, Maquiavel ou Bodin: ele faz uma pesquisa. Ele obtém do rei que consulta os interessados ou ao menos uma fração dos interessados, os mestres, uma fração de mestres, aqueles de Paris” (HAUSER, 1931, p. 163-164).

Foi a partir da consulta de homens de negócio e industriais parisienses que Laffermas buscou elaborar uma tentativa de solução para a questão social de fins do século XVI. Laffermas constatou que a França estava completamente invadida por produtos industriais alemães, ingleses e holandeses, sofrendo muito com a escassez de mão de obra, decorrente da emigração em massa de trabalhadores, que fugiam da miséria em busca de melhores condições de vida. Para transformar esta situação Barthélemy de Laffermas sugeriu a adoção de algumas práticas mercantilistas, como a interdição da saída de matéria-prima para o estrangeiro e a proibição da entrada de produtos industriais estrangeiros. Para Laffermas era a presença maciça de manufaturas estrangeiras a principal responsável pelo aumento da pobreza e da miséria no país. Como destacou Hauser: « Esta relação entre o número de desempregados e a entrada de mercadorias estrangeiras, Laffermas persuadiu Henri IV de que essa relação existia ». Laffermas sabia que apenas estas medidas protetivas não seriam suficientes para estimular o crescimento industrial nacional. Era preciso também, a seu ver, realizar um profundo processo de regulamentação e padronização do trabalho, para garantir uma maior qualidade da produção industrial francesa (HAUSER, 1931, p. 171-172).

A adoção destas práticas mercantilistas durante o reinado de Henri IV encontrou bastante resistência da cidade de Lyon, que era um polo industrial e comercial bastante aberto ao mercado estrangeiro. Os lioneses viam com apreensão a adoção do protecionismo, já que sua vida econômica dependia do comércio exterior: “Épica foi a luta, que contaremos em detalhes, levada pelo mercantilismo de Laffermas contra Lyon, a cidade do livre comércio”. A vitória das propostas mercantilistas foi apenas parcial. Henri IV precisava de Lyon como base de operações contra Savoia. E, para manter boas relações com italianos, genoveses e suíços, o rei francês também os excluiu de suas medidas restritivas. Portanto, Henri IV apropriou-se do sistema de Laffermas apenas parcialmente, em editos reais de 1597 e 1599. Como salientou Henri Hauser, as medidas mercantilistas tiveram que esperar por Colbert para serem implementadas por toda a França (HAUSER, 1931, p. 168).

2.5 – A consagração intelectual de Henri Hauser

O ano de 1929 foi, certamente, um momento de importante consolidação da carreira e do prestígio intelectual de Henri Hauser. Neste ano, Hauser tornou-se um dos

quatro membros do restrito comitê de redação da poderosa *Revue Historique*, e colaborou intensamente com renovação e a abertura deste periódico às discussões relativas à história social e econômica. No mesmo ano, ele também integrou o comitê de redação da nascente revista dos *Annales d'histoire économique et sociale*, dirigida por Marc Bloch e Lucien Febvre.

Hauser já conhecia Febvre de longa data, desde 1911, quando foram colegas na Universidade de Dijon. Nos *Annales*, ele contribuiu com 24 textos, dos quais 18 resenhas. Como observou Bertrand Müller, a escolha dos membros do comitê de redação dos *Annales* tinha razões estratégicas. Febvre e Bloch pretendiam, ao reunir autores como Albert Demangeon, Maurice Halbachs, Georges Espinas e Henri Hauser, promover um diálogo com a geografia vidaliana, com a sociologia durkheimiana e com historiadores mais velhos da *École des Chartes* e da Sorbonne que estivessem mais abertos à história social e econômica (MÜLLER, 1994, v.1, p. XXVII).

Henri Hauser era o membro mais antigo do comitê. Aos 62 anos de idade no momento de fundação da revista, ele era vinte anos mais velho do que Marc Bloch e doze anos mais velho do que Lucien Febvre. A historiadora norte-americana Natalie Davis argumenta que a presença de Hauser no comitê funcionou como uma espécie de “autoridade”, um membro da “velha guarda” dos historiadores republicanos e também um importante pioneiro da história social e econômica na França. A presença do autor de *Les Débuts du Capitalisme* aumentava a legitimidade que a nova revista, lançada por dois (relativamente) jovens historiadores, almejava (DAVIS, 2006, p. 19).

O estudo das correspondências trocadas entre Marc Bloch e Lucien Febvre, que foram organizadas por Bertrand Müller, nos indica que, além de uma autoridade, H. Hauser também foi uma figura importante para arranjar novos participantes e colaboradores para a nova revista. Ao contrário de boa parte dos historiadores republicanos formados pelos preceitos de Gabriel Monod e da *Revue Historique*, os *Annales* priorizaram a atenção as questões da atualidade, como modo de restabelecer o elo que une passado e presente. Tanto Bloch quanto Febvre convidavam os historiadores a inspirar-se nos problemas colocados pelo tempo presente: Como destacou François Dosse: “A interrogação do passado a partir do presente tem para os *Annales* valor heurístico” (DOSSE, 2003, p. 100). A nova revista era, portanto, uma revista essencialmente voltada para a sociedade contemporânea e para o tempo presente. De

acordo com os dados levantados por Dosse, 42,4% dos artigos que foram publicados nos *Annales* entre 1929 e 1939 eram textos de história contemporânea, e versavam sobre temas variados, tais como: o problema de população da URSS, a crise bancária na Alemanha, nos Estados Unidos e na Europa Central, o governo Roosevelt, etc. Buscando adaptar a abordagem histórica à era da técnica, a revista de Bloch e Febvre trazia consigo a vontade de ser portadora de um saber operacional útil aos responsáveis pela sociedade. Assim, escreveram em suas páginas, além de eruditos e acadêmicos, importantes homens do meio administrativo e dos mundos dos negócios, como G. Backman (presidente da direção do Banco Mundial Suíço), A. Pose (diretor do Banco Mundial para o Comércio e Indústria) e J. Chappey (diretor do Banco dos Países da Europa Central) (DOSSE, 2003, p. 103-104).

Como observou Bertrand Müller, uma das principais dificuldades dos diretores dos *Annales* era justamente conseguir colaboradores novos que discorressem sobre a história contemporânea e sobre as questões da atualidade (MÜLLER, 1994, v. 1, p. XLV). Nesse sentido, H. Hauser revelou-se uma figura muito importante, devido a sua ampla rede de sociabilidade com homens de política e economia. Em uma carta de 12 de agosto de 1929, Marc Bloch informou a Lucien Febvre que Henri Hauser havia lhe sugerido o nome de dois ex-alunos seus, *agrégés* de história e geografia da *École Normale Supérieure*, para colaborarem na revista, Pierre Denis e Louis Joxe. Cumpre destacar que, além de *agrégé*, Pierre Denis já havia lecionado em universidades dos Estados Unidos e da Argentina, era banqueiro, havia participado de grandes operações financeiras internacionais, e tinha escrito o 15º tomo da coleção *Géographie universelle de l'Amérique du Sud*, em 1927 (MÜLLER, 1994, v. 1, p. 158).

O primeiro texto de Hauser publicado nos *Annales* apareceu no segundo número da revista, com o título “*Des archives économiques à Boston*”. Este texto complementava os textos do professor de Cambridge, Abbot Payton Usher (“*L’histoire économique aux États-Unis*”) e de Marc Bloch (“*Une nouvelle revue d’histoire économique*»), que versavam sobre o desenvolvimento da história social e econômica nos Estados Unidos.

Como observou Claude Fohlen, H. Hauser era um dos intelectuais franceses daquele momento que mais conhecia e se interessava pelas especificidades do Novo Mundo, sobretudo em três aspectos principais: imigração, economia e imperialismo. Ele

já havia publicado importantes textos sobre os Estados Unidos, tais como “*La localisation des industries particulièrement aux États-Unis*” (*Annales de géographie*, n. 63, 1903), *L’impérialisme américain* (1905) e « *La portée et les effets de la nouvelle politique américaine d’immigration* » (*Science*, n. XXXIV, 1925). (FOHLEN, 2006, p. 233)

Hauser, que já havia passado uma temporada na América em 1904, retornou aos Estados Unidos em 1923, desta vez convidado pelo professor Charles Homer Haskins, da Universidade de Harvard, para lecionar cursos sobre a evolução do capitalismo desde o século XVI e sobre a história social e econômica da França dos tempos modernos. Esta segunda estadia foi mais longa que a anterior. O historiador francês permaneceu em terras americanas por aproximadamente três meses, e teve a oportunidade de viajar um pouco pelo interior do país, em direção ao oeste. O autor escreveu sobre suas aventuras nos Estados Unidos no ano seguinte, no livro *L’Amérique vivante* (1924). De acordo com John L. Harvey, além de suas atividades em Harvard, Hauser também conferiu palestras de história social e econômica nas universidades de Northwestern, Michigan, Minnesota, e até mesmo na Universidade de Toronto, no Canadá. (HARVEY, 2006, p. 252).

Em Harvard, H. Hauser aproximou-se de Edwin F. Gay, diretor da *School of Business Administration*. É sobre esta instituição que o autor discorreu em seu texto no segundo número dos *Annales d’histoire économique et sociale*. Em sua viagem aos Estados Unidos, Hauser espantou-se com os norte-americanos, que se mostravam cientes de que a preparação para grandes negócios comerciais devia recorrer, sempre que possível, ao conhecimento científico, sobretudo à história. O autor destacava os importantes cursos de história econômica do professor Norman Scott Brien Gras, da Universidade de Minnesota, e recomendava que cursos análogos fossem dados a banqueiros, comerciantes, industriais e homens de negócio franceses. Hauser também salientava a importância primordial do periódico trimestral *Journal of Economic and Business History*, da *Business Historical Society* – cujo objetivo central era conservar papéis e documentos comerciais em arquivos e bibliotecas – e da riquíssima biblioteca da *School of Business Administration* de Harvard, que recebia, em média, de 1.100 a 1.200 visitas diárias (HAUSER, 1929, p. 238-239).

Em 1929, Henri Hauser também publicou, em parceria com Augustin Renaudet, um livro de síntese sobre *Les Débuts de l'Âge Moderne*, no oitavo volume da prestigiosíssima coleção *Peuples et Civilisations*, dirigida por Louis Halphen e Philippe Sagnac. Trata-se de um manual de vulgarização, que buscava abarcar tanto a realidade política, intelectual, artística e econômica de países europeus, asiáticos e americanos nos princípios da era moderna. Hauser escreveu apenas os capítulos referentes à história social e econômica, aproximadamente 90 páginas, das quais quase metade delas consagradas ao Novo Mundo.

Neste livro, o autor descreveu sucintamente a formação dos Estados nacionais como econômicas fechadas. Para Hauser, a idade moderna iniciava-se com o processo de nacionalização da economia, momento em que Estados nacionais, como a Inglaterra e a França, buscavam ampliar, regularizar e desenvolver suas produções industriais, além de aprimorar e controlar rotas comerciais marítimas e terrestres:

Em suma, três fatos caracterizam o estado econômico da Europa ocidental de fins do século XV : a nacionalização das forças econômicas ; a potência de expansão destas economias nacionais e o aumento das trocas comerciais entre elas ; a ampliação imprevista das transações e o alargamento dos mercados (HAUSER ; RENAUDET, 1938, p. 51).

H. Hauser também argumentava que a descoberta do Novo Mundo, em 1492, marcava a inauguração dos tempos modernos com uma “nova geografia econômica”. A partir de documentos diplomáticos, o autor apontava para os numerosos acordos e disputas dos Estados nacionais em relação ao domínio das novas rotas marítimas no oceano Atlântico. A descoberta do América acabou abalando irreversivelmente a importância tradicional do comércio mediterrâneo, que até então era dominado por Veneza e Gênova. De acordo com o autor, a partir do século XVI « podemos falar de um alargamento do planeta, alargamento que desorganiza as condições do comércio e as concepções comerciais » (HAUSER ; RENAUDET, 1938, p. 178).

Hauser considerava a « europeização do mundo » um feito grandioso, apesar de ter sido realizada a partir de meios bélicos, pilhagens, emigrações e conversões. Foi um

fenômeno decorrente do momento em que os horizontes comerciais europeus se engrandeceram de maneira nunca vista até então. A descoberta das minas de Potosi (1545) também foi, de acordo com o autor, fundamental para a “revolução econômica” do século XVI: “a aceleração e o aumento das trocas comerciais, com a abundância de metais preciosos, provoca uma transformação completa de valores; o dinheiro – carta de câmbio, títulos, crédito – torna-se o rei do mundo” (HAUSER ; RENAUDET, 1938, p. 582).

No mesmo ano de 1929, Henri Hauser também foi convidado por R.H. Tawney para proferir conferências sobre o século XVI na *London School of Economics* e no *King's College* de Londres. Na primeira instituição, Hauser fez uma conferência sobre a história dos bancos, na segunda, ministrou três lições sobre a “modernidade do século XVI”. Estas últimas lições foram reorganizadas em cinco capítulos e publicadas no ano seguinte, pela editora Félix Alcan, no volume *La modernité du XVI siècle* (1930) (HAUSER, 1963, p. 12).

Neste texto, Hauser reconhecia a existência de uma continuidade entre a idade média e a idade moderna. Mesmo nos autores mais modernos, como Rabelais, ainda podiam ser encontrados alguns traços dos “hábitos mentais” da filosofia escolástica. Porém, o autor ainda assim identificava o século XVI como o início da modernidade, por ter vivido, simultaneamente, revoluções na esfera intelectual, religiosa, moral, política e econômica. (HAUSER, 1963, p. 15)

Para ele, o século XVI assistiu ao surgimento de uma nova concepção de ciência, de natureza, de religião e de moral, fosse ela individual ou coletiva. Foi um momento em que os homens compartilhavam o sentimento de que eles viviam uma época nova: “O século XVI, ele se conhece como novo, ele se proclama novo. Ele anuncia a descoberta, saudando a entrada na cena de um novo mundo nas *Decades de orbe novo* » (HAUSER, 1963, p. 17). Durante este século, uma nova concepção de ciência se impôs. Esta palavra deixou de designar uma tradição, ou uma fortuna intelectual que podia ser transmitida, e passou a significar um conhecimento que se adquire a partir da observação e da experimentação (HAUSER, 1963, p. 21).

O quinhentos também trazia consigo uma nova concepção de crença religiosa. Não apenas nos novos pensamentos religiosos protestantes que pipocavam pela Europa, mas mesmo no interior da igreja católica, um novo princípio se consolidava: o princípio da autonomia da consciência, que seria facilitado pela aparição de textos antigos, cristãos e pagãos, em línguas vulgares, mais acessíveis ao povo: “a Bíblia de um lado, Homero de outro”, de acordo com Hauser (HAUSER, 1963, p. 24).

Henri Hauser considerava que o humanismo renascentista também proporcionou uma revolução moral. Os eruditos humanistas buscavam nos autores antigos não apenas lições de estilo, mas também regras de vida. Desta maneira, em autores como Erasmo e Rabelais, vigorava a ideia moral de que o homem é naturalmente bom e que, para bem agir, deve viver de acordo com as leis de sua própria natureza. Na moral do século XVI apareciam, portanto, duas ideias novas. A primeira seria a ideia de unidade da raça humana, questão em grande parte decorrente da descoberta do Novo Mundo. A segunda seria a ideia de progresso. Ambas teriam sido largamente discutidas por autores como Montaigne, Jean de Léry e Jean Bodin (HAUSER, 1963, p. 36).

Hauser apontava que, a partir de fins do século XV e início do século XVI, surgia uma nova “era” da política europeia, marcada por quatro aspectos fundamentais: 1) a formação dos estados modernos; 2) a elaboração da ideia de democracia; 3) a secularização da política; e 4) o desenvolvimento das relações internacionais. Foi um período em que a cristandade medieval se decompôs em Estados nacionais, quando a ideia de soberania do Estado passou a substituir progressivamente a ideia de suserania e de vassalagem. Lembra-nos o autor que o retorno à antiguidade clássica teria sido fundamental neste processo, já que a inspiração nas ideias romanas de *civitas* e de *imperium* foram decisivas para o estabelecimento da concepção de Estado-nação moderno. Enquanto o Estado medieval tinha por base as relações de homem a homem, o Estado moderno passou a se apoiar no conceito de nação. Foi o período em que se definiram as bases principais de nações como a França, Inglaterra e Espanha. H. Hauser buscou destacar o surgimento das teorias de fronteiras naturais e da unidade linguística. A “eclosão do sentimento nacional” esteve intimamente relacionada à substituição do latim pela língua vulgar. O autor encontrava no século XVI os antecedentes dos nacionalismos do século XIX: « O século XVI anuncia ao mesmo tempo, neste domínio de nacionalidade, Napoleão III e Cavour, Bismarck e Woodrow Wilson » (HAUSER, 1963 p. 43).

Ele afirmava que, em paralelo a doutrina do sacerdócio universal, que botava cada cristão no mesmo plano em face de Deus, desenvolvia-se a ideia de igualdade entre todos os cristãos, uma ideia de igualdade espiritual. Por este motivo, Calvino poderia ser considerado como um dos “pais” espirituais das democracias modernas. Em *La modernité du XVI siècle*, o autor argumentava que as guerras religiosas do século XVI tiveram como uma de suas consequências principais a secularização do mundo político. O Editto de Nantes (1598), que estabeleceu pela primeira vez a coexistência de duas religiões no interior do espaço territorial de um mesmo Estado-nação, era, para Hauser, o principal antecedente do direito de liberdade religiosa das democracias do século XIX. A secularização da política atingiu até mesmo o papado, que passou cada vez mais a ser tratado como um Estado temporal, um Estado como todos os outros. E também atingiu as relações internacionais. As alianças entre os Estados passaram a se dar, a partir do século XVI, menos pelas afinidades religiosas do que pelos interesses políticos e econômicos (HAUSER, 1963. p.47- 50)

Para Hauser, a revolução econômica deste período teria sido a mais profunda de todas as revoluções do século XVI, justamente por ter influído de maneira muito mais decisiva nas condições materiais de vida. A partir do momento em que os Estados tornavam-se uma unidade política e econômica, crescia a necessidade de se aperfeiçoar os mecanismos de troca, e o dinheiro tornou-se cada vez mais fundamental (Hauser, 1963, p. 57). Para o autor, o século XVI foi um momento em que « o horizonte comercial cresce maravilhosamente, ao Oriente, da Índia e de Catay, até o misterioso Zipangou ; do Ocidente até o mar do Sul » (HAUSER, 1963, p. 58).

Em *La modernité du XVI siècle*, Henri Hauser destacava o monopólio português no comércio de especiarias, decorrente da descoberta de novas rotas marítimas para a Índia. Metade do açúcar do mundo era produzido no Brasil e na Índia. Apesar de possuir o monopólio deste vastíssimo comércio, o rei de Portugal não possuía os recursos necessários para explorá-lo devidamente. Neste sentido, Hauser destacava a importância dos banqueiros alemães no financiamento da empreitada colonial e comercial do Novo Mundo: “Então os banqueiros, os Fugger, os Welser, concederam os recursos que permitiu que os reis católicos explorassem as minas espanholas, de prata e mercúrio, ou mesmo as empresas coloniais na América” (HAUSER, 1963, p. 60).

O historiador francês também salientava a grave crise inflacionária de preços do século XVI, resultante da entrada massiva de metais preciosos no mercado europeu; e o surgimento de novas indústrias, como as indústrias da guerra, de luxo, da seda, da imprensa, etc. (HAUSER, 1963, p. 62).

A ampliação das transações comerciais, os ganhos colossais de alguns, a ascensão social rápida de indivíduos e famílias que dominavam mercados inteiros, acabaram, inevitavelmente, tornando-se objeto de escândalo em uma sociedade que até então estava acostumada com raras mobilidades sociais. Além da alta de preços, que tornava as condições de vida das camadas mais humildes da população ainda mais precárias, a situação material dos trabalhadores industriais se agravava, pois seus salários tendiam a aumentar numa escala bem menor do que os produtos do mercado. Esse conjunto de circunstâncias, de acordo com Hauser, teve como um de seus efeitos mais importantes o aumento da disparidade social entre patrões e empregados: “Um fosso se cria entre o mestre e o artesão, ou entre o artesão e o artesão que trabalha em domicílio, entre quem faz o trabalho e o comerciante principal, que oferece empregos” (HAUSER 1963, p. 63).

Como observou Philip Benedict, a visão de Renascimento exposta por Henri Hauser em *La modernité du XVI siècle* é bastante diferente da interpretação dominante nos dias de hoje. Numerosas pesquisas de história medieval, geralmente de inspiração católica, indicaram que a idade média fora muito mais variada, rica, muito mais “moderna” do que Hauser gostava de admitir (BENEDICT, 2006, p. 93). Em 1929, Hauser ainda mantinha uma concepção de Renascimento bastante próxima de autores clássicos como Jules Michelet e Jacob Burckhardt. No sétimo volume de *Histoire de la France – Renaissance* (1855), Michelet defendia que o século XVI fora marcado pela descoberta do mundo e pela descoberta do homem. Lutero, Calvino, Rabelais, Montaigne, Shakespeare, Cervantes, todos eles mergulharam em profundas reflexões a respeito da moral humana. Colombo, Galileu, Copérnico, alavancavam novas descobertas sobre o céu e a terra (MICHELET, 1855, p. III). E Burckhardt, em *A cultura do Renascimento na Itália* (1860), considerava o Renascimento como o berço do humanismo cívico e da objetividade no tratamento da consciência política, berço do individualismo, da descoberta do homem e do mundo, um verdadeiro rompimento com a idade média. Para ele, nas cidades italianas renascentistas teria surgido pela primeira

vez o “espírito” do Estado europeu moderno, “o Estado, enquanto criação consciente e calculado, enquanto obra de arte” (BURCKHARDT, 2003, p. 22).

Pode-se perceber, portanto, que Henri Hauser, assim como os historiadores clássicos do século XIX, associava a ideia de modernidade à ideia de racionalidade. Para ele a modernidade referia-se ao processo de laicização das práticas públicas e de redefinição da esfera do privado, características típicas das sociedades modernas. O Renascimento era encarado então como criador de um conjunto de mudanças próprias dos novos tempos, marcado profundamente pela reforma protestante, pela descoberta do Novo Mundo, pela formação da ideia de indivíduo, pela ciência moderna e pelo nascimento do capitalismo. H. Hauser identificava um sentimento de proximidade entre seu tempo e o século XVI. Para ele, apesar de mais distantes no tempo, autores como Rabelais, Erasmo, Thomas Moore e Montaigne pareciam mais próximos dos tempos contemporâneos (no caso, o período entreguerras) do que os autores do século XVII. Como observou Philippe Benedict, a historiografia conservadora francesa do período considerava o século XVII como o “século de ouro” da cultura (monárquica) da França. Ao apoiar-se fundamentalmente nos clássicos do século XIX, Henri Hauser insistia na ruptura entre idade média e renascimento, pondo em segundo plano tanto o período medieval como o século XVII. Assim o autor acabava por defender um ponto de vista historiográfico engajado e de forte teor republicano (BENEDICT, 2006, p. 95).

Em 1931, H. Hauser publicou um interessante texto sobre “*L’enseignement de l’histoire économique en France*” (*Revue Historique*, t. 168). Nele, Hauser discutia a estranha situação do mundo universitário francês, onde muitos autores se interessavam e praticavam a história social e econômica, mas onde pouquíssimos cursos especializados nesta área eram ofertados nas universidades. Essa situação, aliás, chamara a atenção de especialistas estrangeiros, sobretudo os anglo-saxões. De acordo com o autor:

Muito frequentemente colegas estrangeiros, sobretudo ingleses e americanos, compartilham seu espanto : ‘Como’, nos dizem eles, ‘encontramos em seu país tanto interesse pela história econômica, como publicam-se tantos trabalhos de valor, quando tem um ensino tão pobre neste domínio ?’ »(HAUSER, 1931, p. 321).

H. Hauser apontava que, até aquele momento, não existiam nas faculdades de letras da França mais do que três cadeiras consagradas ao estudo da história social e econômica. O próprio autor ocupava a mais prestigiosa delas em Paris, enquanto Paul Maison ocupava uma na Faculdade de Aix-Marseille e Georges Renard ocupava outra de história do trabalho no *Collège de France*. Apesar de reconhecer a importância das numerosas cadeiras de história das doutrinas econômicas que existiam no interior das Faculdades de direito, Hauser não as considerava como cadeiras de história social e econômica propriamente dita. Os cursos destas Faculdades de direito geralmente tratavam as doutrinas econômicas como produto de uma atividade exclusivamente intelectual, como se fossem obra de um pensador solitário que elabora ideias novas partindo apenas da reflexão pessoal e da crítica de seus predecessores. Enquanto que, para Hauser, a história social e econômica deveria preocupar-se com os efeitos dos fatos econômicos na vida material. Portanto, para os historiadores socioeconômicos, as doutrinas econômicas são entendidas como produto da consciência de um mal social e do desejo de superá-lo (HAUSER, 1931, p. 320).

Neste texto, Henri Hauser realizava duras críticas ao isolamento do domínio econômico. Contra este “economicismo”, o autor escreveu:

Nós constatamos, na vida cotidiana, que o mesmo indivíduo, no meio dia, é um *homo oeconomicus* quando ele vai ao mercado ou quando ele cobra a quantidade de seu aluguel, mas um *homo religious* quando ele entra em uma Igreja de sua escolha, ou quando decide não entrar em nenhuma, para tornar-se um *homo politicus* quando ele lê seu jornal, participa de um comício, toma parte em uma eleição, um *homo aestheticus*, se tão humilde que se supõe, quando ele entra, por exemplo, em uma sala de cinema. Cada uma destas atividades reage sobre as outras (HAUSER, 1931, p. 322).

Apesar do número extremamente restrito de cátedras especializadas em história social e econômica, este domínio da história era difundido e ensinado “informalmente” por professores de outras cadeiras. Era o caso de Henri Sée na Universidade de Rennes, de Marc Bloch e Lucien Febvre na Universidade de Estrasburgo, de Prosper Boissonade

na Universidade de Poitiers, de Albert Mathiez na cadeira de história da Revolução francesa da Sorbonne, e de outros autores significativos, como Ferdinand Lot, Gustave Fagniez, François Simiand e Émile Coornaert. Outras instituições de ensino superior, como o *Conservatoire des Artes et Métiers*, a *École libre des sciences politiques* e a *École des Hautes Études Sociales* também ofereciam cursos e conferências referentes a esta especialidade (HAUSER, 1931, p. 324).

Para Hauser, a pouca oferta de ensino especializado em história social e econômica refletia uma grave fraqueza da historiografia francesa, onde muitos autores não estavam familiarizados com os métodos cada vez mais precisos da economia e estatística contemporânea:

Se um número maior de nossos estudantes da Sorbonne frequentassem a conferência do sr. Simiand ou os cursos do Instituto de Estatística ; se um número maior nas outras universidades assistissem aos cursos de estatísticas das Faculdades de Direito, eles iriam adquirir uma técnica que lhes faz falta (HAUSER, 1931, p. 327).

Henri Hauser também defendia neste texto a proliferação de cadeiras de história social e econômica nas universidades da França, para que estas pudessem fornecer empregos e vagas àqueles vários doutores que se interessavam por este domínio da história. Assim como os historiadores e economistas ingleses e norte-americanos que conheceu, o autor defendia que o conhecimento científico produzido na área de história social e econômica fosse instrumentalizado como um saber útil e prático para industriais, políticos e homens de negócios contemporâneos (HAUSER, 1931, p. 327).

No ano seguinte, Henri Hauser publicou um antigo opúsculo de Jean Bodin com uma longa introdução, no volume *La vie chère au XVI siècle: la response de Jean Bodin à M. de Malestroït, 1568* (1932). O tema de fundo era a revolução econômica e a crise inflacionária de preços do século XVI, assunto que vinha chamando a atenção de numerosos estudiosos, tais como Soetbeer (1895), Georg Wiebe (1895), Moritz Bonn (1896), Liautey (1921), Sagher (1924), André E. Sayous (1927), Paul Harsin (1928), Earl J. Hamilton (1927, 1931), Paul Raveau (1929), entre outros. O próprio H. Hauser já

havia discutido a questão há alguns anos, nos textos “*Controverse sur les monnaies*” (*Bulletin des sciences économiques et sociales du comité des travaux historiques*, 1906) e « *Un précurseur: Jean Bodin* » (*Annales d’histoire économique et sociale*, n. 11, 1931).

O opúsculo em questão era uma resposta polêmica de Jean Bodin às ideias formuladas por um autor chamado Malestroit, sobre a grave crise inflacionária do século XVI. Desde 1563, o rei francês havia imbuído a Câmara de contas para estudar o fenômeno recente da crise dos preços. Em 1566, Malestroit publicou *Les remontrances et paradoxes du seigneur de Malestroit, conseiller du Roy et maistre ordinaire de ses comptes, sur le fait des monnoyes, présentez à Sa Majesté au mois de mars 1565*. Dois anos mais tarde, Jean Bodin apareceu com *Les discours de Jean Bodin sur le rehaussement et diminution des monnoyes tant d’or que d’argent, et le moyen d’y remédier, et responce aux paradoxes de M. de Malestroit, 1568*.

Quanto ao texto de Malestroit, só é conhecido de maneira indireta, por intermédio da resposta de Bodin. De forma geral, Malestroit argumentava que a alta de preços estava intimamente relacionada às variações do valor nominal das moedas, e era mais aparente do que real. Em “*Controverse sur les monnaies*”, Henri Hauser assim resumiu suas ideias:

Em suma, existe em Malestroit, uma ideia forte e justa : ou seja, que a moeda de conta é apenas uma imagem, que o ouro é uma mercadoria como outra qualquer e que o importante, definitivamente, é o peso do ouro fino com o qual uma ou outra mercadoria é trocada (HAUSER, 1920, p. 83).

Desde o artigo nos *Annales*, Hauser buscava apresentar Jean Bodin como um « precursor » das análises quantitativas das flutuações de preço, que estavam tão na moda entre historiadores e economistas das primeiras décadas do século XX. Na resposta de Bodin, Hauser apontava para :

Um notável espírito de observação, um constante recurso a história econômica e aos fatos contemporâneos, um dom de comparar fenômenos semelhantes notando suas diferenças, em suma, um senso crítico muito verdadeiro, uma percepção bem mais clara e completa do que se tinha na época sobre o problema dos preços, tudo isto faz dele uma figura de economista bastante favorável (HAUSER, 1931, p. 387).

Hauser buscou descrever Bodin como um jurista, exímio conhecedor das formas do direito romano antigo. E também um humanista, que buscava nos autores antigos (Plínio, Plutarco, Cícero, Suetônio, etc.) ensinamentos sobre a vida social e econômica. Bodin interessava-se, de acordo com Hauser, pelas maneiras que os antigos comiam, a maneira que se vestiam, como ganhavam e gastavam dinheiro, como faziam negociações comerciais, como enriqueciam e quais as consequências destes enriquecimentos. Para Hauser, Bodin era um autor que conhecia profundamente o funcionamento do crédito, das operações bancárias e do comércio de valores mobiliários. (HAUSER, 1932, p. XXXVII).

Argumentava o autor que, embora não se conheça direito qual era a formação de Malestroit (sabe-se apenas que foi conselheiro do rei), é certo que ele não possuía a mesma elevação de espírito ou o apurado senso econômico de Jean Bodin. Para refutar a tese de que a crise era apenas aparente, Bodin se apoiou em evidências históricas, nos registros das Câmaras, como no seu largo conhecimento sobre a alta de preços na Roma antiga, decorrente da conquista da soberania do mar mediterrâneo. Com documentos em mãos, Bodin demonstrou que os preços dos gêneros alimentícios mais básicos da população francesa, como o trigo e o vinho, mais que triplicaram o seu valor entre a metade do século XV e a metade do século XVI (HAUSER, 1932, p. XLII).

De acordo com Hauser, « O mérito de Bodin [...] será o de ter estabelecido uma relação direta de causalidade entre duas ordens de fatos : o aumento rápido e massivo do estoque monetário e a alta universal dos preços ». Bodin teria sido o primeiro autor a constatar que a grande causa do desequilíbrio monetário do século XVI era o afluxo gigantesco de metais preciosos vindo do Novo Mundo (HAUSER, 1932, p. XLVI).

Em 1933, Henri Hauser publicou mais um livro de síntese no nono volume da coleção *Peuples et civilisations*, intitulado de *La prépondérance espagnole*. Este livro era uma espécie de continuação de *Les débuts de l'âge moderne*, que fora publicado quatro anos antes na mesma coleção. Se o livro escrito em parceria com Renaudet tinha como recorte cronológico os anos de 1492 a 1559, em *La prépondérance espagnole* Hauser partia de 1559 e se estendia até 1660. Como destacou Jean-François Bergier, os livros que H. Hauser publicou na coleção *Peuples et civilisations* possuíam um caráter híbrido entre o manual de síntese e a descrição histórica. As exigências dos diretores da coleção (Louis Halphen e Philippe Sagnac), ambos bastante identificados com os preceitos da escola metódica francesa, obrigavam o autor a incluir o máximo possível de informações factuais, o que limitava drasticamente o número de páginas destinadas às digressões históricas e às discussões sobre fontes e métodos interpretativos (BERGIER, 2006, p 133).

Em *La prépondérance espagnole*, Henri Hauser buscou descrever a ascensão da poderosa dinastia dos Habsburgo, criada a partir da unificação dos tronos de Aragão, Castela e Áustria. Desde o início do século XVI, os Habsburgo dominavam uma extensa rede de territórios, que se estendia da Península Ibérica e alcançava os Bálcãs. O autor se esforçava para demonstrar como as rivalidades nacionais mesclaram-se com os conflitos gerados pela divisão da cristandade entre católicos e protestantes. Assim, as ambições dominadoras dos Habsburgo criaram ares de inspiração religiosa, de combate ao protestantismo, na Europa, e combate ao Islã, no Oriente.

Henri Hauser também incluiu alguns capítulos sobre as principais transformações sociais e econômicas que ocorreram a partir do início do século XVII. Para ele, este momento teria sido marcado pelas tentativas de reforma monetária, decorrente da crise de preços do século anterior; pela ascensão da burguesia; e pelo advento do mercantilismo. O autor comentava a adesão de práticas mercantilistas como as operadas pelo Estado holandês que, ao patrocinar as companhias comerciais do século XVII, tornou-se uma das mais importantes potências europeias (HAUSER, 1933, p. 442).

Ele também destacava que o largo desenvolvimento comercial realizado pelos burgueses estimulou o aumento da presença de filhos da burguesia nas universidades e nos cargos de Estado. Disto decorreu, segundo o autor, o crescente processo de

“burocratização” das monarquias europeias que se desenvolveu entre os séculos XVI e XVII:

Os escritórios de finanças e também os cargos jurídicos são invadidos pelos filhos de burgueses, excepcionalmente pelos filhos de camponeses ricos. Conquista mais fácil na medida em que os escritórios, que são geradores de lucros, transformam-se em valores mobiliários, negociáveis no mercado (HAUSER, 1933, p. 205).

Nesse sentido, o século XVII se abria como a « era da burguesia », sobretudo em nações como a França, Alemanha e Inglaterra. As burguesias enriquecidas investiam pesado na educação de seus filhos, chegando a compor importantes dinastias jurídicas e adquirindo um número cada vez maior de antigas propriedades senhoriais. Hauser também destacou a imensa importância que adquiriram os banqueiros nesta sociedade europeia do século XVII. Na França, por exemplo, os banqueiros calvinistas tiveram papel importantíssimo nas cidades de Bourdeaux, La Rochele e Paris (HAUSER, 1933, p. 452).

La prépondérance espagnole foi uma das obras mais difundidas de Henri Hauser. Teve a segunda edição revista e ampliada já em 1940, e outras edições em 1948 e 1973, esta última com um prefácio de Pierre Chaunu. De acordo com Jean-Pierre Poussou, este livro foi fundamental para o desenvolvimento geral da história social e econômica na França (POUSSOU, 2006, p. 83). E Henri Heller, que fez seu doutorado nos Estados Unidos na década de 1950, destacou que tanto *Les débuts de l'Âge moderne* quanto *La prépondérance espagnole* eram leituras frequentemente recomendadas pelos professores universitários norte-americanos (HELLER, 2006, p. 103).

Em 1936, Henri Hauser publicou *Recherches et documents sur l'histoire des prix en France de 1500 à 1800*. Para François Dosse, esse livro é uma das três « obras-primas » da década de 1930 que fundaram a história econômica e a história dos preços na França, ao lado de *Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement general des prix du XVI au XIX siècle* (1932), do sociólogo durkhemiano François Simiand ; e de

Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle (1933), tese de doutorado do jovem Ernest Labrousse (DOSSE, 2003, p. 35).

O livro em questão era resultado de uma pesquisa coletiva, interdisciplinar e internacional. Com o espetacular colapso da economia capitalista nas décadas iniciais do século XX, economistas, cientistas sociais e historiadores passaram a estudar e analisar as flutuações de preços no decorrer dos anos. Desde 1923, na *London School of Economics*, William Beveridge e H. Hall ensaiavam uma história dos preços de trigo na Inglaterra, entre os séculos XIII e XVIII. Em 1926, Earl J. Hamilton, professor de Harvard, iniciou suas pesquisas sobre a história dos preços na Espanha, durante o século XVI. Em outros países, o historiador Bujak e seus alunos realizavam estudos pioneiros sobre a história dos preços na Polônia desde 1926. Neste mesmo ano outros professores de Harvard, Edwin F. Gay e Arthur H. Cole, começaram a escrever a história dos preços nos Estados Unidos. Eles também propuseram, em uma conferência organizada pela *Social Science Research Council* em 1928, um projeto internacional de pesquisas de preços (DUMOULIN 1990, p. 509).

Nesta mesma direção, logo após o *crack* da Bolsa de Valores de Wall Street de outubro de 1929, os responsáveis pela divisão de ciências sociais da Fundação Rockefeller financiaram um projeto científico internacional sobre a história dos preços, com uma quantia inicial de 250.000 dólares a contar de janeiro de 1930. Edwin F. Gay, diretor da *Harvard Business School*, e William Beveridge, diretor da *London School of Economics*, que mantinham relações bastante próximas com a Fundação Rockefeller, foram os mentores do projeto. Ambos os autores insistiram no caráter interdisciplinar e internacional da pesquisa, que deveria reunir estatísticos, economistas, historiadores e arquivistas, e abranger países como Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Áustria, Espanha e, mais tarde, Holanda, Suécia e Tchecoslováquia.

Na Inglaterra, Áustria e Holanda, as pesquisas ficaram sob a direção de autores consagrados da *London School of Economics*, como A. Pribram e W. Beveridge; na Alemanha por Moritz Elsas; na Espanha por Earl J. Hamilton; nos Estados Unidos por Edwin F. Gay e Arthur H. Cole; na Suécia e Tchecoslováquia por Nicolaas Posthumus. Na França, o comitê internacional de história dos preços convidou o professor da Sorbonne, Henri Hauser. De acordo com Olivier Dumoulin, a escolha de Hauser para chefiar a pesquisa de história dos preços na França se impôs em razão da prestigiosa

posição do autor no campo universitário francês e da sua ampla rede de contatos políticos e econômicos (DUMOULIN, 1990, p. 512).

Cada um dos membros do comitê teve a liberdade de reunir uma equipe de eruditos e colaboradores para fazer o levantamento dos documentos nos arquivos do seu país e para definir programas de trabalho. De acordo com Isabelle Lescent-Gilles, Henri Hauser recebeu, ao todo, 7.500 dólares da Fundação Rockefeller. Ele buscou compor uma equipe de colaboradores interdisciplinar, com historiadores, sociólogos e arquivistas. O autor recorreu a diversos ex-alunos, colegas e importantes nomes intelectuais daquele momento, tais como François Simiand, Albert Mirot, Gaston Paris e Henri Sée, além de importantes arquivistas da *École des Chartes*. O próprio Hauser fez o levantamento das flutuações do preço do trigo, entre os séculos XIII e XVIII (LESCENT-GILLES, 2006, p. 218-219).

fig.1 – H. Hauser (o segundo da esquerda para direita) junto ao Comitê Internacional de História dos Preços durante a década de 1930. William Beveridge encontra-se ao centro.

Havia, contudo, um conflito entre a posição de Henri Hauser e a posição dominante do comitê internacional de história dos preços. A partir de 1930, os membros do comitê passaram a se reunir semestralmente para delimitar objetivos, limites geográficos e métodos de pesquisa. Os debates internos que se deram nestas reuniões regulares indicavam, na realidade, uma querela entre economistas e historiadores. Edwin F. Gay e William Beveridge formaram-se originalmente em economia, e ambicionavam fazer uma história da economia a partir do estabelecimento de longas listas de preços. O objetivo primordial era coletar uma grande série de dados para estabelecer um instrumento de verificação e de elaboração de teorias quantitativas sobre a moeda e sobre os ciclos econômicos (DUMOULIN, 1990, p. 510-511).

Historiadores de formação, como Elsas, Hauser e Posthumus queriam estender os objetivos da pesquisa e incluir um estudo das condições materiais de vida, buscando analisar a evolução da qualidade de vida no decorrer dos séculos. Para estes historiadores, a tradução dos preços em gramas de ouro ou em dinheiro era fundamental para se compreender seu valor real. O que estava em debate, afinal, era a própria finalidade da pesquisa. Como resumiu O. Dumoulin: « Para alguns, se trata de reconstituir a evolução de um fenômeno, provisoriamente isolado, enquanto para outros

a preocupação com a conversão monetária se traduz na vontade de saber o custo de vida e posteriormente os níveis de vida» (DUMOULIN, 1990, p. 515).

Após numerosos debates nos encontros periódicos do comitê, W. Beveridge, A. H. Cole e Edwin F. Gay conseguiram impor a posição dos economistas. Nesse sentido, o comitê internacional de história dos preços inaugurou uma tendência que se estabeleceu a partir da Segunda Guerra Mundial: a tendência de fundações de financiamento norte-americanas imporem seus modelos de organização de trabalho em vastos projetos internacionais, que devem ser realizado em alguns poucos anos (LESCENT-GILES, 2006, p. 221).

Apesar de louvar as iniciativas deste projeto, Henri Hauser escreveu suas insatisfações quanto aos rumos que tomavam os diretores do comitê, no texto “*Un comité international d’enquête sur l’histoire des prix*” (*Annales d’histoire économique et sociale*, n. 7, 1930):

Eles [Edwin F. Gay e William Beveridge] buscam recrutar numerosos colaboradores e estabelecer, com todas as precauções que a matéria exige, listas contínuas de preços, contudo sobre períodos demasiado longos para tornar sensível a evolução, e o conjunto em áreas geográficas muito limitadas para permitir comparações úteis (HAUSER, 1930, p. 384).

Hauser acreditava ser impossível estabelecer as longas séries de preços com a objetividade científica almejada pelos diretores do comitê, pelo menos com o estado dos documentos disponíveis na França. Os historiadores economistas anglo-saxões estavam fortemente influenciados pelos métodos quantitativos e pelas teorias econômicas. Pretendiam estabelecer listas de longa duração sobre o preço de variados produtos. Hauser tinha uma preocupação diferente, ele queria multiplicar os tipos de documentos, buscar documentos menos seriais, mas mais sutis e indiretos, que exigem a “arte interpretativa” do historiador. Seu objetivo ao estudar as flutuações de preço era, na realidade, examinar melhor o poder de compra das classes mais populares e os níveis de vida de trabalhadores industriais e camponeses (LESCENT-GILES, 2006, p. 221). Como bem salientou Olivier Dumoulin: « Henri Hauser se mete em uma situação

desconfortável ao dirigir uma pesquisa que ele não para de sublinhar a inanidade » (DUMOULIN, 1990, p. 515).

Justamente pela sua desconfiança em relação às longas listas seriais de preços, por destacar a variedade e ambiguidade dos documentos disponíveis e os muitos detalhes que são perdidos no processo de quantificação, Henri Hauser foi considerado, por autores como François Dosse (2003), Olivier Dumoulin (1990) e Bertrand Müller (1994) como o último representante da história econômica pré-serial na França.

2. 6 – Henri Hauser e o tempo presente

A partir do que foi dito a respeito da história social e econômica de Henri Hauser sobre os tempos modernos, podemos perceber que os principais temas trabalhados pelo autor foram: as origens do capitalismo moderno; as condições materiais de vida dos trabalhadores industriais; as relações do protestantismo com a economia capitalista; o corporativismo e o *colbertismo* do Antigo Regime; a revolução dos preços do século XVI.

A obra de Hauser, em matéria de história social e econômica, nos revela grande amplitude de erudição. O autor demonstra ter assimilado praticamente toda a historiografia francesa sobre o assunto, além das principais obras produzidas na Alemanha, Grã-Bretanha, Bélgica, Itália e Estados Unidos. O autor revelava a importância das obras literárias como fontes para o conhecimento histórico, por serem documentos capaz de revelar a “maneira de ser e de sentir” dos personagens históricos. Ele também se preocupou com o fenômeno das migrações humanas e da transmissão e propagação de ideias.

Outro elemento que chama bastante a atenção é a preocupação de Henri Hauser com o tempo presente. Como bem destacou Herman von deer Wee, a seleção de temas históricos de Hauser revela uma forte preocupação com as grandes questões de sua época. Ele estudava, de preferência, situações históricas cujo estudo pudesse auxiliar os contemporâneos a compreender melhor as questões de seu próprio tempo (WEE, 2006, p. 120).

Nesta virada do século XIX para o século XX, a França sentia de maneira bastante intensa os efeitos desastrosos do liberalismo e do desenvolvimento do capitalismo, expressos especialmente no acelerado processo de urbanização e industrialização. A Revolução de 1789 havia trazido consigo profundas mudanças estruturais na sociedade francesa. A servidão foi abolida e se instaurou a noção de igualdade civil de todos diante da lei. Derrubando a monarquia absoluta do antigo regime, a Revolução ostentava uma filosofia social individualista, na medida em que colocava o indivíduo à frente da razão de Estado, dos interesses de grupo, das exigências da coletividade. Mesmo quando retornou ao sistema monárquico, durante o período da Restauração, o Estado francês manteve uma Carta Constitucional que reconhecia algumas liberdades proclamadas pela Revolução: liberdade de opinião, liberdade de culto, liberdade de imprensa, etc.

A sociedade que se estabelece após 1789 é, de acordo com René Rémond, uma sociedade liberal, uma espécie “reação ao jugo da autoridade, ao respeito cego pelo passado, do império do preconceito, assim como aos impulsos do destino”. Sob a orientação da doutrina liberal, esta sociedade desconfiava profundamente do Estado e do poder. Na tentativa de limitar o poder, a Carta Constitucional francesa procura fracioná-lo, com a separação dos poderes em executivo, legislativo e judiciário. Outra maneira encontrada de se restringir o poder foi limitar seu campo de atividade, sugerindo a não-intervenção na economia, de tal forma que o Estado a deixe para as iniciativas privadas (individuais ou coletivas) em livre concorrência (REMOND, 1976, p. 27-29).

Com uma Carta Constitucional de orientação ideológica liberal, o capitalismo industrial, financeiro e bancário era favorecido por dispositivos de lei. A não-intervenção do Estado se exprimia pela inexistência de acordos, convenções ou regulamentações de trabalho. De tal forma, as condições de trabalho eram estabelecidas pela lei da oferta e procura; onde os patrões, que dispunham de uma multidão de desempregados às portas das fábricas (aquilo que Marx denominou de “exército de reserva do proletariado”), faziam de tudo para aumentar suas produções e diminuir os seus gastos. Criavam-se, assim, condições de trabalho absurdas e desumanas. A sociedade liberal francesa, que tinha por princípio deixar que a iniciativa individual e privada pudesse agir livremente, possuía uma legislação que favorecia os empregadores e desfavorecia os empregados. Desde 1791, com a lei *Le Chapelier*, proibiu-se qualquer

formação de associações operárias ou patronais. A legislação decretava a dissolução e a proibição de associações, corporações e confrarias que causassem obstáculos a livre concorrência. Consequentemente, tornavam-se ilegais quaisquer agrupamentos de trabalhadores que exigissem melhores condições de trabalho. As greves eram consideradas casos de polícia, por constituir um empecilho à liberdade de trabalho (RÉMOND, 1976, p. 109)

A primeira batalha do movimento operário francês foi justamente a busca pela igualdade jurídica que lhe permitisse sair da ilegalidade e organizar-se abertamente. Entre 1864 e 1868, nos anos finais do Segundo Império, as greves e associações operárias deixaram de constituir um crime. Na Terceira República, com o advento da ampliação dos direitos de voto, alguns partidos de tendências socialistas passaram a se interessar pelos votos dos trabalhadores. Conquistando certa representação política, o movimento operário atingiu a sua legalidade jurídica apenas 1884, com a lei Waldeck-Rousseau, do Ministro do interior de mesmo nome. Em 1895, a partir da Confederação Geral do Trabalho, criou-se a primeira central sindical francesa. Finalmente sob a forma sindical, o movimento operário visou à melhoria progressiva de suas condições de trabalho e condições materiais de vida. Paulatinamente, conseguiram satisfazer reivindicações relacionadas com a estabilidade de emprego, a duração do trabalho, as condições de higiene, de segurança, o estabelecimento do salário-mínimo, etc. Suas principais conquistas foram o estabelecimento de um limite de tempo de trabalho para mulheres e crianças. Até a criação do Ministério do Trabalho, em 1906, o movimento operário francês havia conquistado: a fixação de uma idade mínima para o trabalho, que variava de oito a dez anos, de acordo com a situação de trabalho; e a criação de medidas protetoras contra riscos sociais, tais como seguros contra acidentes de trabalho, doenças e sistemas de aposentadoria (RÉMOND, 1976, p. 112).

Na virada do século XX, o grande progresso do socialismo no mundo operário e no mundo intelectual esteve intimamente relacionado ao desenvolvimento industrial e suas consequências. Entre 1889 e 1893, o Partido Operário Francês viu seu contingente crescer de 2.000 para 10.000 membros. O movimento socialista desenvolveu-se bastante a partir do início da década de 1890, e foi marcado pelo crescimento vertiginoso do movimento operário, pela proliferação de greves e pela crescente organização do movimento sindical. Em 1905, criou-se a Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO). Entre 1906 e 1914 o número de filiados da SFIO cresceu de 44.000 a quase

90.000; o jornal *L'humanité*, fundado por Jean Jaurès em 1904, alcançava audiência nacional e transformava-se, a partir de 1907, em instrumento de difusão da SFIO (JOFFILY, 2012, p. 32).

Como destacou Michel Winock, por volta de 1900, grande parte dos intelectuais *dreyfusards* sentiu-se atraído pelo socialismo e pelo movimento operário. Eles percebiam que com toda a ação sindical e corporativa, ainda inexistiam ações educativas populares. Sobretudo após 1901, com a fundação da Federação das Universidades populares, professores universitários e escritores ofereciam cursos e conferências para promover uma aproximação entre intelectuais e operários. Lucien Herr, bibliotecário da *École Normale Supérieure* desde 1885, dirigia nesta época a revista *Bibliothèque socialiste*, que contava com a participação de Anatole France e Léon Blum e tinha como objetivo principal promover a educação dos trabalhadores industriais (WINOCK, 2000, p. 116).

Imbuído do sentimento de piedade pelos excluídos de que falava Michelet, Henri Hauser também se solidarizava profundamente com as lutas e conquistas dos trabalhadores industriais de seu tempo. Ele próprio se autoproclamou “socialista”, no artigo “*Étude critique sur la Rebeine de Lyon, 1529*” (Hauser, 1896, p. 268). Pudemos observar que, desde seus primeiros escritos, o autor buscou incorporar essa temática em seus estudos sobre a reforma protestante na França dos tempos modernos. Ele chegou mesmo a se aproximar do movimento operário e promover a educação popular de trabalhadores industriais, nas conferências periódicas que ministrou nos sindicatos de Clermont-Ferrand.

Em seu primeiro livro, *Ouvriers du Temps Passé* (1899), Henri Hauser partia dos problemas sociais decorrentes do processo de industrialização e urbanização que ocorriam em seu tempo, e julgava que poucas temáticas eram mais interessantes naquele momento do que as condições materiais de vida dos trabalhadores industriais do passado, e as relações existentes entre capital e trabalho (Hauser, 1927, p. XIII). Nesta obra, o autor procurou indicar a relação entre a industrialização da virada do século XX com a industrialização dos séculos XVI e XVII. Observava ele que, tais como os operários do mundo contemporâneo, os trabalhadores industriais dos tempos modernos também passavam fome, também desejavam aumentar seus salários. E os patrões de seu tempo, tais como os patrões daquele época, também tentavam aumentar o seu lucro

diminuindo seus gastos com mão de obra. Assim como na virada do século, os empregadores dos primórdios da modernidade também encontravam apoio dos poderes públicos para reprimir as reivindicações trabalhistas. As autoridades públicas de antigamente também intervinham quase sempre para manter o regime de trabalho da maneira mais favorável possível aos patrões. Tal como no final do século XIX, no seiscentos também existiram conflitos violentos entre patrões e empregados, greves e revoltas por parte de trabalhadores indignados com suas precárias condições de vida. No início dos tempos modernos a classe operária tinha um lugar de pouco destaque. A principal diferença entre os trabalhadores contemporâneos e os trabalhadores do passado, de acordo com Hauser, era que nos tempos contemporâneos a classe operária era muito maior e representativa do que jamais fora antes (HAUSER, 1927, p. XXXVIII).

Hauser demonstrava sua consciência histórica moderna ao compreender a relação entre conhecimento do passado, ação no presente e sonhos do futuro. Segundo o autor, os sonhos do futuro são constituídos eles mesmos com restos e negações do passado. Eles se formam tanto com uma visão positiva (exemplos de um passado grandioso) quanto com as negações do passado, sempre acompanhadas do desejo de rompimento e superação. Estas concepções que os homens têm do passado, sejam elas boas ou ruins, sejam elas verdadeiras ou falsas, são fundamentais para a ação no tempo presente e para as construções futuras. Dessa maneira, H. Hauser frisava a importância do conhecimento objetivo do passado, pois seria melhor guiar-se pelo certo e provável do que pelo falso e duvidoso. A sua obra se apresentava, portanto, como um guia ou um porto seguro a todos aqueles que se interessavam pelas condições materiais de vida dos operários industriais, tema que era trabalhado naquela época por muitos discursos ideológicos conflitantes (socialismo cristão, socialismo reformador, revolucionário, etc) (HAUSER, 1927, p. XIII-XIV).

Henri Hauser viveu um período de intensas transformações sociais e econômicas. A virada do século XIX para o século XX foi o momento em que a França entrou de vez na segunda revolução industrial. Momento em que as transformações dos processos produtivos eram cientificamente planejadas por grandes empresas, e a ciência era utilizada como instrumento para o desenvolvimento de novas tecnologias e de novos materiais industriais. Nesse período foram desenvolvidos novos métodos científicos para a produção em grande escala de aço e de produtos químicos. Momento em que

novas fontes de energia, como a eletricidade e o petróleo, passam a substituir o carvão. Quando inicia-se um largo desenvolvimento da medicina e da química, sobretudo na área da bacteriologia. O desenvolvimento de técnicas de refrigeração, pasteurização e esterilização permitiram a conservação de grandes quantidades de alimentos e o seu transporte por grandes distâncias. Isso tudo facilitou o comércio de gêneros alimentícios em regiões mais afastadas dos centros produtores, o que resultou na queda de seus preços (LESSA, 2005, p. 124-125).

Assim, entendemos que os estudos de Hauser sobre as origens do capitalismo, por exemplo, tem por objetivo esclarecer às pessoas do primeiro terço do século XX a transição da primeira para a segunda revolução industrial. Seus estudos sobre Calvino visavam esclarecer à geração do entreguerras, em momento de grave crise econômica, as origens e o desenvolvimento do capitalismo financeiro do século XX. Suas reflexões sobre a revolução dos preços do século XVI pretendiam colaborar com o entendimento da crise econômica dos anos 1920 e 1930. Seus estudos sobre as origens do corporativismo visavam uma melhor compreensão deste fenômeno econômico que se expandia nas primeiras décadas do século XX (WEE, 2006, p. 120).

Em diversos momentos de sua obra, Henri Hauser buscou ressaltar semelhanças entre os tempos contemporâneos os princípios dos tempos modernos. Ambos foram, a seu ver, momentos de divisão do trabalho, de concentração de capital e de conflito entre capital e trabalho. Como destacou Herman von der Wee, Hauser estava constantemente preocupado em enriquecer a perspectiva histórica com uma perspectiva estrutural, que conecta passado, presente e futuro. Ele insistia nas continuidades históricas e no caráter recorrente de certos fenômenos econômicos (WEE, 2006, p. 126).

No prefácio de *Travailleurs et marchands dans l'ancienne France* (1920), Hauser escreveu :

Alguns leitores insuficientemente informados, podem talvez se espantar com tudo que há de moderno nesta exposição de fatos e de instituições que remontam a um passado muito distante. Que eles não vejam nessas semelhanças nem uma intenção nem um artifício. Elas estão na exposição porque eles estão na realidade. Quanto mais se avança no estudo da história econômica, mas percebemos que existe muito pouco de novo sob o sol (HAUSER, 1920, p. VIII).

No prefácio de *Les débuts du capitalisme* (1927), Henri Hauser revelou que seu principal objetivo era pesquisar no passado as origens e desenvolvimento das formas sociais e econômicas contemporâneas. O autor lançava então um olhar comparativo entre a crise econômica do início do século XX e a crise econômica do século XVI:

Entre a vida cara da qual foram testemunhas os homens da metade e do terceiro quarto do século XVI, crise que Jean Bodin foi o genial narrador, e a crise atual, existem diferenças de quantidade e também diferenças de modalidade ; não percebo nenhuma diferença essencial e qualitativa (HAUSER, 1931, p. VI).

E em *La vie chère au XVI siècle : la response de Jean Bodin à M. de Malestroit, 1568* (1932), Hauser também iniciou sua reflexão a partir das questões do tempo presente. De acordo com o autor, a crise econômica, que se desenvolveu desde o término da Primeira guerra mundial, teria sido uma “rude lição de economia política”. A partir desse momento, não era mais possível aos intelectuais ignorar as questões monetárias, as flutuações de preços, o desequilíbrio entre a produção e consumo, etc. Dessa situação, surgiu a necessidade de se estudar outros períodos da história que também foram marcados por crises inflacionárias de preços (HAUSER, 1932, p. V).

Nesse sentido, a visão de história de Henri Hauser se aproxima um pouco da “história-problema” divulgada pelos *Annales* de Febvre e Bloch, onde o historiador parte do presente para remontar o fio do tempo até as sociedades do passado. É bastante conhecida a passagem de *Apologia da história* em que Marc Bloch escreve sobre esta questão:

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente. Já contei em outro lugar o episódio: eu estava acompanhando, em Estocolmo, Henri Pirenne. Mal chegamos, ele me diz: “O que vamos ver primeiro? Parece que há uma prefeitura nova em folha. Começemos por ela”. Depois, como se quisesse prevenir um espanto, acrescentou: “Se eu fosse antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas

sou um historiador. É por isso que amo a vida”. Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador (BLOCH, 2002, p. 65-66).

Apesar das semelhanças, havia uma série de divergências que separavam os dois historiadores. Como observou a historiadora norte-americana Natalie Zemon Davis, enquanto Marc Bloch privilegiava as continuidades de longa duração e as transformações lentas, Henri Hauser preferia salientar as novidades e as transformações turbulentas. Além disso, o passado rural de Bloch era uma espécie de história das adaptações, de acordo com a situação geográfica e os costumes sociais. Enquanto o passado de Hauser estava recheado de conflitos econômicos, sociais, religiosos e nacionais (DAVIS, 2006, p. 21).

Contudo, pode-se perceber que a obra historiográfica de Henri Hauser também carrega consigo alguns pressupostos da concepção de história como “mestra da vida” (*historia magistra vitae*). O autor admirava os pensadores humanistas do século XVI que, bastante desesperançosos com os rumos da política de seu tempo, recorriam a exemplos retirados da história dos antigos, comparando-os, ao menos em parte, com a situação contemporânea, a fim de orientar os príncipes e dirigentes da política de sua época. Hauser acreditava junto com estes autores no valor utilitário da pesquisa histórica, capaz de instruir os políticos e homens de ação, ao fornecer critérios para o agir correto a partir de análises comparativas com casos semelhantes ocorridos no passado. Assim como Maquiavel, Guicciardini e, principalmente, Jean Bodin, a obra historiográfica de Hauser não buscava fornecer teorias ou métodos, mas trazia aguçadas análises do desenvolvimento de processos históricos comparáveis às questões principais que assolam o tempo presente do autor. Essa preocupação com o valor utilitário fica evidente nos esforços do autor em institucionalizar a história social e econômica nas universidades francesas, tal como ocorrera nos Estados Unidos e Alemanha, para que fosse possível produzir material científico adequado para a formação de melhores comerciantes e industriais. Este tipo de preocupação fica ainda mais nítida nos textos geográficos de Hauser, que discutiremos mais detidamente no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – HENRI HAUSER E A GEOGRAFIA

Apesar de ter se consagrado como um dos maiores historiadores de seu tempo, Henri Hauser também teve uma profícua carreira de geógrafo. Como vimos anteriormente, Hauser iniciou sua carreira acadêmica na *École Normale Supérieure* entre 1885 e 1888, numa época em que o ensino de história era ministrado junto com o de geografia. Assim que conquistou a *agrégation* em história e geografia, Hauser lecionou as disciplinas de história e geografia nos liceus de Bourges, Pau e Poitiers, até o seu ingresso na Faculdade de Letras de Clermont-Ferrand como *chargé de cours* de história antiga e medieval, em 1893. Quatro anos mais tarde, Hauser tornou-se *maître de conférences* de história e geografia na mesma instituição.

Quando transferiu-se para Dijon, devido a complicações relacionadas com o Caso Dreyfus, Henri Hauser colaborou com a criação do Instituto de Geografia (1904-1905), na Faculdade de Letras de Dijon, do qual foi o primeiro presidente. A partir de 1919, o autor passou a lecionar o curso de Geografia Comercial e Industrial do *Conservatoire des Arts et Métiers*. Além disto, como veremos mais adiante, Henri Hauser também publicou numerosos trabalhos de geografia política e econômica, seja em manuais escolares, artigos em revistas científicas (principalmente nos *Annales de géographie*) ou em livros, alguns dos quais verdadeiros *best-sellers*.

Para compreendermos os textos que o autor dedicou aos principais aspectos geopolíticos e geoeconômicos de seu tempo, assim como seus engajamentos pessoais, é preciso ter em mente as duas principais referências do pensamento geográfico de Henri Hauser: Émile Levasseur e Vidal de la Blache.

Tanto Levasseur quanto Vidal de la Blache foram autores importantíssimos para a constituição da geografia como disciplina acadêmica autônoma na França, durante as primeiras décadas do regime republicano. Assim como foi com a história, a geografia também foi extremamente favorecida nas reformas universitárias operadas no último quartel do século XIX, que tinham como modelo principal (a ser superado) a experiência universitária alemã, do início do século.

3.1 – A geografia alemã: Humboldt, Ritter e Ratzel

Até fins do século XVIII, o conhecimento geográfico se encontrava bastante disperso. Tanto na Alemanha como no resto da Europa, o conhecimento geográfico era transmitido em numerosos tipos de escritos: esteve presente em relatos de viagens, compêndios de curiosidades, relatos estatísticos de órgãos de administração, catálogos sobre os mares e continentes, tratados de filosofia, entre outros. Como indicou Antonio Carlos Robert Moraes em sua “pequena história crítica” da geografia, foi somente no século XIX que a geografia começou a ganhar contornos de uma disciplina autônoma, sistematizada e particularizada; sobretudo com o desenvolvimento do colonialismo e do imperialismo, quando os grandes Estados nacionais europeus passaram a incentivar e patrocinar inventários mais precisos dos recursos naturais espalhados pelo globo terrestre (MORAES, 1981, p. 36).

Em sua *Histoire de la géographie*, Paul Claval também considerou que, apenas no século XIX, a geografia transformou-se em uma disciplina científica. O oitocentos se abriu com mudanças radicais nas relações entre o homem e natureza. Desde fins do século XVIII, o carvão já se impunha como nova forma de energia concentrada. A partir da utilização desta nova forma de combustível, a capacidade de mobilidade humana progrediu de maneira surpreendente, com a navegação a vapor, na década de 1810, e com as locomotivas e as estradas de ferro, na década de 1820 (CLAVAL, 1995, p. 48).

A elaboração de relatos ocasionais e levantamentos mais técnicos, produzidos em viagens exploradoras e expedições científicas, aglutinaram grande parte do conhecimento geográfico da primeira metade do século XIX. O desenvolvimento de uma economia global, que articula as mais distintas e longínquas partes do mundo, favoreceu o crescimento da cartografia. Sobretudo após a consolidação de diversos Estados-nação pela Europa, o conhecimento geográfico foi bastante requisitado e desenvolvido. O Estado moderno tinha a necessidade de racionalizar da maneira mais eficiente possível sua administração. Como destacou Paul Claval, era preciso, para garantir um bom funcionamento da máquina estatal, ter dados demográficos mais precisos, já que, logo atrás dos recursos econômicos, os recursos humanos eram os mais fundamentais para delimitar a força de qualquer exército (CLAVAL, 1995, p. 32). A racionalização da administração do Estado levou, portanto, ao desenvolvimento dos métodos estatísticos e cartográficos. Todo esse processo foi bastante favorável ao

progresso da geografia física e da geografia das questões humanas. No mundo capitalista que se formava, era cada vez mais necessário poder calcular rotas, saber a orientação das correntes marítimas e dos ventos predominantes, determinar com a maior precisão possível a localização dos portos, etc. (CLAVALL, 1995, p. 43).

Além disso, o pensamento geográfico também foi favorecido pelo largo prestígio que alcançaram as teorias evolucionistas durante o século XIX. As formulações de Darwin, em seu livro *A origem das espécies* (1859), concediam lugar de destaque para o papel desempenhado pelas condições do meio na evolução das espécies (a humana inclusive). Graças à larga repercussão da obra de Darwin, a geografia pôde se desenvolver no século XIX com uma fortíssima base científica (MORAES, 1981, p. 40).

A geografia universitária que se formou nas universidades prussianas transformou-se em modelo, não apenas para a França, mas para diversos países da Europa e para os Estados Unidos. Como vimos no primeiro capítulo, desde o início do período de dominação napoleônica que extinguiu o Sacro Império Romano-Germânico, as elites prussianas começaram a construir um projeto de unificação nacional. A falta da constituição de um Estado nacional centralizador, e a falta de pontos de convergência das relações econômicas entre os principados germânicos, conferiram às discussões geográficas grande relevância nos projetos prussianos. Diversas questões de ordem geográficas estiveram na ordem do dia: a organização do espaço, a apropriação de territórios, a variação regional, entre outros (MORAES, 1981, p. 46).

Alexandre von Humboldt (1769-1859), naturalista, irmão do conselheiro do rei e reformulador do sistema de ensino superior prussiano, foi, ao lado de Carl Ritter, um dos pais da geografia sistematizada como disciplina acadêmica na Alemanha. Humboldt realizou numerosas viagens e expedições científicas, escreveu dezenas de trabalhos empíricos sobre as complexas relações da natureza na superfície terrestre. Ele entendia a geografia como uma síntese de todos os conhecimentos sobre a Terra. Ancorado em pressupostos naturalistas, Humboldt buscava a unidade da natureza a partir de seus aspectos físicos, procurando comparar as condições geográficas de diferentes regiões do mundo, sempre dando ênfase ao mundo natural. Humboldt foi um exímio especialista do magnetismo terrestre, da mineralogia, da geologia e da botânica.

Em 1794, iniciou uma longa viagem de exploração científica pela América latina. Ele passou pela Venezuela, seguiu o curso do rio Orinoco, descobrindo sua ligação com o sistema hidrográfico do rio Amazonas. Depois, Humboldt passou pela Colômbia, Equador, Peru, Cuba e México. Retornou para a Europa apenas 4 anos depois, em 1804, em um navio que partiu dos Estados Unidos. De volta a Alemanha, com 60 e poucos anos de idade, Alexandre von Humboldt aceitou o convite de seu irmão para ocupar uma cadeira de geografia da Universidade Berlim. O que realmente diferenciava Humboldt dos demais estudiosos da área era o fato de que ele não era nenhum especialista de gabinete. Sua obra se fundamentava, sobretudo, pela sua larga pesquisa de campo. Com este autor, a geografia ganhava um novo significado. Ela deixava de ser apenas um discurso descritivo das diversas realidades da superfície terrestre, e buscava ser uma explicação, feita a partir do meio geográfico (CLAVAL, 1995, p. 52-54).

Em suas expedições científicas, Humboldt teve a oportunidade de coletar uma quantidade enorme de informações a respeito da biogeografia, população e meio físico de diversas regiões do planeta. Boa parte dessas informações foram compiladas e aproveitadas na obra de Carl Ritter (ALVES; NETO, 2009, p. 70).

Carl Ritter (1779-1859) era historiador de formação. Colega de Humboldt, foi escolhido por este para ocupar uma cadeira de geografia da Universidade de Berlim, entre 1829 e 1859. Juntos, Humboldt e Ritter fundaram a Sociedade de Geografia de Berlim. Entre 1804 e 1807, Ritter publicou sua *Geografia da Europa*, que lhe rendeu bastante notoriedade. Mas o autor é conhecido mesmo por sua obra monumental, a *Geografia Geral Comparada*, publicada entre 1817 e 1859, em 19 longos volumes. Nesta obra, ele apresentava descrições de diversas regiões da Terra, recorrendo sempre ao método comparativo para compreender as especificidades de cada região. Assim como Humboldt, Ritter também não se limitou ao discurso descritivo; ele buscou compreender e explicar a cena mundial, o dinamismo das civilizações e a forma como os povos aproveitam os recursos naturais de seu meio (CLAVAL, 1995, p. 57)

A geografia física teve um papel bastante importante na *Geografia Comparada* de Ritter. Nesta obra, ele buscou definir o conceito de “sistema natural”, que significava uma área delimitada e dotada de uma individualidade própria, onde o elemento humano teria papel principal na totalidade deste arranjo. Assim, para Ritter, a missão do

geógrafo se resumiria a estudar e explicar os diferentes sistemas naturais, a partir da comparação. De certa forma, sua proposta era essencialmente antropocêntrica, pois considerava o ser humano o principal agente da natureza. Ritter foi um dos primeiros geógrafos a refletir sobre os efeitos das novas técnicas e tecnologias decorrentes da Revolução industrial nas sociedades humanas, sobretudo em sua análise do impacto da navegação a vapor na redução das distâncias entre os países. Além disso, sua obra possuía um forte acento regional, já que valorizava o estudo das individualidades de diferentes regiões (MORAES, 1981, p. 49).

A partir da década de 1850, o cenário mundial se alterava profundamente. A constituição de um espaço econômico mundial e unificado progredia rapidamente. Além da navegação a vapor que encurtava as distâncias entre as nações, as estradas de ferro já cortavam quase todo o continente europeu. Nos Estados Unidos, a primeira estrada de ferro que atravessava todo o país, ligando o oceano Atlântico com o oceano Pacífico, foi inaugurada em 1866. Até a década de 1860, apenas a Grã-Bretanha e a Holanda podiam considerar-se como grandes impérios coloniais. A partir da segunda metade do século XIX, outras nações também buscaram conquistar territórios coloniais, tais como França, Portugal, Espanha, Bélgica e, mais tarde, Estados Unidos, Alemanha, Rússia e Japão (CLAVAL, 1995, p. 61).

Após a vitória na guerra franco-prussiana de 1870, a Alemanha se unificou com o Estado prussiano imprimindo suas principais características na nova nação. Como a Prússia já se encontrava com uma organização militarizada da sociedade e do Estado, ela buscou difundir para o resto da Alemanha um modelo de monarquia extremamente burocratizado, onde a ação do Estado se estende a praticamente todos os domínios da sociedade civil. Estas características do “prussianismo” se alastraram por toda a nação a partir de uma forte política cultural nacionalista patrocinada por Bismarck, antigo primeiro-ministro da Prússia, e agora primeiro-ministro do Império alemão. A ideologia transmitida por Bismarck não era apenas nacionalista, mas também agressiva e expansionista. Logo após o processo de unificação, a Alemanha emergiu como uma das principais nações do mundo capitalista. Uma nação extremamente burocratizada e industrializada, mas desprovida de territórios coloniais. A unificação tardia deixou os alemães de fora da partilha colonial que ocorrera nas décadas anteriores. Isso, sem dúvida, alimentou um forte desejo expansionista na nova nação. Assim, a geografia se

transformava em um instrumento precioso na legitimação dos projetos expansionistas do Estado alemão recém-constituído (MORAES, 19831, p. 52-54).

É este o momento em que Friedrich Ratzel (1844-1904) emergiu como o principal nome da geografia alemã. Ratzel estudou zoologia nas universidades de Heidelberg, Iena e Berlim. Logo após o processo de unificação da Alemanha, em 1871, viajou para os Estados Unidos como jornalista, onde permaneceu por alguns anos. Antes de retornar a Europa, visitou o México e reuniu documentos para elaborar uma tese de doutorado sobre a imigração chinesa no estado da Califórnia. De volta à Alemanha, já com um diploma de doutor em mãos, Ratzel tornou-se rapidamente professor catedrático da geografia, primeiro da Universidade Técnica de Munique em 1876, e depois na Universidade de Leipzig em 1886 (CLAVALL, 1995, p. 64)

A principal obra deixada por Ratzel é a sua *Antropogeografia*, que saiu em dois volumes, sendo o primeiro publicado em 1882 e o segundo em 1891. Esta pode ser considerada a obra fundadora do que veio a ser chamado mais tarde na França de “geografia humana”. Em sua *Antropogeografia*, Ratzel definia a geografia como uma ciência encarregada de estudar as influências que as condições naturais exercem sobre as sociedades humanas. De acordo com ele, as condições naturais influenciavam tanto o aspecto fisiológico quanto no caráter psicológico dos indivíduos. Assim, o autor compreendia as sociedades humanas como organismos que mantêm relações duráveis com o solo, em função de suas necessidades de moradia e de alimentação (MORAES, 1981, p. 56).

A concepção de geografia de Ratzel era bastante inspirada nas obras de Humboldt e Ritter, mas com uma forte marca das teorias evolucionistas. Partindo das teses de Darwin, ele estabelecia como objetivo geral estabelecer as leis que determinam a influência do meio nas sociedades humanas. O autor também se ocupou das técnicas materiais e dos modos de organização social e política dos agrupamentos humanos. Para ele, a geografia política era a subárea mais importante da geografia humana, ideia que foi melhor desenvolvida em 1897, no livro *Politische geographie* (CLAVALL, 1995, p. 64).

Friedrich Ratzel foi um típico funcionário público da época, professor universitário e bastante engajado no projeto estatal do Império alemão. Boa parte de sua obra pode ser entendida como um elogio do imperialismo, pois desenvolve uma forma

de legitimação dos anseios expansionistas de Bismarck. Quando uma determinada sociedade progride, aproveitando de maneira mais caprichosa os recursos naturais disponíveis, aumenta a sua necessidade de manter a posse de determinado solo. Para Ratzel, este seria o motivo que leva as sociedades humanas a desenvolverem o Estado. De tal forma, pode-se dizer que a atenção às relações complexas entre Estado e espaço é uma das características mais fundamentais de sua obra geográfica. Impregnado pela atmosfera imperialista do recém-formado Império alemão, Ratzel considerava a perda de território o sinal mais evidente da decadência de uma sociedade. E, conseqüentemente, a conquista de novas áreas era considerada por ele como um claro sinal de progresso e desenvolvimento. Na *Antropogeografia*, o autor desenvolveu a noção de “espaço-vital”, que representaria, nas palavras de Antonio Carlos Robert Moraes, “uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos naturais disponíveis para suprir suas necessidades” (MORAES, 1981, p. 56).

Havia, portanto, um vínculo muito forte entre as teses de Ratzel, sua época e o projeto imperialista do Estado alemão. O expansionismo era interpretado pelo autor como algo natural. À medida que uma determinada sociedade progride e se desenvolve, ela precisa expandir-se para conquistar os “espaços vitais” que venham a suprir suas novas e crescentes necessidades. Nesse sentido, as formulações de Ratzel acabaram por fornecer uma legitimação científica para o projeto imperial de Bismarck.

A obra geográfica de Ratzel, assim como a geografia de Ritter, privilegiava o elemento humano. Ratzel, que também tinha formação de historiador, inaugurou várias frentes de estudo para a geografia, tais como: a formação dos territórios nacionais, a difusão dos homens pelo globo, a distribuição dos povos e das raças pela superfície terrestre, as migrações, o isolamento geográfico e suas conseqüências, etc. Uma das principais contribuições dos textos de Ratzel foi, certamente, a introdução de temas políticos e econômicos no interior do debate geográfico, sempre colocando o elemento humano no centro das discussões (MORAES, 1981. p. 60).

3.2 – A geografia francesa: Émile Levasseur e a geografia econômica

Vários intelectuais franceses desenvolveram importantes reflexões precursoras sobre as relações entre homem e natureza. O pensamento geográfico teve papel

importante nas correntes filosóficas iluministas que propunham explicações abrangentes do mundo. Montesquieu havia dedicado todo um capítulo de sua obra clássica, *O Espírito das Leis*, à discussão sobre a ação do meio no caráter dos povos. E também Rousseau discutiu em diversos momentos de sua obra filosófica as formas de representação e a extensão do território de uma sociedade.

A partir da segunda metade do século XIX, ainda sob o Segundo Império, a geografia começava a ganhar espaço no sistema de ensino francês, em um contexto onde a França disputava com a Prússia a hegemonia do comércio continental na Europa. Havia uma disputa entre imperialismos, um conflito de interesses nacionais muito grande, que acabou desencadeando a guerra franco prussiana de 1870.

A derrota da França resultou na perda da região da Alsácia e Lorena, que era composta por territórios importantíssimos para a industrialização francesa, em razão de suas reservas de carvão. Como bem observou Antonio Carlos Robert Moraes: “A guerra havia colocado, para a classe dominante francesa, a necessidade de pensar o espaço, de fazer uma geografia que deslegitimasse a reflexão geográfica alemã e, ao mesmo tempo, fornecesse fundamentos para o expansionismo francês”(MORAES, 1981, p. 64).

Assim, logo nos primeiros anos da Terceira República, a geografia se desenvolveu com largo apoio do Estado francês. A disciplina foi contemplada em todas as séries do ensino básico, e assistiu a criação de cátedras e institutos de geografia no ensino superior. Émile Levasseur (1828-1911) foi uma figura fundamental neste processo.

Durante o período de institucionalização da geografia, momento de uma estruturação geral dos campos científicos, Émile Levasseur apresentava uma visão bastante pragmática e original desta disciplina. Apesar de ser historiador de formação, o autor também havia produzido diversos textos versando sobre variados temas. De acordo com Pascal Clerc, a atividade intelectual de Levasseur denuncia um verdadeiro polígrafo. O autor escreveu artigos de economia política, de história e de geografia; colaborou em revistas de ciência política, pedagogia, estatística, sociologia, e até mesmo de agricultura. O ecletismo de sua formação era uma clara consequência de um momento em que as fronteiras disciplinares ainda não se encontravam bem delimitadas (CLERC, 2007, p. 80).

Émile Levasseur foi admitido na sessão de letras da *École Normale Supérieure* em 1849. Em 1852 passou a lecionar geografia no liceu d'Alençon, e, dois anos mais tarde, defendeu uma tese de doutorado em história na Sorbonne, intitulada *Recherches historiques sur le système de Law*, a primeira tese de história social e econômica defendida naquela instituição. Notabilizado por se dedicar a escrita da história das classes operárias, sempre destacando seus aspectos sociais, econômicos e políticos, Levasseur começou a se dedicar mais profundamente a geografia somente a partir da década de 1860. Em 1863, ele foi chamado pelo ministro da Instrução Pública, Victor Duruy, para redigir um programa de geografia para o ensino secundário especial. Em 1865, publicou uma de suas conferências sobre *Les découvertes recentes de l'Afrique* (CLERC, 2007, p. 81).

Nesta conferência, Levasseur refutava o determinismo natural, recusando a interpretação que considera a “miséria” e a “barbárie” dos “povos selvagens” consequências da hostilidade do meio que habitam. Para ele, era o grau de instrução, o grau de organização social e as condições materiais que realmente determinavam as relações homem-natureza: « Não é portanto a natureza a mais culpada ; na África, como em qualquer lugar, o homem que é a causa primeira do mal, e a responsabilidade deve recair sobre ele » (LEVASSEUR In CLERC, 2007p. 83).

Além de destacar a necessidade urgente de se desenvolver o ensino da geografia, em razão de sua utilidade moral, geopolítica e econômica, Émile Levasseur assim se expressou sobre a utilidade e extrema importância do conhecimento geográfico para a França daquele momento:

A geografia, ela é aliada do comércio ; ela o segue pelas rotas que ele abriu através dos dois hemisférios, e frequentemente, antigamente como hoje, ela o guiou e o guia pelas rotas que não estavam ainda traçadas ; ela o faz conhecer os pontos do globo onde ele pode se dirigir, as necessidades que ele deve satisfazer (LEVASSEUR In CLERC, 2007, p. 88).

Após seu trabalho sobre a África, Levasseur também escreveu sobre o Brasil (1889 e 1907), Argentina (1890) e México (1904); sempre na mesma perspectiva,

inventariando, descrevendo e cartografando os principais recursos naturais destas regiões, os cursos de seus rios, suas principais atividades econômicas, etc.

Apesar de historiador de formação, na década de 1870 Levasseur já se destacava entre os autores franceses que pensavam a geografia. Logo após a trágica derrota na guerra franco-prussiana, Émile Levasseur e Auguste Himly, representantes da *Commission de l'enseignement de la géographie*, criada em 1871, foram imbuídos pelo novo ministro da Instrução Pública, Jules Simon, para estudar as causas da inferioridade dos oficiais franceses em relação aos alemães. Para os autores, o que havia condenado os franceses à derrota foi, especialmente, a formação deficiente de línguas e de geografia, por parte de seus oficiais (CLAVALL, 1995, p. 61)

Levasseur e Himly, ambos formados inicialmente em história, mas profundamente interessados na geografia, realizaram um grande levantamento das condições do ensino da história e da geografia na França. Em *Rapport général sur l'enseignement de l'histoire et de la géographie* (1871), os autores denunciaram a falta crônica de materiais adequados (sobretudo escassez de mapas e cartas atualizadas), o conhecimento precário da maior parte dos professores, a falta de metodologia de ensino e a inadequação dos conteúdos às necessidades urgentes da nação (CLERC, 2007, p. 88).

A repercussão desta pesquisa transformou seus autores em grandes autoridades da geografia francesa. Ainda em 1871, Levasseur conquistou uma cadeira de história das doutrinas econômicas no *Collège de France*. A pesquisa encomendada pelo governo também forneceu a Levasseur o material necessário para a publicação de seu livro, *L'étude et l'enseignement de la géographie* (1872). Tendo como modelo principal as obras geográficas de mestres alemães, como Humboldt e Ritter, o autor propunha neste livro um método original de investigação para a análise das relações entre homem e natureza. Esse método apresentava 11 domínios de estudo para a geografia. Os quatro primeiros domínios – estudo dos climas, da geologia, da orologia e da hidrologia – remetiam à geografia física, ao “palco” onde se desenrolava a história da humanidade. Os demais domínios diziam respeito à geografia política e à geografia econômica, o estudo da agricultura, mineralogia, estudo da indústria, do comércio, da demografia e do mundo administrativo. De modo geral, pode-se afirmar que a geografia econômica

constituía o elemento predominante no método proposto por Levasseur (CLERC, 2007p. 84).

Após lançamento deste livro, que fez considerável sucesso na época, Levasseur assumiu a cadeira de economia política e legislação industrial no *Conservatoire National des Arts et Métiers*, em 1876. E, em 1883, inaugurou o curso de história e geografia econômica do *Collège de France*, com uma conferência de abertura intitulada “*De l’importance de la géographie physique pour l’étude des forces productives des nations*”. Em 1903, tornou-se, finalmente, diretor do *Collège de France*.

O autor sempre insistiu bastante na necessidade de se articular o conhecimento geográfico com outros domínios da ciência. Para ele, o geógrafo, para realizar seu trabalho com competência, deveria não apenas servir-se das informações fornecidas pela astronomia, pelas ciências físicas e pelas ciências naturais; mas também dialogar com a história e com a economia política. A geografia proposta por Levasseur buscava suprir as carências do último quartel do século XIX, dedicando-se ao estudo da demografia, das migrações, das condições materiais de vida, das rotas de circulação de homens e mercadorias, até mesmo o estudo das possibilidades de colonização.

Émile Levasseur foi um intelectual bastante pragmático. Ele não vivia o conhecimento por si só. O conhecimento deveria ter, para ele, sempre uma finalidade; o conhecimento deveria ser sempre útil à sociedade. De certa forma, Levasseur entendia a geografia como uma ciência aplicada. De seu ponto de vista, a disciplina geográfica era extremamente importante por permitir um conhecimento mais perfeito do planeta; por permitir uma melhor exploração dos recursos naturais, o planejamento e construção de vias de circulação terrestres e marítimas. O pensamento de Levasseur foi bastante marcado pelas doutrinas do liberalismo. O autor mantinha a crença em uma ideologia do progresso, acreditando que o crescimento econômico era favorável a todos. Assim como boa parte dos economistas liberais de sua época, Levasseur via o planeta apenas como uma fonte de recursos naturais que podem ser transformados em riquezas para a humanidade (CLERC, 2007, p. 85-87).

Levasseur foi, sem sombra de dúvidas, uma das figuras intelectuais mais importantes de seu tempo, no que concerne o conhecimento geográfico. Mas, sobretudo em razão da concorrência com a geografia proposta por Vidal de la Blache e continuada

por seus seguidores, Levasseur permanece, até os dias mais recentes, um personagem consideravelmente obscurecido.

3.3 – Vidal de la Blache e a geografia humana, regional e política

Vidal de la Blache (1845-1918) era de uma geração um pouco mais nova que a de Émile Levasseur. Em 1858, ele ingressou no liceu Charlemagne, onde, desde cedo, tornou-se colega de Ernest Lavisse. Vidal entrou na *École Normale Supérieure* em 1863, após atingir a primeira colocação no concurso de admissão daquela instituição. Aos 21 anos de idade, tornou-se *agrégé* em história em geografia, em 1866, mesmo ano do nascimento de Henri Hauser. No ano seguinte, Vidal deu início a uma pesquisa de doutoramento em história, mas fortemente impregnada por motivos geográficos, junto a Escola de Atenas. Em 1872, a sua tese sobre o rei grego Hérodes Ático foi defendida na Faculdade de Letras da Sorbonne, e contou com a presença ilustre do imperador do Brasil, D. Pedro II. Aproveitando os investimentos estatais que incentivavam a institucionalização da geografia enquanto disciplina universitária, ainda em 1872, Vidal de la Blache foi nomeado para a recém-criada cadeira de história e geografia da Universidade de Nancy; sendo que, àquela altura, com a perda da região da Alsácia e Lorena, Nancy tornava-se uma nova fronteira com o Império alemão. Durante a década de 1870, Vidal realizou numerosas viagens de estudos para a Alemanha, onde conviveu com diversos expoentes do pensamento geográfico alemão, tais como Oscar Peschel, Ferdinand Richthofen e, principalmente, Friedrich Ratzel (LIRA, 2012, p. 21-24).

Em 1877, Vidal de la Blache tornou-se *maître de conférences* do novo ensino de geografia da *École Normale Supérieure*, que estava sendo renovado durante a direção de Fustel de Coulanges. Ele permaneceu como professor desta instituição por vinte anos, sendo que, a partir de 1885, tornou-se instrutor de teses, e, a partir 1893, tornou-se diretor da *École* (LIRA, 2012, p. 82).

Nestas duas décadas lecionando na *École Normale Supérieure*, Vidal de la Blache transformou-se em um dos mais importantes professores da Terceira República. Nesta instituição ele formou numerosos discípulos, tais como: Marcel Dubois (1856-1916), Bertrand Auerbach (1856-1942), Paul Dupuy (1856-1948), Louis Gallois (1857-1941), Pierre Cameda d’Almeida (1865-1943), Louis Raveneau (1865-1937), Edouard

Ardaillon (1867-1926) e, como veremos mais adiante, Henri Hauser (1866-1946). O sucesso de seus cursos foi tão grande que acabou lhe rendendo largo prestígio intelectual e oportunidade para participar de importantes empresas editoriais (LIRA, 2012, p. 60).

Em 1891, Vidal fundou, em parceria com Marcel Dubois, um ex-aluno seu, a revista *Annales de géographie*, publicado pela editora Armand Colin. Como observou Marie-Claire Robic, o editorial da nova revista era um verdadeiro manifesto, que pretendia apresentar uma revista de qualidade que fosse simultaneamente pedagógica, patriótica e científica (Robic, 2013, p. 10). Três anos mais tarde, la Blache recebeu o convite de seu antigo colega, Ernest Lavisse, para compor um volume da monumental coleção que dirigia sobre a *Histoire de France*. O volume preparado por Vidal veio a se tornar o clássico *Tableau de la géographie de la France*, que foi publicado em 1903 (LIRA, 2012, p. 24).

Em 1898, Vidal de la Blache atingiu um dos postos universitários de maior prestígio da França, ao substituir Auguste Himly na cadeira de geografia da Sorbonne. Sua nomeação contou com fortíssimas recomendações de importantes colegas, como Ernest Lavisse e Marcel Dubois, que além de ex-aluno e colaborador dos *Annales de géographie*, ocupava uma cadeira de geografia colonial naquela instituição. Como vimos, no decorrer do século XIX, o pensamento geográfico estava em grande parte submetido ao pensamento histórico. A geografia, que mais tarde veio a ser conhecida como geografia de “antigo estilo”, emergia enquanto disciplina auxiliar da história, como ciência que descrevia o palco geográfico em que se desenrolavam os fatos históricos. Esse tipo de geografia tinha Himly como uma de suas figuras mais representativas (LIRA, 2012, p. 41).

Como destacou Larissa Alves de Lira, a chegada de Vidal de la Blache a cadeira de geografia da Sorbonne foi considerada um dos principais marcos da autonomização da disciplina geográfica nas universidades francesas (Lira, 2012, p. 80). Assim como ocorrera na *École Normale Supérieure*, na Sorbonne Vidal também formou diversos discípulos, tais como: Jean Brunhes (1869-1930), Camille Vallaux (1870-1945), Albert Demangeon (1872-1940), Emmanuel de Martonne (1873-1955), Antoine Vacher (1873-1921), Raol Blanchard (1877-1965), Jules Sion (1879-1940) e Max Sorre (1880-1962). As cadeiras universitárias de geografia, que até então eram em sua grande maioria

ocupadas por historiadores, passaram agora a ser ocupadas, gradativamente, pelos novos doutores formados na Sorbonne sob a orientação de Vidal. Como destacou Marie-Claire Robic, os novos discípulos de la Blache

formaram a primeira geração de geógrafos universitários que produzem, desde o começo, uma investigação geográfica, defendendo teses de geografia e não mais de história, abandonando a geografia de gabinete e o gênero da geografia histórica para consagrar-se à geografia de campo (Robic, 2013, p. 14).

Para Antonio Carlos Robert Moraes, Vidal de la Blache foi o grande fundador da escola francesa de geografia. Tanto a sua obra quanto a sua influência conseguiram deslocar o eixo do debate geográfico da Alemanha para a França (MORAES, 1981, p. 64).

A obra de Vidal de la Blache é marcada por um caráter dinâmico e múltiplo, admitindo metamorfoses, reformulações e complexidades. De acordo com a sistematização proposta por Rogério Haesbaert, Sérgio Nunes Pereira e Guilherme Ribeiro, a obra de Vidal pode ser dividida em três eixos principais: geografia humana, geografia regional e geografia política (HAESBAERT; PEREIRA; RIBEIRO, 2012).

Os textos de Vidal de la Blache, publicados entre as décadas de 1890 e 1910, trouxeram as principais contribuições epistemológicas e metodológicas para o estabelecimento de uma geografia humana na França. Pode-se afirmar sem exagero que Vidal delimitou os contornos de uma “nova escola” de geografia, a chamada “*géographie humaine*”, que manteve uma hegemonia na academia francesa até pelo menos meados da década de 1960.

Como vimos, durante os anos 1890, no tempo em que lecionava na Universidade de Nancy, Vidal entrou em contato com grandes nomes da geografia alemã, sobretudo com Friedrich Ratzel. As suas contribuições teórico-metodológicas são, em grande medida, inspiradas nas obras de Humboldt, Ritter e Ratzel, mestres pelos quais Vidal não escondia admiração. Desde o prefácio ao *Atlas Geral Vidal-laBlache: história e geografia* (1894), o autor trabalhava a ideia de unidade terrestre, tão cara a Humboldt. Nesse texto, manifestava-se um forte interesse em iluminar o princípio de conexão que

une os fenômenos geográficos. Vidal afirmava: “Na realidade, a Terra é um todo, cujas diferentes partes se esclarecem mutuamente. Seria colocar uma venda nos olhos estudar uma região (*contrée*) isoladamente, como se ela não fizesse parte de um conjunto”. Desse ponto de vista, a geografia deveria, portanto, “extrair, do conjunto dos traços que compõem a fisionomia de uma região, o encadeamento que os une e, nesse encadeamento, uma expressão das leis gerais do organismo terrestre” (BLACHE, 2012, p. 44).

No artigo “*O princípio da geografia geral*” (*Annales de géographie*, n. 5, 1896), Vidal de la Blache reafirmava a ideia de unidade terrestre, relacionando-a com um princípio de método comparativo, que deve muito aos estudos de Carl Ritter: “Cada área age imediatamente sobre sua vizinha e é influenciada por ela [...] o geógrafo é levado assim a projetar, sobre o tema que estuda, todo o esclarecimento fornecido pela comparação de casos análogos” (BLACHE, 2012, p. 48).

No texto “*As condições geográficas dos fatos sociais*” (*Annales de géographie*, n. 55, 1902), Vidal levantou pela primeira vez o imperativo da interdisciplinaridade. Como o próprio título do artigo já revela, o objetivo do autor era refletir a “correlação íntima entre um fato geográfico e um fato social”, pois estas relações seriam bastante fecundas para a reflexão de geógrafos, historiadores, economistas, sociólogos e etnógrafos. Vidal de la Blache observava que, com o movimento do colonialismo e os progressos do conhecimento do globo, aumentavam as relações entre sociedades humanas em níveis muito desiguais de desenvolvimento. Ele acreditava que a geografia poderia fornecer um discurso explicativo para tamanhas desigualdades: “Para nós, a causa que introduz as maiores diferenças entre as sociedades é a posição”, ou “*Weltstellung*”, noção desenvolvida na *Geografia Comparada* de Ritter (BLACHE, 2012, p. 88).

Para o autor, “os traços físicos de uma região (*contrée*) estão impressos profundamente em seu estado social”. Vidal sugeria, assim, que os geógrafos também se preocupassem com os gêneros de vida: “de forma metódica, direcionamos a atenção aos meios de alimentação, vestuário, habitação, instrumentos, armas; numa palavra, sobre o conjunto de objetos no qual se exprimem os hábitos, as disposições e as preferências de cada grupo” (BLACHE, 2012, p. 86).

Nesse importante texto, Vidal anunciava pela primeira vez o projeto que vinha realizando com seus discípulos da Sorbonne, que previa a “composição de estudos analíticos, monografias onde as relações entre as condições geográficas e os fatos sociais seriam encarados de perto, sobre um campo bem escolhido e limitado” (BLACHE, 2012, p. 98). Ou seja, Friedrich Ratzel fornecia, assim, uma dupla referência para Vidal de la Blache. Primeiro, em razão de sua *Antropogeografia*, que relacionava fatos geográficos com fatos sociais. E também pelo exemplo fornecido por Ratzel, professor universitário que reuniu um grupo de discípulos que realizavam monografias especiais intimamente relacionadas ao espírito de seu mestre. Vidal procurou agir da mesma maneira com seus discípulos da Sorbonne, que produziram numerosas monografias regionais de geografia humana.

Em 1903 Vidal publicou um artigo intitulado “A geografia humana: suas relações com a geografia da vida” na *Revue de synthèse historique* de Henri Berr. A “*géographie humaine*” de que falava Vidal correspondia, grosso modo, a uma versão francesa da “*Antropogeografia*” de Ratzel. Isto é, era uma disciplina que observava “a relação entre as condições locais de vida e o grau de desenvolvimento alcançado por essas sociedades” (BLACHE, 2012, p. 102). Neste texto, o geógrafo francês recusava a separação radical entre natureza e cultura, estabelecida pelos filósofos iluministas do século XVIII. Sobre esta questão, Vidal assim se manifestou:

Frequentemente, velhos hábitos de linguagem fazem com que consideremos a natureza e o homem como dois termos opostos, dois adversários em duelo. Entretanto, o homem [...] faz parte da criação vivente, é seu colaborador mais ativo. Ele não age sobre a natureza senão nela e por seu intermédio (BLACHE, 2012, p. 103).

Para Vidal de la Blache, a geografia humana deveria ser uma disciplina que “estuda a fisionomia terrestre modificada pelo homem”. Portanto, os fatos humanos só seriam de seu interesse quando relacionados com “a superfície onde se desenvolve o variado drama da concorrência dos seres vivos”. Não eram todos os fatos sociais e políticos que interessavam a nova disciplina, apenas aqueles diretamente relacionados com o espaço geográfico (BLACHE, 2012, p. 104).

Apesar da forte admiração pelas teses de Ratzel, neste texto Vidal apresentava suas discordâncias, sobretudo em relação à obra *Politistische Geographie* (1897) do geógrafo alemão. A geografia política proposta por Ratzel era entendida como uma ramificação especial da *Antropogeografia*, que se voltava, sobretudo, para o estudo da relação dos Estados com o solo, e de seus desenvolvimentos territoriais. De acordo com Vidal, na geografia política de Ratzel “o que domina é uma teoria do crescimento dos Estados” (BLACHE, 2012, p. 113). A geografia humana que propunha Vidal também se apresentava sob um duplo aspecto: o político e o econômico. Mas, para ele, ao contrário do que argumentava Ratzel, o aspecto político não seria o principal. Desta forma, esse texto pode ser entendido como um esforço teórico-metodológico voltado para o esclarecimento do que seria essa “*géographie humaine*” francesa, e quais seriam suas diferenças com a “*Antropogeografia*” alemã (BLACHE, 2012, p. 110). A título de curiosidade, convém destacar que o primeiro trabalho acadêmico francês a definir-se como estudo de “geografia humana” foi a tese de doutorado de Jean Brunhes sobre o uso da irrigação na Península Ibérica, defendida em 1902, sob a orientação de Vidal de la Blache (PEREIRA, 2012, p. 351).

Como vimos, a partir de 1898 Vidal de la Blache passou a orientar na Sorbonne uma série de monografias regionais. Como destacou Rogério Haesbaert, “a geografia regional, provavelmente, foi a seara geográfica que contou com o maior número de autores que, para o bem ou para o mal, se disseram, ou foram tidos como seguidores de Paul Vidal de la Blache” (HAESBAERT, 2012, p. 186). No *Tableau de la géographie de la France* (1903), publicado na coleção dirigida por Ernest Lavisse, Vidal havia proposto um conceito de região definido pela ação humana, a partir das relações homem-natureza.

Em vários outros trabalhos publicados nos primeiros anos do século XX, Vidal elaborou uma concepção de região econômica, formulada a partir da ideia de divisão de trabalho. Com a ideia de “nodalidade”, o autor destacava que os limites regionais são fluídos configurados principalmente pelo processo de industrialização. Rogério Haesbaert observou que, na virada do século, Vidal de la Blache reconhecia cada vez mais o papel crescente das cidades, dos transportes e, especialmente, a importância da divisão do trabalho na construção regional. O autor passou a defender, nestes anos, uma reorganização regional da França que ultrapassasse as limitações administrativas e levasse em consideração as realidades econômicas e políticas contemporâneas. Como

destacou Haesbaert, Vidal esteve “atento às articulações regionais, notadamente aquelas de caráter econômico e político. Assim, ele enaltece o papel das cooperativas, das diversas formas de associação (onde também se insere o papel do Estado) e do sistema bancário” (HAESBAERT, 2012, p. 197).

Em 1902, Vidal proferiu uma conferência na Sorbonne, intitulada “Estradas e caminhos da antiga França”, que foi publicada no mesmo ano no *Bulletin de géographie historique et descriptive*. Nesta exposição, o autor lamentava o pequeno número de informações e documentos disponíveis sobre os guias de viagem na França. Para ele, era importante atentar para os modos de viagens, “as diversas mobilidades que, segundo os tempos e os lugares, impulsionavam os homens a ultrapassar seus horizontes” (BLACHE, 2012, p. 214). De acordo com Vidal de la Blache, a França havia se formado em uma zona de grande circulação, onde a importância do ambiente local teve papel primordial. Sob sua ótica, o solo francês possuía uma grande quantidade de “impulsos naturais” que estimulam as relações entre os homens. Nesta conferência, o autor concluía:

A França é uma zona onde as partes estão naturalmente em relação, cujos habitantes aprenderam desde cedo a se frequentar e a se conhecer. E se relações cômodas se formaram entre eles, é porque as condições geográficas não apenas permitiram, mas também provocaram. Uma distribuição harmoniosa de planícies em torno de um maciço, uma feliz combinação de rios e de paisagens (BLACHE, 2012, p. 224-225).

Dois anos mais tarde, Vidal realizou uma comunicação sobre “*Os pays da França*”, no XXI Congresso da Sociedade de Economia Social, que foi publicada na revista *La réforme sociale*, n. 48, 1904. De acordo com o expositor, cada região (*pays*) está sempre associada “a modos de habitação, de alimentação, de vestuário, de linguagem”; sempre relacionada com as formas de se viver (BLACHE, 2012, p. 230). Vidal de la Blache propunha, portanto, uma geografia regional essencialmente ligada ao estudo do solo, ao estudo do habitat, que estivesse atenta para a forma pela qual se reúnem os estabelecimentos humanos. O autor privilegiava as pesquisas sobre as habitações rurais. “Se quisermos”, escrevia ele, “levar em consideração as influências

diretas do solo, é nos menores agrupamentos, aldeias, fazendas, pequenas casas agrícolas e chalés alpinos que convém observá-las” (BLACHE, 2012, p. 237).

Defendendo a existência de um encadeamento entre os fatos geográficos, sociais, entre o solo e os estabelecimentos humanos, Vidal fazia uma clara opção pela produção de monografias regionais: “Digamos que, nessa variedade tão grande que compõem a França, há uma complexidade da qual não podemos ter a dimensão exata senão observando as coisas de muito perto, estudando a forma de monografias locais cada uma de suas regiões” (BLACHE, 2012, p. 245).

No artigo “*As regiões da França*” (*Revue de Paris*, 1910), escrito às vésperas da primeira guerra mundial, Vidal de la Blache denunciava “a insuficiência das divisões administrativas atuais”, que deveriam, a seu ver, ser substituídas por “agrupamentos mais amplos”. Para o autor, a divisão administrativa francesa estava completamente ultrapassada, ela não convinha mais àquele momento de forte competição entre as principais nações europeias. Da forma como as coisas estavam organizadas, a vida econômica da França era regida, sobretudo, pelas condições locais. Cada região do país buscava ser autossuficiente, o espírito de individualismo das diferentes regiões comprometiam a esperança em relação a qualquer ação comercial realizada em conjunto (BLACHE, 2012, p. 247).

Vidal estava atento para a eclosão de sindicatos e sociedades cooperativas no país, e também sublinhava “as enormes consequências que as aplicações do vapor aos transportes e à indústria traziam”. De acordo com ele, o aparecimento dessas novas condições tornava o modelo de divisão administrativa da França anacrônico. Era preciso, insistia o autor, promover “uma adaptação apropriada, uma armadura mais apta que a organização atual para combinar e manter em harmonia os interesses administrativos, políticos e econômicos” (BLACHE, 2012, p. 256).

Para Vidal de la Blache, era urgente se adequar ao momento de crescente concorrência econômica e desenvolver uma produção regional mais especializada, instituir uma divisão de trabalho mais perfeita na produção agrícola e industrial das mais diversas regiões da França. O autor concluía seu artigo da seguinte maneira:

O poder do Estado, exercendo-se sem intermediário sobre o departamento, é um contrassenso na vida moderna. Frente um formalismo administrativo, para o qual toda a iniciativa regional é uma usurpação, ergue-se um espírito chauvinista que tudo sujeita à sua medida. Foi-se o tempo de procurar na centralização política o centro da força. Seria muito prudente substituir um mecanismo tenso e rígido por um organismo mais flexível, tomando da vida um pouco da força de resistência que ela concede a todas as suas criações (BLACHE, 2012, p. 274).

Na conferência que conferiu na *École des hautes études sociales* em 1911, “*A relatividade das divisões regionais*”, Vidal insistia novamente nesse ponto: para ele a reorganização regional da França era uma urgência que, para ser eficiente e fecunda, deveria ser baseada na “observação das realidades”, modelada de acordo com “os fenômenos econômicos que justificam sua relevância” (BLACHE, 2012, p. 277).

No texto “*A renovação da vida regional*” (*Foi et vie. Les questions du temps présent*, n. 9, 1917), escrito nos momentos finais da Grande Guerra, Vidal continuou a reafirmar a ideia de renovação regional da França: “através do fortalecimento regional [...] um novo fluxo de energia pode brotar”, afirmava ele (BLACHE, 2012, p. 315). A concentração das indústrias, a solicitação dos mercados estrangeiros, a concorrência, as demandas dos grandes centros urbanos, tudo isso exigia uma maior organização da produção agrícola e industrial. Vidal observava com desânimo que, “quanto mais se avança, mais se manifesta a inaptidão do Estado à flexibilidade de combinação exigidas pelos hábitos econômicos de nossa época” (BLACHE, 2012, p. 324). No final deste artigo, Vidal frisava a importância das monografias regionais que vinham sendo elaboradas por vários de seus seguidores:

Quando se estuda a França de perto, em detalhe – por exemplo, em algumas dessas monografias regionais (e algumas são excelentes), publicadas há alguns anos entre nós e que foram quase que imediatamente imitadas na Alemanha –, tem-se a impressão de que nossa França está bem longe de ter tirado todo o partido possível de seu solo, de seu subsolo, de seu clima e de sua posição geográfica (BLACHE, 2012, p. 331).

Podemos perceber que mesmo a geografia regional proposta por Vidal de la Blache e seus seguidores tinha uma clara função política, na medida em que pretendia fornecer informações precisas aos homens de Estado, apontar quais recursos do solo poderiam ser aproveitados, quais são os obstáculos a serem vencidos, quais as melhores formas de se desenvolver a vida econômica nacional. Como destacou Sérgio Nunes Pereira, a geografia política – entendida como “reflexão acadêmica sobre as ações estratégicas e de controle do território desenvolvidas por Estados em nível nacional” - constitui um campo temático ainda pouco discutido na obra de Vidal de la Blache. Em diversos artigos, conferências, resenhas e livros, Vidal realizou leituras da situação europeia e da influência francesa no mundo, em um contexto de redefinição do papel das principais potências no cenário mundial (PEREIRA, 2012, p. 338-339).

Além de todas as suas contribuições epistemológicas e metodológicas para a renovação da geografia universitária francesa, Vidal de la Blache também foi um intelectual profundamente envolvido nos problemas e nos grandes temas políticos de seu tempo. Desde sua institucionalização, a geografia francesa sempre esteve bastante vinculada ao movimento colonial, e Vidal não permaneceu imune a este fato. As ideias do geógrafo francês estavam em perfeita sintonia com as práticas diplomáticas e empresariais da Terceira República. Vidal refletiu bastante sobre o papel da França como potência mundial, levando em consideração seu poder econômico e o seu império colonial (PEREIRA, 2012, p. 355).

Um dos principais textos da geografia política de Vidal foi *États et nations de l'Europe autour de la France* (1889), que contém explicações sobre a formação territorial dos principais Estados europeus, destacando particularmente os ímpetus expansionistas do Império alemão. Neste livro, o autor abordava temas como a posição, a distribuição das populações e das línguas, as relações das sociedades com seu meio, o desenvolvimento urbano, as vias de comunicação, as atividades e concentrações industriais. Vidal estava preocupado principalmente com os modos de existência social e cultural dos principais dos Estados da Europa. Para ele, os povos europeus eram resultados de uma sobreposição de raças, que se misturaram ao longo dos séculos.

Nesse livro, chama à atenção a referência elogiosa que Vidal faz à Suíça. O autor admirava os suíços por terem conseguido construir uma coesão nacional acima das divergências religiosas e étnicas:

Protestantes ali se encontram com católicos, alemães com romanches, a vida manufatureira das cidades com a vida pastoral das montanhas [...] A originalidade das instituições é o laço que une essas raças e confissões. Por um privilégio bastante raro na Europa, a Suíça conseguiu desenvolver sua vida nacional sem ferir as liberdades de seus membros. Ela pôde limitar ao estritamente necessário o mecanismo do poder central e possibilitar assim os organismos locais toda facilidade para agir e movimentar-se a seu modo (BLACHE, 2012, p. 364-365).

Além disto, o autor admirava “o uso do *referendum* ou consulta direta sobre as questões que interessam ao conjunto do povo suíço” (BLACHE, 2012, p. 365).

Em outros artigos de geografia política, Vidal de la Blache manifestava uma forte preocupação com o problema da manutenção e controle político em áreas coloniais de difícil gestão, seja em razão das distâncias envolvidas, ou por causa de atritos e desavenças com as populações nativas. É o caso de seu texto sobre “*As zonas fronteiriças entre a Argélia e o Marrocos conforme novos documentos*” (*Annales de géographie*, n. 28, 1897). Nele, o autor buscava discutir a questão das fronteiras do império colonial francês, destacando alguns problemas crônicos destas regiões de fronteira, como a reunião de dissidentes, desagregados nativos e fugitivos. Vidal assim alertava:

Sabemos como o tratado assinado em 1845 com o Marrocos vencido deixou de nos assegurar a fronteira histórica que, somente em 1795, deixou de separar o Marrocos da Argélia [...] as consequências de uma má delimitação não cessaram de se desenvolver – e nossa inação sistemática (eu não diria magistral) não parece configurar a política mais adequada para conter tal situação (BLACHE, 2012, p. 398).

Vidal de la Blache também escreveu textos importantes sobre a questão das fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa. A disputa fronteiriça se deu por longos anos, e foi resolvida apenas em 1900, com a arbitragem do Conselho Federal Suíço a favor dos interesses brasileiros. Vidal havia chefiado a delegação francesa nesta disputa

diplomática, que se resolveu com a análise minuciosa de documentos históricos e cartográficos. Aqui vemos o universitário acadêmico assumir o papel político de assessor técnico da diplomacia de seu país. Apesar de recém-derrotado neste litígio, Vidal evitava ressentimentos no texto “*O contestado franco-brasileiro*” (*Annales de géographie*, n. 49, 1901). Para o autor, o fim desta longa disputa, que se arrastava há vários anos, só podia ser recebido com alívio. Para os franceses, mais fundamental do que o acesso ao rio Oiapoque era “dissipar as nuvens que poderiam se opor a um entendimento cordial com o Brasil”. Por mais que a arbitragem tomada pelo Conselho Federal Suíço fosse contrária às demandas da delegação francesa, Vidal lembrava que o eixo principal da potência colonial da França estava na África e no sudeste da Ásia. Portanto, o autor considerava que “a questão não poderia ter, para nós, a mesma importância que tem para o Brasil” (BLACHE, 2012, p. 422).

O autor também ressaltou que este havia sido um litígio diplomático que dependeu, sobretudo, da argumentação acadêmica e científica: “Um dos resultados do debate originado por esse litígio é a publicação de documentos que interessam à história da cartografia e das descobertas na região do baixo Amazonas e da Guiana” (BLACHE, 2012, p. 422). No ano seguinte, Vidal fez uma análise mais detalhada destes documentos no volume *La Rivière Vicent Pinzon: étude sur la cartographie de la Guyane* (1902).

No texto “*A missão militar francesa no Peru*” (*Annales de géographie*, n. 79, 1906), em que comentava a viagem de três meses empreendida por militares franceses, Vidal afirmava que, por encarnar os ideais de civilização e progresso, a França deveria impor a sua força cultural, política e científica na disputa pela hegemonia mundial. (BLACHE, 2012, p. 427-428).

Em suma, Vidal de la Blache foi também um intelectual fortemente engajado nas causas republicanas, o que o levou a uma grande preocupação com a empresa colonial e a influência francesa no mundo (PEREIRA, 2012, p. 359).

3.4 – A geografia de Henri Hauser: um olhar sobre os Estados Unidos e Alemanha.

Paul Gerbod destacou que, pelo menos desde 1892, quando ainda era professor de liceu, H. Hauser já vinha publicando numerosos artigos sobre o ensino secundário de geografia na *Revue Universitaire*. De maneira geral, nestes textos ele propunha uma espécie de “pedagogia interativa” nas aulas de geografia, estimulando os alunos a participar de exercícios práticos no quadro-negro, com a utilização frequente de cartas e mapas (GERBOD, 2006, p. 26-27).

Quanto à atuação de Hauser como geógrafo na Faculdade de Letras de Clermont-Ferrand, dispomos de poucas informações. Sabemos que o primeiro texto de geografia política que publicou nos *Annales de géographie*, sobre a “*Situation de l’Indo-Chine française au commencement de 1894*” (1895), é desta época. E sabemos também que Hauser ministrava suas primeiras conferências sobre o desenvolvimento econômico do Império alemão quando fora agredido por conservadores anti-dreyfusards da juventude católica local, em 1898.

Aparentemente, foi durante o período da Faculdade de Letras de Dijon, a partir dos primeiros anos do século XX, que as atividades de Hauser como geógrafo realmente floresceram. Logo após a fundação do Instituto de Geografia naquela faculdade, ele buscou recolher informação a respeito dos mais variados países, sempre recorrendo a seus contatos nas embaixadas e consulados. Assim, conseguiu reunir documentação pioneira a respeito da Suíça, Alemanha, Argélia, Tunísia, Marrocos, Brasil, Portugal, Canadá, Filipinas, Indochina, Índia, Austrália, Japão e China. Além disto, o autor também se preocupou com a geografia regional, recolhendo e catalogando nos arquivos mapas e fotografias referentes a habitats, sítios, aldeias, propriedades rurais e cidades da Borgonha. A maior parte dos escritos geográficos de Hauser durante este período em Dijon resulta da divulgação de fontes de informações inéditas, que o autor considerava relevantes (GERBOD, 2006, p. 31).

Em 1903, Hauser escreveu sobre « *La localisation des industries particulièrement aux États-Unis* » (*Annales de géographie*, n. 63). Seu objetivo era descrever o estado do desenvolvimento industrial norte-americano. Henri Hauser acreditava que a análise da localização das indústrias dos Estados Unidos poderia

fornecer importantes lições de geografia humana. Para ele, o local de estabelecimento das indústrias deveria ser entendido como a resultante de diversas forças, cuja maior parte é, direta ou indiretamente, de ordem geográfica: “as causas da localização podem se agrupar em sete chaves principais: a) proximidade das matérias-primas; b) proximidade dos mercados; c) força hidráulica; d) clima favorável; e) abundância de mão de obra; f) capital; g) adiantamento decorrente de um crescimento anterior” (HAUSER, 1903, p. 201).

Para Hauser, os Estados Unidos eram um ótimo exemplo de organização industrial. Suas indústrias eram concentradas e especializadas. Illinois, Ohio e Nova York produziam aproximadamente 65% das máquinas agrícolas do país; o estado de Massachussets fornecia sozinho quase 45% da produção de calçados; o estado da Pensilvânia concentrava sozinho mais da metade da indústria siderúrgica. Hauser também admirava o fato destas indústrias se movimentarem com bastante desprendimento, na medida em que os recursos naturais mais próximos vão tornando-se mais escassos e custosos. De acordo com o autor: « Nada é mais curioso do ponto de vista geográfico, do que seguir as migrações sucessivas do centro da indústria de algodão » (HAUSER, 1903, p. 198-199).

Como primeiro presidente do Instituto de Geografia da Faculdade de Letras de Dijon, Henri Hauser aproveitou sua viagem aos Estados Unidos, em 1904, para recolher mais informações sobre este país. No ano seguinte, Hauser publicou o artigo “*Le commerce intérieur aux États-Unis*” (*Annales de géographie*, n. 73, 1905). Neste texto, o autor comentava algumas particularidades da vida comercial americana e do protecionismo *yankee*. Hauser destacava que nos Estados Unidos o comércio interno era muito mais importante do que o comércio exterior. Ao contrário do que faziam os franceses, os americanos preocupavam-se em reservar os produtos nacionais para o mercado interno. De acordo com o autor, « todo cidadão da União gasta 40 dólares de produtos nacionais para cada um dólar de produtos estrangeiros » (HAUSER, 1905, p. 64).

Henri Hauser apontava algumas das características principais da geografia econômica dos Estados Unidos, baseando-se principalmente nos dados levantados pelo 12º recenseamento, realizado em 1900. Em primeiro lugar, o autor destacava o território de extensão continental e as largas distâncias que caracterizavam o país. Para os

americanos, a conquista do espaço não era um luxo, mas uma verdadeira necessidade vital: “conquistar o espaço ou morrer, estas eram as palavras de ordem do comércio interior”. Assim, ele explicava o desenvolvimento extraordinário que as locomotivas e as estradas de ferro fizeram nos Estados Unidos desde a década de 1830. Outra característica geográfica importante dos Estados Unidos era a extrema variedade de solos e climas no interior do território nacional. Estas eram características que contrastavam imensamente com a realidade das nações europeias (HAUSER, 1905, p. 65-66).

O autor distinguiu seis grupos econômicos nos Estados Unidos: « 1) zona de produtos agrícolas; 2) o cordão de algodão ; 3) zona de milho e de trigo de inverno ; 4) zona de trigo de primavera ; 5) zona de lã e de gado ; 6) zona de grãos e frutos ». A dependência recíproca destes grupos econômicos definia toda a dinâmica do movimento comercial interno norte-americano. Nenhum destes grupos tinha capacidade de se manter economicamente de maneira autossuficiente. Enquanto as regiões mais a oeste eram, em sua essência, regiões de produção, nas regiões mais a leste encontravam-se os grandes centros de consumo e distribuição. Hauser assim descreveu a dinâmica comercial interna do país:

A seção industrial (isto é, a zona dos produtos agrícolas mais a Pensilvânia e Nova Jersey), por exemplo, precisa obter de outras regiões os gêneros alimentícios (trigo, milho, gado) necessários à sua população densa, as matérias primas (metal, lã, algodão) necessárias às suas indústrias ; em retorno, ela envia seus tecidos, suas máquinas, suas roupas, seus calçados, seus utensílios domésticos, seus produtos de luxo (HAUSER, 1905, p. 69).

Diferentemente do que ocorria na França, onde as regiões buscavam tornar-se autônomas umas das outras, nos Estados Unidos as diversas regiões viviam em constante dependência recíproca, de forma tal que “o comércio interior é o organismo essencial da vida nacional” (HAUSER, 1905, p. 71).

Grande parte deste comércio interno se constituía a partir do transporte de massas de gêneros alimentícios e de matérias-primas. De um lado, o autor destacava a

grande importância das rotas fluviais e dos rios navegáveis no interior dos Estados Unidos. De outro, indicava a importância das locomotivas e das estradas de ferro. De acordo com ele, até aquele momento, os Estados Unidos possuíam cerca de 320.000 km de estradas de ferro em seu território. Embora fosse essa uma quantidade modesta, principalmente se compararmos com os principais Estados europeus (a França, por exemplo, possuía aproximadamente 800.000km em um território muito menor), seu crescimento era surpreendentemente rápido. Várias vias férreas transcontinentais já haviam sido instaladas (*Union Pacific, Northern Pacific, Great Northern, Central Pacific, Atlantic Pacific, Southern Pacific*, etc), ligando os oceanos Atlântico e Pacífico: « Apenas no ano de 1900, foram colocados mais de 7.000 km [de estradas de ferro], sobretudo no Texas, Arkansas, Iowa, Minnesota, para responder à atividade da migração interior em direção a região Nordeste e ao crescimento da cultura de cereais e de algodão » (HAUSER, 1905, p. 75).

Em 1905, Henri Hauser publicou um pequeno livro sobre os Estados Unidos. *L'impérialisme américain* foi um livro de divulgação, destinado ao grande público, com um preço bastante popular, custava 1,5 francos. Ele apareceu na coleção « *Études sur la politique extérieure des États* », que já havia preparado outros volumes sobre « *L'Angleterre et son empire* », « *Les questions d'Orient* », « *La Russie en Asie et la question d'Extrême-Orient* », « *La force allemande* », « *La France et la paix armée* », etc (FOHLEN, 2006, p. 236).

É preciso ter em mente o fenômeno que representava os Estados Unidos durante a virada do século. O crescimento extraordinário que este país obteve desde a segunda metade do século XIX alterou consideravelmente o equilíbrio das grandes potências econômicas mundiais. Aquelas modestas 13 colônias que se separaram da Inglaterra em 1776 desenvolveram-se aumentando vertiginosamente seu território nacional, ora recorrendo à diplomacia, ora recorrendo à intervenção militar. Compraram a região da Louisiana da França, em 1803, e a região da Flórida da Espanha, em 1818. Entre 1845 e 1848, conquistaram por meios militares a região de Oregon da Inglaterra, obtendo assim acesso ao comércio do Pacífico norte. E do México adquiriram as regiões do Texas, Colorado e Califórnia, áreas em que havia se descoberto há pouco riquíssimas minas de ouro. Em 1867, finalmente, compraram a região o Alasca da Rússia, região em que se

encontrou pouco mais tarde grandes reservas de petróleo. Enfim, era a primeira vez que aparecia uma potência extraeuropeia capaz de acumular poder e riqueza a ponto de rivalizar com as grandes nações do Velho Mundo (LESSA, 2005, p. 37).

Em seu livro, H. Hauser pretendia explicar de um ponto de vista histórico e geográfico como, em um pouco mais de 100 anos, aquelas 13 colônias, de importância quase insignificante no mercado global, tornaram-se uma das maiores economias do mundo, tomando aos poucos o posto da Inglaterra de centro dinâmico do capitalismo industrial : “Como nasceu, em um século, esta nova potência, orgulhosa, ávida e forte, é o que nós temos a tarefa de explicar” (HAUSER, 1905, p. 10). Seu objetivo primordial era, portanto, explicar as causas e o desenvolvimento do imperialismo norte-americano¹⁰.

Para Hauser, a principal causa do imperialismo norte-americano era a sua posição geográfica. As 13 colônias, cuja independência fora reconhecida pela Inglaterra apenas em 1783, se dividiam claramente em duas regiões. As colônias do Norte (Nova York, Nova Jersey, Delaware, Pensilvânia, Nova Hampshire, Rhode Island, Connecticut, Massachussets) e as colônias do Sul (Geórgia, Carolina do Norte e do Sul, Maryland e Virgínia). A maior parte dos colonos da região Norte era composta por protestantes puritanos que fugiam dos conflitos políticos e religiosos que afligiam a Europa. Eles encontraram um clima bastante desfavorável para a exploração das matérias-primas de valor no mercado europeu, um clima fortemente marcado pelos invernos rigorosos. Essa condição geográfica teria, de acordo com Hauser, propiciado um desenvolvimento econômico autônomo, baseado na produção agrícola de cereais em pequenas propriedades, e na indústria manufatureira, assentados no trabalho livre e assalariado.

Já na região Sul, de clima subtropical, com períodos alternados de secas e chuvas, as condições geográficas mostraram-se mais favoráveis ao estabelecimento de grandes propriedades monocultoras destinadas à produção de gêneros agrícolas para exportação (especialmente algodão e tabaco), assentadas na mão de obra de escravos africanos. Ao contrário dos colonos da região Norte, os colonos do Sul dependiam quase que exclusivamente do comércio com a metrópole. Desta oposição entre Norte e Sul,

10 Convém lembrar que o autor escrevia quando ainda não se tinha elaborado as primeiras teorias do imperialismo, como as de Rosa Luxemburgo e Lênin. O termo « imperialismo », contudo, já estava presente no vocabulário político e jornalístico pelo menos desde a década de 1890 (HOBSBAWM, 2006, p. 92).

surgiu o conflito entre duas facções políticas, os confederados ao Sul e os federados ao Norte. Para Henri Hauser, esta oposição contrastante deveria ser encarada como a característica primordial da história dos Estados Unidos (HAUSER, 1905, p. 14).

O autor considerava que o solo, o clima, as condições geográficas em geral, tiveram certamente um papel determinante na formação da nacionalidade norte-americana. Mas para ele, as instituições tiveram papel ainda mais fundamental. Em primeiro lugar, apontava que os Estados Unidos adotaram um modelo federalista, completamente distinto do que se via pela Europa : « Os Estados Unidos são estados que são unidos [...] os Estados são independentes : exatamente o contrário do que existe conosco, onde o poder central controla tudo que não foi especialmente concedido aos poderes locais » (HAUSER, 1905, p. 38). Para Hauser, teria sido esta forma de governo federalista o principal fator que favoreceu a iniciativa individual e o desenvolvimento do patriotismo ardente norte-americano. (HAUSER, 1905, p. 41).

H. Hauser também realizou uma descrição geral da vida econômica dos Estados Unidos. Além de retomar as informações sobre a localização das indústrias e do comércio interno do país, o autor também destacou que os norte-americanos produziam uma grande diversidade de matérias-primas, tais como trigo, milho, carne, lã, cana-de-açúcar, beterrabas e frutas em geral. O país também contava com riquíssimos recursos minerais, sendo um dos principais produtores de ouro do mundo e possuindo grandes reservas de petróleo (HAUSER, 1905, p. 45).

Hauser entendia a guerra da Secessão, da década de 1860, como espécie de « revolução econômica », onde os industriais da região norte conseguiram ampliar e impor seus interesses em detrimento dos interesses dos grandes proprietários escravistas da região sul :

O resultado da guerra foi uma nova organização do trabalho no Sul. Subitamente percebeu-se [...] que o Sul também possuía ferro, carvão e forças hidráulicas. Ele não tardou a entrar em competição com o Norte, e com a própria Europa [...] A história econômica dos Estados Unidos é, desde este dia, a história da transformação de uma nação agrícola em uma nação agrícola-industrial (HAUSER, 1905, p. 47-48).

De acordo com o autor, a evolução da história econômica dos Estados Unidos poderia se distinguir em três etapas. A primeira ocorrera entre 1783 e a década de 1860, quando o país era basicamente um fornecedor de matérias-primas (trigo, milho, minérios, algodão) para as nações europeias, adquirindo destas material industrial em troca. A segunda fase teria se dado entre 1860 e 1890, quando a indústria norte-americana começou a se desenvolver e a concorrer com o mercado europeu. Esse momento teria sido fortemente marcado por uma rigorosa política protecionista. A terceira e última fase, aos olhos de Hauser, se abria com a virada do século, quando os Estados Unidos davam sinal de desenvolver a metalurgia, a mecanização e suas indústrias químicas (HAUSER, 1905, p. 48-49).

Para Henri Hauser, uma das características mais marcantes do espírito *yankee* seria o desenvolvimento de invenções engenhosas, que permitem uma economia do tempo de trabalho. Este fato deveria ser entendido como decorrente da mão de obra mais escassa e, conseqüentemente, mais cara. De acordo com Hauser, nos Estados Unidos os salários dos trabalhadores industriais eram cerca de 2/5 mais elevados do que na maior parte das nações europeias. As horas de trabalho também eram mais curtas, em média 9 horas de trabalhos diários : « Quanto mais perfeita for a organização das associações operárias que fazem a América um país de altos salários e de jornadas de trabalho curtas, mais perfeita é a técnica para desenvolver a produção » (HAUSER, 1905, p. 54).

O autor também buscou apresentar uma série de informações sobre a população norte-americana. Examinando o primeiro recenseamento realizado nas 13 colônias, em 1790, Hauser observava a existência de aproximadamente 4 milhões de habitantes, dos quais 760.000 negros escravizados. Da população branca, a grande maioria tinha ascendência inglesa :

Eles mantiveram de sua fé protestante os hábitos de independência e de moralidade, o gosto pela vida interior, o senso de esforço pessoal e de energia ; de seus ancestrais britânicos eles herdaram esta consciência de seus direitos, que eles conquistaram em 1776, ao se separarem da metrópole (HAUSER, 1905, p. 25).

Desde 1790, aproximadamente 20 milhões de imigrantes europeus adentraram no país. Deste total aproximadamente $\frac{1}{4}$ vinha da Alemanha, $\frac{1}{4}$ da Irlanda (sobretudo na época da grave fome que assolou boa parte do país), e o restante do Áustria, Itália, Rússia, França e Escócia. De acordo com o censo de 1903, no início do século XX os Estados Unidos eram uma nação de 80 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente $\frac{1}{8}$ tinha nascido no estrangeiro. Desta população de imigrantes, a maioria esmagadora era composta por homens adultos. De acordo com o autor : « A América dos aparece atualmente como uma nação jovem – isto é, onde os jovens dominam – proporcionalmente menos habitado por velhos, mulheres e crianças do que nas sociedades europeias » (HAUSER, 1905, p. 30). Outra característica marcante do país seria a sua pequena densidade demográfica, mal distribuída em um imenso território nacional, com várias partes ainda inabitadas e desconhecidas (HAUSER, 1905, p. 45).

Desde 1903 os Estados Unidos passaram a restringir drasticamente a entrada de imigrantes em seu território nacional, deportando indigentes, analfabetos e desempregados. O país desenvolveu, nos anos iniciais do século XX, um dos mais rígidos controles de inspeção alfandegária do mundo, um tipo de conduta que era bastante incomum na Europa anterior a Primeira Guerra Mundial. No censo de 1903, Henri Hauser observava que os Estados Unidos não poderiam mais ser considerados como uma nação de sangue inglês: “Esta nação protestante, filha de puritanos, compreende 12 milhões de católicos (irlandeses, alemães do Sul, austríacos e italianos) e já contém um milhão de judeus” (HAUSER, 1905, p. 29).

Quanto aos negros, o autor afirmava que havia cerca de 9 milhões no país, sobretudo na região Sul. E observava também que, apesar da abolição da escravidão em 1865, ainda havia muito racismo e violência contra os negros nos Estados Unidos: “eles são desprezados e odiados pelos seus concidadãos brancos” (HAUSER, 1905, p. 32).

Ao descrever o processo de desenvolvimento do imperialismo norte-americano, Henri Hauser lembrava da política isolacionista de George Washington (1797), que pregava o menor relacionamento possível com as nações europeias. Os Estados Unidos mantiveram-se com esta política isolacionista por várias décadas, até o estabelecimento da Doutrina Monroe. Em 1823, o presidente Monroe passou a defender o princípio de que os países livres do continente americano não deveriam ser recolonizados pelas

nações do Velho Mundo. O presidente norte-americano buscava estabelecer, assim, um contraste entre o sistema republicano e democrático das nações americanas e o sistema « reacionário » das monarquias europeias. O efeito disto foi que os Estados Unidos, em razão de sua potência econômica e militar, colocaram-se no dever de tutelar as demais nações do continente americano, protegendo-as de possíveis intenções coloniais europeias. De acordo com Hauser : « Sem intervenção europeia na América, sem intervenção americana na Europa. Sob sua forma original, a doutrina Monroe é uma doutrina de independência, mas uma doutrina de isolamento e paz » (HAUSER, 1905, p. 71-72).

Após a tentativa de Napoleão III de constituir um império em favor do arquiduque austríaco, em 1862, os Estados Unidos transformaram a Doutrina Monroe em uma política mais agressiva e de caráter mais intervencionista. Para prevenir futuras tentativas de recolonização por parte da Espanha, os norte-americanos anexaram Santo Domingo, na região do Caribe. Assim, afirmava H. Hauser, « a doutrina Monroe então deixou de ser uma doutrina de isolamento para se transformar em uma doutrina de expansão » (HAUSER, 1905, p. 75). De protetores, os Estados Unidos acabaram se transformando em suseranos de todo o continente americano. A Doutrina Monroe evoluía, portanto, para uma política de « pan-americanismo ».

Esta situação representava um verdadeiro perigo para as nações europeias, já que agora as nações independentes americanas (sobretudo aquelas da América central) agora passavam a procurar capitais estrangeiros nos Estados Unidos, e não mais nos principais centros econômicos da Europa. De acordo com Hauser, “o fracasso parcial do pan-americanismo conduziu os Estados Unidos a criar suas próprias colônias: mercados privilegiados para seus produtos manufaturados. Mercados privilegiados pelos seus produtos tropicais e pelos gêneros coloniais que eles precisam”. Contudo, se de um lado a Doutrina Monroe facilitava a entrada de produtos industrializados norte-americanos nas demais nações do continente, de outro ela também restringia a entrada de produtos dessas mesmas nações em seu território nacional (HAUSER, 1905, p. 84-85).

Henri Hauser lembrava que os norte-americanos foram os precursores da política protecionista, adotando tarifas aduaneiras altíssimas a produtos estrangeiros desde 1862. O Império alemão só veio a adotar medidas protecionistas a partir de 1879, e a França apenas em 1892. Além disto, os Estados Unidos inauguravam uma forma original de

imperialismo, que Hauser entendia como um “imperialismo humanitário”, em nome de princípios libertários e democráticos. Os Estados Unidos se pretenderam uma nova forma de imperialismo, capaz de substituir a organização militar e aristocrática do Velho Mundo e de promover a civilização democrática e industrial, a justiça republicana e a liberdade individual. No plano internacional, os norte-americanos defendiam os direitos das minorias, ao intervir em favor dos povos judeus e armênios que estavam sendo perseguidos e massacrados pela Europa (HAUSER, 1905. p. 98).

Nas páginas finais deste livro, Henri Hauser concluía:

Do protecionismo absoluto, eles marcham hoje, porque tornaram-se exportadores para a reciprocidade comercial, para os tratados de comércio. Do isolamento absoluto, eles marcham em direção à uma política que se traduz, um ou outro, por tratados de aliança, por convenções defensivas ou ofensivas (HAUSER, 1905, p. 102-103).

Poucos anos mais tarde, Hauser atualizou algumas informações a respeito da população norte-americana, no artigo “*L’immigration aux États-Unis en 1906-1907*” (*Annales de géographie*, n. 92, 1908). O autor trazia agora informações recentes produzidas pelos órgãos estatísticos dos Estados Unidos sobre o fluxo de imigrantes que chegaram entre julho de 1906 e junho de 1907. Aproximadamente 1.285.349 imigrantes ingressaram nos Estados Unidos durante este período. Os dados apresentados por H. Hauser indicavam que o país parava de recrutar imigrantes apenas em países da Europa ocidental. Agora, os Estados Unidos abriam suas portas às populações pobres ou perseguidas da Europa meridional e oriental, tais como austro-húngaros, russos, ucranianos, finlandeses, escandinavos, búlgaros, etc. (HAUSER, 1908, p. 172).

De acordo com o autor, « Todos estes números nos conduzem as mesmas conclusões. O povo americano, que desde muito tempo deixou de ser um povo anglo-saxão para se tornar um povo germano-irlandês, está em vias de perder esta mesma característica » (Hauser, 1908, p. 173). Hauser também destacou o crescente fenômeno da imigração asiática nos Estados Unidos, muitas vezes por vias ilegais, sobretudo de chineses e japoneses: « apesar das tentativas de restringir a imigração japonesa, ela saltou, em um ano, de 13.800 a 30.200, aumentando em 16.400 indivíduos. Nenhum

outro grupo fez, proporcionalmente a sua massa, um aumento tão prodigioso » (HAUSER, 1908, p. 173).

O autor considerava estes dados de suma importância, pois o número maciço de imigrantes era capaz de interferir drasticamente nas feições identitárias do país. Em razão disto, o próprio governo norte-americano buscava controlar o processo migratório, transformando-o em uma verdadeira política de Estado. Na conclusão de seu pequeno artigo, Hauser observava que:

A imigração se transformou em um imenso serviço de Estado ; o Estado determina à sua vontade, em virtude de suas necessidades, a composição das cargas humanas, reforçando os batalhões de brancos para combater a proporção de raças economicamente, intelectualmente, moralmente superiores, às custas das raças miseráveis, enfim, repartindo os novos imigrantes de maneira a evitar grandes rupturas de equilíbrio da densidade demográfica (HAUSER, 1908, p. 175-176).

Em 1911, H. Hauser revelava a larga influência que recebera de Émile Levasseur, ao dedicar um necrológio a este autor. Hauser descreveu Levasseur como um autor de origem humilde, que fundou a história “crítica” do trabalho e dos trabalhadores da indústria. Um dos principais atores da reorganização do ensino de geografia na França, autor que também se preocupava aos acontecimentos econômicos contemporâneos, que se preocupava com a história da organização do trabalho, com questões de população, crédito, de comércio, de ensino, etc. Henri Hauser demonstrava uma profunda admiração pela formação interdisciplinar de Levasseur, descrevendo-o como “figura muito original [...] era um economista que era historiador” (Hauser, 1911, p. 89).

No mesmo ano de 1911, H. Hauser apresentou o texto “*Le site et croissance de Dijon*”, no 40º *Congrès de l’Association Française pour l’avancement des Sciences*, realizado na capital da Borgonha. Paul Claval observou que este texto foi escrito logo após e sob forte inspiração do artigo de Vidal, “*As regiões francesas*” (1910), que chamava a atenção dos geógrafos para as questões sobre as cidades e sobre a noção de “nodalidade” (CLAVAl, 2006, p. 50).

Em seu texto sobre a cidade de Dijon, Henri Hauser buscou destacar o papel fundamental das vias de circulação:

Uma parada na circulação é um embrião de uma cidade. Uma cidade, é um local de troca de produtos, é o local onde se encontram e se fundem, primeiramente de maneira periódica, depois de uma maneira permanente, populações que não têm nem os mesmos interesses, nem o mesmo horizonte econômico (HAUSER In CLAVAL, 2006, p. 51)

Para Hauser, o que realmente determinava o nascimento de uma cidade era sua posição geográfica. Esta ideia remetia ao trabalho de Friedrich Ratzel, que definia a cidade como uma condensação permanente de homens situada em um ponto de cruzamento de grandes rotas comerciais. Assim, o autor explicava a fundação e o crescimento da cidade de Dijon:

É assim que, por uma espécie de paradoxo, que a capital da região do Saône se encontra, não ao centro, mas no limite do domínio hidrográfico do rio, à base das travessas, em uma espécie de « piemonte » [...] Digamos apenas que à esta posição excêntrica, Dijon deva seu papel histórico : colocada mais próxima do Saône, mais longe das paisagens de Auxois, ela não poderia ter estendido sua ação sobre a região da bacia parisiense. Seus mestres não se tornariam, entre a Mancha e o Mediterrâneo, os « porteiros » da montanha. Sem sua capital, Estado complexo, o « monstro » geográfico que era o ducado da Borgonha não teria jamais nascido (HAUSER In CLAVAL, 2006, p. 51).

Logo após o início da Grande Guerra, Henri Hauser publicou um livro sobre *Les méthodes allemandes d'expansion économique* (1915), uma obra que obteve grande sucesso editorial, tanto na França como no estrangeiro. Em 1919, apenas quatro anos de seu lançamento, o livro já alcançava sua sétima edição. De acordo com o especialista da

história da Primeira Guerra Mundial, Georges-Henri Soutou: « a mais importante de todas as obras publicadas no início da guerra, e aquela que teve mais eco na época, foi sem dúvida *Les méthodes allemandes d'expansion économique* » (SOUTOU, 2006, p. 151).

Convém destacar que, entre 1893 e 1899, a Alemanha havia vivenciado um crescimento econômico, industrial e populacional extraordinário. Durante estes anos, o país deixou de ser uma nação agrária para tornar-se uma nação altamente industrializada. Ao se deter sobre as características principais daquela que chamou “A Era dos Impérios”(1875-1914), Eric Hobsbawm destacou dois aspectos: “o relativo declínio britânico e o relativo – e absoluto – avanço dos Estados Unidos e sobretudo da Alemanha” (HOBSBAWM, 2006, p. 74).

Como destacou Antonio Carlos Lessa, logo após o processo de unificação (1870), a Alemanha despontava como “a maior potência da Europa continental, com um grande e bem treinado exército, forças navais em expansão e, especialmente, dotado de excelente estrutura de transportes e comunicações e de um parque industrial moderno em franca expansão”(LESSA, 2004. p. 114). Com a política externa de Bismarck, o Império alemão reivindicou seu novo *status* social, um *status* condizente com suas condições econômicas e militares. Ao mesmo tempo, o primeiro-ministro alemão também buscou evitar que os franceses criassem condições de reerguer-se e de reclamar uma revanche a guerra de 1870, criando um complexo sistema de alianças capaz de garantir o isolamento internacional da França (LESSA, 2006, p. 121-134). A partir de 1890, a política expansionista de Bismarck desenvolveu-se de maneira mais agressiva ainda na “política mundial” (*Weltpolitik*) do conservador rei Guilherme II, que acreditava que “o desenvolvimento industrial e financeiro do império impunha a necessidade da expansão do poder alemão, que não se continha mais ao território nacional e nem poderia se limitar à Europa” (LESSA, 2006, p. 141)

A virada do século XIX para o século XX foi, portanto, um momento histórico de forte racionalização dos métodos produtivos e econômicos, onde surgiram grandes conglomerados, integrados verticalmente em suas cadeiras produtivas e aptos a operar nos grandes mercados nacionais e internacionais. Difundiram-se, nesta época, as técnicas racionalizadas de controle da produção e da administração. Iniciou-se, de maneira geral, uma grande concentração no setor bancário a partir de 1880. Pouco a

pouco, desapareceram os bancos de província e as tradicionais casas bancárias, que eram absorvidos por conglomerados financeiros organizados em sociedades por ações. Criaram-se grandes trustes, cartéis, oligopólios e monopólios (LESSA, 2006, p. 126-127).

A partir de diversas viagens de estudo que realizou na Alemanha, na década de 1890, H. Hauser começou a analisar as causas que transformaram este Império recém-formado numa grande potência econômica. O autor realizou pesquisas sistemáticas em diversos arquivos consulares, câmaras do comércio e bibliotecas da França e da Alemanha. Hauser mostrava-se bastante atualizado. Na introdução da edição de 1916, ele escreveu : « Este ano, antes de escrever este livro, me debrucei novamente nos documentos consulares, me servindo dos mais recentes. Anexei documentos da Câmara do Comércio que, inexistentes ou rudimentares há dezesseis anos, tiveram um desenvolvimento notável ». Nestes documentos que consultou, o autor constatava o comportamento « apático » dos comerciantes franceses, em comparação com a larga atividade dos comerciantes alemães (HAUSER, 1916, p. 18-19).

Na primeira parte de *Les méthodes allemandes* Henri Hauser buscava explicar como foi que o Império alemão, unificado em 1870, conseguiu, em pouco mais de 40 anos, tornar-se uma das maiores potências econômicas do mundo. De acordo com ele, o crescimento alemão era evidente: « As cidades cresceram com uma rapidez verdadeiramente americana, e 45 dentre elas já ultrapassavam o número de 100.000 almas. ». O Império alemão possuía uma população de operários enorme : « Verdadeiros exércitos operários se agrupam sob o comando dos capitães da indústria, 15.000 sob um Mannesmann, mais 30.000 junto a um Thyssen, 73.000 nas diversas usinas de um Krupp » (Hauser, 1916, p. 4). Com o ritmo acelerado de produção e o desenvolvimento das vias de circulação, a Alemanha aumentava suas necessidades em proporções geométricas: « Em vinte anos, os hábitos alemães, mesmo entre a média e a pequena burguesia, passaram por uma metamorfose completa. O hábito de consumir ervilha, o uso do vinho que tornou-se universal, o gosto pelas vestimentas inglesas » (HAUSER, 1916, p. 6).

O autor destacava que não apenas o volume do comércio exterior alemão cresceu com velocidade vertiginosa, mas também se impôs a dominação da Alemanha sobre diversos mercados estrangeiros: “O banco alemão, o comércio alemão, as linhas alemãs

de navegação, os serviços alemães de informação tendem a encerrar o mundo em uma rede inextricável” (HAUSER, 1916, p. 7).

Hauser buscava refletir sobre os fatores que determinavam a riqueza e o crescimento alemão. Em primeiro lugar, ele destacou os recursos naturais disponíveis no interior do território nacional: « Que a Alemanha possui reservas carboníferas que deram nos últimos anos 191 milhões de toneladas de óleo e 82 milhões de toneladas de lignite (273 toneladas no total), é um fato que permite sua posição nos primeiros lugares do mundo industrial moderno ». Além disso, a Alemanha dispunha de largas reservas de minerais de ferro, sal e potássio (HAUSER, 1916, p. 11).

Em segundo lugar, o autor apontava para os “fatores humanos” da riqueza alemã, fatores que eram ainda mais fundamentais que os naturais. A organização era, para Hauser, a característica primordial do alemão. Do seu ponto de vista, o alemão era por essência um trabalhador aplicado, que executa seu trabalho da maneira mais metódica e regular possível. Assim, Hauser constatava que o rápido crescimento que a Alemanha vivenciava era em grande parte fruto do senso de organização disciplinada:

O alemão é disciplinado ; o hábito da obediência, o respeito inato diante do superior social, real ou convencional, a predominância do Império da organização militar nas instituições civis, sempre mais disposto a considerar uma ordem como uma instrução (HAUSER, 1916, p. 13).

A riqueza alemã também era fruto do senso de agrupamento, postura que contrastava com a atitude de ingleses e franceses : « o alemão tem necessidade do senso de agrupamento. Ele não tem a individualidade ciumenta do anglo-saxão, nem a sociabilidade amável, acolhedora a todos e banal, do francês » (HAUSER, 1916, p.13).

H. Hauser argumentava que a Alemanha conheceu um crescimento prodigioso em razão de sua economia industrial voltada para o mercado externo. Esta política econômica expansionista era, a seu ver, um fenômeno relativamente novo da história econômica. Desde os tempos medievais e modernos, os produtores agrícolas e industriais trabalhavam para suprir as necessidades do mercado interno. Apenas o excedente, quando existente, era destinado ao mercado externo. No século XIX as

coisas se inverteram. Primeiramente na Inglaterra e depois noutros países da Europa, as nações passaram a direcionar sua economia industrial principalmente para o mercado externo (HAUSER, 1916, p. 24)

Unificado desde 1870, o Império alemão buscou modernizar ao máximo sua produção industrial, que passava a crescer em ritmo cada vez mais acelerado. Para Hauser, este fenômeno seria decorrente do grande papel desempenhado pela ciência na Alemanha. De acordo com o autor:

Na Alemanha, o professor é uma potência [...] ele faz parte do Estado-maior social, ele é um depositário da autoridade imperial. Físico, químico, fisiologista, economista, geógrafo, ele é auxiliar obrigatório dos serviços públicos e das grandes indústrias (HAUSER, 1916, p. 28).

O Estado alemão buscava realizar uma verdadeira “domesticação” da ciência. Os industriais e comerciantes da Alemanha foram os primeiros a procurar cursos técnicos e escolas de comércio no ensino universitário, buscando se aproveitar ao máximo do progresso do conhecimento científico. Para Hauser, um exemplo bastante significativo neste sentido era o Instituto de Geografia da Universidade de Gotha, um modelo de produção de mapas, atlas, guias e revistas de geografia de altíssima qualidade. Apesar da Alemanha se destacar pela associação íntima que realiza entre a ciência e a indústria, o autor mostrava-se ciente de que esta concepção científica da indústria não era nem inédita, nem inventada pelos alemães. Ela já estava presente desde o século XVIII, em países como a Inglaterra e França, mas foi somente no Império alemão que esta concepção adquiriu proporções extraordinárias (HAUSER, 1916, p. 39)

O aperfeiçoamento contínuo das técnicas industriais favoreceu a produção em massa, uma das características mais essenciais da indústria moderna. Como destacou Henri Hauser:

A fabricação em massa é complementar a fabricação em série. A organização científica da indústria faz desta fabricação possível; o técnico tem por missão estabelecer os

tipos, e depois conseguir as ferramentas especiais que permitirão de repetir esses tipos a um número indefinido de exemplares (HAUSER, 1916, p. 40-41).

A indústria alemã produzia em ritmo cada vez mais acelerado, daí vinha sua necessidade de vender o enorme excedente no mercado externo. Hauser indicava que os alemães inauguravam um fenômeno quase fatal para a indústria moderna: a multiplicação dos produtos tornava-se muito mais rápido do que aumentavam os consumidores (HAUSER, 1916, p. 44)

O autor também observou que, com o rápido desenvolvimento industrial, a Alemanha vivenciou um intenso período de êxodo rural, quando um grande afluxo de camponeses mudou-se para as cidades em busca de novas oportunidades. Segundo Hauser, “Literalmente, o campo alemão está vazio [...] Neste país superpovoado, a terra nos aparece deserta” (HAUSER, 1916, p. 46). Com esse processo, aumentava também as demandas nos grandes centros urbanos por alimentos (cereais, carnes, bebidas). Era preciso exportar produtos industriais para poder importar mantimentos e matérias-primas para a indústria. Henri Hauser considerava, portanto, que a organização do sistema industrial voltado para o mercado externo foi para a Alemanha unificada uma “necessidade vital”, antes de tornar-se uma política de Estado. De acordo com o autor, tratava-se de um “círculo verdadeiramente infernal: produzir mais para vender mais, vender sempre mais para atender às necessidades de uma produção cada vez mais intensa” (HAUSER, 1916, p. 56-57).

A segunda parte de *Les méthodes allemandes* foi dedicada aos principais fatores da expansão alemã. Hauser sublinhava o papel dos bancos como financiadores de indústrias e sociedades financeiras. Ao contrário do que ocorria na Inglaterra e França, na Alemanha a evolução industrial foi bem mais rápida que a formação de capitais. Buscando remediar esta situação, os bancos alemães esforçaram-se para formar e concentrar capitais. Hauser observava que no Império alemão havia uma associação íntima entre os banqueiros e os industriais, o que favorecia em muito a expansão da indústria. Além disto, o autor também destacou o papel do protecionismo do mercado interno, dos cartéis mantendo preços elevados e o *dumping* sobre os mercados estrangeiros (HAUSER, 1916, p. 67).

Outro fator importante para o desenvolvimento da política econômica expansionista alemã foi a organização dos transportes. De acordo com Hauser, na Alemanha reinava uma perfeita harmonia entre as administrações das estradas de ferro e a navegação marítima e fluvial. “Pelo desenvolvimento de suas vias fluviais e marítimas, a Alemanha encontrou um novo modo de expansão” (HAUSER, 1916, p, 154). Recorrendo aos métodos científicos, as indústrias de navegação cresceram tanto que o Império alemão já se tornava uma “nação marítima”, “pátria da navegação fluvial” (HAUSER, 1916, p. 164).

H. Hauser também deu bastante ênfase ao papel exercido pelo Estado nesta política expansionista. Refletindo sobre as peculiaridades do caso alemão, o autor observava que a Alemanha unificada era essencialmente um Estado. Ao contrário do que ocorrera com a França, por exemplo, a Alemanha tornou-se um Estado antes de tornar-se uma nação. Segundo Hauser:

Em outras regiões, é a nação que, por uma diferenciação orgânica, cria o Estado; aqui, o Estado que cria a nação. E por uma reação natural contra esta falta de Estado [...] e também pelo seu amor inato de ordem e de disciplina, os alemães chegaram a venerar toda a potência do Estado (HAUSER, 1916, p. 177).

No Império alemão, a ação deste Estado “tentacular” atingia todos os setores da sociedade. O Estado interferia, portanto, diretamente na economia, sobretudo na organização dos bancos, no estabelecimento de cartéis e *dumping*, assim como nos investimentos em transportes e vias de circulação. O Estado alemão era, para o autor, uma “*personalité économique*”: “A finança, a indústria, a política, estas três forças estão indissoluvelmente ligadas ao Império e rendem serviços recíprocos” (HAUSER, 1916, p. 189).

Na terceira parte de *Les méthodes allemandes*, o autor apontava a importância do processo migratório na expansão econômica. As grandes massas de camponeses que emigraram das terras germânicas entre 1860 e 1880 foram fundamentais para o largo êxito da política econômica expansionista do Império alemão. Grandes colônias alemães se instalaram em diversas regiões do mundo, no sul do Brasil, no Chile, na Austrália, no

sul da África. Além delas, Henri Hauser também destacou a presença de mais de 1.800.000 alemães na Rússia, 30.000 na Holanda, 70.000 na Bélgica e cerca de 50.000 na França. Segundo o autor,

Aconteceu que a Alemanha, logo após a sua industrialização súbita, encontrou em todos os cantos do mundo clientelas prontas, que falavam sua língua, habituadas aos seus produtos [...] exércitos de consumidores e de vendedores ambulantes (HAUSER, 1916, p. 199).

Mais uma vez, Hauser retomava a contraposição entre o “caráter” psicológico do alemão e do francês. Segundo ele:

O francês pensa intuitivamente: armado de ideias que ele depositou na cultura geral, ele percebe rapidamente as relações entre as coisas, se contenta frequentemente com relações superficiais; ele se adapta rapidamente a uma situação nova e, conseqüentemente, se guia facilmente por esta maravilhosa faculdade de adaptação. É um improvisador (HAUSER, 1916, p. 204).

Bastante distante desta tendência a improvisação dos franceses, os alemães se notabilizariam, aos olhos de Hauser, pelo seu pensar metódico, que os levava a pensar as questões práticas e econômicas como questões científicas. O alemão estuda sistematicamente seus problemas antes de buscar uma solução. Ao almejar a conquista de um mercado estrangeiro, os alemães buscam conhecer seu clima, seus modos produtivos, seu regime político, sua psicologia social, etc, “é necessário conhecê-los a fundo, catalogá-los, pô-los em fichas, compará-los aos elementos análogos de problemas já conhecidos antes de esboçar uma solução” (HAUSER, 1916 p. 205). Era bastante comum que os exportadores alemães adquirissem um conhecimento bastante preciso da realidade dos países estrangeiros cujos mercados pretendiam dominar.

Em *Les méthodes allemandes* Henri Hauser responsabilizava a Alemanha pela eclosão da Primeira Guerra Mundial. A tese principal do autor era que, mesmo em tempos de paz, o Império alemão mantinha uma política de guerra econômica. Nos anos que antecederam a 1914, o Império alemão já estava preparado para a guerra, tanto militarmente como economicamente. Esta ideia é repetida em diversas passagens do livro. Na introdução, Hauser afirmou:

Mais do que nunca nós temos a sensação de que a Alemanha fazia a guerra em plena paz, com os meios da paz [...] o *dumping*, os subsídios de exportação, as contas de importação, as tarifas vinculadas, as medidas relativas à emigração, etc, diversos procedimentos foram empregados por ela não como procedimentos convencionais de atividade econômica, mas como maneiras de sufocar, esmagar e aterrorizar o adversário (HAUSER, 1916, p. IV).

Na segunda parte do livro, a ideia de guerra econômica reaparece:

A luta econômica é uma guerra, como todas as outras [...] Nesta guerra, como nas outras, se trata de, por todos os meios apropriados, esmagar o adversário, de quebrar sua vontade de agressor (HAUSER, 1916, p. 60).

Para Hauser, era bastante evidente que, na Alemanha, as relações econômicas eram concebidas como operações de guerra, de forma tal que os mercados podiam ser vistos como verdadeiros campos de batalha. Para os industriais alemães, a guerra aparecia como uma possível solução para os problemas coloniais, já que o poder industrial alemão parecia ser capaz de triunfar rapidamente sobre seus adversários. Hauser assim buscou explicar as motivações que levaram a Alemanha a encadear a guerra:

A fusão cada vez mais completa da *Weltpolitik* e da política de negócios estava singularmente perigosa para a paz do mundo. Se o imperialismo, se o Estado tentacular põe sua força ao serviço dos interesses industriais, a tentação é grande, ela é perpétua, de usar esta força para quebrar as resistências que se opõem ao triunfo destes interesses (HAUSER, 1916, p. 260).

Les méthodes allemandes foi um livro de intervenção, que trazia em suas páginas recomendações do que deveria ser feito naquele momento. Na introdução da edição de 1916, Henri Hauser revelava o sentimento de urgência de publicar seu livro naquele momento decisivo, de redefinição do papel das principais potências econômicas no cenário global: “Neste momento, todo livro é uma ação, e nós sabemos muito pouco, para poder atender quais serviços a pátria irá exigir de cada um de nós amanhã” (HAUSER, 1916, p. IV). O livro de Hauser buscava ter um valor utilitário, como fica evidente na passagem seguinte:

Nós não tivemos a pretensão de traçar um programa de ação. Nós acreditamos que esta é uma tarefa dos próprios homens de ação. Nossa ambição foi a de informar, de se fazer conhecer os métodos empregados com tanto sucesso pelo adversário, de ver em que medida estes métodos devem e podem servir de inspiração (HAUSER, 1916, p. 20).

Para o autor, refletir sobre organização política e econômica dos alemães era uma questão fundamental, pois somente a partir daí seria possível orientar as ações dos “homens de ação” franceses no futuro. Para Hauser, não era suficiente apenas descrever de maneira geral quais foram os tais “métodos alemães”, como os alemães organizaram-se economicamente, na produção agrícola e industrial, nos comércios interno e externo. Era preciso pensar a questão « para seguir nossos adversários sobre os terrenos onde eles triunfaram, para opor a sua estratégia uma outra estratégia [...] para saber quais, dentre esses métodos e procedimentos, são aqueles que podemos tirar e retornar contra eles » (HAUSER, 1916, p. 12). Na conclusão, Hauser reforçava seu objetivo : « O que pretendemos fazer é identificar algumas ideias essenciais que devem, à nosso ver, dirigir e conduzir nossos industriais e exportadores » (HAUSER, 1916, p. 270).

Henri Hauser considerava que nem tudo deveria ser imitado do exemplo alemão. Em primeiro lugar, ele apontava que os franceses deveriam evitar algumas das « desonestidades » praticadas pelos alemães (só por eles?), como a fraude, a corrupção, a espionagem comercial, etc. Mas também deveria ser evitado a generalização sistemática do *dumping* e a imitação do sistema bancário alemão. De acordo com Hauser, « Do exemplo alemão, não imitaremos aquilo que é evidentemente perigoso [...] Nós resistiremos a tentação de pedir aos nossos estabelecimentos de crédito que renunciem ao princípio [...] da divisão de riscos » (HAUSER, 1916, p. 272).

O autor acreditava que a superprodução em escala exasperada também era um movimento muito arriscado para ser imitado, tanto para a indústria francesa como para a paz mundial :

Ruína ou guerra, que ainda é ruína, este é o terrível enigma pelo qual a história respondia às angústias da indústria alemã. A Alemanha escolheu a guerra. Nós tomaremos o cuidado para não dar a produção um ritmo que faça o progresso industrial por si mesmo um perigo para a paz mundial (HAUSER, 1916, p. 272).

Hauser defendia que não era possível, nem desejável, que a França imitasse a concepção « estatista » do comércio e indústria alemães. O autor via com fortes receios a sobreposição da « razão de Estado » sobre os indivíduos :

Nem o Estado nem as associações, nós não aceitaremos uma disciplina que mate o indivíduo. Nossas nações valem o que valem as individualidades que as compõem, elas vivem de suas iniciativas, de suas criações, elas se iluminam de seu gênio [...] Não matemos a arte de nossos sábios, de nossos técnicos, de nossos operários, pois a França deve permanecer para a humanidade como uma criadora de novos valores (HAUSER, 1916, p. 273).

Apesar disto, boas e fecundas lições poderiam ser aprendidas com o exemplo alemão. A primeira lição seria a de que, antes de fazer produtos, é preciso se fazer

produtores. Hauser afirmava que, se crises crescer economicamente, a população francesa precisará crescer, superando a fase de estagnação em que se encontrava : « Apenas uma população abundante e crescente permite uma produção, e também esta aceleração no consumo interno que determina a aceleração da população e torna a exportação necessária » (HAUSER, 1916, p. 276).

Outra lição a ser tirada do exemplo alemão era a expansão dos horizontes comerciais. Até então, a exportação era tida na França como uma atividade econômica secundária, muitas vezes feita aos improvisos. H. Hauser considerava que, como os alemães, os franceses deveriam tratar a questão das exportações de maneira técnica, científica e sistemática. Assim como os industriais e comerciantes da Alemanha, os da França deveriam se habituar a recorrer mais vezes ao conhecimento produzido nas universidades comerciais e nos cursos técnicos (HAUSER, 1916, p. 279).

Para Hauser, era fundamental que a máquina estatal francesa se adaptasse aos novos tempos. A legislação liberal que vigorava na França, desde 1789, tornava-se um verdadeiro empecilho à associação industrial e comercial. Isto precisava urgentemente ser adaptado aos novos tempos. O Estado francês deveria se modernizar, organizando uma política mais racionalizada de estradas de ferro e instituindo um sistema coerente de vias fluviais e marítimas. Estas críticas que Hauser realizava estavam em perfeita harmonia com aquelas levantadas por seu mestre Vidal de la Blache em artigos da década de 1910. De acordo com o autor :

Nós somos sempre regidos, na realidade, pelas mesmas instituições, as instituições administrativas do ano VII. Instituições excelentes em seu tempo, maravilhosamente adaptadas às necessidades da França daquela época, uma França que não possuía nem estradas de ferro, nem automóveis, nem telégrafos, com ou sem fio, nem telefones, nem navegação à vapor [...] O Estado também deve nos dirigir em um senso útil aos nossos interesses, essa força que constitui a potência financeira da França [...] Já é tempo que, de uma maneira geral, o Estado francês se convença de que é responsável pelos interesses econômicos da nação francesa (HAUSER, 1916, p. 283).

Assim como seus principais mestres da geografia, Émile Levasseur e Vidal de la Blache, Hauser era um intelectual universitário extremamente engajado nas causas da

Terceira República, um homem que amava a França e apoiava seu expansionismo colonial. Seus trabalhos de geografia eram carregados de um sentido prático, foram construídos para informar os homens de Estado e os homens de ação.

Como vimos Henri Hauser teve, durante seu período de formação na *École Normale Supérieure* Vidal de la Blache como um de seus mestres. Ele acompanhou de perto os cursos em que Vidal, pouco a pouco, ia delimitando os métodos, conceitos e objetivos da « nova » disciplina geográfica. Apesar disto, como destacou Paul Claval, o que Hauser mais reteve de sua formação universitária com Vidal de la Blache não foi um conjunto de métodos e conceitos, mas sim a convicção de que as ciencias sociais eram ferramentas privilegiadas para a compreensão do mundo contemporâneo, e que, em decorrência disto, deviam servir de guia para ações engajadas. (CLAVAL, 2006, p. 42).

Assim, Henri Hauser não ficou indiferente ao crescimento surpreendente de novas potências nacionais, como a Alemanha e os Estados Unidos. O autor buscou refletir em como que a França poderia se adaptar, adequar sua vida econômica às condições de competição econômica que reinavam naquela época. Boa parte dos textos geográficos de Hauser publicados nas primeiras décadas do século XX versa sobre estas questões.

Nestes textos que analisamos, podemos perceber a clara influência vidaliana no pensamento de Hauser, tanto na utilização da noção de “posição”, quanto na preocupação de quatro fatores principais que se relacionam mutuamente: a exploração dos recursos naturais, a vida comercial, as vidas de comunicação e o processo de imigração. Além de sua forte preocupação em reorganizar o Estado francês, adaptando-o ao novo momento histórico de competição econômicas das grandes potências, em busca de novos mercados.

3.5 – Henri Hauser e a Primeira Guerra Mundial

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Henri Hauser teve a oportunidade de participar diretamente nas definições da política econômica nacional francesa. Poucos dias após a eclosão da Guerra, Hauser foi convidado pelo prefeito de Côte-d’Or (um pequeno departamento da província da Borgonha) para participar da

Commission régionale de contrôle des communications télégraphiques en temps de guerre (SOUTOU, 2006, p. 148).

Sabemos que em 1915, no mesmo ano em que apareceu *Les méthodes allemandes d'expansion économique*, o autor publicou três outros importantes textos sobre a Alemanha: « *Essai sur l'Allemagne future* » (*Revue Politique et Parlementaire*); *Comment la France jugeait l'Allemagne*; *La Guerre Européenne et le problème colonial*. De maneira geral, nestes textos Hauser responsabilizava a Alemanha pela eclosão do conflito mundial, por manter em tempos de paz uma política econômica de guerra econômica, uma política de exportação agressiva. Ele também sugeria o que deveria ser feito: reformular a política econômica francesa de modo a admitir maior intervenção do Estado na economia; organizar de forma mais sistemática os transportes para facilitar a exploração de matérias-primas; e principalmente, promover o estabelecimento de filiais no estrangeiro (SOUTOU, 2006, p. 153).

Durante a Primeira Guerra, diversas associações preocupadas com os rumos econômicos da França foram criadas. A mais importante delas foi, sem dúvidas, a Associação Nacional de Expansão Econômica, criada logo no início de 1916 pelas Câmaras do Comércio. Esta Associação, composta por intelectuais e importantes homens da política, indústria e comércio, patrocinou uma grande pesquisa a respeito das práticas econômicas da Alemanha e dos projetos alemães para o pós-guerra. Devido a larga repercussão que seus textos sobre a Alemanha tiveram no ano anterior, Henri Hauser foi convidado para dirigir a pesquisa, ao lado do professor de agronomia Henri Hitier. O resultado da pesquisa foi publicado no ano seguinte, no volume *Enquête sur la production française et la concurrence étrangère* (1917). Em linhas gerais, este trabalho indicava que um boicote econômico geral a Alemanha era impossível e indesejável, pois ainda era preciso importar dos alemães uma série de produtos indispensáveis. A melhor maneira de combater a política econômica seria desenvolver mais as vias de comunicação, para favorecer a produção nacional. Também se deveria buscar novos mercados fora da Europa e reorganizar o sistema bancário francês adequadamente aos novos tempos (SOUTOU, 2006, p. 155).

Em 1917, Henri Hauser foi convidado pelo Ministro do Comércio da Indústria, Étienne Clémentel, para auxiliá-lo na elaboração de uma nova configuração regional da

França, que permitisse uma gestão mais eficaz das forças econômicas de cada província. Clémentel já conhecia Hauser desde a década de 1890, na cidade de Clermont-Ferrand, e admirava bastante seus estudos sobre os Estados Unidos e a Alemanha. Em uma carta enviada em outubro de 1917 ao ministro da Instrução Pública, Clémentel justificava sua escolha :

Encarreguei o sr. Hauser, cujo passado de géografo e de historiador economista o tornam eminentemente designado para esta tarefa, de trabalhar em um projeto de divisão da França em regiões econômicas. Graças à sua colaboração, o projeto foi configurado e pude comunicá-lo às Câmaras do Comércio. Estas o receberam da maneira mais favorável possível. Resta ainda resolver algumas questões de detalhe e estudar as medidas que permitirão realizar esta reforma quase unanimamente esperada e que deve facilitar a reorganização econômica do país (CLÉMENTEL In SOUTOU, 2006, p. 156)

Escrevendo alguns anos mais tarde, em 1924, sobre esta experiência ao lado de Clémentel, Hauser recordou :

Foi na primavera de 1917 [...] que o Ministro do Comércio e da Indústria, Sr. Étienne Clémentel, decidiu constituir em seu Ministério um serviço especial encarregado de estudar a criação de regiões econômicas na França.

Muito preocupado com múltiplos problemas que a recuperação econômica da França havia posto depois da Guerra, o Ministro não viu uma salvação possível, salvo uma organização que nos permitisse produzir mais, tirar mais de nosso solo, comprar menos produtos fabricados no estrangeiro, exportar mais, reduzir nossos custos e, por consequência, aumentar nossos lucros. Entre as primeiras medidas de organização ele colocou o agrupamento de forças regionais (HAUSER In CLAVAL, 2006, p. 58).

Clémentel confiou a Hauser a responsabilidade de realizar um agrupamento das forças regionais da França. Ainda em 1917, Hauser apresentou o *Projet de la division de la France en régions économiques*, que visava a adaptação da máquina estatal aos

novos tempos. Para ele, o Estado não podia mais ser visto como um mero organismo político e administrativo. Nesse ambiente de competição econômica entre as grandes potências do mundo, o Estado tinha que assumir a responsabilidade de intervir na vida econômica, para torná-la o mais eficiente possível. Hauser insistiu bastante na importância de se organizar de maneira mais sistemática os transportes e as vias de circulação do país, para facilitar a exploração e o comércio de matérias primas. Era também preciso facilitar a reintegração da Alsácia-Lorena para o desenvolvimento econômico da França após o término da guerra. O próprio autor reconheceu a forte inspiração lablachiana de seu projeto : « O redator do projeto se inspirou sobretudo nas ideias de Vidal de La Blache e, tendo em conta os fatos novos, tentou determinar os centros de dezesseis regiões » (HAUSER In CLAVAL, 2006, p. 59). Como destacou Paul Claval,

Hauser encontrou na geografia que se praticava naquele momento, aquela de Vidal de La Blache, uma reflexão que permitia colocar bem os problemas e prever as reformas que, sem comprometer a liberdade econômica dos cidadãos, deveria facilitar sua consulta e por em prática políticas econômicas concertadas (CLAVAL, 2006, p. 60).

Henri Hauser, como republicano de patriotismo ardente, sentia-se profundamente angustiado ao constatar a incapacidade francesa de competir com as novas potências nacionais que emergiam desde o final do século XIX, sobretudo Estados Unidos e Alemanha. Para o autor, boa parte desta incapacidade provinha da tendência francesa de se conformar com as regras de comércio do liberalismo. Ele percebeu que a Guerra trazia consigo circunstâncias extraordinárias e urgentes, que poderiam agilizar a realização de reformas importantes. Assim se entende seu trabalho ao lado do Ministro Étienne Clémentel. De acordo com Claval, o projeto de regionalização da França elaborado por Hauser não vingou no período entreguerras, mas acabou servindo de inspiração para a política econômica francesa no pós-1945 (CLAVAL, 2006, p. 60).

Toda esta experiência adquirida por Henri Hauser durante a Primeira Guerra Mundial foi fundamental para a conquista de importantes postos institucionais em Paris.

Logo após o término da guerra, em 1918, Hauser passou no concurso para a cadeira de Geografia Comercial e Industrial do *Conservatoire des Arts et Métiers*. O autor ocupou esta cátedra até 1933, quando foi substituído por Paul Mantoux, especialista da Revolução Industrial.

Sobre o curso de geografia industrial e comercial de Hauser, Paul Claval destacou que se dividia em 3 anos. No primeiro, consagrado à geografia de produção, sublinhando-se o papel essencial da técnica e do espírito comercial. O segundo ano era destinado à geografia de circulação, dando ênfase a posição geográfica, aos fluxos e rotas comerciais. No terceiro ano, descrevia-se as principais características geopolíticas e econômicas das principais potências econômicas da atualidade (CLAVAL, 2006, p. 62).

Paul Gerbod, que analisou as ementas dos cursos ministrados por Hauser no *Conservatoire des Arts et Métiers*, observou que entre 1923 e 1924 o autor deu numerosas aulas e conferências a respeito das principais rotas comerciais do mundo, rotas marítimas, fluviais, terrestres, e sobre a « revolução » na circulação econômica criada pelas estradas de ferro na Europa, Ásia, Estados Unidos e África. Nos cursos de 1926 e 1927, Hauser abordou o mundo econômico do império britânico, dos Estados Unidos, da Alemanha, Rússia, China, Japão, Indochina, África e América do Sul. E nos cursos de 1930 e 1931, discutiu a geografia das fontes de energia, de minerais e de alimentação, além do desenvolvimento industrial na Europa entre 1815 e 1870 (GERBOD, 2006, p. 35-37).

De maneira geral, pode-se afirmar que, em seus cursos de geografia no *Conservatoire des Arts et Métiers*, Henri Hauser mostrava-se um legítimo discípulo de Vidal de la Blache, sempre bastante preocupado com as relações complexas entre a natureza do solo, relevo, clima, vegetação e o estabelecimento de sociedades humanas. A partir das vias abertas pela geografia de Vidal, os cursos de Hauser tinham como objetivo primordial compreender o papel dos principais fatos políticos e econômicos do mundo contemporâneo.

3.6 – A « geopolítica da paz » do período Entreguerras

Como destacou Paul Claval, se durante a virada do século a obra geográfica de Henri Hauser se caracterizava como uma espécie de « geopolítica das grandes potências », após o término da Primeira Guerra Mundial, o autor deslocava sua atenção para uma « geopolítica da paz ». Hauser fez parte de um grande grupo de historiadores e geógrafos preocupados em estabelecer as condições necessárias para se manter a paz (CLAVAL, 2006, p. 61). Se levamos em consideração o contexto francês da época, descrito por Michel Winock,

Desde o término do conflito está traçado a linha de demarcação entre os defensores de uma paz justa, fundada no direito e em uma sociedade das nações, e aqueles que querem proteger o território nacional à custa de uma exagerada intransigência ante uma tão recente República de Weimar (WINOCK, 2000, p. 184).

poderíamos dizer que Henri Hauser fazia parte do primeiro grupo.

Em 1924, Hauser publicou pela editora Félix Alcan um livro consagrado aos problemas da reorganização econômica no pós-guerra, *La Nouvelle Orientation Économique*. O volume era, na realidade, uma reunião de uma série de artigos publicados pelo autor entre 1919 e 1922 (HAUSER, 1924, p. I).

Uma ideia bastante recorrente que percorre todo o livro é o ceticismo em relação a doutrinas e teorias econômicas demasiadamente rígidas. Podemos encontrá-la logo no início da introdução :

O desejo de extrair dos fatos econômicos atuais uma doutrina, isto seria tentar uma obra fictícia, vã, até mesmo perigosa, que pode até seduzir um economista, mas que diante do instinto do historiador, recua [...] Os fenômenos econômicos são, como todos os outros fenômenos, sujeitos às condições variáveis do tempo e do meio (HAUSER, 1924, p. II).

Hauser também retomou a mesma ideia na conclusão, demonstrando estar bastante incomodado com as doutrinas que eram sugeridas por economistas do pós-guerra : « as teorias econômicas são categorias históricas. Elas não são verdadeiras em si ; elas são relativamente verdadeira, apenas por um tempo determinado [...] À cada época corresponde um catecismo econômico » (HAUSER, 1924, p. 185).

Por mais que a década de 1920 se iniciasse como um período de paz política e territorial, Henri Hauser afirmava que ainda se sentiam as consequências econômicas da Primeira Guerra Mundial. Para ele, era um erro grave dos governos de vários países não estar atento a este fato : « Acreditamos que o erro fatal dos governos Aliados desde 1918 foi de não se dar conta desta evidência. Eles quiseram praticar uma doutrina que não estava mais de acordo com a realidade dos fatos » » (HAUSER, 1924, p. V). O autor argumentava que o mundo retornava a um modelo econômico mais próximo daquilo que se tinha nos séculos XVI e XVII do que se teve na primeira metade do século XIX.

Henri Hauser mostrava-se bastante atento a grave crise econômica mundial que se instalava na década de 1920. Sobre o assunto, o autor destacou : « A crise atual [...] é ao mesmo tempo uma crise subprodução nos Estados pobres e uma crise de superprodução nos Estados ricos ; os Estados pobres não podem mais comprar, os Estados ricos não podem mais vender » (HAUSER, 1924, p. VII). Para lidar com esta crise, Hauser sugeria uma « nova orientação », e não uma nova doutrina ou teoria econômica.

Ao contrário do que esperava a maior parte das nações envolvidas, o primeiro conflito mundial foi muito mais longo e penoso do que se supunha. Os Estados tiveram que compreender que a guerra não poderia ser jogada como se joga uma partida de cartas, ela precisava ser conduzida de maneira organizada e metódica, como uma indústria. Em *La Nouvelle Orientation Économique*, Hauser mostrava-se muito preocupado com as « lições » ensinadas pela Primeira Guerra Mundial. Ele buscava refletir sobre o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido deste trágico evento. Para o autor esta era uma questão urgente : « Em que medida nós, franceses, aprendemos com a lição dos fatos ? Com nossos erros, nossas fraquezas do pré-guerra, o que esquecemos ? » (HAUSER, 1924, p. 104).

Para Henri Hauser, a França aprendeu a lição de que a indústria e o comércio poderiam se favorecer da produção do conhecimento científico. Segundo o autor, « De uma maneira geral, a causa do ensino técnico e do ensino comercial está ganha na França. Os Institutos especiais de nossas Universidades são cada vez mais favorecidos pelas Câmaras do Comércio » (HAUSER, 1924, p. 107). Outra importante lição foi a « redescoberta » da navegação fluvial. A guerra obrigou os franceses a explorar de maneira mais caprichosa o potencial de seus rios, tanto no que diz respeito a navegação quanto o que diz respeito a produção de energia. Para Hauser, a Primeira Guerra Mundial foi « um admirável professor de geografia », porque acabou estimulando a França a descobrir seu próprio potencial natural, seu e de suas colônias (HAUSER, 1924, p. 113).

Como vimos, Henri Hauser era um patriota, apoiador das causas da Terceira República, inclusive de seu programa colonial. Em *La Nouvelle Orientation Économique* o autor enalteceu o colonialismo francês : « A Terceira República – admitindo que nós acabamos de entrar na Quarta – pode se orgulhar de uma obra [...] Ela deu a França um Império » (HAUSER, 1924, p. 129-130). Assim como fizeram seus mestres, Levasseur e Vidal de la Blache, Hauser também buscou orientar a administração das colônias francesas. Ele acreditava que o Império colonial francês deveria evitar o modelo imperial alemão que, segundo sua ótica, tratava os nativos com crueldade, como se fossem apenas um material bruto a ser explorado. Hauser acreditava que o colonialismo francês deveria vir acompanhado de uma « missão civilizadora », que difundia os princípios da civilização :

Nós certamente não teremos grandes dificuldades em aplicar sistematicamente, nas nossas relações com os indígenas de diversas raças, as tendências humanitárias e sociáveis que estão em nosso temperamento nacional [...] Já é tempo, se a França quiser conservar seu Império colonial, que ela faça sobre este ponto um exame de consciência (HAUSER, 1924, p. 154-155).

Cumpramos destacar que a sugestão de Hauser de uma colonização « civilizada » era mais pragmática do que altruísta. Na realidade, o que preocupava o autor era a eclosão de revoltas de nativos que pudessem comprometer as atividades comerciais com a

metrópole. Como observou o próprio autor, deveria-se evitar « o despertar da consciência indígena, onde em todos os lugares se traduz em uma revolta silenciosa contra o mestre europeu » (HAUSER, 1924, p. 155).

Outra questão abordada neste livro foi o nacionalismo econômico, que jamais fora tão forte como no final do século XIX e início do século XX. De acordo com Hauser, este nacionalismo estava bastante evidenciado na adoção generalizada de medidas protecionistas. Foi um momento onde cada Estado-nação buscava tornar-se autosuficiente, acumulando a maior quantidade de produtos possível, vivendo em sistema de autarquia. Este sistema levaria fatalmente a uma situação de competição e conflito entre as nações. De acordo com o autor :

Como a Terra é limitada, como o número de consumidores é necessariamente finito [...] é inevitável que este sistema, logo que ele é aplicado mais ou menos a quase todos os povos, envolva um congestionamento de mercados, e conseqüentemente conflitos entre os Estados produtores (HAUSER, 1924, p. 166).

Henri Hauser observava que a humanidade moderna havia chegado em um ponto em que produzia alimentos suficientes para acabar com a fome por escassez no mundo. Mas ao mesmo tempo, esta mesma humanidade produzia a fome pelo desemprego, pelo fechamento de mercados e indústrias, por escassez de matérias primas. Este seria a seu ver « um mal terrível, atualmente endêmicos nos países ricos : o desemprego » (HAUSER, 1924, p. 166).

Como vimos, em *La Nouvelle Orientation Économique* a Primeira Guerra Mundial foi vista pelo autor como uma doença que deixou profundas sequelas nos organismos das nações. Da mesma maneira que foi preciso organizar-se racionalmente para fazer a guerra, Hauser argumentava que era também necessário organizar-se para manter as condições de paz (HAUSER, 1924, p. 46). Esta idéia foi mais desenvolvida alguns anos mais tarde, no livro *La Paix Économique*.

Publicado em 1935, *La Paix Économique* foi mais uma obra de intervenção, lançada em um momento de grave crise econômica, com o objetivo de esclarecer a opinião pública sobre as possibilidades de se normalizar as relações econômicas internacionais (BUSSIÈRE, 2006, p. 195). O livro é dividido em três partes. A primeira versa sobre o estado de guerra econômica que se vivia no mundo presente, a segunda sobre as possíveis soluções do problema, e a terceira sobre a organização de uma sociedade econômica das nações.

Podemos perceber logo nas primeiras páginas que Henri Hauser estava bastante receoso que a situação de conflito econômico entre as nações se desdobrasse em um novo conflito bélico de proporções mundiais: « Todos nós temos vagamente a impressão de que a crise econômica é um das causas da angústia onde vive o mundo, e que desta crise a guerra pode sair » (HAUSER, 1935, p. 1). O nacionalismo econômico reinante levava inevitavelmente a conflitos entre as nações, que despertavam sentimentos crescentes de ofensas e ressentimentos. Para o autor o mundo dos anos 1930 vivia um grave momento de guerra econômica de todos contra todos.

Para Hauser, todo momento histórico de crise e desequilíbrio econômico é um momento fértil para a eclosão de conflitos militares. Um exemplo bastante claro disto teria sido, a seu ver, a Guerra da Secessão norte-americana, na década de 1860, quando industriais da região norte batalharam para impor seus interesses econômicos, em detrimento dos interesses dos latifundiários escravistas da região sul. Porém, o autor acreditava que, desde o término da Primeira Guerra Mundial, as motivações econômicas se tornaram mais formidáveis do que nunca para a eclosão de uma nova guerra. E isso principalmente porque, ao contrário do que ocorria nos séculos XVIII e XIX, o mundo presente era um mundo global, com os meios de transporte e de comunicação em constante evolução. Segundo o autor :

O desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, isto é, o crescimento da rapidez e do aumento das massas transportadas, fazem com que aquela colheita argentina, boa ou ruim, ou aquela abertura de novos poços de petróleo na Pérsia, influam, em bem ou mal, na situação do trabalho inglês ou tcheco [...] Hoje em dia é em alguns minutos que o cabo ou o rádio informam Liverpool, Hamburgo, Bremen, La Havre sobre a colheita de algodão em Houston, na Alexandria, sobre as condições das

favelas de Buenos Aires, na Bahia blanca, em Melbourne, sobre os preços do trigo em Chicago, sobre os estoques de elevadores em Montréal ou Winnipeg (HAUSER, 1935, p. 8-9).

Henri Hauser afirmava que não era a primeira vez que se vivenciava uma baixa catastrófica de preços depois de um período de guerra. De acordo com ele, algo semelhante havia acontecido antes do estabelecimento da Santa Aliança, em 1815, quando as condições climáticas agravaram a miséria e a fome de grandes massas de camponeses na Europa continental. Hauser percebia que a Primeira Guerra Mundial havia transformado o mundo de maneira irreversível. Esta transformação fica evidente quando o autor contrasta os valores de sua geração com a nova moral econômica do mundo contemporâneo :

Os homens nascidos antes do final do século passado, sobretudo aqueles que nasceram antes de 1870, tem dificuldade em se adaptar à esta moralidade econômicas dos tempos modernos. Nós aprendemos o respeito pelo trabalho, pela economia, criadora de valores novos ; nos ensinaram o ódio ao desperdício [...] Tudo isto mudou. O que se prega hoje em dia, é a superprodução e o consumo a todo custo, sem restrições, até a destruição, pelo menos até o ponto do desperdício, que é considerado uma virtude (HAUSER, 1935, p. 15-16).

Para o autor, esse consumismo insensato, tão cultivado pelos norte-americanos, foi o principal responsável pelo *crack* da Bolsa de Nova York, em 1929 :

De onde vem a crise americana de 1929 ? Simplesmente de um paradoxo intenso do consumo. O famoso sistema de vendas em parcelas e em pagamentos mensais [...] funda-se uma moral nova : « Não recuse mais nada, não economize, gaste. Porque não compra seu piano, seu radio, seu automóvel, sua casa de campo ? (HAUSER, 1935, p. 16).

De acordo com Hauser, a crise econômica do pós guerra era como que um reflexo deste consumismo desenfreado, que encontrava-se esgotado em seus próprios limites. Uma das características fundamentais desta crise seria, assim, « a coexistência da superprodução e da subprodução, de populações que não podem mais vender em face de outras populações que não podem mais comprar » (HAUSER, 1935, p. 19).

O momento de guerra econômica favorecia o estabelecimento de verdadeiros « monopólios geográficos » : « Os Estados produtores tentam se defender com preços especiais de exportação. Quando as usinas americanas funcionavam à todo vapor, elas tinham certeza de um abastecimento fácil, fazendo aumentar o preço do algodão para os compradores estrangeiros » (HAUSER, 1935, p. 21). H. Hauser destacava que, após um período de liberalismo econômico na metade do século XIX, as nações da Europa retornaram ao modelo protecionista, que vigorou entre os séculos XVI e XVIII. O nacionalismo econômico e o decorrente conflito entre as nações não apenas estimulavam a adoção de medidas protecionistas, como também a verdadeiros boicotes às nações adversárias. Vários eram os exemplos deste fenômeno na década de 1930, o boicote anti-japonês feito pelos Estados Unidos, o boicote anti-semita dos nazistas alemães, etc. « Enfim, existem os boicotes que são econômicos em sua origem, e que podem tornar-se políticos em suas consequências » (HAUSER, 1935, p. 30).

Henri Hauser salientava que mesmo a novidade das inspeções sanitárias nos portos foi transformada em « arma » de guerra econômica :

Manipulada de boa fé, a arma sanitária (postos sanitários nos portos, por exemplo) é preciosa para toda a humanidade. Mas na mãos de espertos e pouco honestos, nós tudo o que este processo pode dar. Quem quer eliminar o seu cão, acusa-o de raiva, e quem quer fechar suas fronteiras ao gado do vizinho, os acusa de doentes (HAUSER, 1935, p. 36).

O autor estava bastante atento ao fenômeno das migrações humanas, que atingiu seu ponto culminante nos anos anteriores a Primeira Guerra Mundial. Segundo ele, de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, mais de 40 milhões de europeus migraram para as Américas. Contudo, este cenário se alterava

consideravelmente após 1918, quando passam a aumentar as restrições alfandegárias e portuárias, aquilo que Hauser chamou de medidas de « protecionismo humano ». Na década de 1930, « *Des contrats internationaux règlent de plus en plus humainement ces transports d'hommes* » (HAUSER, 1935, p. 59).

Hauser destacava que esse amplo movimento de migração despertou uma forte reação xenófoba, principalmente a partir da década de 1920. Este era, sem dúvida, um tema bastante delicado para o autor, que fora perseguido por movimentos anti-semitas durante o caso Dreyfus (1898-1899) e que assistia a imensa e violenta manifestação de extrema direita que tomava as ruas e tentava invadir a Câmara dos Deputados, em 1934, enquanto escrevia seu livro sobre a *Paix Économique*. Para Hauser, a xenofobia e o racismo eram estimulados pela tendência a se isolar em si mesmo, tendência característica do nacionalismo econômico. De acordo com o autor :

Uma das consequências mais deploráveis e mais perigosas do nacionalismo econômicos, é que os povos não chegam mais a se conhecer uns aos outros. Para se amar, ou pelo menos para não se odiar, para se suportar uns aos outros, é necessário antes de tudo se compreender, elevar-se acima de seus hábitos e suas maneiras de pensar, de seus preconceitos nacionais, admitir as maneiras de pensar e até mesmo as maneiras de alimentação do vizinho (HAUSER, 1935, p. 62).

Henri Hauser era um defensor do « *libre-échange des civilizations* ». Ele lembrava que era justamente a circulação de mestres e discípulos nas grandes escolas que permitiu o brilho das universidades medievais dos séculos XII e XIII. E que também foi a partir da larga circulação que humanistas renascentistas e reformadores protestantes dos séculos XV e XVI promoveram uma internacionalização da cultura, « verdadeira república de inteligências ». Era isso que faltava as nações europeias da década de 1930. Tomando o caso específico do mercado editorial francês, Hauser denunciava indignado o custo muito alto de livros estrangeiros :

Tenho sobre minha mesa um livro americano de história europeia, lançado ontem, indispensável à nossos estudantes ; ele custa \$7,50, ou seja, mais de 112 francos [...]

É toda uma parte do trabalho científico e do movimento filosófico que se torna brutalmente inacessível. Silêncio aos pobres ! Bem pior, ignorância forçada aos pobres ! (HAUSER, 1935, p. 65-66).

Medidas comerciais protetivas faziam com que livros, jornais e revistas científicas estrangeiras ficassem com um preço muito elevado. Cada vez menos circulavam internacionalmente os principais órgãos onde se exprimem as opiniões públicas de cada nação. De tal maneira, questionava Hauser : « Como, então, não ignorariam os outros, se se fecham em suas próprias maneiras de ser e de pensar ? » (HAUSER, 1935, p. 67). Com a circulação de intelectuais, livros, jornais e revistas cada vez mais reduzidas, a humanidade estava cada dia mais distante daquela livre circulação que tiveram os humanistas do século XVI.

Para Hauser, o mundo contemporâneo vivia um estranho paradoxo. Ao mesmo tempo que o desenvolvimento dos meios de transporte permitia aos homens atravessar distâncias enormes, em períodos cada vez mais curtos, cada vez mais se criavam barreiras para impedir a circulação de pessoas para fora dos limites nacionais : « A humanidade torna-se caseira, justamente no tempo dos trens rápidos, das embarcações potentes, dos automóveis, dos aviões » (HAUSER, 1935, p. 70). Henri Hauser considerava fundamental para o entendimento e para a paz entre as nações que as pessoas conhecessem a vastidão do mundo e das culturas humanas : « Nunca foi tão necessário entre os homens uma relação permanente, relações de todos os dias ; ou os povos se ignoram cada vez mais e se fecham numa espécie de selvageria » (HAUSER, 1935, p. 71).

A segunda parte de *La Paix Économique* era dedicada a análise das possibilidades de soluções para a crise econômica que se levantavam naquele momento. Apesar de reconhecer que a alternativa do liberalismo absoluto possa parecer um pouco sedutora, Hauser pretendia examiná-la em face as condições reais do mundo contemporâneo. Para o autor, na prática, um país adepto do livre-comércio era um país que não taxa, ou taxa muito moderadamente, a entrada de produtos estrangeiros. Postura completamente oposta da política econômica protecionista, utilizada primeiramente pelos norte-americanos e depois por quase todos as nações da Europa.

Por exemplo, entre 1920 e 1933 os Estados Unidos proibiram a fabricação, venda e transporte de bebidas alcóolicas em seu território. Hauser interpretava esta medida como um ato de nacionalismo econômico, que visava barrar a entrada de produtos estrangeiros no país. O autor observava que tal medida afetava diretamente a exportação de vinhos e conhaques franceses. Aliás, sabemos que Hauser causou desconforto ao comentar esta questão em seu curso na Universidade de Harvard, em 1923. Ao perceber o bafo de álcool em um de seus alunos, o historiador francês denunciou o fracasso da medida proibitiva, a presença de um forte comércio ilegal e a convivência das autoridades públicas frente ao alcoolismo escancarado que se via nas ruas. Henri Hauser criticava a proibição americana principalmente por razões econômicas, pois ela prejudicava a exportação de bebidas alcóolicas francesas, que consistia uma parcela significativa das relações comerciais entre França e Estados Unidos. A postura crítica de Hauser causou grande incômodo para os dirigentes de Harvard, que consideravam que o professor convidado constrangia a Universidade, acusando seus alunos e funcionários de alcoolismo (HARVEY, 2006, p. 257).

De qualquer forma, para Hauser, a saída do liberalismo absoluto não tinha grandes chances de sucesso. De acordo com o autor :

É preciso distinguir as aparências da realidade. A aparência é que todo acordo realizado com um Estado beneficia à todos os outros ; de concessão em concessão, um estado de paz econômico se estabelecerá assim entre todos os povos. Contudo, a realidade é menos bonita ! (HAUSER, 1935, p. 110).

Na realidade, o que se percebia era que, desde a iniciativa pioneirados Estados Unidos, as nações tomavam, cada vez mais, medidas protecionistas excessivas, que constituíam verdadeiro perigo para a paz mundial. Em alguns casos as tarifas chegavam até a 200 % (HAUSER, 1935, p. 113).

Henri Hauser parecia pouco confiante em relação a ideia de criar-se um bloco econômico europeu, uma « pan-Europa » ou « União Europeia ». Para ele, a própria

ideia de « Europa » era muito confusa. Sequer se sabia ao certo onde que, geograficamente, começa e onde termina o continente. De acordo com o autor :

Aceitemos então que esta noção confusa de um continente europeu, noção puramente acadêmica, de uma geografia que não é muito velha (para Europa da Idade Média, para a Europa da Renascença, ou mesmo para Europa do século XVII, menos ao Oriente) ; uma geografia obsoleta, porque o conceito de continente não se sustenta mais diante da ciência (HAUSER, 1935, p. 124-125).

Hauser chegou a sugerir que a própria idéia moderna de «Europa » foi uma invenção dos norte-americanos, que em sua ideologia pan-americana imaginam uma América oposta a um continente europeu. Dessa forma, o autor refutava a ideia de uma « pan-Europa » voltada para si mesma, com medidas protetivas, pois as relações entre as nações tornavam-se cada vez mais complexas e delicadas. O projeto de uma união douaneira entre os países da Europa era, de acordo com Hauser, muitas vezes alavancado pela irritação causada pela política econômica dos Estados Unidos. Porém, o autor advertia :

Fazer a União Europeia, seria jogar nos braços dos Estados Unidos todas as Américas. No momento onde diversas partes da América Latina se insurgem contra a preponderância *yankee* e lembrando sua solidariedade, os europeus forjarão um pan-americanismo com suas próprias mãos, resposta formidável à Pan-Europa ? (HAUSER, 1935, p. 135).

Para H. Hauser, outro perigo decorrente de uma união douaneira entre as nações da Europa era favorecer o surgimento de uma pan-Ásia, formada pela Rússia soviética e pelas demais nações asiáticas. Enfim, o autor acreditava que a criação de uma « União Europeia » acabaria desenrolando a guerra de todos contra todos, uma guerra comercial mundial entre nações da Ásia, Europa e América (HAUSER, 1935, p. 137).

Em *La Paix Économique*, Henri Hauser revelava um profundo pessimismo em relação ao mundo contemporâneo. Ele expunha diferentes soluções preconizadas para se

sair da grave crise, e as rejeitava uma a uma. Segundo o autor, « nós diremos que um pessimismo viril é a condição primeira de toda procura do melhor, e que nada é mais perigoso que o otimismo relapso » (HAUSER, 1935, p. 142).

Na terceira parte do livro, Henri Hauser partia da constatação de que o mundo da década de 1930 era um mundo onde basicamente toda economia era dirigida. Sendo assim, a questão principal era estabelecer qual seria o projeto internacional que deveria se adotar para manter a paz econômica entre as nações. Primeiramente, o autor buscou refletir sobre as condições monetárias e financeiras para se manter a paz. Para ele, era preciso retomar os tratados comerciais que favorecem reciprocamente as nações envolvidas (HAUSER, 1935, p. 159).

Henri Hauser acreditava que uma alternativa menos perigosa que a criação de uma união europeia era a formação de ententes regionais : « É relativamente fácil a Estados vizinhos, situados em um domínio geográfico suficientemente homogêneo, concordarem que suas economias, ao invés de concorrerem entre si, podem ser complementares uma da outra » (HAUSER, 1935, p. 164).

Para o autor, o mundo contemporâneo permanecia preso em uma contradição que poderia levá-lo a guerra a qualquer momento. As primeiras décadas do século XX viviam uma espécie de retorno ao modelo mercantilista que vigorou entre os séculos XVI e XVIII. Entretanto, o crescimento das relações de interdependência econômica entre as nações não permitiam a aplicação exata da doutrina mercantilista, onde cada Estado busca fechar-se economicamente em si mesmo. Para Hauser, era preciso buscar uma conciliação entre a necessidade de fornecer trabalho aos povos de todas as nações e favorecer as relações comerciais entre elas. Em suma, se no mundo atual era inevitável recorrer a economia dirigida, Hauser apontava que era preciso que a direção da economia fosse feita em um plano internacional, a partir de institutos e órgãos internacionais capazes de arbitrar os conflitos econômicos entre as nações (HAUSER, 1935, p. 175-177).

De modo geral, podemos perceber que as análises que Hauser fez, tanto em *La Nouvelle Orientation Économique* como em *La Paix Économique*, são feitas a partir de um método comparativo, sempre comparando as situações econômicas da França,

Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, etc. A comparação também poderia se dar a partir de exemplos análogos recolhidos da história econômica dos séculos XVI a XVIII. Como destacamos no final do capítulo anterior, os escritos de Hauser carregam uma função utilitária que lhes aproximam de alguns pressupostos da concepção de história como « mestra da vida ».

Além disto, como destacou Christian Morrison, professor do *Centre d'Économie* da Sorbonne, a aversão de Hauser pelas teorias econômicas acabou tornando mais fraca a leitura que o autor fez da economia mundial. De acordo com Morrison :

Hauser possuía uma visão pouco clara das crises, das relações econômicas e financeiras internacionais, faltam as referências macroeconômicas necessárias [...] Ele ignora a teoria dos custos comparativos de Ricardo [...] Hauser cita os trabalhos de história econômica de Heckscher, mas não conhece seus trabalhos sobre as diferenças de dotação de fatores entre os países para explicar as trocas internacionais (MORRISON, 2006, p. 190).

Em suma, a geografia de Henri Hauser é uma geografia avessa a teorias generalizadoras, que se baseia exclusivamente na observação da realidade social e na comparação de diferentes contextos políticos bastante precisos. Trata-se de uma geografia que trata sobretudo de questões da atualidade, que flerta com o engajamento político e com a busca de soluções para os problemas postos pelo tempo presente.

CAPÍTULO 4 – OS ENGAJAMENTOS DE HENRI HAUSER E SUA ATUAÇÃO NO BRASIL

4.1 – Henri Hauser e o antissemitismo na França

Como vimos nos capítulos anteriores, Henri Hauser vinha de uma família de judeus extremamente patriota, e, assim como seus principais mestres (Monod, Levasseur e Vidal de la Blache), era um intelectual profundamente engajado nas causas da Terceira República. Principalmente como discípulo de Vidal de la Blache, Hauser havia se familiarizado com uma concepção de ciências sociais como instrumentos para a compreensão do mundo presente, como guias para ações engajadas; ele tinha estudado com entusiasmo uma geografia humana que convidava o intelectual a intervenção no mundo político-social.

Ao tratar dos engajamentos de Henri Hauser, Natalie Zemon Davis, judia como o historiador francês, destacou dois exemplos relacionados ao antissemitismo na França. O primeiro ocorrera durante o Caso Dreyfus (1898) e o segundo durante a Ocupação nazista (1940-1941) (Davis, 2006, p. 22).

Em 1893, Henri Hauser iniciava sua carreira como professor no ensino superior na Faculdade de Letras de Clermont-Ferrand, ocupando uma cadeira de história antiga e medieval. Estes anos iniciais de sua carreira como professor de uma modesta faculdade de província foram fortemente marcados pelas questões políticas derivadas do Caso Dreyfus. Causando forte impacto na sociedade francesa, o Caso Dreyfus reacendeu as sequelas da crise moral e identitária decorrente da derrota na guerra franco-prussiana de 1870.

Alfred Dreyfus, capitão do exército francês, oriundo de uma família de judeus alsacianos, foi acusado de traição por vender segredos militares da artilharia francesa aos alemães. Dreyfus tornou-se um bode expiatório. Após um julgamento bastante questionável em dezembro de 1894, o capitão Dreyfus foi considerado culpado, com provas que mais tarde se revelaram falsas, e condenado a degradação pública e a prisão perpétua na longínqua e sugestiva Ilha do Diabo, localizada nas proximidades da Guiana Francesa. Desde o momento da condenação, o irmão de Alfred, Mathieu

Dreyfus, empenhou-se em reunir, com a ajuda de alguns poucos escritores, políticos e militares, provas da inocência do capitão judeu. Com os esforços do general do Exército francês, Georges Picquart, conseguiu-se reunir evidências de que o verdadeiro culpado e traidor era o comandante do Batalhão de Infantaria, o conde Esterhazy, e que o capitão Dreyfus fora, portanto, condenado injustamente. Em 1897, o erro judiciário foi reconhecido e o caso Dreyfus reaberto (BREDIN, 1995).

Todos estes acontecimentos tiveram forte impacto na elite cultural francesa que, a partir deste momento, dividiu-se em dois polos antagônicos: aqueles que eram favoráveis à revisão do caso Dreyfus (os *dreyfusards*) e aqueles que eram contra (os *antidreyfusards*).

O grupo dos *antidreyfusards* representava grande parte da oposição antirrepublicana, de direita católica e conservadora, que vinha crescendo gradativamente pelo menos desde o começo da década de 1890. Como observou Jean-Denis Bredin, nas últimas décadas do século XIX, a França assistia a um significativo crescimento de pessoas revoltadas contra o modo de vida proveniente do progresso tecnológico e da sociedade industrial. Revoltavam-se, sobretudo, com as graves consequências do liberalismo e do desenvolvimento do capitalismo industrial; as duras leis dos bancos, as misérias de uns, a ruína de outros, em poucas palavras, o sistema econômico em sua faceta cruel e desumana. Revoltavam-se também com o governo republicano e seu sistema democrático e parlamentar, formado, a seu ver, por “advogados tagarelas e impotentes”. Indignavam-se contra o princípio de laicidade, de rejeição de Deus e de destruição das “virtudes cristãs”; sentiam-se profundamente incomodados com os princípios igualitários e os valores liberais herdeiros da Revolução; rejeitavam a superstição científica, a soberania da ciência e da razão, assim como a crença no progresso das sociedades (BREDIN, 1995, p. 22).

Centralizados no plano intelectual pela figura principal de Maurice Barrès, propagavam justamente aquilo que havia sido combatido e reprimindo pelos governos republicanos nos anos 1870-1880. Ao movimento racionalista, cientificista e anticlerical republicano, este grupo opunha a literatura, os sentimentos e a fé religiosa. Valorizavam todos os aspectos que escapam do individualismo racionalizado, tais como a descoberta do inconsciente, o culto do instinto, a afirmação do ego-nação e o culto da força. Recusavam o individualismo racionalista da sociedade liberal, do capitalismo moderno

e seus métodos de exploração, a corrupção do sistema parlamentar democrático e a dissolução dos laços sociais na sociedade burguesa. Eles consideravam a sociedade moderna, urbana e industrializada extremamente decadente, medíocre, materialista e corrompida. (BREDIN, 1995, p. 23)

Como observou Wolf Lepenies, a virada do século XIX para o XX foi um momento de crítica da ciência, onde crescia a “forte impressão de que o rápido desenvolvimento técnico e científico podava as possibilidades da imaginação e crescentemente desorientava o homem” (LEPENIES, 1996, p. 65). Recrutando jovens, sobretudo em segmentos da burguesia judia e protestante, a Terceira República impunha-se, até aquele momento, como uma “república dos mestres e professores universitários”. A *nouvelle droite* atacava este perfil intelectual que se formava nas novas universidades republicanas, acusando os intelectuais, cientistas e professores universitários de “germanistas”, submissos à influência intelectual da inimiga Alemanha. Sob tal ponto de vista, eles representavam um perigo, pois, ao absorver o hábito alemão da “erudição inútil”, tornavam suas mentes extremamente “morosas” e ameaçavam destruir o “refinamento” típico do pensamento genuinamente francês. Assim, acabaram criando um movimento nacionalista exacerbado e extremamente xenófobo (LEPENIES, 1996, p. 57).

O principal intelectual *antidreyfusard* foi Maurice Barrès, uma das figuras intelectuais mais importantes da França nesta virada de século. Desde a década de 1880 ele conquistava a admiração de um público jovem, ao apregoar “a exaltação ininterrupta, a observação e análise das sensações”, em obras literárias como *Le culte de moi* (1888), *Un homme libre* (1889) e *L’ennemi des lois* (1893); todas obras que, nas palavras de Michel Winock, “escandalizaram a crítica judiciosa e fazia a alegria das jovens cabeças rebeldes contra o instinto gregário e as normas impostas”. Se nesse primeiro momento fazia a exaltação dos sentimentos e sensações, a partir da década de 1890, Barrès passou a atenuar os efeitos de seus primeiros livros, relativizando a autonomia do indivíduo e voltando-se para o extremo nacionalismo (WINOCK, 2000, p. 15).

O autor que professava “o culto do eu” passava agora a sufocar a consciência individual no todo social. Para ele, era preciso fazer um esforço de abdicação do individualismo, de forma que o indivíduo não fosse mais que mera continuidade de seu

país. Maurice Barrès não via a existência humana longe da solidariedade nacional. Todo sentimento, pensamento e ação só deveriam, sob sua ótica, ser realizados a partir de “tendências psicológicas muito antigas” de “um organismo coletivo”, a sociedade, o Estado-Nação, do qual todos os cidadãos são determinados (WINOCK, 2000, p. 48).

Este nacionalismo mobilizado por Barrès e seus simpatizantes viria a aflorar e desenvolver os já antigos sentimentos antijudaicos e antisemitas da sociedade francesa. Ao estabelecer a Constituição de 1791, a França revolucionária iniciava um grande processo de assimilação de judeus, concedendo a estes os direitos de exercer todas as profissões, de usufruir dos direitos irrestritos à cultura francesa. Era permitido aos judeus manter sua religião desde que isso não afetasse seu relacionamento com a nação. Justamente por esta política assimilatória, a França tornou-se asilo de diversos refugiados judeus, que fugiam de perseguições e massacres de toda a Europa. Vinham da Polônia, Rússia e, principalmente, da Alemanha. Christophe Charle apontou, nesse aspecto, a larga exclusão de intelectuais judeus operadas nas reformas educacionais de Humboldt na Alemanha, que resultou na migração de grande população judaica para oeste, na França (CHARLE, 1995, p. 27).

Frequentemente, os judeus chegavam com pouquíssimos recursos. O preconceito antijudaico já existia e era cultivado pelo menos desde as origens do cristianismo. Para numerosos católicos franceses, os judeus continuavam sendo o eterno povo deicida. Por isto, esta grande população judaica que desembarcava na França, especialmente em Paris, era recebida com extrema desconfiança e hostilidade por quase toda a população francesa, geralmente saturada de pensamentos religiosos. Após a imposição do Tratado de Frankfurt (1871), cerca de cinco mil judeus da Alsácia-Lorena (a família de Henri Hauser inclusive) optaram pela nacionalidade francesa. Mas mesmo eles foram tratados como alemães e invasores, nas novas regiões da França que escolhiam para se estabelecer. Como notou Jean-Denis Bredin, a vinda de um número cada vez maior de judeus em Paris, que ocorreu a partir de 1882, foi tratada como “invasão judaica” pela imprensa diária francesa (BREDIN, 1995, p. 22).

Se dermos créditos ao levantamento realizado por Bredin, aproximadamente trinta obras antisemitas foram publicadas na França entre 1883 e 1892, sendo a sua parte mais representativa escrita por membros do clero. Esta literatura era bastante

heterogênea, porém unida no ato de atribuir todos os males do país aos “invasores judeus”. Explica-nos Jean-Denis Bredin que:

A literatura antissemita – tão variada quanto abundante – pode ser reunida segundo três “ângulos de ataque”: o antijudaísmo religioso, tradicional [...] que retoma a acusação de assassinatos rituais; o antijudaísmo “econômico”, que condena o judeu orgulhoso, preguiçoso, ávido, covarde, que leva para todos os lugares por onde passa o peculato, a agiotagem, o roubo, a paixão pelo lucro [...] e, por fim, um antissemitismo racista, contestação radical ao judeu que se apoia na oposição entre raças arianas ou indo-europeias e semíticas, e postula a imperfeição definitiva do judeu (BREDIN, 1995, p. 25)

Os judeus, alemães ou alsacianos, aqui tratados como se fossem uma coisa só, eram vistos como inimigos por natureza ou traidores por vocação.

Desde a condenação em 1894, o irmão de Dreyfus buscou reunir evidências de que seu irmão fora condenado injustamente, vítima do imenso antissemitismo reinante na sociedade francesa da época. Ele conseguiu, como vimos, a colaboração de um pequeno grupo de políticos, universitários e escritores, figuras importantes que, sob a alcunha de *dreyfusards*, defendiam o capitão judeu na imprensa e no espaço público. Em um primeiro momento, convenceram-se da injustiça da condenação o senador alsaciano e protestante August Scheurer-Kestner, o deputado radical-socialista Georges Clemenceau, o bibliotecário da *École Normale Supérieure* Lucien Herr, e o grupo de jovens escritores que mantinham a *Revue Blanche*, tais como Léon Blum, Marcel Proust, Julien Benda, André Gide e Charles Péguy. Com as evidências da culpa do comandante Esterhazy reunidas, juntam-se ao grupo dos *dreyfusards* o deputado socialista Jean Jaurès e o célebre e polêmico escritor, Émile Zola. (BREDIN, 1995).

A partir de novembro de 1897, Zola e o senador Scheurer-Kestner passaram a questionar publicamente o veredicto do Conselho de Guerra, apresentando partes das provas que incriminavam o comandante Esterhazy, em jornais como *Le Figaro* e *Le Temps*, criticando a “imbecilidade” antissemita e exigindo a revisão do processo de

Dreyfus. Contudo, neste momento, os *dreyfusards* eram ainda uma pequena minoria, e a maior parte da opinião pública seguia o posicionamento da imprensa nacionalista e antissemita, sustentando cegamente a culpabilidade do capitão judeu e a inocência de Esterhazy (WINOCK, 2000, p. 25).

Em janeiro de 1898, o conde Esterhazy foi julgado pelo Conselho de Guerra, numa sessão de portas fechadas que em poucos minutos o absolveu por unanimidade. O coronel Georges Picquart foi então acusado de falso testemunho, condenado a 60 dias de prisão em quartel, e o senador Scheurer-Kestner foi afastado da vice-presidência do Senado. Dois dias depois, em 13 de janeiro de 1898, Émile Zola sacudia o país com a publicação do célebre *J'accuse...!*, carta aberta ao presidente em que o escritor questionava o Estado-Maior, o ministro da Guerra, o Conselho da Guerra, os especialistas em caligrafia e todos aqueles que concorreram para a injusta condenação de Dreyfus e absolvição de Esterhazy (WINOCK, 2000, p. 31).

Diante desta polêmica, enquanto Émile Zola reivindicava a “Justiça” e a “Verdade”, Maurice Barrès considerava um absurdo defender o capitão Dreyfus em detrimento da sociedade, da opinião pública e do Exército. O questionamento da condenação do Exército era considerado uma agressão direta a uma instituição que encarnava e defendia a nação francesa. As folhas não prevalecem sobre a árvore, assim como o indivíduo não deve prevalecer sobre o Exército (especialmente se este indivíduo for judeu). Para Barrès, a possível inocência de um condenado por traição deveria necessariamente pesar menos que os “interesses superiores” que exigem que sua condenação fosse mantida. Nesta ótica, o que realmente conta não é exercer a justiça – no caso, provar que as evidências eram falsas – mas “perdurar, sobreviver, manter a coletividade, custe o que custar” (WINOCK, 2000, p. 21). Como bem destacou Christophe Charle, a polêmica estabelecida pelo Caso Dreyfus opunha um novo grupo de intelectuais de valores universais (“Verdade” e “Justiça”, com letras maiúsculas) e intelectuais nacionalistas, que defendiam a supremacia das instituições, fossem elas religiosas ou do Estado, frente ao indivíduo (CHARLE, 2009, p. 69).

Henri Hauser, jovem professor universitário judeu que encarnava o novo modelo de intelectual anticlerical republicano, assinou, poucos dias após a publicação de *J'accuse...!* de Zola, duas petições de protesto, reclamando a revisão do Caso Dreyfus.

Nos dias 14 e 15 de janeiro de 1898, o jornal *l'Aurore*, da cidade de Clermont-Ferrand, publicou as petições que protestavam contra a violação das formas jurídicas da condenação de 1894 e contra os “mistérios” da absolvição de Esterhazy, exigindo as garantias legais dos cidadãos franceses contra acusações arbitrárias. Nestas petições, o nome de Henri Hauser é indicado como *docteur ès lettres, professeur à l'Université de Clermont*, ao lado de Émile Durkheim (*professeur à Dijon*) e Louis Méjan (*licencié en droit*). Embora não haja documentação que comprove sua hipótese, Jean-Marie Mayeur acredita que o contato com Lucien Herr foi primordial para este engajamento *dreyfusard* de Hauser (MAYEUR, 2006 p. 137).

O ato de participar destas petições era uma grande ousadia em uma pequena cidade provinciana extremamente católica e conservadora como Clermont-Ferrand. Hauser pagou um preço caro por sua ousadia, pois foi largamente perseguido pela imprensa nacionalista e por jovens estudantes católicos e antissemitas da região. O historiador judeu foi vaiado, xingado e impedido de falar em várias conferências públicas que realizou na Faculdade de Letras de Clermont-Ferrand, entre 1898 e 1899. Nestas conferências, Henri Hauser evitava qualquer menção ao polêmico Caso Dreyfus. Os assuntos tratados eram, geralmente, os modelos do desenvolvimento econômico alemão. Mas somente o fato de ser judeu, fazer referência à Alemanha e ter o seu nome presente naquelas petições de protesto já era o suficiente para lhe render graves acusações e críticas, sobretudo em jornais conservadores como *L'Avenir du puy de Dôme*. Foram principalmente os membros da juventude católica, de forte acento nacionalista e antissemita, que sabotaram e esculhambaram a maior parte de suas conferências. Preocupados com a violência e amplitude destas manifestações hostis, a diretoria da Faculdade de Letras de Clermont-Ferrand optou por cancelar o restante das conferências previstas (MAYEUR, 2006, p. 143).

Como destacou Jean-Marie Mayeur, Henri Hauser tentou defender-se e explicar suas motivações e atos políticos em uma série de nove artigos que publicou no jornal *Siècle*, em 1898. Nestes textos, Hauser não citou os nomes mais conhecidos dos *dreyfusards*, como Zola ou Scheurer-Kestner. Mas fez questão de salientar que assinou as petições de protesto junto a Émile Duclaux (diretor do *Institut Pasteur*) e outras importantes e prestigiosas figuras intelectuais locais. Para criticar a forma como o processo Dreyfus foi conduzido, Hauser recorreu ao método histórico:

Se o processo de Dreyfus tivesse sido julgado há duzentos anos, nenhum historiador admitiria como suficiente as provas sobre as quais ele teve que se explicar. O fato que ele foi julgado há três anos, o fato que ele é judeu (Bazaine não era católico), não mudou nada à questão [...] Dreyfus foi condenado a partir de provas secretas que não lhe foram comunicadas, procedimento absolutamente contrário ao código militar. Sem querer, sem saber – estou certo disso – os juízes de Dreyfus cometeram uma irregularidade grave. Inocente ou culpado, Dreyfus foi ilegalmente condenado (HAUSER In MAYEUR, 2006, p. 139).

Hauser foi extremamente cauteloso para evitar hostilidades às instituições militares e eclesiásticas, como fizeram em outras ocasiões diversos *dreyfusards*. Mas, criticando a política de ódio xenófobo e de exclusão social dos *antidreyfusards*, ele lembrava do centenário do Editto de Nantes (1598), que garantia tolerância religiosa e direito de cidadania aos huguenotes franceses. E também fazia alusão a Michelet, que, após ter vivido uma infância dolorosa e amarga de poucos recursos, e de ter convivido diariamente com pessoas desequilibradas e empobrecidas na instituição que seu pai trabalhava (uma espécie de mistura de pensão com hospício), desenvolveu sentimentos de solidariedade pelos menos favorecidos em sua obra histórica. Junto com Michelet, Hauser insistia no sentimento de piedade:

[...] piedade aos pequenos, piedade aos fracos [...] àqueles que a ignorância e a justiça dos governos, ou as massas, martirizaram através dos séculos, piedade aos proscritos, aos párias, aos leprosos e aos tolos – criminosos doentes e tratados – às religiões e às raças malditas (HAUSER In MAYEUR, 2006, p. 141)

Estando em uma situação praticamente insustentável, em 25 de junho de 1899 Henri Hauser pediu seu afastamento da Faculdade de Letras de Clermont-Ferrand a Louis Liard, diretor de Ensino Superior, por correspondência:

Uma coisa, Sr. Diretor, permanece absolutamente impossível : é minha permanência em Clermont. As aparências estão mais calmas do que há três meses, mas, na realidade, não perdoamos nem esquecemos nada [...] Eu não posso mais exercer aqui nenhuma atividade, nem render, fora meus três ou quatro alunos, à Universidade os serviços que acredito ser capaz de produzir em outro lugar (HAUSER Apud MAYEUR, 2006, p. 145).

O segundo engajamento destacado por Natalie Davis aconteceu durante a Ocupação nazista na França, entre 1940 e 1941, quando Henri Hauser foi afastado de seu cargo na Universidade de Rennes e teve sua residência de Paris saqueada. Os Estatutos Judaicos aprovados pelo regime de Vichy retiravam todos os direitos políticos e civis dos judeus, e proibiam todos os não-arianos de publicar textos na imprensa.

Nestas circunstâncias, a *Revue Historique*, que tinha H. Hauser no comitê de redação, adotou uma política de aparente conformidade, mas que na prática desobecedia a proibição imposta pelos nazistas. Eles resolveram suprimir o nome de todos os colaboradores da revista, indicando apenas suas iniciais. Desta maneira, os censores alemães não conseguiriam identificar a ascendência judaica dos autores. De acordo com Natalie Davis, Hauser publicou mais de 40 textos na *Revue Historique* durante os anos de Ocupação, ora como H.H., ora como H. Hr. (DAVIS, 2006, p. 22).

Os *Annales* passaram pelo mesmo problema. A revista não podia mais publicar o nome de um dos seus diretores, Marc Bloch, por sua ascendência judia. Cumprir destacar que o período da Ocupação foi bastante cruel com as revistas científicas e especializadas. Manter um periódico naquelas difíceis circunstâncias (suspensão quase total de comunicações postais, telegráficas, telefônicas e fechamento de várias casas de edição) era tarefa das mais penosas. Diversas revistas dedicadas às humanidades suspenderam suas atividades nestes anos, tais como a *Revue d'histoire moderne*, *Revue d'histoire économique et sociale*, *Revue politique et parlementaire*, entre outras (MÜLLER vol 3, 1994, p. XIX)

Em uma carta de 2 de junho de 1941, enviada a Lucien Febvre, Henri Hauser incentivava os *Annales* a manterem-se ativos, como forma de resistência intelectual aos nazistas. Na missiva, escreveu o autor :

Como você diz, atualmente é prestar um serviço (o maior serviço que nós podemos prestar quando a idade e a situação não nos permite outros), prestar um serviço à nossa França, provando pela ação, que o pensamento francês não está morto, e não morrerá. Fazer aparecer, mesmo que com atrasos, um número da revista, isso não é apenas uma operação bibliográfica ; é uma forma de vitória contra os poderes da morte (HAUSER In MÜLLER, vol. 3, 1994, p. 286)

Hauser sugeria a Febvre que os *Annales* fizessem como foi feito na *Revue Historique*, suprimindo todos os nomes e mantendo apenas as iniciais. O nome de Marc Bloch poderia aparecer como M. B. ou M. Bl. Assim, escrevia o autor :

Estou certo que o interessado, a principal vítima, compreenderá a situação. O desaparecimento dos nomes, de todos os nomes, na contra-capa da *Revue Historique* não diminuiu em nada a posição moral daqueles que não mais aparecem, e todo mundo sabe que eles permanecem invisíveis e presentes (HAUSER In MÜLLER, vol.3, 1994, p. 286)

Como observou Bertrand Müller em seus estudos sobre as correspondências trocadas entre os diretores dos *Annales*, Marc Bloch resistiu bastante a supressão de seu nome na capa da revista. De qualquer forma, os diretores optaram por manter a atividade da revista durante esses tempos sombrios. A solução encontrada foi substituir o nome de Bloch pelo pseudônimo de M. Fougères (MÜLLER, vol.3, 1994, XXVI).

CARTE D'IDENTITÉ

Nom Hauser

Prénoms Henri

Nationalité Français

Profession professeur

Né le 19 juillet 1866

à Oran Dép' Oran

Domicile Rennes, 81, de Fougères

SIGNALEMENT

Taille 1.64

Cheveux blancs

Moustache blanche

Yeux bleus, ard. cl.

Signes particuliers porte lunettes, m. poche surjoints.

Nez { Dossineuse base moy.
Dimension long

Visage long

Teint rosé

Le Titulaire,
Henri Hauser

Les Temoins,
carte individuelle d'administration
Vu pour la validation :
194 a

10 FRANCS
3 FRANCS

RENNES
sauf autorisation spéciale

fig.2 – Cartão de identidade de Henri Hauser com o carimbo “judeu” estampado.

Mas o engajamento de Henri Hauser que mais nos interessa aqui está, sem dúvida, vinculado ao projeto de expansão da influência francesa pelo mundo, operada pela Terceira República, que resultou na vinda do autor para o Brasil, junto com a missão universitária francesa que compôs a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1936.

4.2 – A noção de América Latina e a Política Cultural da França no Brasil

O interesse francês pelo Brasil é antigo e remonta desde os primórdios do século XVI. Desde o reinado de Francisco I, os franceses contestaram o Tratado de Tordesilhas e enviaram diversas expedições ao Brasil. Tiveram aqui duas experiências colonizadoras mal sucedidas. Fundaram a França Antártica na região do Rio de Janeiro, em 1555; e a cidade de São Luís, no projeto de França Equinocial, na região do Maranhão, em 1612. Destes empreendimentos coloniais resultaram os relatos de André Thevet, *Singularités de la France Antartique* (1558); de Jean de Léry, *Histoire d'un Voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique* (1578); de Claude d'Abbeville, *Histoire de la mission des Peres capucin en île de Maragnan et terres circonvoisines* (1612); e de Yves d'Évreux, *Le Voyage au nord du Brésil fait en 1613 et 1614* (1615). A atenção destes relatos às crenças e costumes das populações indígenas fascinou e inspirou diversos pensadores franceses, de Montaigne aos Iluministas do século XVIII. Como demonstrou Afonso Arinos de Melo Franco, em *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa* (1937), o índio brasileiro não deixou de ter laços com as utopias que subjazem a algumas ideias sólidas da Revolução Francesa (CARELLI, 1994, p. 58).

Mas foi ao longo do século XIX que esse interesse francês pelo Brasil cresceu consideravelmente, sobretudo com a noção de “latinidade”, que atingiu seu apogeu com a vinda das missões francesas para a fundação das primeiras universidades no Brasil, na década de 1930. O conceito de “América Latina” foi criado por Charles Calvo em uma obra dedicada a Napoleão III, com o objetivo de justificar a influência política, cultural e econômica da França nos novos Estados recém-independentes das Américas. Sob a bandeira da latinidade, Napoleão III tentou constituir no México um Império em favor do arquiduque da Áustria em 1862. Desde este momento, a França passou a apresentar si mesma como a principal herdeira das nações católicas da Europa, como a porta-voz da matriz dos povos latinos (franceses, italianos, espanhóis e portugueses), buscando evocar um parentesco com os novos Estados americanos recém-independentes.

A noção de “latinidade” foi amplamente rejeitada pelas nações adversárias da França. Os autores germânicos, principalmente os discípulos do geógrafo Alexander von Humboldt, criticaram de forma violenta a ideia de “América Latina”. Para os espanhóis, que relutavam em reconhecer a independência de suas antigas colônias, a América era antes hispano-americana do que latina. E o próprio surgimento da Doutrina Monroe e sua ideologia pan-americana, pode ser entendido como uma tentativa dos norte-americanos de combater a ideia de “América Latina”.

Entretanto, no interior dos meios intelectuais dos Estados recém-independentes da América, o conceito de “latinidade” conquistou imenso sucesso. A afinidade com a França, via latinidade, permitia, ao mesmo tempo, rejeitar a dominação ibérica e inserir os novos países na “marcha do progresso” das nações civilizadas, que passavam a se considerar como um prolongamento da Europa humanista.

A ideia de “América Latina”, que reforçava o papel messiânico e civilizador da nação francesa, foi retrabalhada na ideologia da Terceira República, que afastou seu componente católico e introduziu em seu lugar o positivismo laico. Desde os anos 1880, a Terceira República francesa investiu na ideologia da “América Latina” com o intuito de expandir os domínios coloniais franceses e lutar por novos mercados consumidores fora da Europa, para fugir do isolamento diplomático imposto pela Alemanha de Bismarck (MARTINIÈRE, 1982, p. 27-31).

Como destacou Hugo Suppo, ao fundar a Aliança Francesa em 1883, a França foi pioneira na utilização do ensino de sua língua e da propaganda cultural como estratégia de dominação colonialista. Durante as primeiras décadas do século XX, a política cultural da França “é pensada em termos quase exclusivamente de propaganda, em termos de influência cultural, a qual deve fomentar a admiração pela cultura francesa e incentivar o consumo dos produtos culturais franceses (livros, teatros, óperas, perfumes, turismo, vinhos, ideias, etc)” (SUPPO, 2000, p. 313).

Garantindo sua influência intelectual sobre os países da América Latina, os franceses cultivavam um mercado de consumidores para a sua produção de bens simbólicos. A expansão da influência intelectual vinha necessariamente acompanhada de uma expansão comercial, onde bens culturais e produtos de luxo tornavam-se sinais de distinção social, de “inteligência e bom gosto”.

Várias instituições privadas e semi-privadas foram criadas e financiadas pelo Estado para promover o desenvolvimento da influência cultural francesa nos países da América Latina. Dentre elas podemos citar o *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour le Développement des Relations avec l'Amérique Latine* (1908), o *Comité France-Amérique* (1909), o *Bureau des Écoles et des Oeuvres Françaises à l'étranger* (1910), que mais tarde foi transformado pelo Ministério das Relações Exteriores em *Service des Oeuvres françaises à l'étranger* (Sofe) (1920).

Após o término da Primeira Guerra Mundial, o conflito de interesses geopolíticos entre as principais potências econômicas tornou-se ainda mais acirrado. Neste contexto, exercer uma influência cultural e comercial no estrangeiro ganhava cada vez mais importância. Nas primeiras décadas do século XX, a questão da propaganda cultural transformou-se em uma verdadeira obsessão na França, a ponto do ministro das Relações Exteriores afirmar que “todo francês residente no estrangeiro deve considerar-se como uma espécie de embaixador de seu país”, especialmente se forem professores, comerciantes, industriais, etc. Em suma, durante o apogeu da influência francesa nas Américas, a Terceira República incentivou a vinda de intelectuais, universitários e professores para os países latino-americanos, na condição de “especialistas-embaixadores”, com missões de pesquisa e ensino (SUPPO, 2000, p. 319).

Dentre as nações latino-americanas que despertavam o interesse da França, o Brasil ocupava um lugar especial. Apesar de acolher uma população de origem francesa bastante reduzida, o país já possuía profundas afinidades com a influência cultural francesa. Desde fins do século XVIII, as obras dos filósofos iluministas (sobretudo Montesquieu e os enciclopedistas) foram bastante lidas pelos conspiradores da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana. Durante todo o século XIX, o cenário intelectual brasileiro foi fortemente dominado pela matriz cultural francesa. Com a vinda da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, o Brasil abriu-se pela primeira vez como campo de investigação para os cientistas europeus. Em busca de paisagens exóticas, vieram para o país diversos pintores, geólogos, etnógrafos, botânicos, zoólogos, comerciantes, príncipes dados às ciências naturais e turistas aventureiros, dentre os quais destacam-se os franceses Saint-Hilaire e Hercule Florence.

Após a derrota de Napoleão em Waterloo, em 1815, o Príncipe Regente de Portugal, D. João VI, retomou as relações com a França e convocou uma missão francesa para a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios no Rio de Janeiro, em 1816, formada pelos pintores Nicolas-Antoine Taunay e Jean-Baptiste Debret; os escultores Auguste Taunay, Marc e Zéphryin Ferrez; e o arquiteto Grand Jean de Montigny (CARELLI, 1994, p. 60).

A partir de 1830 vários franceses contribuíram com a introdução do comércio de livros no Brasil, e empreendimentos como a Livraria Garnier e a Casa Garraux, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, se transformaram em importantes focos difusores da cultura e dos produtos franceses (SORÁ, 2010, p. 36).

Durante o Segundo Reinado estas relações franco-brasileiras se alargaram ainda mais, pois o próprio imperador D. Pedro II era um grande admirador da cultura francesa. Além de colega pessoal do Conde de Gobineau e de Victor Hugo, o imperador brasileiro casou sua filha Isabel com o Conde d’Eu. O positivismo de Augusto Comte conquistou largo sucesso no Brasil, pelo menos desde 1840, tendo sido adotado pela Academia Militar, Escola Naval, Escola Politécnica, do Rio de Janeiro, e pelas Faculdades de Direito de São Paulo e Recife. Em 1881 fundou-se no Rio de Janeiro uma Igreja Positivista, enquanto o Espiritismo de Allan Kardec encontrava inúmeros adeptos pelo país. Quando a República foi proclamada, em 1889, o povo cantou a *Marseillaise* como se fosse o hino nacional, e o dia da Bastilha, 14 de julho, foi decretado feriado nacional (CARELLI, 1994, p. 151).

Nos primeiros anos do século XX, a medicina e as biociências francesas eram respeitadas em todo o mundo, inclusive no Brasil. Foi neste momento que Oswaldo Cruz, que havia estudado no *Institut Pasteur*, empreendeu uma campanha de erradicação da febre amarela no Rio de Janeiro. Em suma, nas primeiras décadas do século XX, a maior parte das instituições culturais brasileiras era uma espécie de “reflexo” daquelas da França, e a vida cultural no Brasil, especialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, era majoritariamente “afrancesada” (ALENCASTRO, 2006, p. 282).

Mesmo assim, nos primeiros anos do século XX, os franceses estavam bastante receosos de perder seu prestígio e influência no Brasil. Afinal, desde meados do século XIX, e mais tarde com a abolição da escravidão, os franceses assistiram a entrada

sistemática de milhares de imigrantes alemães e italianos, que se instalaram principalmente no sul e sudeste do país. E, a partir de 1908, foi a vez dos japoneses, que passaram a chegar aos milhares no Brasil. Neste contexto de preocupação, Georges Dumas, psicólogo positivista membro o escolhido pelo *Groupement des Universités et de Grandes Écoles de France pour le développement des Relations avec l'Amérique Latine* para trabalhar no desenvolvimento da influência francesa no Brasil.

G. Dumas havia frequentado a *École Normale Supérieure* entre 1886 e 1889, onde iniciou uma longa amizade com Henri Hauser. Após obter a *agrégation* em Letras, tornou-se discípulo de Théodule Armand Ribout, médico e filósofo que foi fundamental para o processo de institucionalização universitária da psicologia enquanto disciplina autônoma na França. Sob a orientação de Ribout, Dumas defendeu seu doutorado em psicologia no *Collège de France*, em 1894. Em 1896, tornou-se chefe do Laboratório de psicologia patológica do Hospital Sainte-Anne e, em 1902, *chargé de cours* de psicologia experimental da Sorbonne. Seu trabalho mais conhecido é o *Traité de psychologie*, publicado entre 1923 e 1924. De maneira geral, Dumas orientava seu pensamento a partir da doutrina positivista de Auguste Comte. Dumas veio ao Brasil pela primeira vez em 1908, para ministrar algumas conferências de psicologia no Rio de Janeiro e em São Paulo. Como membro do recém-criado *Groupement*, aproveitou sua viagem para averiguar que eram muito oportunas as chances de aumentar a influência francesa no Brasil (MARTINIÈRE, 1982, p. 52-53).

Entre 1920 e 1938, Georges Dumas empreendeu 17 missões pela América Latina, criando diversas instituições culturais por onde passou. Segundo Hugo Suppo, G. Dumas era considerado, nos ramos diplomáticos dessa época, uma personalidade insubstituível para o desenvolvimento da influência intelectual francesa (Suppo, 2000, p. 321). No Brasil, Dumas preocupou-se inicialmente com a criação de institutos de ensino secundário, como os liceus franceses do Rio de Janeiro (1916) e de São Paulo (1923). Na conferência que proferiu na *III Semaine de l'Amérique Latine* da Universidade de Bourdeaux, em 1918, Dumas revelou o objetivo principal destes empreendimentos:

O liceu francês deve dar uma cultura dupla, isto é, ele deve dar a cultura nacional brasileira e deve dar a cultura francesa, tal como ela é organizada nos liceus de Paris...

Associar o Brasil conosco, isso não tem nenhuma necessidade... é apenas aconselhá-lo... Longe de entrar em conflito, os interesses são os mesmos... Quanto mais o brasileiro se aproxima da França, mais ele se aproxima de si mesmo. Ele é latino como nós; ele encontra conosco as qualidades profundos de seu espírito, seu gosto pelas coisas intelectuais, pelas ideias gerais que nós forjamos no decorrer dos séculos (DUMAS In MARTINIÈRE, 1982, p. 63)

Além disso, o autor contribuiu para a fundação de Institutos Franco-Brasileiros de Alta Cultura no Rio de Janeiro (1922) e em São Paulo (1925). Entretanto, a maior obra de Dumas no estreitamento das relações intelectuais entre França e Brasil foi, sem dúvidas, a vinda de missões francesas para a formação das primeiras universidades brasileiras durante a década de 1930.

A USP foi fundada em janeiro de 1934, pela iniciativa das elites paulistas, sobretudo de intelectuais próximos ao jornal *O Estado de S. Paulo*. A nova Universidade era criada sob forte inspiração francesa, sobretudo da Sorbonne. Com os regimes nazi-fascistas em franca ascensão na Europa, a escolha do modelo francês fornecia aos membros da USP uma alternativa liberal, bastante sintonizada com a tradição cultural francesa no Brasil (SCHWARTZMAN, 1979, p. 203). Como resumiu Luís Corrêa Lima, a criação da USP pretendia cumprir um triplo projeto: “político liberal, de formar elites paulistas para modernizar a nação brasileira; educativo, de ter uma universidade à imagem dos países europeus e melhorar os outros níveis de ensino; e científico, uma forte demanda da ciência para o ensino e para a formação de pesquisadores” (LIMA, 2009, p. 66).

O primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), Theodoro Ramos, recorreu à G. Dumas para recrutar professores franceses para os novos cursos. Assim, a primeira missão universitária francesa chegou ao Brasil ainda em 1934, composta por Robert Garric (Literatura), Paul-Arbousse Bastide (Sociologia), Étienne Borne (Filosofia), Pierre Deffontaines (Geografia) e Émile Coornaert (História). Esta foi uma espécie de “delegação transitória”, pois a maior parte de seus membros (salvo Paul-Arbousse Bastide e Pierre Deffontaines) não tinha a intenção de permanecer no Brasil mais que os meses necessários para a inauguração dos primeiros

curso da universidade. A segunda missão, formada por jovens professores promissores ainda em início de carreira, chegou em 1935, para permanecer desta vez por três anos. Entre eles estavam: Claude Lévi-Strauss (Sociologia), Jean Maïgué (Filosofia), Pierre Monbeig (Geografia), Pierre Houcarde (Literatura) e Fernand Braudel (História). Como destacou Jean-Paul Lefèvre, os professores franceses marcaram profundamente as instituições de pesquisa e ensino paulistas (LEFÈVRE, 1993, p. 30).

Georges Dumas também foi o principal responsável pelo recrutamento de professores franceses para atuar na Universidade do Distrito Federal (UDF), planejada por Anísio Teixeira e inaugurada por Pedro Ernesto Batista em 1935. A missão francesa da UDF chegou ao Rio de Janeiro no início de 1936, composta por Gaston Leduc (Economia Social), Étienne Souriau (Filosofia e Psicologia), Eugène Albertini (História Antiga), Jacques Perret (Grego e Latim) e Henri Hauser (História Moderna e Econômica). Além deles se juntaram ao grupo Pierre Deffontaines (Geografia Humana) e Robert Garric (Literatura), que já estavam na USP desde 1934 (LEFÈVRE, 1993).

Dumas recorreu a Henri Hauser para recrutar alguns destes professores. Convém destacar mais uma vez que, desde a década de 1890, Hauser já se apresentava como um intelectual *dreyfusard*, de tendências socialistas e profundamente engajado com a política de expansão da influência cultural francesa operada pela Terceira República. A ardente fé patriótica e republicana do autor ficava bastante nítida em seus engajamentos junto a Aliança Francesa.

Criada em 21 de julho de 1883 por um comitê de intelectuais ilustres¹¹, a Aliança Francesa tinha como seu principal objetivo difundir a língua e a cultura francesas para fora da França. Ela pode ser considerada uma instituição semi-privada. Apesar de ter sido criada e dirigida por um grupo privado de intelectuais, a Aliança foi largamente subvencionada pelo Estado francês. Em 1920, por exemplo, ela chegou a receber mais de 500.000 francos do governo para aumentar suas atividades na América Latina. Logo nas primeiras décadas de existência, ela conheceu um crescimento bastante significativo, seu número de membros e associados subiu de 1.387, em 1887, para 12.000, em 1892, e quase 50.000, em 1914. Esta instituição se difundiu pela América do Norte, Grã-Bretanha, Rússia, Espanha e América Latina, sempre recorrendo a múltiplas

¹¹ Entre eles, podemos destacar: Pierre Foncin (geógrafo), Paul Cambon (diplomata), Ferdinand Lesseps (diplomata), Louis Pasteur (cientista químico), Ernest Renan (escritor), Jules Verne (escritor), Armand Colin (editor), entre outros (LIMA, 2009, p. 52)

formas de ação: subvenções a escolas e instituições culturais; organização de cursos, conferências e apresentações musicais; constituição de bibliotecas e publicação de livros e revistas. A Aliança Francesa não se limitava à difusão e ao ensino de sua língua, mas também divulgava a cultura francesa, sua história, suas instituições, sua literatura. Sobretudo após o término da Primeira Guerra Mundial, a Aliança tornou-se uma das mais importantes ferramentas da diplomacia cultural francesa, que se esforçava para impor a ideia de que a cultura e a língua francesas eram indispensáveis para a cultura universal (CHAUBET, 2006, p. 268-271).

Desde o princípio de sua carreira acadêmica, Hauser buscou se aproximar da Aliança francesa, realizando algumas conferências no comitê regional da Aliança de Clermont-Ferrand em 1909. Entre 1911 e 1912, tornou-se membro do Conselho de Direção da Aliança, ao lado de outros importantes intelectuais universitários, como Lucien Lévy-Bruhl e seu antigo colega, Georges Dumas. Em 1919, quando Paul Desjardin promoveu junto a Aliança Francesa a criação de uma revista para divulgar a França no exterior, *La Civilisation Française*, Henri Hauser compôs o comitê de redação. O objetivo do periódico havia sido sintetizado por Desjardin da seguinte maneira: “nós gostaríamos de ajudar, com esta publicação, os outros povos a ter uma ideia exata do povo francês”. Em *La Civilisation Française*, Hauser colaborou com diversos artigos sobre a importância da história e dos grandes historiadores franceses. Mais tarde, em 1933, Henri Hauser tornou-se vice-diretor da Aliança Francesa (CHAUBET, 2006, p. 271-275).

Em um discurso realizado no congresso anual da Aliança, em 1937, Henri Hauser recordou em tons nostálgicos as origens de suas relações com a instituição:

Eu sou membro da Aliança Francesa há mais de meio século. Isso me lembra quando eu era aluno de liceu, quando os nomes de Pierre Foncin, de Paul Bert, de Lesseps, exerciam uma ação magnífica na imaginação de um garoto que se transformava em homem, e que sonhava em servir à França (HAUSER, “Discours au congrès de l’Alliance française”. *Revue de l’Alliance Française*, n. 71, octobre, 1937, p. 179-180).

Não é de se espantar, portanto, que Georges Dumas tenha recorrido a Henri Hauser, seu velho colega de *École Normale Supérieure* e de Aliança Francesa, para recrutar professores para virem ao Brasil. Hauser sugeriu a Dumas a vinda de dois de seus melhores ex-alunos, Pierre Monbeig e Fernand Braudel, que frequentaram seus cursos de história social e econômica na *École Normale* e na Sorbonne (Martinière, 1982, p. 160; Lima, 2009, p. 82). Além disso, o próprio Hauser dispôs-se, mesmo beirando aos 70 anos de idade, chefiar a missão francesa que atuou na UDF em 1936.

4.3 – A atuação de Henri Hauser no Brasil

O Brasil não era completamente estranho a Henri Hauser antes de sua vinda em 1936. O historiador francês já havia demonstrado algum interesse pela realidade brasileira em alguns momentos de sua trajetória. Grande admirador de geógrafos como Émile Levasseur e Vidal de la Blache, Hauser começou a interessar-se pelo Brasil graças às discussões vinculadas a questão das fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa. De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, H. Hauser fora convidado por seu antigo mestre, Vidal de la Blache, para colaborar na comissão francesa deste litígio fronteiriço, que foi finalizado em 1900 em favor dos interesses brasileiros. Foi durante este período que Hauser teve seus primeiros contatos com os documentos da história colonial e nacional do Brasil (Alencastro, 2006, p. 284). Além disto, durante a Primeira Guerra Mundial, Henri Hauser preocupou-se com os movimentos migratórios dos alemães para diversos lugares do mundo, inclusive para o sul do Brasil. Em *Les méthodes allemandes d'expansion économique* (1915), o autor, ao examinar os aspectos da dominação econômica e comercial da Alemanha no estrangeiro, havia destacado: “Não havia dúvidas de que uma verdadeira sociedade alemã, de jornais alemães, iria nascer e prosperar nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (HAUSER, 1916, p. 198). E, em *La Modernité du XVI siècle* (1930), Hauser havia destacado a importância do monopólio português no comércio de especiarias do século XVI, quando metade do açúcar do mundo era produzido no Brasil e nas Índias. Neste processo, o autor demonstrava o papel fundamental das famílias de banqueiros alemães, principalmente os Fugger e os Welser, para o financiamento da empresa colonial portuguesa no Brasil (HAUSER, 1963, p. 60).

fig. 3 – Henri Hauser em São Paulo.

Henri Hauser permaneceu cerca de um ano no Brasil, de março de 1936 até março de 1937. A sua atuação foi bastante diversificada. Além de ter facilitado a vinda de importantes ex-alunos para a USP (Braudel e Monbeig), ele ministrou numerosas palestras, conferências e cursos em diversas instituições culturais brasileiras; deu um curso de História Moderna e Econômica na UDF; e escreveu artigos na França sobre a história do Brasil e sua experiência em nosso país.

Em primeiro lugar, cumpre destacar sua atuação junto a Universidade do Distrito Federal. O *Jornal do Brasil*, principal órgão de expressão desta universidade, que divulgava seus editais e boletins, publicou em 16 de abril de 1936 o Boletim da UDF n. 82, anunciando as aulas inaugurais a cargo dos professores franceses que haviam chegado há pouco no Brasil. As lições inaugurais foram ministradas no salão de conferências da Escola de Belas Artes. A entrada custava cinco mil réis para o público geral, porém era gratuita para professores do magistério e para alunos da UDF.

De acordo com o Boletim, H. Hauser apresentaria sua lição inaugural sobre “*Les transformations des sociétés européennes de la Renaissance à la Révolution*”¹² no dia 20 de abril de 1936. A conferência de Hauser e as conferências dos demais professores franceses foram publicadas no ano seguinte, pela editora da UDF.

De maneira geral, a argumentação central de Hauser em sua lição inaugural é uma síntese de suas pesquisas de história social e econômica, apresentadas, principalmente, em livros como *Les Débuts du Capitalisme* (1927), *Les Débuts de l'Âge Moderne* (1929) e *La Modernité du XVI siècle* (1930).

Em sua fala, Henri Hauser buscou destacar as diferenças essenciais entre as concepções materiais, intelectuais e morais das principais sociedades europeias entre os séculos XVI e o tempo presente. Para tanto, o autor partia da comparação entre dois quadros históricos diferentes. O primeiro, era o escritório de uma família de banqueiros do século XVI, como os Fuggers, que mantém relações quase que diariamente com cidades como Antuérpia, Milão, Lisboa, Gênova, Veneza, Roma, Constantinopla, etc. O segundo quadro era o escritório de um grande comerciante de Londres das primeiras décadas do século XX, que, com a ajuda de seus avançados meios de comunicação (telégrafo, rádio, telefone), está em contato constante com cidades de todos os continentes, Buenos Aires, Melbourne, Mumbai, Nova York, Rio de Janeiro, Chicago, etc. Ao comparar estes dois quadros, Hauser questionava: “Entre estes dois tipos de homens, existe uma diferença de natureza, ou simplesmente uma diferença de grau?” (HAUSER, 1937, p. 39).

Para o autor, a diferença em questão era mais quantitativa do que qualitativa. Hauser não percebia uma diferença de natureza entre o mundo social e econômico do século XVI e o mundo social e econômico das primeiras décadas do século XX. Pelo contrário, ele insistia no sentimento de proximidade entre estes dois momentos históricos. Apesar de reconhecer que o historiador deve estar sempre atento às discontinuidades, ao surgimento do novo e do inédito, Hauser privilegiava as

12 Além da lição inaugural de Henri Hauser, o Boletim n. 82 também anunciou as conferências de Émile Bréhier (« *L'histoire de la philosophie: ses nature et ses méthodes* », 16/04/1936), Eugène Albertini (« *L'état présent des études sur la civilisation romaine* », 17/04/1936), Henri Tronchon (« *France-Angleterre – Chateaubriand – Épisode de jeunesse* », 21/04/1936), Gaston Leduc (« *Nature et caractère de la science économique contemporaine* », 22/04/1936), Étienne Souriau (« *L'art et la Pensée* », 23/04/1936), Jean Bourciez (« *Linguistique générale et linguistique romaine* », 24/04/1936), Jacques Perret (« *L'actualité des études gréco-latines* », 27/04/1936), Pierre Deffontaines (« *Qu'est-ce que la géographie humaine* », 28/04/1936) e Robert Garric (« *Le sentiment du tragique dans la littérature contemporaine* », 29/04/1936).

permanências históricas e o caráter recorrente de certos fenômenos econômicos. De acordo com o autor:

Diremos que um pouco de história nos dá, inicialmente, o sentimento de descontinuidade, o novo, o inédito, a diferença entre as épocas: jamais seremos historiadores que não tivermos experimentado as maravilhas da mudança. Mas muito da história, e do que é melhor compreendido, nos traz de volta ao contínuo [...] A humanidade aparece para nós, portanto, em aspectos variados, sempre parecida à ela mesma (HAUSER, 1937, p. 43).

Hauser apontou que as origens do mundo capitalista globalizado contemporâneo (das décadas de 1920 e 1930) se encontravam no século XVI, o século do Renascimento, da Reforma e do Crédito. O autor mencionou a “revolução geográfica” decorrente da descoberta do Novo Mundo, que modificou imensamente as condições e concepções do comércio mundial. Lembrou que os banqueiros e comerciantes do século quinhentos já possuíam aquilo que os teóricos germânicos chamaram de “*spiritus capitalisticus*”, ou seja, a noção do lucro como um fim em si mesmo. Hauser destacou o papel das ideias calvinistas (sobretudo a apologia do comércio e o direito a usura) para o desenvolvimento do capitalismo comercial, observando que todas as formas de crédito, de acumulação de capital, de sindicatos, confrarias, cartéis e trustes já se esboçavam no século XVI, embora estas denominações ainda não tivessem sido cunhadas naquela época (HAUSER, 1937, p. 41-46).

Ciente dos ânimos exaltados e da tensão política que havia em torno da UDF¹³, Henri Hauser advertiu o auditório: “Não se trata de aderir ao materialismo histórico, mas de reconhecer esta influência da econômica sobre o pensamento e os sentimentos” (HAUSER, 1937, p. 47)

¹³ Convém destacar que a UDF, projetada por Anísio Teixeira sob os moldes democráticos da Escola Nova, foi bastante perseguida por grupos católicos e conservadores, que acusavam os mentores da nova universidade de afinidade com o comunismo totalitário. Principalmente após a Intentona Comunista de fins de 1935, a UDF sofreu com um ambiente de suspeitas e denúncias. Vários de seus professores e funcionários foram presos ou afastados de seus cargos, entre eles Hermes Lima (diretor da Escola de Direito e Economia), Castro Rabello (diretor da Escola de Filosofia e Letras) e Anísio Teixeira (reitor) (FÁVERO, 1996; FERREIRA, 2013).

As questões abordadas por Hauser em sua lição inaugural também estão presentes nos principais tópicos do seu curso de História Moderna e Econômica da UDF. O programa do curso de Hauser foi divulgado no Boletim da UDF n. 174, no dia 8 de agosto de 1936. O boletim indica que as aulas do professor francês ocupavam 6 horas semanais, ministradas as segundas, terças e quartas. As segundas e terças eram destinadas a aulas expositivas sobre as principais transformações socioeconômicas das sociedades europeias entre os séculos XVI e XVIII. Enquanto as quartas eram reservadas a “exercícios práticos, isto é, a leitura e crítica dos textos, investigações nos arquivos, trabalhos escritos e orais dos alunos, sob a direção do professor”. O boletim informa também que Hauser selecionaria os “melhores alunos” para orientá-los na “realização de investigações originais de história brasileira, especialmente na ordem econômica”.

Henri Hauser foi o único professor francês a ter o programa de seu curso inteiramente divulgado no Boletim da UDF. Assim, sabemos que o objetivo primordial de suas aulas expositivas era salientar a “notável continuidade entre o início da era moderna e a época em que se elabora o mundo atual”. O programa do curso de História Moderna e Econômica era dividido em 4 tópicos principais.

O primeiro tratava da “revolução geográfica”, do “alargamento da Terra” e da “europeização do planeta”, decorrente dos grandes descobrimentos, que inseriram os países do Novo Mundo no quadro da “história universal”.

O segundo tópico destacava as condições econômicas, a constituição dos Estados nacionais, o surgimento de um comércio mundial que, com o grande afluxo de metais preciosos vindos do Novo Mundo, exigia a multiplicação dos meios monetários. Hauser buscava salientar, principalmente, as “consequências econômicas de alcance extraordinário”, tais como “o aumento inaudito das riquezas metálicas”, “a revolução dos preços, súbita e universal”, o desenvolvimento do crédito e das “temíveis crises financeiras da segunda metade do século XVI”. Neste tópico, Hauser também pretendia abordar o aparecimento de “doutrinas econômicas, sociais e mesmo religiosas” que permitiram a organização do comércio mundial em bases capitalistas. Assim como as agitações sociais decorrentes deste sistema.

O terceiro tópico do curso era dedicado a substituição das principais potências econômicas mundiais do século XVII, assunto tratado pelo autor em *La Prépondérance*

Espagnole. Neste tópico, o autor pretendia destacar que as antigas potências comerciais do século XVI, sobretudo Portugal, França e Itália, foram ultrapassadas por novas potências econômicas, como a Inglaterra e os países baixos. Hauser salientava que, neste processo, as grandes atividades comerciais europeias deixaram de se concentrar em cidades como Antuérpia, Lisboa, Lyon, Gênova, e passaram a se concentrar cada vez mais em Amsterdã e Londres.

O quarto e último tópico se detinha ao século XVIII. Aqui, Hauser buscou contemplar “o triunfo da Grã-Bretanha nos mares, a criação das comunidades de ultramar”, a Revolução Industrial e os novos processos agrícolas, assim como a obra teórica dos grandes economistas do século XVIII. Hauser destacou também o desenvolvimento do individualismo, “o aperfeiçoamento da técnica, a organização visando a proteção, aspiração a um novo regime e de propriedade agrária”, elementos que levaram a Revolução de 1789, imitada dentro e fora da Europa (“Boletim da UDF n. 174 – Programa do curso de História Moderna e Econômica”. *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1936)

Sabemos que o curso de História Moderna e Econômica de H. Hauser causou grande repercussão social, como pode-se perceber já pelo fato de ter sido o único curso com o programa inteiramente divulgado no *Jornal do Brasil*. De acordo com Marieta de Moraes Ferreira, que analisou as estruturas curriculares dos cursos da UDF, a disciplina ministrada por Hauser foi o “carro-chefe” dos cursos dos professores franceses: “História Moderna era a cadeira mais prestigiosa, com seis horas semanais, seguida de História Antiga, com cinco horas, História Contemporânea, com quatro horas, e História Medieval, com três horas” (FERREIRA, 2013, p. 28)

Encontramos outro indício da repercussão do curso de Hauser em uma carta datada de 1937, onde a secretária da UDF, Odette Toledo, informava o ex-reitor afastado, Anísio Teixeira, novidades a respeito da Universidade. Nesta carta, Odette mencionava que “os cursos dos franceses tiveram grande sucesso. Notáveis pelos resultados conseguidos com os alunos foram os de Geografia Humana – Deffontaines; História Romana – Albertini; Economia Social – Leduc. De grande repercussão social, Garric, Souriau e Hauser” (Carta de Odette Toledo a Anísio Teixeira Proedes/UDF.COR, CAR 1/19).

A secretária da UDF indicava que, apesar da larga repercussão social, o curso de Hauser não obteve o mesmo êxito com os alunos do que outros professores franceses. Apesar disto, Eremildo Viana, que foi aluno da primeira turma do curso de História da UDF, recordou do curso de Hauser de maneira bastante nostálgica. Em entrevista, Viana revelou ter se sentido “arrepinado” com o contato com Eugène Albertini e Henri Hauser, professores estrangeiros dos quais ficou mais próximo. De acordo com ele, “Hauser era extraordinário, muito inteligente, versátil, conhecia profundamente os séculos XVI e XVIII e era um dos maiores especialistas em capitalismo, as origens do capitalismo. Deu um curso magnífico” (VIANA In FERREIRA, 2013, p. 204). Eremildo Viana recordou que, apesar das aulas serem todas em francês, os professores tinham o hábito de fornecer resumos das aulas por escrito, para facilitar a compreensão dos alunos. Ele descreveu H. Hauser como um “homem risonho e ativo”, de “inteligência brilhante” e muito interessado no Brasil (VIANA In FERREIRA, 2013, p. 208-209).

Além de ministrar seu curso de História Moderna e Econômica, Henri Hauser também foi convidado pelo reitor Afrânio Peixoto, junto aos professores Eugène Albertini e Pierre Deffontaines, a fazer críticas e sugestões a estrutura curricular dos cursos da UDF. De acordo com Marieta de Moraes Ferreira, as “sugestões apresentadas pelos professores franceses, especialmente as de Henri Hauser, foram incorporadas às Instruções da UDF de n. 16, de junho de 1937, art. 3” (FERREIRA, 2013, p. 26).

Em suas considerações, Hauser salientou que os alunos do curso de História, além de serem preparados para exercer suas funções de professores nos ensinos primário e secundário, também deveriam ser iniciados no trabalho histórico e na pesquisa crítica. Ele acreditava que era melhor deixar os estudantes com mais tempo para se dedicarem às suas leituras e pesquisas pessoais, como também propunha que se fizessem mais “exercícios práticos” de pesquisa histórica. H. Hauser sugeriu que fossem diminuídas as horas de disciplinas pedagógicas ou de “teoria pura”, com aulas meramente expositivas, em prol de mais horas de “exercícios práticos de pesquisa” (“Relatório dos professores Franceses”. Arquivo Proedes/UDF.CUR,PLA 1/02).

Além da atuação junto a UDF, Henri Hauser realizou também alguns cursos e conferências em outras instituições culturais brasileiras, que conhecemos apenas pelas resenhas publicadas no *Jornal do Brasil*. Em uma reportagem de maio de 1936, foram anunciadas as conferências dos professores franceses Émile Bréhier e Henri Hauser na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Bréhier discorreu sobre “*L’état actuel des études philosophiques*” e Hauser sobre “*La conception française de l’histoire économique*”. Ambas as conferências foram realizadas no dia 8 de maio de 1936, e contaram com a presença do reitor da UDF, Afrânio Peixoto, e do Ministro da Educação, Gustavo Capanema. (“Os professores franceses na Faculdade de Direito” *Jornal do Brasil*, 1 de maio de 1936).

Sabemos que, em 29 de agosto de 1936, H. Hauser realizou uma conferência na sede da Associação Brasileira de Educação, sobre “A organização das universidades francesas” (“Associação Brasileira de Educação”. *Jornal do Brasil*, 14 de agosto de 1936). O *Jornal do Brasil* também divulgou uma série de seis conferências de Henri Hauser, intituladas “*Les portraits dans l’histoire de France*”, que seriam apresentadas no salão nobre da Academia Brasileira de Letras, a convite do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura. A primeira conferência, dedicada ao “Renascimento e Reforma na França”, foi realizada no dia 17/07/1936; a segunda, sobre “As guerras de religião”, no dia 24/07/1936; a terceira, sobre “A época de Richelieu”, no dia 01/08/1936; a quarta, sobre “O século de Luís XIV”, no dia 07/08/1936; a quinta, sobre “O século da Enciclopédia”, no dia 14/08/1936; e a sexta, sobre “A Revolução”, no dia 21/08/1936.

Neste ciclo de conferências, H. Hauser buscou elaborar uma série de “retratos” das personalidades mais importantes da história da França, estudando a vida e o ambiente histórico em que se moveram estes personagens. No final de cada palestra, o autor realizou um rápido “exame do pensamento da época e seus mais destacados representantes” (“Conferências do professor Hauser”, *Jornal do Brasil*, 13 de agosto de 1936).

Durante todo o mês de setembro, Henri Hauser também ministrou um curso de “Diplomacia e Economia”, em cinco conferências, na sala da Biblioteca do Itamaraty,

sob o patrocínio da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. O programa deste curso foi assim divulgado nas páginas do *Jornal do Brasil*:

1º Conferência – sexta feira, 4 de setembro – As novas condições da política internacional. A diplomacia do futuro e o papel dos problemas econômicos.

2º Conferência – sexta feira, 11 de setembro – A questão das matérias primas, a redistribuição das colônias e a paz mundial.

3º Conferência – sexta feira, 18 de setembro – A concorrência internacional, as tendências a autarquia e o problema da economia dirigida.

4º Conferência – sexta feira, 25 de setembro – As questões de população, superpopulação, despovoamento, emigração, imigração.

5º Conferência – sexta feira, 2 de outubro – Os obstáculos à circulação de homens e mercadorias. Questões de raças, assimilação e de demografia dirigida. (« Sociedade Brasileira de Direito Internacional ». *Jornal do Brasil*, 1 de setembro de 1936).

Pode-se notar que grande parte dos assuntos tratados no curso do Itamaraty havia sido trabalhada nas análises geográficas de Hauser sobre o mundo contemporâneo, sobretudo em obras como *La Nouvelle Orientation Économique* (1924) e *La Paix Économique* (1935). O curso de « Diplomacia e Economia » ministrado por Hauser parece ter causado grande repercussão social, pois foi amplamente noticiado na imprensa. Nestas notícias, Hauser foi frequentemente apresentado como « eminente catedrático da Sorbonne » ou como « a primeira figura do grupo de professores franceses da Universidade do Distrito Federal ». E seus cursos foram considerados um grande sucesso de público, frequentado por importantes figuras intelectuais, banqueiros, comerciantes, diplomatas, etc.

O *Jornal do Brasil*, destacou que « O programa do curso do professor Hauser no Itamaraty não interessa apenas o pessoal da carreira diplomática e consular, mas a todos os que estudam e se preocupam com os grandes problemas econômicos deste transe difícil da história do mundo ». E que o curso despertou nos « nossos círculos jurídicos, diplomáticos e sociais um vivo e justo interesse por este curso do eminente professor da Sorbonne ». Além disto, as conferências de Hauser foram consideradas obrigatórias para

os cônsules de terceira classe, por ser o primeiro posto da carreira (« Sociedade Brasileira de Direito Internacional », *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1936).

Sobre a primeira conferência de Henri Hauser, noticiou-se que :

O eminente catedrático da Sorbonne desenvolveu o seu tema como um professor em aula, discorrendo com clareza e persuasão sobre os fatos que determinam a preponderância dos problemas econômicos da vida internacional dos nossos dias, citando exemplos e procurando dar sentido de realidade à ação da diplomacia de hoje e de amanhã. Mostrou como as questões de ordem econômica são hoje as grandes causas das guerras e têm na história moderna o mesmo papel que outrora representaram as querelas dinásticas.

De acordo com a reportagem, na ocasião :

A grande sala da Biblioteca do Itamaraty estava repleta, estando presentes vários membros do Corpo Diplomático estrangeiro e quase todos os funcionários da Secretaria do Estado do Exterior. Viam-se também muitas figuras de destaque no mundo intelectual e dos centros de estados econômicos, de vários ministérios, dos bancos e alto comércio. (« Sociedade Brasileira de Direito Internacional ». *Jornal do Brasil*, 5 de setembro de 1936).

Na segunda conferência, Hauser examinou, « em face da vida internacional de hoje, a aguda e palpitante questão das matérias primas e sua incidência no problema da paz mundial ». O jornal noticiava que :

[...] foi uma brilhante e substanciosa preleção a que assistiu um auditório escolhido, em que se viam muitos funcionários do Itamaraty, inscritos no curso do professor Hauser e membros da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, bem como elementos das nossas instituições bancárias, do comércio, da indústria e figuras do nosso meio cultural (« Sociedade Brasileira de Direito Internacional », *Jornal do Brasil*, 12 de setembro de 1936).

Sobre a terceira conferência, sabemos apenas que « O professor Hauser desenvolveu, durante uma hora, esse tema palpitante de oportunidade, agitando os mais modernos problemas da economia em nossos dias », e que « assistiram à conferência

não só os funcionários do Itamaraty, inscritos no curso do professor Hauser, como muitas pessoas de autoridade e representação no nosso meio econômico, financeiro e social » (« Sociedade Brasileira de Direito Internacional », *Jornal do Brasil*, 19 de setembro de 1936).

Quanto a quarta conferência do curso de Hauser, noticiou-se que se tratava de « assunto da mais alta importância para nós e que diretamente afeta a economia brasileira, reportando-se a outros aspectos do caráter nacional e social ». A reportagem indicava que « O professor Hauser percorreu largamente sobre as correntes migratórias e sua influência na economia mundial », que « o ilustre professor da Sorbonne foi muito aplaudido ao terminar », e que lá estiveram presentes « muitas figuras de representação, funcionários da casa e estudiosos de assuntos econômicos e financeiros » (« Sociedade Brasileira de Direito Internacional », *Jornal do Brasil*, 26 de setembro de 1936).

Sobre a quinta e última conferência de Hauser no Itamaraty, o *Jornal do Brasil* relatou que « o professor Hauser, em continuação, tratou dos obstáculos opostos à circulação de homens como à de mercadorias, questões de raças, de assimilação e demografia dirigida ». E que « Hauser tratou da matéria de sua última lição com alta proficiência e as mesmas qualidades de expositor emérito que tornaram tão apreciadas as conferências do seu curso dado este ano, sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Direito Internacional ». A conferência de encerramento do curso de Hauser também « foi muito concorrida, vendo-se na grande sala da Biblioteca do Itamaraty muitas figuras de destaque no nosso mundo político, financeiro e bancário, bem como grande número de funcionários do Itamaraty » (« Sociedade Brasileira de Direito Internacional », *Jornal do Brasil*, 3 de outubro de 1936).

Além de ministrar o curso de « Diplomacia e Economia », Henri Hauser também frequentou algumas reuniões da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual do Itamaraty. Esta comissão era, na realidade, desdobramento dos esforços de cooperação intelectual encaminhados após a Primeira Guerra Mundial no âmbito da Liga das Nações.

Em 1921, a Liga das Nações havia criado a Organização Internacional de Cooperação Intelectual com o objetivo de assegurar o bom entendimento internacional e a paz mundial, sob forte influência dos interesses franceses. Como destacou Letícia Pumar Alves de Souza, « A obra de cooperação intelectual apresentava um duplo aspecto : um de *estudo* e outro de *ação*. Assim, a organização tinha como missão

estudar para agir ». A Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual foi fundada por intelectuais como Afrânio Peixoto, Edgar Roquette-Pinto e Miguel Ozório Almeida em 1923, na Academia Brasileira de Letras, tendo sido transferida em 1937 para o Itamaraty. O presidente da Comissão, Miguel Ozório Almeida, que era um importante articulador da cooperação intelectual entre Brasil e França, convidou Henri Hauser para participar de algumas reuniões do grupo em agosto de 1936 (SOUZA, 2011, p. 5).

De acordo com as notícias do *Jornal do Brasil*, na reunião de 12 de agosto de 1936, Henri Hauser insistiu na necessidade do Brasil tomar parte no Congresso de Altos Estudos Internacionais, que seria sediado em Paris no ano seguinte, pois nesta assembleia seriam discutidos « temas do maior interesse brasileiro, senão americano » (« Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual », *Jornal do Brasil*, 13 de agosto de 1936). E na reunião realizada no dia 20 de agosto, o professor Hauser « fez uma larga exposição sobre a próxima Conferência de Altos Estudos Internacionais, em 1937, em Paris », entrando até mesmo em pormenores, « referindo-se às questões que vão ser tratadas naquela assembleia e que se lhe afiguravam de maior interesse para o Brasil » (« Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual », *Jornal do Brasil*, 21 de agosto de 1936).

4.4 - Olhares franceses sobre o Brasil

Tal como fizeram vários dos professores das missões francesas universitárias, Henri Hauser apresentou na França, em artigos e conferências, estudos sobre o Brasil e os problemas brasileiros. Em sete artigos publicados entre 1937 e 1938, o autor apresentou relatos de suas viagens pelo interior do país, reflexões sobre importantes temas da história e da vida brasileiras, tais como o trabalho escravo e os primórdios da industrialização ; e questões de atualidade, como a vinda dos trabalhadores asiáticos para o Brasil e o estado atual da produção historiográfica brasileira.

Mas antes de discutirmos estes textos, convém inseri-los no contexto do interesse imperialista da França, durante a virada do século XIX para o século XX, que passava a encarar a América Latina e o Brasil como um « campo privilegiado » para a prática das ciências humanas.

Como vimos no capítulo anterior, desde a segunda metade do século XIX, as principais nações europeias passaram por um notável processo de racionalização da administração do Estado. Assim, buscaram garantir o melhor funcionamento da máquina estatal a partir da obtenção do maior número de informações precisas possível. No caso específico da França, Émile Levasseur foi uma figura intelectual importante para este processo de racionalização da administração do Estado, especialmente em função de sua concepção bastante pragmática do conhecimento científico. Levasseur foi um intelectual que buscava oferecer informações e respostas para os problemas concretos da nação.

Desde a década de 1880, durante a corrida imperialista por influência cultural e comercial, os franceses procuraram conhecer melhor a realidade das nações latino-americanas, sobretudo do Brasil. Neste sentido, deve-se destacar a obra *Le Brésil* (1889), composta por intelectuais brasileiros (Barão do Rio Branco e Eduardo Prado) e franceses, sob a direção de Émile Levasseur, que aquela altura era presidente da Sociedade Francesa de Economia Política e presidente honorário da Sociedade Francesa de Geografia. O livro em questão foi lançado na Exposição Universal de Paris de 1889, como uma separata de *La Grande Encyclopédie*, composta em 25 volumes. Tratava-se de « um resumo sucinto da geografia física, política e econômica, da história e dos progressos sociais do Brasil » (LEVASSEUR, 2000, p. 11).

A maior parte dos capítulos desta obra foi redigida pelo próprio Levasseur, pelo Barão do Rio Branco ou pelos dois juntos. Assim, os autores buscaram apresentar o Brasil a partir de um ponto de vista geográfico, dividindo três blocos principais : Geografia Física, Geografia Política e Geografia Econômica.

Na primeira parte, que diz respeito a Geografia Física, Émile Levasseur escreveu um capítulo sobre « Os limites de fronteiras, costas e ilhas » do Brasil, dando particular ênfase ao território contestado entre o Brasil e a Guiana Francesa, disputa territorial que àquela altura ainda não estava resolvida.

Na segunda parte, referente a Geografia Política, o Barão do Rio Branco escreveu um capítulo sobre a « História » brasileira, apresentando uma história de estilo « tradicional », voltada para os grandes feitos políticos, administrativos e militares. Como destacou Antonio Carlos Robert de Moraes, neste texto Rio Branco também « enfoca a ocupação territorial e povoamento de todos os quadrantes do território da colônia. Ao chegar ao século XIX, se detém na crítica do sistema federalista, posto

como origem dos principais problemas governamentais vivenciados pelo Império » (MORAES, 2015, p. 4).

Émile Levasseur apresentou um capítulo sobre « A emancipação dos escravos », que se dera no ano anterior, em 1888. Apoiando-se nos testemunhos de vários viajantes europeus estiveram no Brasil durante o século XIX (Korster, Saint-Hilaire, Gardner, Couty etc.), o autor afirmava que os escravos brasileiros « eram muito mais bem tratados do que nos Estados Unidos e nas Antilhas inglesas e francesas ». Levasseur difundia a ideia de uma espécie de « democracia racial » brasileira, ao afirmar que « No Brasil, aliás, o preconceito de cor não existe como nos Estados Unidos e em várias colônias ». Além disto, o célebre geógrafo francês elogiou as leis graduais de abolição, que permitiram que a supressão da escravatura fosse realizada « pacificamente », « sem custar uma gota de sangue » (LEVASSEUR, 2000, p. 70).

Émile Levasseur também dedicou um capítulo sobre « A população » do Brasil. Além de denunciar a ausência de dados precisos e as limitações dos censamentos que haviam sido produzidos até então, o autor apontava que « Quando ao aspecto da raça, a população se compõe de brasileiros descendentes de colonos europeus, de negros de origem africana nascidos no Brasil, de índios e de mestiços », buscando descrever um quadro preciso da distribuição destas « raças » em cada província do Império (LEVASSEUR, 2000, p. 110)

Em parceria com o Barão do Rio Branco, Émile Levasseur escreveu um capítulo sobre « A imigração » no Brasil, apresentando estatísticas da quantidade de colonos estrangeiros desembarcados nos portos de Santos e do Rio de Janeiro. Os autores mostravam-se particularmente atentos ao movimento da imigração alemã e italiana :

Contam-se aproximadamente 230.000 brasileiros de origem germânica que conservam ainda a língua e em parte os costumes de seu país ; vários tornaram-se membros das assembleias provinciais e um deles (província de Santa Catarina) é membro da Câmara dos Deputados [...] Por isso o comércio do Brasil com a Alemanha quadruplicou de 1864 a 1880 ; o da Itália aumenta também graças ao desenvolvimento da imigração italiana (LEVASSEUR, 2000, p. 114).

Na terceira parte, que diz respeito a Geografia Econômica, Levasseur participou da redação (sozinho ou em parceria) de todos os capítulos. Ele discorreu sobre « As regiões agrícolas », apresentando um quadro estatístico da produção agrícola das

principais províncias do país (MORAES, 2015, p. 5). E, em parceria com o Barão do Rio Branco, o geógrafo francês tratou da vida industrial no Brasil, destacando que apesar de crescerem em movimento bastante acelerado, as indústrias brasileiras ainda se encontravam pouco desenvolvidas :

É sobretudo na província de São Paulo que estão hoje as manufaturas mais importantes do Brasil, particularmente as fiações de algodão e as fundições (em Campinas). Além de São Paulo, é principalmente no Rio de Janeiro e seus arredores (Campos, Nova Friburgo, Petrópolis) e, em seguida, em Pernambuco e na Bahia que a atividade industrial está desenvolvida (LEVASSEUR, 2000, p. 151).

Além disto, Levasseur dedicou um capítulo « As vias e meios de comunicação », apontando as principais vias de navegação fluvial, dando particular destaque as estradas de ferro, e apresentando a cronologia da instalação das linhas telegráficas. Outro capítulo foi reservado a « O comércio » no Brasil, desde o intercâmbio com o exterior na época colonial até a exportação de café, açúcar, borracha e tabaco no século XIX (MORAES, 2015, p. 6).

Le Brésil foi uma obra patrocinada pelo Sindicato Franco-Brasileiro, que tinha como principal objetivo divulgar as potencialidades do país e mudar a imagem do Império brasileiro diante das demais nações civilizadas. Como destacou Jeffrey Lesser, a ambição das autoridades brasileiras de recrutar mão de obra no estrangeiro ficava bastante explícita no folheto brasileiro em língua francesa criado para a Exposição Universal de Paris de 1889, em que dizia que « O Brasil veio a Paris para... solidificar seus laços com a Europa e abrir novos mercados para suas matérias-primas. Mas, acima de tudo, [o Brasil] veio a Paris para inspirar confiança naqueles que talvez estejam prontos a escolher o país como nova pátria, levando ao Brasil seu trabalho e seu capital » (LESSER, 2015, p. 103). Apesar de direcionado ao público estrangeiro, sobretudo francês, *Le Brésil* também foi bastante elogiado pelos intelectuais brasileiros. Capistrano de Abreu e Rui Barbosa escreveram resenhas elogiosas na *Gazeta de Notícias* e no *Diário de Notícias*, respectivamente (LEVASSEUR, 2000, p. 11).

Como bem observou Antonio Carlos Robert Moraes, é irônico perceber que, mesmo há alguns poucos meses do golpe que levaria a Proclamação da República, *Le Brésil* apresentava um prognóstico bastante otimista da situação e do futuro do Império no Brasil (MORAES, 2015, p. 7).

Émile Levasseur voltou a escrever sobre o Brasil 18 anos mais tarde, na *Revue Économique Internationale*, criada em 1904 e dirigida por ele próprio. Em « *Le Brésil contemporaine* » (1907), Levasseur pretendia atualizar algumas questões que haviam sido tratadas em sua obra anterior. Ele destacou, sobretudo, a obra de Pandiá Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação* (1904), dentre aquelas que lhe permitiram obter informações mais precisas sobre as riquezas minerais do Brasil e seu processo de exploração (LEVASSEUR, 1907, p. 4).

O geógrafo francês observava que, agora no princípio do século XX, o Brasil não era mais um Império, e sim uma República. Uma República que, aliás, possuía um território maior do que o Império em 1889, graças ao sucesso em litígios fronteiriços liderados pelo seu discípulo e ex-colaborador, Barão do Rio Branco (LEVASSEUR, 1907, p. 4)

Levasseur atualizava algumas informações a respeito do processo de imigração que o Brasil vivenciou desde o abolição da escravidão. De acordo com o autor :

A abolição da escravidão, em maio de 1888, sem indenização para os mestres, causou logo grandes dificuldades a exploração [...] Muitos proprietários não puderam mais suportar as despesas da mudança e foram substituídos por outros proprietários [...] O modo de exploração se modificou. Em muitas regiões, os negros emancipados proporcionaram apenas uma mão de obra insuficiente, foi preciso recorrer à imigração europeia, sobretudo aos italianos e ao aumento da imigração (LEVASSEUR, 1907, p. 9)

Além disto, Levasseur destacou que o fim da escravidão acarretou na diminuição da cultura da cana-de-açúcar no Nordeste e no desenvolvimento da cultura do café, no Sudeste do país (LEVASSEUR, 1907, p. 12-13).

De maneira geral, Émile Levasseur manteve uma visão otimista dos progressos e do potencial brasileiros. Em algumas passagens, chegou até mesmo a fornecer algumas sugestões que poderiam ser adotadas pela República brasileira para obter um aproveitamento mais caprichoso de seus recursos naturais e para desenvolver sua indústria siderúrgica : « Para incentivar a criação de usinas siderúrgicas, nós aconselhamos o Brasil a elevar os direitos de importação sobre o ferro e os objetos de ferro, à exemplo dos Estados Unidos, que têm um regime bastante protecionista e uma indústria metalúrgica muito florescente » (LEVASSEUR, 1907, p. 22).

Levasseur finalizou seu texto destacando a necessidade que o Brasil tinha de receber investimentos estrangeiros para explorar de maneira mais proveitosa seus recursos naturais : « O Brasil deve desejar uma imigração de capitais, não menos que uma imigração de braços, mesmo uma certa imigração de capitalistas e empresários » (LEVASSEUR, 1907, p. 34).

Interessante observar que esta visão de Brasil apresentada aos franceses por Levasseur era muito « propagandística», omitia muito a respeito das condições péssimas que foram submetidos os imigrantes europeus no Brasil desde meados do século XIX. Em nenhuma das obras mencionadas, Émile Levasseur mencionou, por exemplo, o fato de que, graças as numerosas notícias sobre a precariedade das condições do Brasil, os governos alemão e britânico chegaram a proibir a emigração para o Brasil, em 1859 e 1875, respectivamente (LESSER, 2015, p. 81). Esta é uma omissão no mínimo notável, ainda mais se levarmos em consideração que os conflitos entre capital e trabalho e as condições do trabalho agrícola e industrial eram alguns dos temas de reflexão prediletos de Levasseur.

Logo no ano seguinte a publicação do artigo « *Le Brésil contemporaine* », Émile Levasseur tornou-se o primeiro diretor do recém-criado *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour le développement des Relations avec l'Amérique Latine* (1908), que tinha entre seus principais objetivos : « fazer conhecer na França a América Latina » (MARTINIÈRE, 1982. p. 55)

Após o término da Primeira Guerra Mundial, este interesse francês pela América Latina, em geral, e pelo Brasil, em particular, tornou-se ainda mais intenso. O desenrolar da Grande Guerra revelou o lado negativo do progresso e desenvolvimento. Assim, as vanguardas artísticas parisienses (principalmente o grupo dos surrealistas) voltaram-se para o que escapa da racionalidade, o inconsciente e o primitivo. Nesse sentido, o Brasil os atraía pelo que tinha de primitivo e pitoresco, com suas populações selvagens, índias e africanas. Este interesse pelo « primitivo » da América fica evidente, por exemplo, na vinda do poeta Blaise Cendrars ao Brasil na década de 1920 (MONTEIRO, 2012, p. 189).

No campo das ciências humanas, o interesse pela América Latina tornou-se generalizado no final da década de 1920, como atesta o artigo de Lucien Febvre, « *L'Amérique du Sud : un champ privilégié d'études* » (*Annales d'histoire économique et sociale*, n. 2, 1929).

Neste texto, Febvre constatava que numerosas pesquisas se faziam recentemente sobre a América do Sul, nas áreas da linguística, antropologia, etnologia, arqueologia e história. O autor resenhou algumas delas, como a de Auguste Chévalier, *Les origines du tabac et les débuts de sa culture dans le monde* (1927), que apresentava forte preocupação com as condições geográficas e com as relações comerciais de matéria-prima (Febvre, 1929, p. 260). Febvre comentou o livro de Charles-Victor Langlois, *L'Amérique pré-colombienne et la conquête européenne* (1928). Langlois, além de importante erudito da *École des Chartes* e figura fundamental da escola metódica francesa, havia visitado algumas universidades dos Estados Unidos em 1905 e, mais tarde, tornou-se membro da *Société des Américanistes de Paris*. Seu livro trazia, de acordo com Febvre, boas informações gerais, cotejava diversos tipos de documentos e mantinha um diálogo constante com outras disciplinas das ciências humanas. Contudo, o resenhista censurava o livro em questão pela sua atenção insuficiente às questões geográficas (FEBVRE, 1929, p. 261). No campo da etnologia, Febvre destacou de maneira bastante elogiosa o livro de Alfred Métraux, *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani* (1928), sobretudo em razão de sua « descrição destalhada » dos meios materiais de existência de uma das tribos indígenas mais importantes do Brasil (Febvre, 1929, p. 262). Ao livro de Louis Baudin, *L'Empire socialiste des Inka* (1928), Febvre reservou a maior parte de suas críticas. De acordo com o autor, uma das argumentações centrais da obra de Baudin era de que os Incas do Peru viviam em um regime de terras quase idêntico ao modelo socialista. Apesar de admirar o zelo e o fôlego da pesquisa, Febvre criticou arduamente a tese de Baudin : « Tudo isso, anacronismo e divertimento. A palavra socialismo não é uma dessas palavras indiferentes, que podemos projetar à vinte séculos de distância » (Febvre, 1929, p. 268). Por fim, Febvre elogiou o livro do historiador alemão, Karl H. Panhorst, *Deutschland und Amerika* (1928), que tratou do papel dos alemães no processo de descoberta da América, sobretudo na atividade científica e financeira dos banqueiros e comerciantes (FEBVRE, 1929, p. 270).

Lucien Febvre acreditava que a América do Sul se revelava como um campo precioso de experiência e de comparação, bastante rico em contrastes significativos e ensinamentos para os cientistas sociais. Ele se fascinava com a imensa variedade de sociedades humanas que se encontravam espalhadas pelo continente : « que variedade, e que contrastes ! », exclamava Febvre (FEBVRE, 1929, p. 260).

Febvre retomou a ideia de Talleyrand (um diplomata dos tempos da Revolução que visitou a América em fins do século XVIII), de que viajar pela América do Sul era como voltar atrás no tempo. Assim, a visita ao continente americano era vista como « uma espécie de análise prática e viva da origem dos povos e dos Estados [...] Parece que viajamos para trás na história do progresso do espírito humano » (TALLEYRAND In FEBVRE, 1929, p. 260). Febvre acreditava que essa ideia ainda era válida nos tempos contemporâneos : « hoje, ainda, depois de tantos anos e transformações, sempre é possível para nós realizar na América do Sul uma viagem para trás, com um aproveitamento singular » (FEBVRE, 1929, p. 260).

Como destacou Guy Martinière, entre as décadas de 1930 e 1940, o tema da América Latina esteve presente em boa parte das pesquisas francesas, sobretudo aquelas vinculadas ao grupo dos *Annales d'histoire économique et sociale*. A América Latina se apresentava como um desafio e tornava-se objeto especial de estudo para aqueles historiadores que defendiam uma nova concepção de história mais atenta às questões sociais e econômicas. O continente americano foi frequentemente visto como um laboratório perfeito para pesquisas fundamentadas em novas perspectivas e problemáticas, numa perspectiva interdisciplinar que relacionava as áreas de etnologia, sociologia, geografia e história. Diversos colaboradores dos *Annales* escreveram sobre a América Latina, tais como Fernand Braudel, Émile Coornaert, Henri Hauser, Pierre Monbeig, Marcel Bataillon, Pierre Chaunu, Frédéric Mauro, entre outros. Alguns deles chegaram a tornar-se, inclusive, célebres hispanistas, como André E. Sayous e Albert Gerand (MARTINIÈRE, 1982, p. 165-166).

De maneira geral, para a maior parte dos intelectuais franceses, a América Latina era entendida apenas como um prolongamento da conquista espanhola. Após a vinda da missão universitária francesa para o Brasil, os *Annales* passaram, sobretudo a partir de 1937, por um verdadeiro momento de « descobrimento » do Brasil (MARTINIÈRE, 1982, p. 165). Henri Hauser teve, ao lado de seus ex-alunos, Pierre Monbeig e Fernand

Braudel¹⁴, um papel bastante relevante na difusão de conhecimentos sobre o Brasil na revista de Lucien Febvre e Marc Bloch.

4.5 – Os textos de Henri Hauser sobre o Brasil.

O primeiro texto sobre o Brasil publicado nos *Annales* foi de Hauser, « *Un problème d'influences: le saint-simonisme au Brésil* » (*Annales d'histoire économique et sociale*, n. 43, 1937). O tema geral do texto de H. Hauser girava em torno da questão das influências culturais e comerciais estrangeiras durante os primórdios da industrialização no Brasil, no século XIX. Hauser interessou-se pelo tema a partir da polêmica em torno da publicação de dois livros sobre o Visconde de Mauá em 1932 : a biografia escrita por Alberto Faria, *Mauá*, de 1926, mas que ganhava sua segunda edição em 1932 ; e o livro de Castro Rebello, *Mauá, restaurando a verdade*.

Além de apresentar Mauá para o público francês como « um dos criadores do Brasil moderno, grande homem de negócios, grande construtor de vias férreas, organizador de linhas de navegação, iniciador de múltiplas indústrias novas [...] homem político de uma certa envergadura » (HAUSER, 1937, p.1). Hauser observava que alguns autores vinham destacando aproximações entre as atividades comerciais e industriais de Mauá com as doutrinas do « industrialismo » de Saint-Simon e seus seguidores (*saint-simoniens*). Um deles era Alberto de Faria, que na biografia que escreveu sobre o Visconde, a partir de longas digressões a respeito do saint-simonismo, defendeu a hipótese de que Mauá havia sido influenciado pelo pensamento de Saint-Simon. Alguns autores franceses, como Georges Dumas e Germain Martin também defenderam este ponto de vista, considerando em algumas conferências que Mauá era

14 Os principais ex-alunos de Henri Hauser, Pierre Monbeig e Fernand Braudel, publicaram diversos textos sobre o Brasil na revista dos *Annales* durante os anos 1930 e 1940. De Monbeig foram publicados textos como “*Les zones pionnières de l'État de São Paulo*” (*Annales d'histoire économique et sociale*, n. 46, 1937), “*Pour comprendre le Brésil*” (*Annales d'histoire économique et sociale*, n. 53, 1938), “*Coton contre café*” (*Annales d'histoire économique et sociale*, n. 53, 1938) e “*Économie ou économies brésiliennes*” (*Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n. 2, 1947). Enquanto de Fernand Braudel, publicou-se “*Les jésuites au Brésil*” (*Annales d'histoire économique et sociale*, n.53, 1938), “*Revista de História da América*” (*Annales d'histoire sociale*, n. 4, 1939), “*Revista de Economia e Estatística*” (*Annales d'histoire sociale*, n. 4, 1939), “*À travers d'un continent: le Brésil et l'oeuvre de Gilberto Freyre*” (*Mélanges d'histoire sociale*, n. 4, 1943), “*Au Brésil: deux livres de Caio Prado*” (*Annales. Économies. Sociétés, Civilisations*, n. 1, 1948), “*La règle du jeu*” (*Annales. Économie, sociétés, Civilisations*, n.4, 1948) e, em parceria com Émile Coornaert, “*Aux origines du Brésil du nord et du centre*” (*Annales. Économie, Sociétés, Civilisations*, n.4, 1948).

« um verdadeiro saint-simoniano », « grande figura saint-simoniana » (HAUSER, 1937, p. 2).

Contrapondo-se a esta vertente interpretativa, Hauser simpatizava mais com o ponto de vista defendido pelo livro de Castro Rebello. De acordo com o historiador francês, a pesquisa de Rebello, a partir de leitura rigorosa da documentação disponível, buscava, entre outras questões, desconstruir a filiação saint-simoniana de Mauá. Tratando a questão como « *un problème d'influences* », H. Hauser questionava-se :

Mas a semelhança de ideias e de ações é um argumento suficiente para estabelecer uma filiação entre as doutrinas ? [...] Para afirmar ainda mais, não seria necessária alegar os textos que indicam relações precisas, provar que Mauá ou sua comitiva estiveram em contato com um dos membros notórias da seita ? [...] Mas estes textos existem ? A filiação é outra coisa além de uma brilhante hipótese ? (HAUSER, 1937, p. 2).

Hauser reconhecia que Mauá era um « homem de ação » bastante perspicaz, um destes « heróis » do período capitalista, sempre em busca de novos investimentos e ideias que lhe permitissem acumular riquezas, « um personagem típico da segunda revolução industrial, transplantado para o Novo Mundo e que parece mais inesperado, na América Latina » (HAUSER, 1937, p. 6-7). Entretanto, recusava sua suposta filiação saint-simoniana: « Concordamos com o sr. Castro Rebello que, no estado atual das coisas, nenhum documento existe a comprovar qualquer influência da escola sociológica de Henri de Saint-Simon na vida de Mauá » (HAUSER, 1937, p. 7). Os documentos disponíveis não indicavam uma filiação a escola de Saint-Simon, pelo contrário, apontavam para uma formação comercial de matriz britânica. A partir de 1830, quando ainda era um jovem de 17 anos, Mauá passou a trabalhar na empresa de importação do escocês Richard Carruthers, onde obteve uma educação econômica essencialmente inglesa. De acordo com Hauser :

O jovem caixa [Mauá] de 1830 recebeu uma educação toda inglesa. Quando ele vem à Europa, é para ir à Londres ou à Manchester. Nunca o vemos em contato com personagens franceses, nunca o vemos lendo ou discutindo os livros franceses. Parece que, de fato, ele nunca conheceu ou seguiu nada além da experiência britânica. Enquanto os historiadores brasileiros não nos apresentarem fatos novos, parece que devemos ver em Mauá uma manifestação da influência anglo-saxônica no Brasil. Não esqueçamos que, desde a abertura dos portos em 1808, o Brasil era, como Portugal

desde o tratado de Methuen, uma colônia comercial da Inglaterra (HAUSER, 1937, p. 7).

Henri Hauser também escreveu sobre o Brasil na *Revue Historique*, onde publicou um texto a respeito da produção historiográfica brasileira: *Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil* (t. 181, 1937).

O tema não era inédito, já havia sido tratado por Émile Coornaert no ano anterior, no texto “*Aperçu de la production historique récente au Brésil*” (*Revue d’histoire moderne*, n. 21, 1936). Coornaert veio para o Brasil lecionar na USP em 1934 e permaneceu em nosso país cerca de um ano. Em sua estada, ele se surpreendeu com a “extrema diversidade” dos estudos históricos brasileiros, que eram, a seu ver, ricos em elementos interessantes para a história política, econômica, intelectual e artística. O autor observou que, enquanto os brasileiros conheciam muito bem a literatura e a ciência francesas, mesmo as obras mais recentes, os franceses desconheciam quase que completamente a realidade brasileira: “Excluindo um breve artigo do sr. Oliveira Vianna, na *Revue d’histoire des colonies françaises*, quantos dentre nós leram os trabalhos históricos feitos pelos brasileiros?”, questionava-se Coornaert (COORNAERT, 1936, p. 44).

Com este artigo, Émile Coornaert pretendia suprir esta lacuna, mas sem fazer um exame exaustivo de toda a produção histórica brasileira. O professor francês optou por apenas fazer um apanhado geral das principais atividades históricas empreendidas mais recentemente no Brasil, principalmente nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro. A leitura deste texto nos permite perceber que, em sua curta estada no Brasil, Coornaert buscou mergulhar na vida intelectual local. O autor mencionou dezenas de autores e obras, que foram publicadas ou reeditadas, em sua grande maioria, entre as décadas de 1920 e 1930. Além disto, destacou a importância de instituições como os Institutos Históricos (IHGB e IHGSP), a Sociedade Capistrano de Abreu, a Academia Brasileira de Letras, o Museu do Ipiranga e as novas Faculdades de Letras da USP e da UDF (COORNAERT, 1936).

Henri Hauser enalteceu a iniciativa pioneira de Coornaert de apresentar ao público francês todo o “labor histórico” que se produzia do outro lado do Atlântico, destacando que a publicação do texto de Coornaert também suscitou um “vivo interesse” no Brasil. O artigo havia sido traduzido para o português e publicado na

íntegra no jornal *O Estado de S. Paulo*, entre 27 de março e 2 de abril de 1936. Apesar de reconhecer que o trabalho de Coornaert era “um trabalho de mão de mestre”, H. Hauser considerava que o primeiro historiador francês a atuar na USP havia sido otimista demais em sua análise da historiografia brasileira. De acordo com o autor, “Coornaert escreveu com o entusiasmo do descobridor” (HAUSER, 1937, p. 85).

De fato, Émile Coornaert apresentou a historiografia brasileira de princípios do século XX com o entusiasmo de um admirador e incentivador. Para ele, já existiam grandes obras historiográficas escritas no Brasil, de qualidade comparável ao que se produzia de melhor na Europa. Além disto, o autor acreditava que o número de estudos históricos, que já vinha crescendo nos últimos anos, deveria aumentar com a criação recente das Faculdades de Letras na USP e na UDF. De acordo com Coornaert:

A partir de agora, a excelência de muitos trabalhos, que de modo algum são inferiores às publicações mais qualificadas da Europa, a multiplicação de obras mostra que o Brasil adquire pouco a pouco um lugar; insuficientemente conhecido, mas cada vez mais importante em muitas outras ciências (COORNAERT, 1936, p. 60).

Boa parte das obras que foram resenhas por Coornaert foram consideradas “excelentes”, de “grande erudição”, “fonte abundante de informações”, etc. O autor havia sido bastante elogioso em seus comentários a diversos historiadores brasileiros. Capistrano de Abreu foi descrito como “um trabalhador dedicado, de uma originalidade alerta divertida”, cuja obra foi capaz de abrir vários caminhos e perspectivas. Rodolfo Garcia foi considerado “um historiador de uma informação, de uma sagacidade verdadeiramente admiráveis, um sábio melhor informado do que qualquer um sobre a literatura história e científica na Europa e na América”(COORNAERT, 1936, p. 54). E Affonso d’Escragnolle Taunay, seu colega de USP, foi descrito como pesquisador infatigável, autor de obra monumental sobre a história das bandeiras:

Ele [Taunay] edificou um monumento de uma importância excepcional. Em dez anos – mas depois de quantos anos de preparação? - ele publicou sobre o passado de sua cidade dez volumes, e consagrou quinze outros, com mapas cada vez mais completos, à glória destes bandeirantes, semelhantes aos conquistadores espanhóis e tão diferente deles, que através de inacreditáveis dificuldades, ao custo de lutas heroicas, levaram o nome e a influência paulista para todas as direções, até ao norte do Brasil, a cuja unidade contribuíram (COORNAERT, 1936, p. 56-57).

Além disto, Émile Coornaert também havia enaltecido o papel dos Institutos Históricos e Geográficos do Rio de Janeiro e São Paulo (IHGB e IHGSP), que agrupavam um grande número de pesquisadores. Ele destacou a imensa biblioteca do IHGB, com mais de 80.000 volumes, que continha “*véritables trésors d’archives et de cartes anciennes*”; salientou a importância da Revista do IHGB, que já ultrapassava os 170 volumes, com trabalhos de “extrema diversidade”; e da Revista do IHGSP, que contava com mais de 30 volumes de valiosos estudos de história, política, vida intelectual, geografia, etnografia e linguística (COORNAERT, 1936, 45-46).

Henri Hauser teve uma visão mais crítica das condições do trabalho histórico no Brasil. Apesar de reconhecer alguns esforços notáveis – como o de Varnhagen e sua monumental *História Geral do Brasil* (1954-1957), cuja edição quarta edição, revisada e anotada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, apareceu no início da década de 1930 –, Hauser considerava que poucos eram os “historiadores de verdade” no Brasil. Para ele, um “historiador de verdade” era aquele que sabe estudar os textos; que tem um “espírito crítico”; que sabe distinguir as épocas históricas e transmitir ao leitor o “senso agudo” (*sens aigu*) das diferenças entre elas; que sabe escrever com “sobriedade elegante”; que sabe fazer “reviver o passado” (HAUSER, 1937, p. 89)

No Brasil, poucos historiadores cumpriam tantas exigências, e Capistrano de Abreu era um deles. O historiador francês destacava a qualidade do trabalho histórico de Capistrano, que era um “pesquisador experiente e perspicaz”, dotado de “verdadeiro talento literário”. Ele considerou o livro *Capítulos de História Colonial* uma série de “brilhantes ensaios” sobre a história das capitanias hereditárias, sobre as guerras com holandeses, espanhóis e franceses. E também destacou os importantes trabalhos de Capistrano reunidos em *Ensaio e Estudos*, como o necrológio de Varnhagen e os estudos críticos sobre a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador (HAUSER, 1937, p. 89-90).

Quanto aos Institutos Históricos e Geográficos, Hauser reconhecia que eles eram capazes de reunir uma gama considerável de estudiosos de línguas indígenas, da história, da geografia, da literatura e das religiões do Brasil. Dentre estes membros ilustres, o historiador francês destacava autores como Pedro Calmon, Ramiz Galvão e Affonso d’Escagnolle Taunay. Apesar disto, de maneira geral, Henri Hauser manteve uma postura bastante crítica em relação ao IHGB. O autor destacava que as gerações

intelectuais brasileiras mais jovens, elas mesmas cultivavam um profundo desafeto em relação a historiografia proposta pelo Instituto. Essa aversão se dava, de acordo com Hauser, devido a alguns vícios daquela instituição, como a lentidão em que se desenvolviam os trabalhos; e também devido a alguns rituais acadêmicos, quase sempre saturados de discursos longos, meramente oratórios, de congratulações mútuas. Para o autor francês, ao se folhear os grossos volumes da Revista do IHGB podia-se perceber claramente que muitos membros do Instituto ainda confundiam discursos eloquentes e homenagens comemorativas com o trabalho histórico propriamente dito (HAUSER, 1937, p. 91).

Hauser destacou que, nas últimas décadas, publicaram-se no Brasil um número muito grande documentos relativos a história colonial brasileira, tais como os *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, os *Inventários e Testamentos*, as crônicas de Jean de Léry, Hans Staden, Anchieta e Nóbrega. Além do *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza e a *História da Província de Santa Cruz* de Gândavo. O autor francês observava que, no ano de 1937, graças as comemorações do tricentenário da chegada de Maurício de Nassau na província de Pernambuco, esperava-se a publicação de novos documentos históricos. E que a coleção *Documentos Brasileiros* da Editora José Olympio, dirigida por Gilberto Freyre, preparava naquele mesmo ano a tradução para o português do livro *Reine in Brasilien* (1817), de Spix e Martius (HAUSER, 1937, p. 92).

De tal forma, assim como Coornaert, Henri Hauser destacou: “O gosto pela história, nós o vimos, permanece vivo no Brasil”. Mas para ele, era sobretudo nas gerações mais jovens que este gosto pela história se manifestava de maneira mais interessante:

Seguindo com bastante curiosidade o trabalho histórico tal como ele se desenvolve na Europa e na América do Norte, mas especialmente na França, muito ansiosos para introduzir em seu país a severidade dos métodos críticos, eles [os “jovens”] denunciam impiedosamente os defeitos que nós assinalamos em alguns de seus compatriotas e de alguns membros do *corps savants* (HAUSER, 1937, p. 93).

Nesse sentido, Hauser mencionava os esforços dos jovens historiadores que se formavam nas primeiras turmas da UDF, que fundaram o Centro de Estudos Históricos em 1936, e inauguraram, em parceria com o Arquivo Nacional, o periódico *Boletim do*

Centro de Estudos Históricos, nos mesmos moldes da *Revue critique* de Gaston Paris. Para o autor francês, estes eram esforços notáveis de jovens que pretendiam superar os “métodos oratórios” e os trabalhos históricos de segunda ou terceira mão:

Se ainda existem muitas biografias e estudos concebidos no estilo de “elogios” acadêmicos, se ainda se abusa das comemorações e homenagem aos nossos “grandes mortos”, se a história nacional, com seus incontáveis “heróis”, evoca muito frequentemente os lugares das grandes cidades brasileiras, onde se desencadeia uma fastidiosa *statuomanie*, deve-se notar os sinais de uma corajosa reação (HAUSER, 1937, p. 93).

Para Henri Hauser, um bom exemplo desta “reação” seria o livro *A política geral do Brasil* (1930), de José Maria dos Santos, obra que descartava as ficções, mitos e delírios patrióticos para se dedicar apenas “a verdade crua”. Outro caso, no campo das biografias, seria a polêmica em torno da figura do Visconde de Mauá, envolvendo Alberto de Faria e Castro Rebello, que Hauser abordou no seu primeiro artigo sobre o Brasil na revista dos *Annales*. Sem se aprofundar nestas controvérsias, Hauser afirmou: “Notemos apenas que estas manifestações iconoclastas servem, em suma, a causa da pesquisa histórica, se Michelet tinha razão de dizer que o primeiro dever do historiador era a falta de respeito” (HAUSER, 1937, p. 94).

Em sua análise da situação da historiografia brasileira contemporânea, Hauser destacava que esta acabava de entrar em uma “nova era”, a “era da crítica”. Apesar dos notáveis avanços e desenvolvimento da historiografia brasileira na primeira década do século XX, Henri Hauser acreditava que ainda havia muito a ser feito para a construção de uma história do Brasil sob sólida base documental. Várias eram as dificuldades. Muitos documentos estavam em péssimo estado de conservação, e o clima e os insetos tropicais facilitavam o processo de degradação de papéis antigos. A documentação referente a história brasileira é demasiadamente dispersa, está espalhada em arquivos da Europa e da América Latina. Além disto, grande parcela dos arquivos brasileiros permanecia basicamente inexplorada, como eram os casos dos arquivos do Ministério das Relações Exteriores, no Itamaraty. Outro fator que atrasava o desenvolvimento da historiografia brasileira era a ausência do ensino das técnicas próprias do trabalho histórico. De acordo com Hauser:

A exploração dos arquivos nacionais apenas começou. O que a retarda, é que os cursos das Universidades brasileiras não contém, para os estudantes da seção histórica, conferências sobre as ciências auxiliares da história. A paleografia, em particular, é estudada apenas pelos candidatos às funções de arquivista (HAUSER, 1937, p. 95).

Aliás, foi tentando remediar esta situação que Henri Hauser preparou seu relatório aos diretores da UDF, sugerindo que os estudantes tivessem mais horas destinadas a “exercícios práticos” de pesquisa histórica. O autor então concluía: “Percebe-se que a tarefa é dura, e que é tempo, se nós queremos abordá-la, de formar nas universidades brasileiras mais equipes de trabalho iniciadas no método sólido, capazes de impor regras severas. O jogo vale a pena” (HAUSER, 1937, p. 96).

Por fim, Hauser finalizava seu artigo alertando o público francês que já era hora de se dar conta que a história do Brasil era uma parte não negligenciável da expansão marítima europeia, sobretudo para levar adiante a aproximação deste país com a França pela via da “latinidade”:

Não podemos negligenciar, sobretudo na França, o trabalho a continuar, com uma atividade real e louvável, pelos historiadores brasileiros. Nós pensamos mesmo que nosso papel de nação de cultura latina é de ajudar os nossos, mas do outro hemisfério, de fazer conhecer aqui o resultado de suas pesquisas e, na medida em que eles aceitarem nossas sugestões, de guiá-los nas vias em que eles desejarem entrar (HAUSER, 1937, p. 98).

Embora não tenha preparado um livro sobre sua experiência no Brasil como havia feito no livro *L'Amérique Vivante* (1924), a respeito de sua segunda viagem aos Estados Unidos, Henri Hauser escreveu dois relatos sobre suas viagens pelo interior de nosso país.

O primeiro texto foi “*Brésil: au payz des chercheurs d’or*” (*Revue Bleue – Politique et Littéraire*, 1937).

Sabemos que Hauser e os demais professores franceses da UDF recém-chegados ao Brasil foram convidados pelas autoridades brasileiras para realizar uma viagem para as cidades históricas de Minas Gerais, em abril de 1936. A coluna social do *Jornal do Brasil* registrou o fato:

Ainda não há dois dias que estiveram nessa cidade [Petrópolis], de passagem para Minas Gerais, vários professores franceses, aos quais o governo do município dispensou grata recepção homologando-a com um almoço que se realizou no Hotel da Independência [...] Eram eles os professores Leduc, Brehier, Perret, Souriau, Hauser, Bourciez, que fazem parte da delegação francesa convidada para a iniciação dos cursos da UDF (“Notas Sociais”. *Jornal do Brasil*, 12 de abril de 1936).

Convém destacar que, desde fins do século XIX e início do século XX, as cidades históricas de Minas Gerais despertaram grande interesse entre a intelectualidade brasileira. O barroco mineiro, que havia sido tão menosprezado, classificado como “mau gosto” no século XIX pelos membros da Escola de Belas-Artes e sua tendência neoclássica, passava a ser revisitado e valorizado como manifestação estética tipicamente brasileira.

Desde 1893, Olavo Bilac, que refugiou-se em Ouro Preto durante a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, chegou a afirmar que as cidades coloniais de Minas representavam a verdadeira síntese do Brasil, produtoras de arte e arquiteturas originais devido a seu isolamento geográfico entre as montanhas. Em uma de suas crônicas na *Gazeta de Notícias*, Bilac afirmou: “Vir a Minas é vir ao coração do Brasil. Ouro Preto amantelada nas suas montanhas verdes, é como o reduto de nossa nacionalidade... Por São Paulo, pelos Estados do Sul, pelos Estados do Norte, a corrente estrangeira alarga a terra, desnacionalizando o povo...” (BILAC In BRAGA, 2010, p. 34).

No início do século XX, Alceu Amoroso Lima escreveu sobre a viagem a Minas Gerais que fez em companhia de Rodrigo Mello Franco de Andrade. Na *Revista do Brasil*, de Monteiro Lobato, Alceu Amoroso Lima esboçou um projeto de preservação do barroco mineiro. Aproximando-se das afirmações de Bilac, o autor assim descreveu a “missão” de Minas Gerais:

A Minas cabe, pois a missão de preservadora do passado, de reformadora das influências cosmopolitas que vão levando o Brasil para o indistinto ou a servidão moral e finalmente de compensadora de todos os desequilíbrios extremistas. Minas não é o Brasil. Mas está naturalmente fadada a ser o centro de gravidade do Brasil (LIMA In BRAGA, 2010, p. 37).

Nesta mesma linha, Mário de Andrade, que havia feito uma curta viagem a Minas no ano anterior, publicou na mesma *Revista do Brasil* um artigo sobre “A arte religiosa

no Brasil” (1920), onde argumentava que na segunda metade do século XVIII desenvolveu-se em Minas uma arte autêntica e distinta da metrópole, graças ao isolamento e à distância do litoral (BRAGA, 2010, p. 39).

Alguns anos mais tarde, Mário retornou a Minas Gerais acompanhado de Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Blaise Cendrars. A célebre viagem dos modernistas paulistas e do poeta francês de 1924 marcou o início da “segunda fase” do modernismo brasileiro, que passou a se preocupar cada vez mais em “redescobrir” a essência da nacionalidade brasileira. Neste mesmo ano, Lúcio Costa também visitou as cidades históricas mineiras para estudar a arquitetura colonial brasileira, financiado pela Sociedade Brasileira de Belas Artes (AMARAL, 1997, p. 57).

Em suma, na década de 1930, as cidades mineiras tornavam-se extremamente importantes para os intelectuais simpatizantes do movimento modernista. Em 1933, Ouro Preto foi elevada a categoria de Cidade-Monumento pela Inspetoria de Bens Nacionais do Museu Histórico Nacional. A partir de 1937, as demais cidades coloniais mineiras receberam atenção especial do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade. E em 1938, o SPHAN decretou o tombamento de Mariana, Diamantina, Serro, São João del Rey e Tiradentes, demolindo inclusive alguns edifícios ecléticos e neoclássicos (BRAGA, 2010, p. 49).

Tendo em vista este contexto, compreende-se porque as autoridades brasileiras decidiram levar os professores franceses para Minas Gerais, apesar de todas as dificuldades que a viagem representava, pois se tratava de mostrar aos mestres franceses o passado “autêntico” da cultura brasileira.

Henri Hauser realizou esta viagem para Minas Gerais com olhos de etnógrafo. Em seu relato, o autor fez uma descrição da geografia local da cidade de Sabará, rodeada de montanhas:

Nós estamos há vinte quilômetros da nova capital, a bem nomeada, Belo Horizonte. Estamos à beira de um anfiteatro de montanhas tabulares, cuja mais alta, *A Piedade*, se aproxima dos 2.000 metros [...] Um rio rápido, cujas águas geladas roem as margens da terra vermelha, serpenteiam nos braços. Suas areias rolaram e rolaram de ouro, à beira de uma velha cidade: Sabará (HAUSER, 1937, p. 120).

Henri Hauser descreveu o “teatro geográfico” em que se desenrolaram as “ferozes lutas” pelo ouro, travadas no século XVII por diversos grupos distintos. De acordo com o autor francês:

portugueses vindos da costa, de Vitória ou da Bahia; índios que defendiam suas terras de caça e de pesca; enfim os colonos do sul, os terríveis paulistas (de São Paulo), metade exploradores, metade bandidos, que vinham em tropas combater seus congêneres lusitanos e os “selvagens”, chegando até eles através de suas fantásticas caminhadas em busca de ouro e de escravos. Estes bandeirantes legendários, que foram do Sul até o Equador, fizeram o Brasil (HAUSER, 1937, p, 120).

Interessante observar nesta passagem que, ao contrário de Émile Coornaert, Hauser não absorveu a visão heroica dos bandeirantes paulistas, talvez por não ter tido tanto contato com membros das elites paulistas. Apesar de admitir que os bandeirantes “fizeram” o Brasil, a partir de suas jornadas “fantásticas”, H. Hauser os tratou por “*terribles paulistas*”, descrevendo-os como mercenários, metade “exploradores”, metade “bandidos”, gananciosos em busca de escravos e enriquecimento fácil.

Hauser mencionou a visita que os professores franceses fizeram a uma mina de ouro em Morro Velho, dirigida por uma empresa britânica, onde trabalhavam cerca de 7.000 homens, quase todos negros e mulatos, em condições bastante precárias. Além disto, sempre bastante atento as formas e as condições de trabalho, o professor francês observou que, mesmo após o declínio da mineração em fins do século XVIII, muitos “faiscadores” (mineiros que trabalham individualmente) ainda praticavam, em plena década de 1930, quase do mesmo modo que no passado colonial, a atividade da mineração. De acordo com Hauser:

Em nossos dias, basta uma alta do ouro sobre o mercado de Londres, de modo que o antigo trabalho de procedimentos tradicionais, a lavagem das areias com o garimpo, praticado sobretudo pelos negros. Trabalho de pouco ganho, mas de pouca despesa. Para-se de descer o rio quando o preço do metal tende a baixar e não paga mais o esforço. Pois esta população tem poucas necessidades, e a necessidade é para ela a medida do esforço. Descemos então o rio quando a fome ameaça. Pescamos quando o rio está cheio de peixes; a batéia recolhe algumas pepitas e um pouco de pó dourado [...] Depois descansamos, tocando violão e cantando canções docemente

melancólicas, até o momento onde, de novo, a fome nos leve ao trabalho (HAUSER, 1937, p. 120).

Convém destacar que as observações de Hauser nesta passagem guardam profundas semelhanças com algumas das afirmações feitas posteriormente por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). No capítulo sobre “a mineração”, Caio Prado destacou:

A indústria mineradora no Brasil nunca foi além, na verdade, desta aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante [...] Ainda hoje, grande número de pessoas, nos antigos distritos de Minas Gerais e Goiás, sobretudo, vive exclusivamente desta atividade. Vão-se deslocando continuamente, fazendo tentativas aqui, encontrando algum sucesso acolá. Quem viaja por estes lugares, topa a cada passo com estes *faiscadores*, em grupos ou isolados, e que metidos nos rios ou revolvendo suas margens, fazem rodar as batéias na ânsia de uma miserável pepita que lhes garanta o pão daquele dia (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 171).

A viagem ao coração das Minas Gerais barroca levou Henri Hauser a refletir a respeito das diferenças da arquitetura jesuítica pelo mundo. Ao visitar as numerosas igrejas coloniais mineiras, quase todas da metade do século XVIII, de estilo jesuítico, Hauser observou que “o barroco português é menos atormentado que seus irmãos italiano e espanhol; mais robusto, ele preservou as torres quadradas no lugar de pontos de curvatura” (HAUSER, 1937, p. 121).

Quando esteve em Sabará, Henri Hauser e os outros professores franceses assistiram a famosa Procissão de Sexta-Feira Santa, que ainda mantinha alguns rituais antigos e tradicionais. Esta cerimônia também havia chamado a atenção de Blaise Cendrars, quando esteve em Minas Gerais com Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Paulo Prado e Mário de Andrade em 1924. O poeta suíço-francês já havia escrito sobre a procissão que presenciou na cidade de São João del Rey no livro *Aujourd'hui* (1931):

Lá foram a procissão da tarde de Páscoa parou sob as janelas da prisão. Algumas centenas de negros estavam parados na praça. Eles estavam todos de camisa e carregavam velas acesas nas mãos. As mulheres velhas e as crianças usavam máscaras.

Um grupo de jovens vaqueiros conduzia um burro no qual estava um manequim recheado com pólvora, fogos de artifício, com raquetes e petardos. Era uma efígie de Judas Iscariotes que foi levada para fora da pequena cidade para ser queimado e explodido. Em pé num pódio coberto de felpa, um jovem corcunda cantou o lamento de Verônica. À sua voz pura, cristalina, flauteada, comovida, se misturava a voz grave de uma longa mulher emaciada, anêmica, grávida. Um pequeno português ventripotente e um gigante evangelista negra acompanhavam as duas mulheres em falso bordão. Após cada estrofe o corcunda apresentava à multidão a roupa branca que traz a marca do rosto miserável de Nosso Senhor... (CENDRARS In AMARAL, 1997, p. 63).

Em seu texto, Henri Hauser também descreveu esta cerimônia religiosa:

Sexta Feira Santa. Terá procissão esta noite depois das nove horas. Mas a morte do Senhor – será porque o aniversário cai na doçura do outono austral? - não é aqui um dia de tristeza, até agora. Antes da procissão, na rua, a feira de casamento. Os jovens se dividem em dois lados, olhando com desdém, com as mãos nos bolsos. As jovens garotas – brancas, morenas, amarelas, negras, acobreadas – desfilam com suas roupas, de três em três. Lá se esboçam as uniões futuras, e desta festa, que a tradição queria fúnebre, sai a vida. (HAUSER, 1937, p. 121).

Nota-se que o que mais chamou a atenção de Henri Hauser ao assistir a procissão foi o caráter “mestiço” da população e da religiosidade brasileira, que tornava a cerimônia de sexta-feira santa de Minas Gerais tão diferente daquelas praticadas em outras regiões católicas. A partir da comparação com a cerimônia religiosa praticada na Espanha antiga, Hauser destacou:

sempre de todas as cores: a religião católica, no Brasil, é uma verdadeira doutrina de fusão de raças; não existe espaço para uma igreja etiópica. Esta religião parece também, ao menos nestes lugares distantes, feita de doçura e, para dizer em uma palavra de *bonne enfant*. Eu me lembro daquela Sexta Feira Santa da antiga Espanha, onde o fanatismo mais sombrio brilhava nos olhos, onde o sangue das imagens santas, aquele do supliciado e dos mártires, parecem gritar por vingança, onde se olhava com desconfiança aos estranhos, onde toda curiosidade indiscreta era tratada com raiva colérica (HAUSER, 1937, p. 121).

Hauser observou que a procissão de semana santa mineira era completamente distinta da procissão da antiga Espanha. Ela não possuía o mesmo grau de devoção religiosa. Não era um momento para se lamentar a morte de Cristo. Estava mais para uma “festa familiar”, onde as pessoas se encontravam e se divertiam. A falta de devoção religiosa ficava evidente, para o autor, no caráter “desorganizado” da cerimônia: “Os padres estão sempre ocupados em manter, o que nem sempre é fácil, um pouco de ordem no cortejo” (HAUSER, 1937, p. 122). Para Hauser, a procissão mineira era uma manifestação autêntica de uma “religião popular, muito próxima da natureza, semi-pagã, muito diferente da religião de combate que encontramos em certas cidades grandes. As procissões do Rio nos deixou uma impressão bem diferente” (HAUSER, 1937, p. 122).

A procissão assistida em Sabará também foi descrita por Henri Tronchon, em seu livro *Huit mois au Brésil*. Para o professor de Literatura Comparada, tratava-se de um cortejo religioso simples, que tinha valor por representar a essência da tradição antiga local, em um quadro consagrado, modesto e evocador. Tal como Hauser, Tronchon destacou a ausência de um sentimento real de devoção religiosa na cerimônia em questão:

É um cortejo rural mas pitoresco, inocentemente sincero. Todos executam de boa fé um ato religioso e uma espécie de rito cívico, tal como os velhos da região transmitem a tradição [...] as cerimônias populares desse tipo conservam, necessariamente, uma aparência um pouco “pagã”, nesse ponto deixaram-me a impressão de infantilidade (TRONCHON, 1938, p. 67).

A Procissão de Sexta-Feira Santa também foi alvo de reflexões de Caio Prado Júnior alguns anos mais tarde, em *Viagem a Ouro Preto* (1940). Caio Prado assistiu a cerimônia religiosa com Flávio de Carvalho em Ouro Preto, durante uma viagem pelas cidades históricas de Minas Gerais feita em 1940. Em seu diário de viagem, ele registrou observações muito parecidas com a dos professores franceses, embora de maneira muito mais elaborada e detalhada. De acordo com Caio Prado, a procissão era uma espécie de “espetáculo” que confundia devoção e curiosidade. No diário de viagem, o intelectual paulista registrou:

É interessante penetrar um pouco mais a fundo nesta cerimônia de uma procissão [...] Devoção havia-a com certeza muito pouco. Raros eram os semblantes que refletiam alguma compenetração; a grande imensa maioria tanto de participantes como de

simples acompanhadores marchava distraidamente, conversando ou olhando ao redor (PRADO JÚNIOR, 1940, p. 70).

Após salientar o aspecto “desordenado” da cerimônia, o autor concluiu:

A procissão parece ser, antes de tudo, um espetáculo; e o aparato que lhe procuram dar mostra bem que esta circunstância não escapa aos mais avisados de seus iniciadores. O segundo elemento psicológico das procissões é o automatismo da repetição. Repete-se o que já foi feito, e feito desde tempos imemoriais. O espírito religioso vem em último lugar (PRADO JÚNIOR, 1940, p. 71-72).

Além desta viagem a Minas Gerais, Henri Hauser também percorreu o interior de São Paulo para visitar algumas fazendas de café, tabaco e cana-de-açúcar. Esta viagem foi comentada no texto “*Agronomie brésilienne: fazenda et fazendeiros*” (1937), publicado na *Revue Économique Internationale*, criada por Levasseur em 1904.

Hauser pretendia apresentar ao público francês uma das formas principais de produção agrícola do Brasil, o modelo de “fazenda”, que não encontra paralelo nem na história e nem na língua francesa. Para tanto, Henri Hauser descreveu as fazendas que visitou no interior de São Paulo junto com os demais professores franceses da UDF, a convite de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*.

O historiador francês iniciou seu texto destacando a imensa importância das fazendas e das grandes propriedades rurais para a produção agrícola brasileira, assim como suas relações recíprocas com o trabalho escravo. De acordo com ele, “A grande produção agrícola no Brasil está sempre dominada pelo regime da fazenda, isto é, pela grande propriedade, de tipo quase feudal e que foi constituída em íntima relação com a escravidão” (HAUSER, 1937, p. 436).

A partir das fazendas que visitou em São Paulo, o autor definiu o “modelo principal” de fazenda. De acordo com ele, “A fazenda permanece particularmente como a forma típica de exploração das regiões interiores do Estado de São Paulo. É lá que devemos estudá-la” (HAUSER, 1937, p. 437). Para Hauser, as fazendas podiam ser descritas, em linhas gerais, da seguinte maneira:

Ao centro, a casa do mestre, com os estábulos ou, hoje as garagens, e frequentemente a capela; um domínio mantido à moda europeia, com jardim ou parque, dependendo

de sua importância. Que faz a casa ancestral uma habitação prazerosa; no entorno, às vezes até o horizonte, as plantações mais diversas, racionalmente organizadas, e ordinariamente ao lado de usinas de transformação de produtos agrícolas (HAUSER, 1937, p. 436).

Henri Hauser descreveu o modelo de fazenda brasileira como um “regime arcaico”, quase medieval, de propriedade rural, que, bem ou mal, combina processos operacionais capitalistas com uma organização social quase feudal, que mobiliza quase a mesma quantidade de trabalhadores que uma usina moderna. De acordo com o autor, a fazenda deveria ser entendida como

um mundo em si, uma unidade econômica quase completa, que não se abre se não for para adquirir material ou para comprar seus produtos. Mas neste domínio, cuja organização social lembra os tempos feudais, triunfa, nós o vimos, a técnica mais avançada (HAUSER, 1937, p. 444).

Esta coexistência de elementos arcaicos e modernos seria uma das características mais marcantes destas fazendas que o autor visitou. Assim, Henri Hauser destacou:

A nós, europeus, parece sempre que o maquinismo é um produto da cidade, como ligado a organização democrática. Aqui, a civilização tecnológica mais estritamente racionalizada se estabelece ao ar livre, em contato com a vida agrícola, em um regime agrário que opõe a propriedade senhorial e a ternura (HAUSER, 1937, p. 444).

Hauser mostrou os lugares recíprocos entre as fazendas, engenhos e a mão de obra escrava, salientando que, mesmo após a abolição em 1888, muitos ex-escravos, ou filhos de escravos, permaneceram nas propriedades em que trabalhavam, mantendo quase as mesmas relações que tinham com seus antigos mestres. O autor definiu a fazenda como um “*petit royaume*” que abrigava uma população de milhares de trabalhadores e suas famílias, sendo que, destes, a grande maioria era herdeira dos antigos escravos. Assim, H. Hauser repetia a ideia defendida por Levasseur, de que a escravidão no Brasil fora mais “doce” do que no resto das Américas:

Acontece que, a partir do domínio reservado ao antigo proprietário, jardineiros que nasceram escravos, antes de 1888, permaneceram voluntariamente ligados ao solo e ao

serviço de seu antigo mestre; do que parece claro que ao menos esta escravidão semi-doméstica foi, nestes antigos tempos da monarquia, ficou bastante suave. Os jovens são frequentemente filhas ou filhos de escravos, que o hábito fez com que ficassem junto ao solo onde viveram seus pais (HAUSER, 1937, p. 436).

Enquanto especialista da história social e econômica, Henri Hauser preocupou-se em descrever os métodos empregados na produção agrícola brasileira, em especial o método das queimadas, que via de maneira bastante crítica. De acordo com autor:

os procedimentos clássicos no Brasil: em um primeiro momento, uma rápida limpeza, retirada das grandes árvores, a *derrubada*; em seguida põe-se fogo nos espaços abertos, a *queimada*, que não deixará lugar para nada além de lamentáveis esqueletos de árvores mortas e os grossos troncos que o arado contornará, se não preferir explodilos com dinamite; após estas operações brutais, vem a pastagem, onde se alimenta o gado, ou a plantação de milho, banana, mesmo café ainda espalhado; e também muitas tentativas de rebelião (HAUSER, 1937, p. 437).

Interessante observar que, mesmo sendo um legítimo defensor da exploração máxima dos recursos naturais pelo Estado, Hauser criticava a exploração agressiva da natureza que presenciou no Brasil. “Podemos observar, ao secar as fontes e os poços, ao desaparecer a sombra que protegia os rebanhos, ao caírem estradas após a tempestade, à escassez de madeira, que desnudamos imprudentemente o solo” (HAUSER, 1937, p. 437).

Em suas observações de viagem, Henri Hauser deu particular ênfase a visita na fazenda de Júlio de Mesquita Filho, seu anfitrião principal. O autor observou que a casa principal possuía varandas bastante amplas, que permitiam a circulação de ar nos dias mais quentes e a visão do patrão para fiscalizar o trabalho que se fazia ao redor. A casa era ampla, espaçosa e luxuosa, com diversas salas e quartos para receber familiares, amigos, e sócios. Hauser assim descreveu o local:

Nenhuma suntuosidade de gosto duvidoso; móveis robustos dos tempos coloniais, de estilo sólido e um pouco severo, talhados em admiráveis madeiras vermelhas e castanhas em tons quentes, brilhantes e ruidosos, que fazem de cada mobília uma sinfonia e de cada gesso um mosaico cantante. Sobre as mesas, algumas velhas peças

de prataria portuguesa, de forma maciça, um pouco pesadas, mas ainda carregando o esplendor das descobertas ricas do mundo (HAUSER, 1937, p. 438-439).

Apesar da descrição detalhada, Hauser não ficou com uma impressão muito positiva do recinto: “Nós chegamos assim em uma fazenda que se passa pela mais bela da região. Direi todo meu pensamento? É quase tudo muito bonito, muito rico, pomposo como um cenário de ópera” (HAUSER, 1937, p. 440).

O autor francês impressionou-se, contudo, com o proprietário da fazenda, Júlio de Mesquita Filho, que foi descrito como um homem de cultura intelectual refinada, que se emocionava ao contar os feitos heroicos de seus antepassados bandeirantes. Henri Hauser, por outro lado, manteve uma visão bastante crítica dos antigos paulistas, tratando-os novamente como “estes terríveis bandeirantes que nós sabemos que foram ate as províncias do norte aprisionar escravos índios ou negros, cujas expedições semi-guerreiras, semi-mercantes, eram o terror das populações sedentárias” (HAUSER, 1937, p. 438).

Hauser direcionou sua visão para os problemas rurais e sociais decorrentes do modelo de produção agrícola centralizado nas grandes propriedades rurais. Ao se deparar com a fazenda de Júlio de Mesquita Filho, que reunia em torno de uma casa ampla e luxuosa cerca de 4.000 trabalhadores em condições precárias, Henri Hauser refletiu sobre os problemas rurais e sociais brasileiros, indagando-se:

Quanto tempo durará este regime? Quanto tempo os trabalhadores, os camponeses, que são ao mesmo tempo assalariados, aceitarão essa situação atual, se contentarão com salários que não são suficientes para suas condições básicas de existência? Quanto tempo a diversidade de origens os impedirá de formar agrupamentos revolucionários, seja no interior de uma fazenda, seja de fazenda a fazenda? (HAUSER, 1937, p. 444)

Assim como Hauser, Henri Tronchon também relatou essas visitas pelas fazendas no interior de São Paulo em *Huit mois au Brésil*. O professor de Literatura Comparada destacou igualmente a visita a fazenda moderna de Júlio de Mesquita Filho, que ficava a aproximadamente 60 km de Campinas, e que contava com eletricidade, água corrente, telefone e rádio. Em *Huit mois au Brésil*, o autor também manifestou o espanto diante da agressividade do método das queimadas. Sobre a viagem de carro pelas fazendas, Tronchon registrou o seguinte diálogo: “Foi um incêndio aqui? Perguntei ao jovem

advogado, meu companheiro de automóvel – Não, senhor, queimada para a plantação de algodão” (TRONCHON, 1938, p. 82).

Por fim, o professor de Literatura Comparada também destacou os salários baixos dos trabalhadores rurais brasileiros, embora acreditasse que sua condição material não era tão ruim assim: “Os trabalhadores ordinários ganham 7 mil réis por dia: quase seis francos [...] Isso seria terrivelmente pouco na França. Mas eles têm alojamento, iluminação, serviços médicos gratuitos, uma escola para suas crianças, etc; e a vida material no Brasil mantém-se barata” (TRONCHON, 1938, p. 85).

No ano seguinte, Henri Hauser voltou a escrever sobre o Brasil na revista dos *Annales*, desta vez a respeito da escravidão na história do Brasil, em « *Naissance, vie et mort d'une institution : le travail servile au Brésil* » (*Annales d'histoire économique et sociale*, n. 52, 1938).

Convém destacar que, quando Hauser esteve no Brasil, os temas da escravidão africana e do papel do negro na formação nacional estavam na ordem do dia nos debates intelectuais brasileiros. Como observou o crítico Wilson Martins, durante a década de 1930 numerosos trabalhos foram publicados (ou republicados) sobre esta questão, tais como : Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil* (1932) ; Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1933) ; Evaristo de Moraes, *A escravidão africana no Brasil* (1933) ; Jacques Raimundo, *O elemento afro-negro na língua portuguesa* (1933) ; Renato Mendonça, *A influência africana no português do Brasil* (1933) ; Arthur Ramos, *O negro brasileiro* (1934) e *O folclore negro do Brasil* (1935), etc (MARTINS, 1978, p. 7).

Henri Hauser iniciava seu texto denunciando que grande parte dos estudos franceses sobre a instituição da escravidão moderna se dedicava, até então, quase que exclusivamente aos casos dos Estados Unidos e da América Espanhola. De acordo com o autor, na história da expansão ibérica pelo mundo, existia a tendência a se considerar sobretudo o fenômeno espanhol. O caso luso-americano ainda não havia sido tratado como um caso a parte, mas apenas como um anexo do fenômeno castelhano :

Parece que, nestes estudos, não se dedicou uma parte suficiente a respeito da América portuguesa. Não nos perguntamos se a instituição escravocrata não apresentou

caracteres originais e se ela não se transformou, no decorrer do tempo, em formas diversas até sua supressão, que apenas se deu em 1888 (HAUSER, 1938, p. 309).

Assim, o objetivo principal de Hauser neste texto era destacar algumas das « características originais » que o trabalho escravo assumiu na história do Brasil. Para tanto, o autor seguiu de perto a argumentação de Affonso de Toledo Bandeira de Mello – membro do Conselho de Administração do Ofício Internacional do Trabalho, que também atuava no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do governo de Getúlio Vargas –, no livro *O trabalho servil no Brasil* (1936). O próprio autor confessou : « Nós não saberíamos fazer melhor do que resumir seu trabalho, esclarecendo o uso dos europeus, acrescentando algumas impressões pessoais » (HAUSER, 1938, p. 310). Portanto, foi principalmente a partir da leitura de Bandeira de Mello que Hauser tratou de temas como : os antagonismos entre colonos e missionários ; a falta de braços para as lavouras e a captura do indígena nas bandeiras paulistas ; o trabalho indígena nos aldeamentos jesuítas ; a substituição do trabalho indígena pelo africano ; as consequências econômicas da supressão do tráfico de escravos ; a transição do trabalho servil para o trabalho livre ; a Lei Áurea, a queda da Monarquia e suas consequências políticas e econômicas.

De tal maneira, atento tanto ao trabalho escravo do indígena quanto do africano, Hauser destacou a importância das expedições bandeirantes :

As expedições famosas dos bandeirantes paulistas eram em grande parte incursões ou, para falar a língua, crescimento das *correias* através das florestas para conquistar escravos [...] Para suas expedições (aquelas que se elevaram da Bahia para o Norte, etc), eles [os bandeirantes] alargaram os limites do Brasil delimitados pelo Tratado de Tordesilhas (HAUSER, 1938, p. 312).

O historiador francês afirmou que uma das características mais originais do trabalho servil no Brasil era a longa coexistência da escravidão indígena e africana :

Não há dúvida de que, por muito tempo, foi através destes trabalhadores indígenas recrutados pela violência guerreira que se deu a exploração das fazendas. Diferença notável em relação às colônias espanholas, onde o trabalho indígena utilizado sobretudo para exploração mineradora não foi mais que um episódio de curta duração [...] É uma característica original da história do Brasil esta longa coexistência da

escravidão indígena (*cativeiro*) com a escravidão de importação (HAUSER, 1938, p. 312).

No que diz respeito a utilização de escravos africanos na produção de açúcar no Brasil, Hauser mencionou o “o livro essencial de Lúcio de Azevedo”, referindo-se ao livro *Épocas de Portugal Econômico: esboços de história* (1929), do historiador português João Lúcio de Azevedo. A partir desta leitura, autor francês destacou que a grande maioria dos escravos africanos que trabalharam no Brasil vieram de São Tomé, Nova Guiné, Angola, Congo e Moçambique (HAUSER, 1938, p. 314). Provavelmente por meio da leitura de Bandeira de Mello, Hauser também discutiu rapidamente alguns estudos sobre a contribuição dos africanos escravizados para a formação mental e moral do Brasil, sobretudo os de Oliveira Vianna, *Evolução do Povo Brasileiro* (1920), de Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil* (1932), de Renato Mendonça, *A influência africana no português do Brasil* (1933) e de Arthur Ramos, *O negro brasileiro* (1934) (HAUSER, 1938, p. 313-314).

Hauser considerou a abolição da escravidão e a vinda de trabalhadores imigrantes como fenômenos complementares, decorrentes de um longo processo de substituição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil: “Alguns fazendeiros, por exemplo o senador Vergueiro desde 1840, tinham tomada a iniciativa de introduzir em seus domínios trabalhadores europeus, um sistema de parceria que poderia servir de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre” (HAUSER, 1938, p. 316).

E, aproximando-se da argumentação de Levasseur em seu artigo sobre o Brasil, Hauser buscou destacar as principais consequências da abolição em 1888 sem a indenização dos proprietários rurais:

Não há dúvidas que, do ponto de vista puramente econômico, esta operação brusca comprometeu a riqueza pública, atingindo duramente as propriedades agrárias nos Estados do Norte, de Minas, do Rio. Ela preparou a preponderância dos Estados do Sul, mais ricos em imigrantes (HAUSER, 1938, p. 317).

Além do resumo do conteúdo do livro de Bandeira de Mello, Henri Hauser também apresentou algumas impressões pessoais sobre o tema. A primeira impressão diz respeito as condições materiais de vida dos escravos africanos no Brasil. Neste sentido, Hauser aproximava-se novamente da posição de seu mestre Émile Levasseur,

ao insistir em diversas passagens de seu texto na ideia de que a instituição da escravidão no Brasil foi mais “suave” do que nos Estados Unidos e no resto da América Latina:

Eles [os africanos introduzidos no Brasil] não tinham, como seus predecessores, os índios, a proteção da Igreja. No entanto, é incontestável que a escravidão foi aqui, em geral, menos inumana que na maior parte dos Estados escravistas, notadamente as colônias da América do Norte (HAUSER, 1938, p. 315).

Para tratar de tal tema, parece-nos que Hauser se apoia, tal como Levasseur, em relatos de viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil durante o século XIX. Ele chega até mesmo a mencionar alguns viajantes norte-americanos: “Como escreveram em 1866 dois escritores de Boston, ‘o Brasil era o paraíso dos negros’” (HAUSER, 1938, p. 316).

Como destacou Luiz Felipe de Alencastro, é possível supor que, tendo sofrido com o antissemitismo na França durante a época do Caso Dreyfus, e após ter presenciado a violência do racismo da Ku Klux Klan em sua viagem para os Estados Unidos em 1923, Henri Hauser estivesse disposto a acreditar que, pelas suas condições específicas de mestiçagem, o Brasil poderia vir a realizar o sonho de uma “democracia racial” (ALENCASTRO, 2006, p. 292-293).

Para Henri Hauser, as condições do escravo africano no Brasil foram mais toleráveis do que no resto da América, principalmente em função de alguns costumes, como a concessão ao escravo de um ou dois dias de descanso por semana para seu trabalho pessoal, e o reconhecimento de algumas propriedades privadas do escravo. De acordo com o autor, no Brasil

as relações entre mestres e escravos, no serviço doméstico e nas grandes fazendas dos séculos XVIII e XIX, foram mais toleráveis que em outros lugares [...] Nas fazendas, os escravos tinham o nome do mestre, e frequentemente aproveitavam-se de suas obras. Eles eram sempre beneficiados nos testamentos. Não é por acaso que, nas fazendas modernas, encontramos ainda, sob o domínio familiar, trabalhadores livres que são antigos escravos ou filhos de escravos, e que permaneceram voluntariamente ao serviço de seus antigos senhores (HAUSER, 1938, p. 316).

Essa ideia também esteve presente no livro de outro professor francês que atuou na UDF, Henri Tronchon, que publicou o livro *Huit mois au Brésil* no mesmo ano de 1938. A ilusão de uma democracia racial no Brasil encontra-se espalhada em diversos

momentos de seu livro. No relato que fez de sua viagem a Minas Gerais, Tronchon destacou algumas de suas impressões sobre esta questão: “Todo um povo mestiço, negros e brancos, como sempre neste Brasil que ainda não conheceu os ódios, mesmo os preconceitos de raça, ou os esqueceu desde há muito tempo, banidos” (TRONCHON, 1938, p. 67). Aliás, todo um capítulo de *Huit mois au Brésil* foi dedicado ao tema do “cruzamento de raças” (*creuset de races*) no Brasil. Nele Tronchon também afirmava a ideia de que o Brasil pode ser considerado um exemplo de democracia racial para o mundo: “Estes negros, transplantados a força, foram tratados aqui mais humanamente que em outros países escravocratas” (TRONCHON, 1938, p. 98).

Buscando uma explicação para este fenômeno, Henri Hauser afirmou que a escravidão teria sido menos desumana no Brasil do que no resto da América em razão da “doçura” do temperamento nacional do brasileiro: “Parece que há acima de tudo uma manifestação do temperamento nacional, dessa ternura de modos que é uma das características mais atraentes do Brasil” (HAUSER, 1938, p. 315).

Pode-se perceber que o posicionamento de Hauser (e de H. Tronchon também) guarda profundas semelhanças com algumas das teses de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Em *Casa Grande & Senzala* (1933), Freyre argumentou que, desde o século XVI, a escassez de mulheres brancas fez com que os colonos portugueses tomassem mulheres índias e africanas como suas concubinas ou, em alguns casos, esposas legítimas. Seria este alto grau de mestiçagem, portanto, o principal responsável para que as relações entre mestres e escravos, apesar da persistência da dominação e da hierarquia, se desenvolvessem com mais “ternura” no Brasil. De acordo com o autor pernambucano:

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala [...] A

índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadradona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram, poderosamente no sentido de democratização social no Brasil (FREYRE, s/d, p. 13).

E em *Raízes do Brasil* (1936), mesmo que não estivesse preocupado em refletir sobre a instituição da escravidão no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda, quando tentou definir a estrutura psicológica típica do povo brasileiro, considerou que “A lhanheza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro”(HOLANDA, 2016, p. 254).

Apesar das semelhanças entre os discursos, é curioso observar que Hauser não fez referência a nenhum dos dois autores brasileiros.

Apesar de terem trabalhado ao lado de Freyre na UDF, a obra do sociólogo pernambucano parece ter passado quase que despercebido dos professores franceses que atuaram no Rio de Janeiro. Ao tratar da escravidão no Brasil, Henri Hauser sequer mencionou o sociólogo pernambucano. Henri Tronchon, por outro lado, fez uma tímida menção as teses de Freyre sobre o papel da “sensualidade” portuguesa nas relações mais “suaves” entre mestres e escravos no Brasil. Embora não tenha citado *Casa Grande & Senzala*, o professor de Literatura Comparada destacou que esta explicação estava bastante difundida nos círculos intelectuais brasileiros: “A sensualidade portuguesa, como costuma-se dizer ainda no Brasil, ajudou a esta ternura de modos, sempre muito aparente” (TRONCHON, 1938, p. 177).

Gilberto Freyre recebeu mais atenção dos professores franceses que atuaram na USP. Primeiramente, Émile Coornaert, primeiro catedrático de História da Civilização daquela universidade, em um artigo sobre a produção historiográfica brasileira mais recente, admitiu que *Casa Grande & Senzala* era:

um estudo detalhado, de uma destacável precisão, de uma extrema riqueza de informação sobre as relações sociais e econômicas do Brasil de antigamente [...] um trabalho que faz penetrar mais intimamente na vida social do antigo Brasil, fundado sobre a monocultura dos grandes latifúndios, que determinou a criação de uma sociedade semi-feudal (COORNAERT, 1936, p. 55).

Contudo, Coornaert também realizou severas críticas a obra de Freyre: “De tendência muito generalizadora, tanto sociológica quanto histórica, *Casa Grande & Senzala* sacrifica demais às explicações freudianas” (COORNAERT, 1936, p. 55). Alguns anos mais tarde, Roger Bastide, que substituiu Lévi-Strauss na cadeira de Sociologia em 1938, tornou-se correspondente de Freyre logo que chegou ao Brasil, e, em 1939, apresentou as teses de *Casa Grande & Senzala* ao público francês no artigo “*État actuel des études afro-brésiliennes*” (*Revue Internationale de Sociologie*, n. 47, 1939) (ANDRADE, 2011, p. 172-173).

Alguns anos mais tarde, quando ainda era prisioneiro dos nazistas, Fernand Braudel também familiarizou-se com os principais livros de Freyre. Luís Corrêa Lima destacou que, em carta de 16 de maio de 1942, Lucien Febvre incentivou Braudel a escrever sobre o Brasil nos *Annales*: “Em seu lugar, por mil razões evidentes eu teria preocupações de não negligenciar o continente (salvo engano) descoberto por Álvares Cabral [...] Você deve permanecer ao mesmo tempo mediterraneanista e brasilianista. Nós temos necessidade dos dois” (Febvre In Lima, 2009, p. 154). Assim, Braudel publicou um longo artigo sobre a obra do sociólogo pernambucano na revista dos *Annales*, em “*À travers un continent d’histoire: le Brésil et l’oeuvre de Gilberto Freyre*” (n.4, 1943). A obra de Freyre começou a repercutir nos ambientes intelectuais da França principalmente após a publicação deste artigo de Braudel. Em 1952, Roger Bastide traduziu *Casa Grande & Senzala* para o francês, em uma edição prefaciada pelo próprio Lucien Febvre (LIMA, 2009, p. 162).

Quanto a Sérgio Buarque de Holanda, a omissão também é notável, ainda mais se levarmos em consideração que *Raízes do Brasil* foi publicado em 1936 e que Sérgio Buarque foi assistente de Hauser na disciplina de História Moderna e Econômica na UDF. Sabemos, contudo, que Henri Tronchon, que também teve Sérgio Buarque como assistente na disciplina de Literatura Comparada, dedicou algumas páginas a apresentação das teses de *Raízes do Brasil*. Em *Huit mois au Brésil*, o professor francês não deixou de observar que:

Ele [Sérgio Buarque de Holanda] nota, contudo, quanto a colonização portuguesa foi incomparavelmente mais doce que a espanhola, mais acolhedora às dissonâncias sociais, raciais, morais, mesmo religiosas, menos ansiosa de assegurar a predominância militar, econômica, política da metrópole, por grandes e estáveis centros de população, permanentes e ordenados (TRONCHON, 1938, p. 17).

E que Fernand Braudel fez curta menção a *Raízes do Brasil* no já mencionado artigo sobre a obra de Gilberto Freyre, onde considerou o livro de Sérgio Buarque um livro elegante, talvez um pouco curto, mas de título evocador (Braudel, 1943, p. 5). Apenas a partir do final da década de 1940 e início da de 1950 que Sérgio Buarque parece ter chamado mais a atenção dos intelectuais franceses. Em carta de 25 de julho de 1948, Braudel convidou Sérgio, juntamente com Gilberto Freyre e Yan de Almeida Prado, para participar do *Congrès International d'histoire de la colonisation* na Sorbonne (Siarq-Unicamp, Cp85 P7). E em missava de 9 de junho de 1954, o presidente do *IXèmes Rencontres Internationales de Genève*, A. Babel, convidou Holanda para que participasse do evento na Bélgica. Sérgio Buarque aceitou o convite e proferiu a conferência “*Le Brésil dans la vie américaine*” na ocasião (Siarq-Unicamp, Pi 173 P17).

Em suma, além da observação de que a escravidão no Brasil teria sido menos desumana do que no resto da América, Henri Hauser, como uma das figuras mais importantes no processo de institucionalização universitária da história social e econômica na França, também destacou que a longa utilização do trabalho escravo era “um dos elementos capitais da história econômica e social do Brasil”. Principalmente porque, desde 1500 até 1888, a utilização da mão de obra escrava de índios e africanos teve papel primordial na cultura de açúcar, tabaco, algodão e café, assim como nas atividades de mineração, sobretudo de ouro e diamantes (Hauser, 1938, p. 317). Nesse sentido, Hauser antecipava em alguns anos a célebre afirmação de Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), no capítulo sobre a nossa “organização social”:

Naturalmente o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do século XIX, é a escravidão [...] Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunha, deixe de atingir; e de um modo profundo, seja diretamente, seja por suas repercussões remotas (Prado Júnior, 1994, p. 269).

Henri Hauser voltou a discutir a escravidão e o papel das populações negras na formação histórica do Brasil em “*Notes sur la population noire au Brésil*” (*Annales de géographie*, n.269, 1938).

Logo no início deste texto, o autor francês revelava que uma das coisas que mais lhe chamara a atenção, durante sua estadia no Brasil, foi o alto grau de mestiçagem da população brasileira, mestiçagem muito maior do que a que tinha visto, por exemplo, nos Estados Unidos. Segundo Hauser, entre os brasileiros, mesmo aqueles que se consideravam “brancos” ainda carregavam traços do sangue africano, como a cor da pele mais escura, a espessura maior de certas linhas faciais (lábios, sobretudo), cabelo crespo, etc. De acordo com o autor, no Brasil encontram-se “populações de nuances muito variadas, que vão do preto ao zinza ou ao chocolate, com todos os intermediários. Ao lado destes elementos de tonalidade francamente ‘negra’ aparece toda uma gama de mestiçagem” (HAUSER, 1938, p. 509).

Sempre atento as questões de ordem social e econômica, Hauser observou que, no Brasil, algumas profissões urbanas contam com grande número de trabalhadores negros, que são vistos muitas vezes atuando como pedreiros, catadores de lixo, comerciantes de rua, pequenos vendedores de jornal, vendedores de frutas e doces, condutores de bonde, engraxates, etc (HAUSER, 1938, p. 510).

Henri Hauser indicou que a proporção de negros na população variava de acordo com as regiões do Brasil. Regiões como Rio de Janeiro, Bahia, Recife e Vitória podiam, de acordo com o autor, ser consideradas por um europeu desavisado como um “*pays de noirs*”. Enquanto a coloração da pele tende a se tornar mais clara a medida em que se avança pela região sul do país. Segundo o autor:

A coloração se esclarece ao Sul. São Paulo é uma cidade ou há negros, mas que ninguém tomará como uma cidade negra. Muitos italianos, espanhóis, alemães, poloneses, sírios, agora japoneses se misturam ao velho estoque português, não apenas na cidade, mas também no campo e na região pioneira. Mais ao sul ainda, a proporção dos elementos étnicos europeus não para de crescer (HAUSER, 1938, p. 511).

Hauser registrou suas impressões das populações negras da Bahia:

o negro (e sobretudo a negritude) [...] se veste com cores claras, afeta uma elegância deslumbrante que contraste violentamente com a nuance de sua pele, e que não lhe

permite passar despercebido [...] O viajante que chegar a Bahia se gabará dos orgulhosos negros e suas joias de ouro e prata, braceletes (antigas algemas de escravos), brincos, brilhos, ornamentos corporais (HAUSER, 1938, p. 510).

Quanto aos negros e as populações mestiças do estado do Rio de Janeiro, destacou: “Nestas regiões, o campo também agrega uma boa proporção de negros, e sobretudo de mestiços (existem entre, isto é verdade, mestiços de índios). Estes *caboclos*, como são chamados, parecem formar boa parte da população rural” (HAUSER, 1938, p. 511). Além disto, o historiador também denunciou a existência dos morros e periferias cariocas, que se formaram a partir das autoritárias reformas urbanas realizadas na cidade nos anos iniciais do século XX, onde moravam majoritariamente populações negras:

Sobre os morros graníticos que parecem estourar o solo no meio dos bairros mais europeizados de uma cidade como a capital, se encontram bairros pobres, feitos de cabanas de barro cobertas de palha, gesso de lata, etc. Estas miseráveis aglomerações que escapam a todas as regras do urbanismo e onde é muito difícil introduzir medidas higiênicas e policiais, são, no sentido próprio do termo, aldeias negras com população pululante e, sobretudo, proliferante (HAUSER, 1938, p. 510).

De maneira geral, Hauser argumentava que a população brasileira comportava, naquele momento, uma proporção bastante considerável de elementos africanos. Baseando-se, sobretudo, nas estimativas levantadas por autores brasileiros como Pandiá Calógeras e Roquette Pinto, Hauser sugeria a existência de 15 ou 18 milhões de habitantes negros no Brasil (HAUSER, 1938, p. 511)

Hauser observou que a questão da escravidão e dos elementos negros da população despertavam grande interesse na intelectualidade brasileira daquele momento. O autor indicou que “a bibliografia brasileira está cheia de obras com títulos significativos: as tribos negras importadas, a escravidão africana no Brasil, os africanos no Brasil, etc”. Dentre esta bibliografia, o historiador francês salientou a importância dos livros de Renato Mendonça, *A influência africana no português do Brasil* (1933), e de Jacques Raimundo, *O elemento afro-negro na língua portuguesa* (1933), que apontavam para a presença de inúmeros vocábulos africanos que tornam o português falado no Brasil tão distinto do português que se fala em Portugal (HAUSER, 1938, p. 512).

De acordo com Hauser, estas pesquisas linguísticas e etnográficas permitiam a delimitação mais precisa da origem das populações negras brasileiras. A partir de critérios étnico-linguísticos, poderiam ser distinguidos duas categorias principais de escravos africanos no Brasil. Aqueles provenientes da África meridional (Congo, Angola, Moçambique) e aqueles oriundos da África setentrional (Mina, Ajudá, Camarões, Guiné). A estas duas categorias corresponderiam duas “raças distintas”. De acordo com Hauser:

Isto quer dizer que estes negros pertencem a duas raças, a raça sudanesa e a raça bantu. Os bantus predominam no sul do Brasil (Rio, Minas, São Paulo) e no norte (Pernambuco, Maranhão), os negros da Guiné na Bahia [...] A Bahia aparece como o centro sudanês, o que explica certas penetrações islâmicas na região graças à tribo *malinké*. Fora da Bahia, os bantus são a raça dominante. Mas é preciso levar em conta os movimentos destas populações que são produzidos no interior do Brasil (HAUSER, 1938, p. 513-514).

Embora admitisse que o comércio de escravos africanos fora realizado de maneira desumana, em baixíssimas condições higiênicas, Henri Hauser voltava mais uma vez a defender a ideia de uma escravidão “menos dura” no Brasil:

Não falaremos aqui das condições nas quais foram feitas este comércio, com quais desprezos das leis de higiene e humanidade. É uma história que não tem nada de especificamente brasileiro. Parece mesmo que o trato português era relativamente menos doloroso que outros, que o trabalho escravo no Brasil foi meios duros do que em muitos outros países (HAUSER, 1938, p. 513).

Sabemos também, apenas de maneira indireta, que Henri Hauser escreveu sobre a imigração japonesa no Brasil, em “*L’immigration au Brésil et le problème japonais*” (*Revue d’histoire politique et constitutionnelle*, v. 112, 1937). De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, neste texto Hauser refletiu a respeito de um debate que dividia o Parlamento e a opinião pública brasileiros durante a década de 1930. Como vimos, desde a Abolição (1888), os grandes cafeicultores do Brasil, principalmente aqueles de São Paulo, incorporaram grande número de trabalhadores imigrantes europeus e asiáticos para substituir a mão de obra escrava em suas fazendas. Esta dinâmica

imigratória não deixou, contudo, de inquietar parcelas da população que se preocupavam com o perigo de uma grande heterogeneidade cultural desagregadora no país. Segundo Alencastro: “Hauser volta às ideias que já tinha exprimido sobre a imigração alemã – a possibilidade da constituição de enclaves autônomos no interior do país –, mencionando o plano de introduzir 30.000 japoneses na Amazônia brasileira” (ALENCASTRO, 2006, p. 295).

4.6 – Sérgio Buarque de Holanda e Henri Hauser

Seguindo a pista sugerida por Antonio Candido em sua palestra no IEB (2011), refletiremos agora a respeito do papel de Henri Hauser na formação intelectual de Sérgio Buarque de Holanda. Tal tarefa é, sem dúvidas, das mais complicadas. Sabemos que Sérgio Buarque foi assistente de Hauser em 1936, e que o substituiu na cadeira de História Moderna e Econômica da UDF entre 1937 e 1939. Entretanto, as evidências do convívio entre os dois autores são muito escassas. Os poucos documentos que possuímos a respeito das atividades profissionais do historiador francês no Rio de Janeiro são bastante descontínuos e fragmentados. Henri Hauser jamais fez menção a Sérgio Buarque em seus escritos. E o autor de *Raízes do Brasil* referiu-se pouquíssimas vezes a Hauser em sua obra ou em entrevistas. Essas poucas vezes são, contudo, reveladoras.

Poucos meses antes de falecer, Sérgio Buarque foi entrevistado pelo brasilianista Richard Graham. Em 1982, a entrevista foi publicada na *Hispanic American Review*, com o título “*An interview with Sergio Buarque de Holanda*”. Graham já era um velho conhecido de Sérgio Buarque. A pedido de Lewis Hanke, professor da Universidade do Texas, Holanda orientou informalmente Graham, que veio a São Paulo em 1959 dar início a uma pesquisa de doutorado sobre os ingleses no Brasil¹⁵.

A certa altura da entrevista, o pesquisador americano perguntou quando que Sérgio Buarque descobriu-se como historiador, e quando havia se tornado professor de

¹⁵ A história foi lembrada pelo próprio Richard Graham em sua conferência apresentada no colóquio *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*, no IEB, em setembro de 2011.

história. O velho historiador brasileiro respondeu que sua vocação de historiador teria sido despertada entre 1929 e 1930, nos anos que esteve na Alemanha tentando, simultaneamente, explicar o Brasil para os alemães e a Alemanha para os brasileiros. Dessa experiência teria germinado suas *Raízes do Brasil*, uma interpretação do Brasil apresentada sob a forma de ensaio social. Quanto a sua primeira experiência lecionando história, Sérgio Buarque lembrou-se de quando foi assistente do professor francês Henri Hauser, na UDF, em 1936. Vejamos o trecho da entrevista:

Quando é que o senhor primeiro ensinou história?

Em 1936, tornei-me assistente de Henri Hauser na recentemente criada Universidade do Distrito Federal, no Rio. Hauser fazia parte da leva de professores franceses trazidos para o Brasil por Anísio Teixeira, primeiro reitor daquela efêmera universidade.

Como Hauser veio a escolhê-lo para seu assistente?

Ele não me escolheu; eu o escolhi. Ele não me conhecia. O diretor da Faculdade de Filosofia e Letras era meu velho amigo Prudente de Moraes Neto. Ele pensou que todos os professores franceses precisariam de assistentes e perguntou-me com quem eu gostaria de trabalhar. A cadeira era História Moderna e Econômica. Como Pirenne, Hauser era então um dos grandes historiadores [...] Aprendi muito com Hauser e comecei a aplicar os critérios que ele usava aos meus conhecimentos de estudos brasileiros, aos quais de fato tinha sempre me dedicado, embora com curiosidade dispersiva e mal dirigida (HOLANDA In : MARTINS, 2009, p.198)¹⁶

Sérgio Buarque de Holanda repetia a Graham um comentário que já estava presente na Apresentação autobiográfica de *Tentativas de Mitologia* (1979), livro que lhe rendeu o prêmio de “Intelectual do Ano” com o troféu Juca Pato, em 1980. Nesta Apresentação, o autor já havia valorizado o “estreito convívio” que manteve com Henri Hauser, “um dos mais notáveis historiadores de seu tempo”. Sobre a importância desta curta convivência de cerca de um ano com o historiador francês, Sérgio Buarque declarou:

¹⁶ Utilizo aqui a tradução para o português desta entrevista, reproduzida no livro organizado por Renato Martins (2009), na série *Encontros* da Azougue Editorial.

Esse convívio, somado às obrigações que me competiam de assistente junto à cadeira de História Moderna e Econômica, sob a responsabilidade de Hauser, me haviam forçado a melhor arrumar, ampliando-os consideravelmente, meus conhecimentos nesse setor (estudos históricos), e a tentar aplicar os critérios apreendidos ao campo dos estudos brasileiros, a que sempre havia me devotado, ainda que com uma curiosidade dispersiva e mal educada (HOLANDA, 1979, p. 14).

É interessante observar nestas passagens a preocupação de Sérgio Buarque em destacar que, antes do tempo de aprendizado com Henri Hauser, seus estudos se caracterizavam como “curiosidade dispersiva e mal educada”, ou “mal dirigida”. A aplicação dos métodos apreendidos com o mestre francês em outras esferas das ciências humanas – na filosofia e, sobretudo, na crítica literária – foi considerada extremamente proveitosa, ou até mesmo crucial, pelo velho Sérgio em seus olhares retrospectivos sobre si mesmo. Sérgio Buarque de Holanda fez questão de salientar que, ao retomar a crítica literária nos anos 1940, quando assumiu o lugar de Mário de Andrade no rodapé de crítica semanal do *Diário de Notícias*, utilizou largamente os ensinamentos de Hauser para compreender o que havia de mais atual sobre o assunto, especialmente sobre o *new criticism*, que fazia muito sucesso naqueles tempos. O autor assim recordou:

A rapidez e a facilidade relativa com que de posse de tamanho e tão variado acervo, passei a absorver muitos conhecimentos que haviam escapado até então a minha órbita, confundiram, num primeiro momento, até amigos dos mais chegados, como Afonso Arinos de Melo Franco ou Otto Maria Carpeaux, e houve quem manifestasse de público sua surpresa diante da massa de informações que passaram de súbito a revelar meus escritos sobre coisas que nunca, antes, eu mostrei conhecer tão intimamente (HOLANDA, 1979, p.15-16).

As técnicas ensinadas pelo professor francês haviam lhe permitido “acumular acerca dessas especializações apreciável grau de informações e leituras”. Podemos

perceber, portanto, que quando busca, já aos setenta e poucos anos de idade, explicar e dar sentido a sua própria trajetória intelectual, Sérgio Buarque tende a identificar o período de aprendizado com Henri Hauser como o momento em que ele adquiriu o método, onde aprendeu as práticas que competem ao ofício do historiador (HOLANDA, 1979, p. 15).

Henri Hauser parece ter sido, portanto, uma figura fundamental para consolidar a vocação de historiador de Sérgio Buarque. Como vimos nos capítulos anteriores, Hauser havia se formado durante a década de 1880, no ensino superior renovado pela Terceira República, e que teve como mestre Gabriel Monod, uma das figuras centrais da escola metódica francesa. Hauser era, portanto, um historiador bastante marcado por aquele olhar que vê na organização universitária a forma ideal para a pesquisa e a produção de conhecimento. Junto com os historiadores metódicos, Hauser preocupava-se imensamente com o estabelecimento de regras e métodos adequados, com o hábito do trabalho coletivo, para proporcionar um avanço regular e sistemático da disciplina. Expressão disso foram seus intensos esforços em produzir ferramentas de trabalho que facilitassem as tarefas cotidianas de novos pesquisadores e eruditos, como podemos observar no guia documental-bibliográfico, *Sources de l'histoire de France* (1906-1916).

Além disto, como vimos ainda há pouco, em “*Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil*”, Henri Hauser havia observado que a historiografia brasileira tinha acabado de entrar na “era da crítica”, momento em que se buscava a superação dos modelos meramente oratórios dos membros do IHGB, que confundiam trabalho histórico com homenagens e comemorações eloquentes. Para contribuir com esse movimento, Hauser considerou extremamente necessário naquele momento ensinar os jovens historiadores brasileiros as técnicas próprias do trabalho histórico, para que eles viessem a examinar futuramente os numerosos documentos dos arquivos nacionais, que ainda permaneciam basicamente inexplorados (HAUSER, 1937, p. 95).

O curso de História Moderna e Econômica da UDF também foi planejado pelo professor francês com o intuito de vulgarizar o método histórico entre os estudantes, reservando 2 horas semanais (um terço) do curso para os “exercícios práticos”, para as leituras críticas de documentos e para as investigações nos arquivos.

Nesse sentido, é bastante sintomático o fato de que, após o convívio com Henri Hauser, Sérgio Buarque de Holanda começasse a apresentar pela primeira vez resultados

de pesquisas históricas monográficas, bem delimitadas, trazendo informações de documentos “oficiais”, típicos da história política, tais como genealogias, correspondências de autoridades, ofícios, inventários, papéis administrativos, etc.

Levando em consideração os textos de jornal publicados por Sérgio Buarque de Holanda – principalmente aqueles reunidos nos volumes *O Espírito e a Letra*, *Escritos Coligidos*, *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, *Cobra de Vidro* e *Tentativas de Mitologia* –, podemos observar que, entre setembro de 1935 e março de 1939, Sérgio Buarque não publicou nenhum texto, o que é particularmente notável em se tratando de alguém que publicou quase incessantemente durante a vida inteira (para se ter uma ideia, entre 1920 e 1935, foram publicados 98 textos do autor. Entre 1940 e 1950, mais 157 textos).

É possível supor que esses anos sem publicar, durante a segunda metade da década de 1930, correspondem, grosso modo, ao período em que Sérgio Buarque aprendeu o *métier* do historiador, e ao momento em que foi aos arquivos analisar documentos com os métodos adquiridos com Henri Hauser. Foram também os anos em que Holanda lecionou na UDF e trabalhou no Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional, momento em que teve grande acesso a livros e documentos raros.

Após 1939, os textos de Sérgio Buarque de Holanda nos mostram um autor que incorporou a “história profissional” defendida por Hauser. Em várias ocasiões o autor brasileiro passou a manifestar grande apreço pelo “espírito científico” e a recusar as grandes chaves explicativas sociológicas dos ensaístas. Nos textos *Caminhos e Fronteiras* (*Revista do Brasil*, 1939) e *Capelas Antigas de São Paulo* (*Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1941), Sérgio Buarque começou a apresentar pequenos resultados de pesquisas históricas monográficas, bem delimitadas no tempo e no espaço. Suas afirmações vinham agora acompanhadas da cautela típica do pesquisador metódico e exigente, com a utilização de expressões como “é lícito acreditar”, “é provável que”, “pode-se admitir que”, etc.

Sérgio Buarque também passou a se referir constantemente à longa coleção *Documentos Interessante para a História e Costumes de São Paulo*, organizada pelo membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), Antonio de Toledo Piza. Ele se concentrava agora no estudo das bandeiras paulistas nos séculos XVI e XVII, trazendo informações recolhidas nas *Atas da Câmara Paulista* e de outros documentos “oficiais” produzidos por funcionários da Coroa Portuguesa (genealogias,

correspondências, ofícios de governadores, crônicas e inventários, enfim, documentos majoritariamente administrativos).

Sobretudo nos textos que publicou a partir de 1940 – quando já tinha a obrigação de publicar semanalmente como crítico de rodapé literário fixo do *Diário de Notícias* –, Sérgio Buarque de Holanda muitas vezes recorreu ao método histórico para comentar os novos livros que apareciam naquele momento, onde os estudos sobre o Brasil inundavam o mercado editorial. Vejamos alguns exemplos.

Em *O Problema das Culturas I e II*, ambos publicados em 1940 no *Diário Carioca*, Sérgio Buarque discutiu duas obras recentes de Gilberto Freyre publicadas naquele mesmo ano, *O mundo que o português criou* e *Um engenheiro francês no Brasil*. Ele aproveitou a ocasião para fazer duras críticas às “hipóteses sociológicas de caráter acentuadamente especulativo, como as que explicam a sociedade à imagem de um organismo ou recorrem a entidades superindividuais”; e também para louvar os “estudos serenos e atentos”, de “análise desapaixorada e conscienciosa” (HOLANDA, 2011, p. 187).

Sérgio Buarque reconhecia que Freyre era um dos “principais responsáveis pelo interesse crescente que o estudo da História Social e da Sociologia vem merecendo entre nós”. Freyre era grande conhecedor de anúncios de jornais, anúncios editoriais da imprensa, papéis burocráticos e ofícios eclesiásticos antigos; autor cuja obra é uma das “mais importantes e fecundas da nossa geração atual de escritores”. Porém, Sérgio Buarque o criticava por defender seus argumentos com “desprendimento irônico de quem advoga em causa própria”, com “malícia”, como quem faz uma “confissão há muito recalcada” (HOLANDA, 2011, p. 185). Gilberto Freyre era censurado por ser “bem mais afirmático e peremptório do que seria natural, à vista da escassa documentação que possuímos”. O crítico paulista apontava que não existiam, a rigor, elementos suficientes para sustentar boa parte das afirmações do autor pernambucano (HOLANDA, 2011, p. 195).

Críticas semelhantes aparecem nos textos *Amazônia I e II*, publicados ambos em 1941, no *Diário de Notícias*. Sérgio Buarque apresentava resenhas críticas das obras de Craveiro Costa e de Heloísa Alberto Torres sobre a região amazônica. O autor de *Raízes do Brasil* destacava que, apesar de ser um “estímulo sedutor para a fantasia”, a Amazônia ainda merecia um “estudo sereno e realista dos fatos”. A segunda edição do

livro de Craveiro Costa (*A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história territorial do Acre*, 1924), lançada em 1941, era, nesse sentido, bastante infeliz. Pois, de acordo com o crítico, neste livro “o verbalismo é em muitos casos [...] um disfarce para a incapacidade de encarar certas realidades incômodas” (HOLANDA, 2011, p. 216.) O estudo de Heloísa Alberto Torres sobre *A arte indígena amazônica* (1940) era, ao contrário, uma obra digna de aplausos, por sua “preocupação de objetividade e rigor científico que raramente aparecem entre nós” (HOLANDA, 2011, p. 226).

Em outro texto, “*Missão e Profissão*” (1948), publicado no mesmo jornal, Sérgio Buarque denunciou o “vício de nossa formação brasileira”, a tendência a se considerar o conhecimento e a sabedoria como um talento espontâneo, um dom natural de nascença. Holanda saudava a criação das primeiras universidades do Brasil, considerando-as como um novo espaço que disciplinava os futuros historiadores na perseverança e inquirição metódica, típicos do “espírito científico” (HOLANDA, 1996, p. 39). Além disto, em um balanço que realizou sobre a produção historiográfica brasileira da primeira década do século XX, no artigo “*O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*” (1951), Sérgio Buarque de Holanda destacou a importância da atuação de H. Hauser e dos demais professores franceses na fundação e desenvolvimento das primeiras universidades no país:

No que se refere à história, inclusive à história do Brasil, em seus diferentes setores, foi certamente decisiva e continua sê-lo, sobre as novas gerações, a ação de alguns daqueles mestres: de um Jean Gagé, por exemplo, e de um Fernand Braudel em São Paulo; de um Henri Hauser e de Eugène Albertini, na hoje extinta Universidade do Distrito Federal (HOLANDA, 2008, p. 615).

Em suma, podemos observar que, a partir da década de 1940, Sérgio Buarque de Holanda passou expressar, em vários de seus artigos de jornal, profundas desconfianças quanto às formas ensaísticas, defendendo a institucionalização universitária como alternativa mais prudente e promissora para o verdadeiro entendimento do Brasil. É bastante plausível supor que o professor Henri Hauser, cuja formação havia se dado nos moldes da escola metódica francesa, tenha estimulado esse tipo de pensamento em seu jovem assistente, durante o curto período de convívio na UDF.

Além disto, convém salientar também que, após o fechamento da UDF, Sérgio Buarque passou a trabalhar no Instituto Nacional do Livro, trabalhando na produção de ferramentas de pesquisa que facilitassem o trabalho erudito. Como chefe da Seção de Publicações desta instituição, ele demonstrou imensa preocupação com o acúmulo de fontes e documentos históricos para o estudo e conhecimento do Brasil. Frente a carência de boas bibliografias especializadas, Sérgio Buarque promoveu a elaboração de repertórios bibliográficos sobre história e crítica de literatura, com notas e comentários de especialistas sobre o assunto (CARVALHO, 2003, p. 203).

Além desta parte mais metódica, das práticas do ofício do historiador, que o próprio Sérgio Buarque reconheceu em seus depoimentos do fim da vida, as lições de história social e econômica de Henri Hauser também parecem ter tido forte impacto na sua reflexão histórica. Um primeiro exemplo é o prefácio de Sérgio Buarque escreveu para o livro de Thomas Davatz, *“Memórias de um colono no Brasil”*, publicado originalmente em 1858 e traduzido para o português em 1941.

Nos tempos em que foi chefe da Seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro, Sérgio Buarque aproximou-se bastante de Rubens Borba de Moraes, que naquela época era diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo e da coleção *Biblioteca Histórica Brasileira*, da Livraria Martins. Preocupado em reunir e vulgarizar documentos importantes para os estudos brasileiros, Rubens Borba de Moraes recorreu a uma ampla gama de contatos em São Paulo e no Rio de Janeiro para realizar traduções de obras de viajantes estrangeiros sobre o Brasil. As cartas que enviou a Sérgio Buarque em 1940 – estudadas na dissertação de Mariana França (2004) – nos apontam que Rubens Borba solicitou a Sérgio Buarque a tradução e o prefácio do livro de memórias de Thomas Davatz, um colono suíço que trabalhou numa fazenda de café em São Paulo, em meados do século XIX.

Aquela altura, Sérgio Buarque já era uma referência da história social e econômica no Brasil. Entre 1937 e 1939, Holanda havia herdado de Hauser a cadeira de História Moderna e Econômica da UDF. E, graças ao prestígio conquistado em suas atividades intelectuais, Sérgio Buarque seria convidado, alguns anos mais tarde, pelo historiador estadunidense, Lewis Hanke, para proferir palestras sobre a história econômica da América Latina em importantes universidades dos EUA, em 1941 (WEGNER, 2000).

Em correspondência enviada a Sérgio Buarque em 18 de maio de 1940, Rubens Borba de Moraes assim escreveu:

A história da colonização em S. Paulo está toda ela por fazer [...] A bibliografia que existe é enorme mas toda ela (pelo menos a mais conhecida) emana de fontes oficiais, de propaganda da colonização e de relatórios consulares. A única que se conhece do outro lado, do colono, é o Davatz. Daí sua importância [...] Se você acha que seria útil fazer-se um “prefácio estudo” sobre a questão eu te peço que o faça. O que você acha? Seria talvez melhor. Eu sou tão apaixonado por essa questão do estudo da colonização, tenho estudado tanto esse problema, que gostaria de escrever até um livro sobre o assunto. Mas eu tenho uma vasta preguiça de escrever livros. Prefiro “fazer” livros. É mais divertido. Mas você por que não escreve esse livro? Vamos, avance! Faça um prefácio para o Davatz com as diretrizes do futuro livro. Que tal? Responda-me sobre o negócio (Siarq-Unicamp, Cp 43).

Sérgio Buarque atendeu ao pedido e fez um longo prefácio, de mais de trinta páginas, ao livro de Davatz. Trata-se de um estudo que examina a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, onde se descreve os regimes de trabalho adotados em fazendas de café e tabaco de São Paulo, durante o século XIX¹⁷.

Depois de ter elaborado profunda reflexão sobre o trabalho agrário colonial em *Raízes do Brasil* (1936), Sérgio Buarque detinha-se agora no estudo do século XIX, quando “o domínio agrícola deixa de ser uma baronia e transforma-se quase em centro de exploração industrial”, momento em que “a figura típica do senhor de engenho perde os traços mais característicos, desapega-se mais da terra e da tradição da rotina rural” (HOLANDA, 1996, p. 20).

Sérgio Buarque de Holanda preocupou-se em descrever como funcionou o processo de aquisição de mão de obra europeia para as lavouras da província de São Paulo. Segundo ele, em um primeiro momento, utilizou-se predominantemente o mesmo método que fora aplicado nos Estados Unidos, o “endividamento” (*indenture*), que funcionava da seguinte maneira: “os encarregados de angariar colonos atraíam os candidatos adiantando-lhes as somas destinadas à viagem e ao sustento; tais somas eram

¹⁷ Utilizo aqui o prefácio reproduzido no volume póstumo *Livro dos Prefácios*, de Sérgio Buarque de Holanda (1996).

amortizáveis mediante prestação de serviços por um determinado prazo”. Durante este prazo,

o patrão obrigava-se a sustentar o trabalhador, enfermo ou não, e terminando o prazo a fornecer-lhe de um contrato explícito, os “donativos de alforria”, que constituíam em um machado, duas enxadas, milho bastante para o sustento durante um ano e algumas vezes um pedaço de terra cultivável (HOLANDA, 1996, p. 24-25).

O sistema de “endividamento” não foi exatamente uma especificidade brasileira, pois ele também era praticado em muitos países de economia colonial, como foram os casos de Cuba, Peru e Havaí. No Brasil, contudo, ele perdeu importância com o surgimento do sistema de “parceria”. Sérgio Buarque apontou que, por volta de 1840, um fazendeiro paulista, senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, criou um sistema diferente, que permitiu pela primeira vez importação de larga escala de trabalhadores europeus para lavouras de São Paulo. Ao contrário do sistema de endividamento, que focava nos métodos de recrutamento dos colonos, o sistema de Vergueiro oferecia um regime de parceria aos trabalhadores estrangeiros. De acordo com o autor do prefácio:

A vantagem principal do regime de parceria, comparado ao dos serviços assalariados, está aparentemente no fato de garantir, ao menos em tese, uma liberdade mais ampla ao empregado e em reduzir ao mínimo possível conflitos de tradições, costumes e convenções (HOLANDA, 1996, p. 25-26).

Sérgio Buarque argumentava que o sistema de parceria introduzido por Vergueiro estimulou a vinda de “colonos de estirpe germânica sempre zelosos de suas tradições, ao passo que os portugueses e os imigrantes do Sul da Europa se inclinavam de preferência para o sistema dos salários fixos ou para as empreitadas” (HOLANDA, 1996, p. 27).

Neste prefácio reconhecemos a forte preocupação do autor com a transmissão de técnicas e costumes. Segundo ele, salvo raras exceções, as técnicas agrícolas

européias não influíram de maneira significativa no trabalho cotidiano das lavouras paulistas¹⁸. E isso por dois motivos principais. Primeiramente, porque os colonos recrutados eram, majoritariamente, trabalhadores urbanos em seus países de origem, e não camponeses propriamente ditos. “A procedência principalmente urbana dos colonos parece ter sido um fato mais ou menos geral, não só em São Paulo como nas demais províncias em que foi considerável a imigração germânica”. E em segundo lugar, porque “a própria riqueza da terra foi frequentemente um obstáculo, mais do que um convite, à aplicação de processos aperfeiçoados”. Ao invés dos métodos de agricultura europeus, adotou-se, portanto, na maioria dos casos, o método indígena das queimadas. Lembra-nos o autor que, “nas lavouras de açúcar não faltava, por exemplo, quem tratasse de ‘esterilizar’ o solo por via da planta e fogos contínuos, para que as canas não crescessem demasiado selvagens, quer dizer, gordas e viçosas, ricas em caldo, mas de pouco açúcar” (HOLANDA, 1996, p. 12-13).

Sérgio Buarque de Holanda também destacou os abusos dos patrões nestes regimes de trabalho. Ele argumentava que “o emprego de imigrantes europeus na grande lavoura em lugar de negros envolvia uma verdadeira revolução nos métodos de trabalho vigentes no país e, mais do que isso, nas concepções dominantes em todo o território do Império acerca do trabalho livre”. Tanto no sistema de endividamento como no sistema de parceria, “muito patrão, sobretudo nas lavouras de tabaco, assegurava-se o serviço permanente dos trabalhadores forçando-os por meios indiretos a acumular outras dívidas e reduzindo-os, praticamente, à condição de servos” (HOLANDA, 1996, p. 24-25).

Deve-se destacar que o colono europeu, ignorante das condições reinantes no Brasil, muitas vezes acabava em uma lavoura com um padrão de vida consideravelmente mais baixo do que o padrão de vida dos camponeses da Europa. Nas fazendas de São Paulo, as condições de vida dos trabalhadores imigrantes livres não eram muito menos precárias do que as de um escravo. Com queixas constantes dos abusos dos patrões, os colonos, muitas vezes ex-trabalhadores industriais em seus países de origem, organizaram-se em sindicatos e promoveram revoltas contra seus patrões,

18 Sérgio Buarque destacou que “a ação dos alemães e suíços fez-se logo sentir com a introdução de melhoramentos no tipo tradicional de carro de bois”. Os imigrantes europeus também modificaram os hábitos alimentares dos paulistas, já que sua cultura hortense permitiu o consumo de gêneros alimentícios até então inéditos, como manteiga, leite e legumes (HOLANDA, 1996, p. 28).

como foi o caso da revolta na fazenda de Ibicaba (1857), relatada detalhadamente no livro de Thomas Davatz (HOLANDA, 1995, p. 35).

As semelhanças com os estudos de Henri Hauser sobre os operários industriais dos tempos modernos, sobretudo em *Ouvriers du Temps Passé* (1899), são evidentes. Hauser era um socialista que se solidarizava com as lutas e conquistas dos trabalhadores industriais. Desde 1895, quando ainda era um recém-egresso Faculdade de Letras de Clermont Ferrand, ele realizou conferências periódicas a operários dos sindicatos locais, descrevendo as condições de vida (sempre precárias e convivendo com abusos) dos operários do princípio dos tempos modernos. Em *Ouvriers du Temps Passé* (1899), livro que condensa as informações destas palestras, o autor buscou demonstrar que os trabalhadores do início dos tempos modernos, tais como os de seu tempo, também passavam fome, também buscavam melhorar seus salários. Eles também sofreram abusos dos patrões e das autoridades públicas, que reprimiam todas as suas reivindicações trabalhistas (HAUSER, 1927, p. XXXVIII).

Hauser comentou o processo de regulamentação do trabalho industrial que ocorrera na França, na virada do século XV para o XVI, durante o reinado de Luís XI. No trabalho regulamentado, os operários tinham uma jornada de trabalho que oscilava, em média, entre 12 e 14 horas de trabalho diários; eram proibidos de interromper o trabalho antes de sua finalização, estando, neste caso, sujeitos a pagar pelos prejuízos dos patrões; não possuíam nenhuma garantia caso ficassem doentes ou machucados. Para piorar, viviam o auge da « revolução dos preços » do século XVI, assistiam a desvalorização abrupta e contínua do poder de compra de seus salários. Diante destas circunstâncias dramáticas, os trabalhadores se organizaram em sindicatos e confrarias e realizaram greves e revoltas, sempre reivindicando redução da jornada de trabalho e aumento de salários. “As greves estouram a todo instante, e por motivos análogos aqueles que as causam hoje em dia” (HAUSER, 1927, p. 178).

O historiador francês demonstrava como o poder real raramente favorecia os trabalhadores. Como as greves e as rebeliões eram interpretadas como um prejuízo para a organização econômica do Estado, as autoridades reais proibiam as reuniões, confrarias e o direito de greve: “É sempre o interesse dos mestres e jamais dos operários, que o rei consulta e protege”, escreveu ele (HAUSER, 1927, p.12).

Examinando os contratos de trabalho da época, H. Hauser constatava que estes quase sempre beneficiavam os patrões. “Não é difícil ver que o representante da justiça real favorece os mestres. A violação do contrato de trabalho é punida, quando ela é cometida pelos operários, com penas pecuniárias e corporais, que poderiam chegar até ao banimento”. Nesta obra, o autor preocupava-se em descrever os ganhos e perdas dos trabalhadores grevistas da tipografia de Paris e de Lyon, entre 1539 e 1572, em suas longas negociações com as autoridades e com os poderes públicos (HAUSER, 1927, p. 188-189).

Além disto, durante sua estada no Brasil em 1936, Henri Hauser também buscou se informar a respeito dos diferentes regimes de trabalho na história do Brasil. Como vimos, no texto “*Agronomie brésilienne: fazenda et fazendaires*”(1937), Hauser apresentou suas impressões de viagem às fazendas de café, tabaco, algodão e cana-de-açúcar no interior de São Paulo, destacando os métodos empregados na produção agrícola, sobretudo o método das queimadas. O autor chamou a atenção para o fato de que nas fazendas modernas brasileiras, os trabalhadores livres se encontravam ainda em organizações e relações de trabalho bastante próximas da escravidão. E, ao visitar a fazenda de Júlio de Mesquita Filho, que reunia mais de 4.000 trabalhadores em condições precárias, Hauser reconheceu um forte clima de tensão social, que sugeria a possibilidade da eclosão de revoltas a qualquer momento (HAUSER, 1937, p. 444).

Em sua viagem à Minas Gerais, relatada em “*Brésil: au pays des chercheurs d’or*” (1937), o historiador francês salientou que, ainda na década de 1930, os “faiscadores” mineiros ainda garimpavam pedras preciosas basicamente com as mesmas técnicas de mineração do século XVIII. E mostrou-se atento também às perigosas e precárias condições dos 7.000 trabalhadores da mina de Morro Velho (HAUSER, 1937, p. 120).

E, no artigo publicado nos *Annales*, “*Naissance, vie et mort d’une institution: le travail servile au Brésil*”(1938), o autor francês refletiu a respeito da instituição do trabalho escravo no Brasil, que era, a seu ver, um dos elementos mais importantes da história social e econômica brasileira. Hauser destacou as características do trabalho escravo, o custo do transporte o preço da importação. Neste texto, o autor francês preocupou-se em determinar as condições materiais de vida do escravo africano no Brasil, que seriam, de acordo com ele, menos desumanas do que no resto da América. Além disto, Hauser esteve também atento ao sistema de parceria criado pelo senador

Vergueiro, destacando seu papel na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre no Brasil (HAUSER, 1938, p. 316).

É bastante plausível admitir que o convívio com Henri Hauser também tenha sido fundamental para a revisão do texto que ocorreu na segunda edição de *Raízes do Brasil*, de 1948. Nesta segunda edição, Sérgio Buarque citou timidamente *La Prépondérance Espagnole* (1933) de Hauser em uma nota de rodapé, em uma das “notas ao capítulo 4”, para confirmar sua hipótese de que o espírito metódico dos espanhóis estava vinculado à falta de unidade de seu Estado. Contudo, o historiador francês parece ter sido uma referência bem mais importante para as alterações realizadas na edição de 1948 do que esta pequena nota de rodapé parece indicar. Em primeiro lugar, deve ter incentivado o adensamento erudito da segunda edição.

Ao analisar minuciosamente as modificações ocorridas na segunda edição de *Raízes do Brasil*, João Kennedy Eugênio pôde constatar diversas mudanças em relação ao “despojamento da escrita”, como a redução ou supressão de pronomes de tratamentos, artigos, numerais, adjetivos e advérbios desnecessários. “O corte de adjetivos pode ser visto como parte de uma estratégia de *atenuação estilística* – menos ênfase, mais simplicidade” (EUGÊNIO, 2010, p. 278). Sérgio Buarque procurava atenuar o lado “oratório” e as expressões declamatórias de *Raízes do Brasil*, ao mesmo tempo em que pretendia adensar o lado erudito do livro. De acordo com Kennedy, a edição de 1948 veio acompanhada com o acréscimo de 116 novos parágrafos, cerca de um terço do livro como o conhecemos hoje. E além disto, mais de 200 parágrafos foram reformulados, de forma tal que “miúda porção do texto ficou intocada da primeira para a segunda edição” (EUGÊNIO, 2010, p. 273).

Nestas modificações podemos observar que Sérgio Buarque de Holanda também atenuou a discussão do trabalho no prisma weberiano, de tipos ideais, e passou a introduzir uma perspectiva mais próxima daquela história social e econômica praticada por Henri Hauser, bastante focada nas condições materiais de vida dos trabalhadores rurais e industriais¹⁹.

¹⁹ A presença da sociologia weberiana já foi destacada por Antonio Candido, no prefácio que escreveu a edição de *Raízes do Brasil* de 1967, e também pelos estudos acadêmicos de Pedro Meira Monteiro (1999) e João Kennedy Eugênio (2010).

O próprio Sérgio Buarque revelou a inspiração weberiana em sua “Teoria da América”, texto que serviu de base para *Raízes do Brasil*. Em *Tentativas de Mitologia*, o autor escreveu:

Foi só depois de conhecer as obras de críticos ligados ao “círculo de Stefan George”, especialmente de um deles, Ernst Kantorowicz, autor de um livro sobre Frederico II (*Hohenstaufen*) que, através de Sombart, pude “descobrir” Max Weber, de quem ainda guardo as obras então adquiridas. Os livros de Weber e um pouco as lições de Meinecke, em Berlim, indicando-me novos caminhos deixarão sua marca na minha Teoria da América (HOLANDA, 1979, p. 30).

Além de ser referência explícita na edição de 1936 – Sérgio Buarque chega a citar em notas de rodapé as obras *Economia e Sociedade* e *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, e trata Weber por “o mais eminente sociólogo moderno” –, o vocabulário utilizado pelo autor de *Raízes do Brasil* realiza uma espécie de apropriação seletiva de categorias weberianas, como se observa nos termos “racionalização”, “ética protestante”, “tipos ideais”, “burocracia”, “patrimonialismo”, etc. Max Weber, junto com Georg Simmel, forneceu a Sérgio Buarque a inspiração metodológica para a construção dos tipos ideais de *Raízes do Brasil* (“trabalhador”, “aventureiro”, “semeador”, “ladrilhador”, “homem cordial”, etc) (EUGÊNIO, 2010, p. 159).

A sociologia weberiana abarca uma imensa multiplicidade de interesses, mas toda ela é marcada pela questão central de definir a especificidade do racionalismo Ocidental. No livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1909), Weber punha em discussão

[...] um fenômeno que já tem provocado repetidas discussões na imprensa e literatura católicas e em congressos católicos na Alemanha: o fato de os líderes do mundo do negócio e proprietários do capital, assim como dos níveis mais altos da mão-de-obra qualificada, principalmente o pessoal técnica e comercialmente especializado das modernas empresas, serem preponderantemente protestantes (WEBER, 1967, p. 19).

Como indicou Jessé Souza, o sociólogo alemão impressionava-se com a conexão entre puritanismo, democracia, capitalismo competitivo e poderio mundial. Para Weber, a ética protestante (especialmente em sua vertente puritana e calvinista) é de certa forma responsável pela extrema racionalização da conduta na esfera individual, social e em relação à natureza. Tanto o calvinismo como puritanismo são vistos, portanto, como propiciadores das grandes conquistas do Ocidente, tais como o capitalismo moderno e o Estado racionalizado e burocratizado (SOUZA, 1999, p. 29).

Ao examinar a presença do pensamento deste sociólogo alemão em *Raízes do Brasil*, João Kennedy constata que “Weber ajuda Sérgio a estabelecer um contraste entre dois mundos: a vida racionalizada, modelada pela ética protestante, e a vida não-racionalizada, baseada na cultura da personalidade” (EUGÊNIO, 2010, p. 164). De fato, em *Raízes do Brasil*, a tradição cultural brasileira é contraposta à herança nórdica protestante.

Na primeira edição de 1936, Sérgio Buarque de Holanda apontava que a exploração portuguesa nos trópicos “não se fez [...] por um empreendimento metódico e racionalizado, não emanou de uma vontade construtiva e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono” (HOLANDA, 1936, p.19-20). Ancorando-se em Max Weber, Sérgio Buarque considerava o legado ibérico como um obstáculo à racionalização da vida. Por ser carente de espírito metódico, de ética do trabalho, de vida urbana e de espírito associativo – considerados tão típicos dos povos protestantes –, a colonização portuguesa foi “exatamente o contrário do que poderia convir a uma população em vias de se organizar politicamente, de acordo com os conceitos modernos” (HOLANDA, 1936, p. 108).

Outro traço da presença de Weber na reflexão de Sérgio Buarque estaria no tema das cidades. No capítulo sobre nossa “Herança Rural”, Sérgio Buarque contrapôs o modelo de cidade ocidental racionalizado, descrito em *Economia e Sociedade*, com a forma da cidade colonial portuguesa. De acordo com João Kennedy, “Weber é a referência a partir da qual Sérgio discute a singularidade da cidade colonial, não racionalizada, sem autonomia (dependente do poder dos senhores) e de parca cidadania” (EUGÊNIO, 2010, p. 185)²⁰.

²⁰ Por outro lado, Sérgio Buarque não manteve um diálogo linear com o autor da *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. O autor brasileiro afastava-se das teses weberianas quando comparava a colonização portuguesa, católica e bem sucedida, com a tentativa frustrada de colonização protestante holandesa. Pois para ele seria justamente o desleixo não-racionalizado dos portugueses que lhe

Na segunda edição de *Raízes do Brasil*, de 1948, Sérgio Buarque de Holanda incluiu uma longa nota de rodapé, no capítulo *Novos Tempos*, onde reviu as teses de Max Weber²¹:

Podem-se acolher com reservas as tendências, de que não se acha imune o grande sociólogo [Max Weber], para acentuar em demasia, na explanação de determinados fenômenos, o significado das influências puramente morais ou intelectuais em detrimento de outros fenômenos porventura mais decisivos. No caso, o da influência do “espírito protestante” na formação da mentalidade capitalista em prejuízo de movimentos econômicos, cujo efeito se fez sentir em particular nos países nórdicos onde vingaria a predicação protestante, principalmente calvinista. Parecem procedentes, neste sentido, algumas das limitações à tese central M. Weber [...] opuseram historiadores como Brentano e Tawney (HOLANDA, 2005, p. 206).

Para salientar as insuficiências da argumentação weberiana, Sérgio Buarque mencionava o importante livro do historiador britânico Richard Henry Tawney, *Religião e o Surgimento do Capitalismo*, publicado pela primeira vez em 1936.

Como vimos nos capítulos anteriores, as teses de Sombart e Weber, que indicavam que as reformas religiosas do século XVI (especialmente o calvinismo e o puritanismo) possibilitaram o surgimento do “espírito” capitalista moderno, foram objeto de uma grande controvérsia no mundo acadêmico durante o período entreguerras. Logo após a crise econômica decorrente do *crack* de 1929, os historiadores da década de 1930 pretendiam compreender os problemas do capitalismo em uma perspectiva histórica, buscando as origens do capitalismo financeiro do início do século XX e refletindo sobre os aspectos éticos da especulação financeira dos anos 1920. R. H. Tawney e Henri Hauser foram dois dos mais importantes nomes deste debate (WEE, 2006, p. 123).

conferiram a “adaptabilidade”, ou a flexibilidade necessária para se obter sucesso na empresa colonial (HOLANDA, 1936, p. 33-34). Tal argumentação era, portanto, “pautada por um viés que positiva a espontaneidade ante o método, o ruralismo ante o urbanismo e a plasticidade ante o planejamento” (EUGÊNIO, 2010, p. 176).

21 A “reavaliação de Weber” também foi apontada por Robert Wegner, em *A Conquista do Oeste* (2000).

Em *A Religião e o Surgimento do Capitalismo*, Tawney teve por objetivo “investigar algumas linhas no desenvolvimento do pensamento religioso sobre as questões sociais e econômicas no período que presenciou a transição das teorias medievais de organização social para as modernas” (TAWNEY, 1971, p. 9). Neste estudo, encontravam-se críticas a tese principal de Weber, de que o calvinismo, e em particular o puritanismo inglês, representaram um papel de importância preponderante na criação de condições morais e políticas favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo moderno. O historiador inglês indicava que Weber não levou em consideração que também “havia muito do espírito capitalista na Veneza e Florença quinhentista, ou no sul da Alemanha e Flandres, pela simples razão de que essas áreas eram os maiores centros comerciais e financeiros da época, embora todas fossem, pelo menos nominalmente católicas” (TAWNEY, 1971, p. 201).

Tawney reconhecia que as mudanças psicológicas e materiais se influenciavam mutuamente. “Mas”, alertava ele, “parece um pouco artificial falar como se a empresa capitalista não pudesse aparecer até que as mudanças religiosas tivessem produzido um espírito capitalista”. Pelo contrário. Para o autor, muitos movimentos intelectuais, como o pensamento político renascentista, eram favoráveis ao desenvolvimento da empresa comercial, como também de uma atitude individualista para com as relações econômicas, mesmo desvinculado de pensamento religioso. “Maquiavel foi pelo menos um solvente tão poderoso das restrições éticas quanto Calvino” (TAWNEY, 1971, p. 202). Sob a ótica do autor de *A Religião e o Surgimento do Capitalismo*, as teses de Weber não indagaram até onde a Reforma foi uma resposta às novas necessidades sociais. De acordo com o autor, “houve ação e reação [...] O puritanismo ajudou a moldar a ordem social, mas também foi crescentemente moldado por ela” (TAWNEY, 1971, p. 19).

Henri Hauser desenvolveu reflexões bastante parecidas com a do historiador britânico. Em *Les Débuts du Capitalisme* (1927), num capítulo consagrado as ideias econômicas de Calvino, Hauser trazia sua contribuição para o tema. Tentando compreender em que medida as ideias calvinistas agiram no processo de evolução do capitalismo moderno, o autor buscou destacar a “originalidade” do pensamento de Calvino. Em primeiro lugar, Calvino era um humanista amplamente versado na

filosofia, um jurista e filólogo, grande conhecedor do direito romano, além de teólogo-moralista. Era também um grande conhecedor do seu tempo. Frente as mudanças decorrentes da revolução econômica do século XVI, ele percebera a necessidade de adequar a moralidade religiosa às condições novas que a acumulação de capital havia criado (HAUSER, 1963, p. 112).

Henri Hauser afirmou:

Talvez não tenhamos nos perguntado o suficiente se outras causas que não têm nada a ver com a religião nem com a filiação de ideias, se causas puramente materiais, geográficas, tecnológicas, etc, não foram mais diretamente responsáveis pela transformação da vida e também do pensamento econômico que a doutrina de Calvino e de seus seguidores (HAUSER, 1963, p. 125).

E também em *Les Débuts de l'Âge Moderne* (1929), publicado alguns anos mais tarde, H. Hauser apresentou uma argumentação convergente com a de historiadores ingleses, como R.H. Tawney e William Ashley. O autor admitia que, de fato, a reforma protestante teria estimulado o desenvolvimento do capitalismo moderno. Mas, por outro lado, contrariando as teses de Weber, o autor defendia a ideia de que a revolução econômica do século XVI era um aspecto, ou um desdobramento, do individualismo renascentista. A força do interesse individual, que surge com o humanismo, favorecido pela Reforma, somado com a descoberta do Novo Mundo e de novas rotas comerciais marítimas, acabou por resultar na reestruturação político, social e econômica modernas (HAUSER; RENAUDET, 1938, p. 178).

Além de interlocutores, R.H Tawney e Henri Hauser foram colegas. Convém lembrar mais uma vez que o historiador francês foi convidado em 1929 pelo historiador britânico a conferir conferências sobre a vida econômica do século XVI no *King's College*, e também para participar da pesquisa internacional sobre a história dos preços encabeçada pela *London School of Economics*.

Com isto não queremos dizer, é claro, que consideramos Hauser o único fator que levou Sérgio Buarque a transitar do ensaísmo social para a pesquisa histórica

erudita. Certamente, outros autores e obras foram fundamentais para tanto. O que pretendemos fazer foi apenas sugerir que Henri Hauser pode ter tido um papel importante neste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A obra e a trajetória intelectual de Henri Hauser nos sugerem um novo olhar sobre a historiografia francesa dos *Annales*. A partir delas podemos reconhecer algumas imprecisões no discurso que os *Annales* fizeram de si próprios.

Desde as décadas de 1930 e 1940, Lucien Febvre vinha escrevendo ataques aos historiadores metódicos, buscando firmar uma separação rígida entre a história “deles” e a história “nossa”. A história “deles” era a história da escola metódica francesa, entendida como uma caricatura pejorativa, a história *événementielle*, centrada nas figuras políticas, nos assuntos de Estado e nas batalhas militares; uma história redutora, excessivamente cronológica, que trata apenas dos feitos dos grandes homens. Enquanto a “nossa” história era, na realidade, a história defendida pelos *Annales*, uma história problematizada a partir das questões do tempo presente, mais atentas as questões sociais e econômicas e aberta ao diálogo com as ciências sociais (sociologia, geografia, economia, antropologia, psicologia, etc).

Sobretudo após 1947, quando assumiu a direção da recém-criada Sexta Seção de Ciências Econômicas e Sociais da *École Pratique des Hautes Études*, Lucien Febvre ocupou-se de elaborar uma “narrativa heroica” da história dos *Annales*, onde os fundadores da revista eram vistos como pioneiros de uma nova forma mais moderna de se fazer a história, que só alcançaram o sucesso que tinham graças ao combate e a recusa das “regras do jogo” de seus antecessores da escola metódica. Estas ideias foram expostas em vários dos textos de Febvre reunidos em *Combates pela história* (1950), tais como “A história deles e a nossa” e “Sobre uma forma de história que não é a nossa”.

A trajetória e a obra de Hauser nos ajudam a “desmistificar” esta “narrativa heroica” sugerida por Febvre. Como vimos nos capítulos anteriores, a chamada escola metódica francesa foi muito mais heterogênea e complexa do que nos diziam os fundadores dos *Annales*. Muitos historiadores de formação metódica, desde fins do século XIX, buscaram o diálogo interdisciplinar e a aplicação do método histórico às questões sociais e econômicas, tais como Émile Levasseur, Ferdinand Lot, Georges Espinas, Prosper Boissonade, Henri Hauser e Henri Sée. Henri Hauser, principalmente,

manifestou, em diversas obras, sua preocupação com o tempo presente, em problematizar as questões do passado a partir das questões que afligem o mundo contemporâneo.

O “combate” dos *Annales* aos metódicos também não parece ter sido tão forte e violento como sugeriu Lucien Febvre. Convém destacar que os próprios fundadores dos *Annales* publicaram diversos estudos de história social e econômica na *Revue Historique*, principalmente a partir da década de 1930. Além disto, Febvre e Bloch foram orientados em suas teses de doutorado por importantes figuras da escola metódica francesa. Gabriel Monod orientou o primeiro, Charles Seignobos o segundo.

Como destacou Gérard Noiriel, “contrariamente à imagem heroica de si mesmos que propunha Lucien Febvre em seus *Combats pour l’histoire*, os fundadores dos *Annales* foram inovadores apenas porque se submeteram às regras do jogo fixados exatamente por aqueles que eles quiseram superar”(NOIRIEL, 2013, p. 166). Na realidade, os *Annales* receberam a “benção” de alguns dos historiadores mais antigos, como podemos perceber na presença de Henri Hauser, Georges Espinas e Henri Pirenne no comitê de redação da revista desde 1929. Como vimos nos capítulos anteriores, H. Hauser foi figura fundamental para a nova revista, tanto como autoridade legitimadora como para arranjar novos colaboradores, e para o “descobrimento” do Brasil nos *Annales*.

Mas se Hauser foi um apoiador tão importante assim para a revista, por que ele foi deixado de fora da “narrativa heroica” dos *Annales*? Nos discursos que fazem de si mesmos, os *Annales* tendem a reconhecer somente dois precursores: o historiador belga Henri Pirenne e o diretor da *Revue de Synthèse Historique*, Henri Berr.

Sabemos que, apesar de ter trabalhado ao lado de Hauser na Faculdade de Letras de Dijon desde 1911, Lucien Febvre cultivava certa aversão do autor de *Les Débuts du Capitalisme*. Esta impressão negativa fica bastante nítida em algumas das correspondências que Febvre trocou com Marc Bloch durante a década de 1930.

Em uma carta data da primavera de 1931, Lucien Febvre assim se referiu a Henri Hauser: “Hauser? Seu livro sobre o ouro era de uma vulgarização no sentido mais baixo da palavra, e eu o acho um pouco superficial desde algum tempo” (FEBVRE In MÜLLER, v.1, 1994, p. 276). Em outra correspondência de março de 1932, Febvre

expressou com violência suas principais discordâncias em relação ao texto de Hauser, “*La question des prix et des monnaies en Bourgogne dans la seconde moitié du XVI siècle*” (*Annales de Bourgogne*, n. 4, 1932):

Eu gostaria que você encontrasse os dez minutos necessários para dar uma olhada sobre o que o Hauser contém e me dizer se a cozinha provençal me agride o estômago, ou se sou são de espírito ao me demorar com esta produção? É o *fait du chic* em um nível inacreditável. É um romance! Hauser esquece:

- 1) Que não existia nenhuma troca entre o Franco-Condado e a Espanha – de nenhum tipo;
- 2) Que por consequência, não existia moeda espanhola no Franco-Condado!;
- 3) Que na Borgonha e no Franco-Condado as trocas eram mais restritas;
- 4) Mas eu cortei! Me pergunto se me engano ou se o artigo tem essa impressão inicial. Dissipe minha inquietude! Isso me faz retomar a questão. Ela é importante, “crucial” como dizem os jornalistas (FEBVRE In MÜLLER, v. 1, 1994, p. 309).

Um pouco mais adiante, na mesma correspondência Febvre salientou de maneira ainda mais explícita a má impressão que tinha do integrante mais velho do comitê de redação dos *Annales*: “Seriamente, diga-me se você também tem do Hauser essa má impressão que tenho. E eu descobro, talvez com excesso de crítica, na nota 1 da página 8, um pouco de arrependimento “*Collège de France*” que... Enfim, veja! (FEBVRE, In MÜLLER, v. 1, 1994, p. 309).

E em 1939, no mesmo ano em que pagava tributos, se referindo de maneira elogiosa a Hauser, como o pioneiro da história do capitalismo na França, um autor de “incrível rapidez de informação e de adaptação”, na revista dos *Annales* (n.4, 1939, p. 402), Lucien Febvre assim se expressou em missiva a Marc Bloch sobre os estudos de história das moedas de Hauser:

Quanto à Hauser historiador das moedas [...] Mas isso não tem começo, é monstruoso! Moeda espanhola no Franco-Condado?? Mas como? Não existe a menor relação econômica entre Castela e Felipe II, Hauser imagina que ele envia ducados para condenar as pessoas no Franco-Condado? [...] É insensato ver um senhor, que não é um tolo, longe disso, e que tem a situação de Hauser, defender bobagens deste gênero (FEBVRE In MÜLLER, v.1, 1994, p. 310-311).

Aparentemente, essa “má impressão” que Febvre mantinha em relação a Hauser o levava a considerar o autor de *Les Débuts du Capitalisme* mais como um representante da história “deles” do que como um precursor da história social e econômica dos *Annales*. Aliás, as críticas que Lucien Febvre fez aos estudos de história social e econômica de Henri Hauser nos sugere um dos prováveis motivos do “sequestro” do autor da história da historiografia francesa. A história social e econômica de Hauser era essencialmente distinta daquele que se tornou hegemônica no grupo da revista dos *Annales* e entre os membros da Sexta Seção da *École Pratique des Hautes Études*, nas décadas de 1940-1970. Como destacaram Hervé Martin e Guy Bourdê, a partir de 1945 é “a relação do historiador com os fatos que se vê radicalmente modificada. Enquanto a história acontecimental estava fundada no único [...] a história serial se atém aos fenômenos repetitivos e compõe a realidade em diferentes níveis” (BOURDÊ; MARTIN, 2013, p. 55)

Desde a década de 1930, a revista dos *Annales* acompanhou com entusiasmo o surgimento da história dos preços, praticada por alguns historiadores economistas norte-americanos e britânicos. A história dos preços tornou-se rapidamente uma preocupação privilegiada na revista de Bloch e Febvre. A partir dos anos 1940, sobretudo após o término da Segunda Guerra Mundial, as pioneiras pesquisas de história dos preços de François Simiand e Ernest Labrousse serviram como o principal modelo de pesquisa quantitativa para o grupo dos *Annales*, até meados da década de 1970.

Em *Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix du XVI au XIX siècle* (1932), Simiand havia recorrido a métodos estatísticos para delimitar os ciclos regulares da história dos preços de gêneros alimentícios, que alternavam períodos de expansão e retração. Enquanto em *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII siècle* (1933), Labrousse havia examinado a movimentação dos preços

no século XVIII e seu papel no processo de dissolução do Antigo Regime e eclosão da Revolução Francesa (BURKE, 1992, p. 46-47).

Sob a inspiração destes modelos, a história social e econômica dos *Annales* passou a estar repleta de séries numéricas, fórmulas matemáticas e tabelas estatísticas. E os estudos pioneiros de Simiand e Labrousse foram cada vez mais venerados. Como observou François Dosse, Labrousse foi “quase embalsamado vivo por uma escola que o vê como o iniciador de uma história econômica baseada na estatística, na quantificação e no estudo dos ciclos de durações longas e curtas” (DOSSE, 2003, p. 110).

Sobretudo após 1947, toda uma geração de historiadores franceses (frequentadores da revista dos *Annales* ou da Sexta Seção da *École Pratique des Hautes Études*) acreditou na quantificação como o método mais avançado, como único instrumento capaz de tornar a pesquisa histórica mais exata e sofisticada. Eles se lançaram no estabelecimento de longas séries de movimentação de preços de gêneros alimentícios e de registros paroquiais de nascimento, casamento e morte. Como destacou Theodor S. Hamerow, “Uma geração de jovens acadêmicos, armada de logaritmos, coeficientes, índices e regressões, começava a pesquisar um conjunto de dados estatísticos dos quais se extraía um entendimento mais preciso da experiência coletiva” (HAMEROW, 2013, p. 302). E Georg Iggers, ao tratar do fascínio que os *Annales* nutriram pelos métodos quantitativos nos anos 1950-1970, afirmou:

Cada vez mais, eles queriam ser cientistas. Muitas vezes, chamavam seus centros de pesquisa de laboratórios e falavam da história como uma ciência – uma ciência social, sem dúvida, mas ainda assim uma ciência, que devia trabalhar quantitativamente se pretendia de fato ser considerada científica (IGGERS, 2013, p. 352).

Não havia espaço para a história social e econômica de Henri Hauser neste contexto. Como vimos nos capítulos anteriores, Hauser foi um historiador bastante apegado as formas narrativas da historiografia metódica, preocupado principalmente com as ações e intenções dos personagens históricos, principalmente em momentos de crise econômica.

Além disto, convém lembrar que Hauser desconfiava profundamente das curvas estatísticas das histórias dos preços preconizadas desde a década de 1930. Analisando as atas das reuniões do Comitê Internacional de História dos Preços, Olivier Dumoulin observou a divergência de posições entre Hauser e os diretores do comitê, Edwin F. Gay e William Beveridge. Enquanto Gay, da *Harvard Business School*, e Beveridge, da *London School of Economics*, eram economistas de formação, e estavam interessados em reunir uma grande série de dados para verificar e elaborar teorias quantitativas sobre os ciclos econômicos; Henri Hauser preocupava-se mais em estabelecer as condições materiais de vida das classes populares e dos trabalhadores, analisando a evolução da qualidade de vida no decorrer dos séculos, narrando como os personagens históricos agiram diante das difíceis situações de depressão econômica (DUMOULIN, 1990).

Para Hauser, os dados históricos que existiam sobre os preços dos séculos XVI a XVIII não eram suficientemente precisos e confiáveis para garantir bons resultados em procedimentos quantitativos. Muitos dos documentos catalogados eram ambíguos, variados e imprecisos. Em suma, H. Hauser desconfiava dos procedimentos quantitativos pelo fato deles deixarem de lado muitas nuances e detalhes cruciais dos documentos históricos que reúnem. Ao contrário dos economistas anglo-saxões e dos estudos de F. Simiand, Hauser via o estudo das flutuações de preço apenas como instrumento para examinar o poder de compra das camadas mais humildes da população, determinando assim os níveis de vida de trabalhadores rurais e industriais. Justamente por estas desconfianças, a contribuição do autor de *Ouvriers du temps passé* para a formação da história social e econômica francesa foi quase que totalmente esquecida. Na melhor das hipóteses, lembra-se somente que Hauser foi um dos últimos representantes da história econômica “pré-serial” na França (DOSSE, 2003; DUMOULIN, 1990; MÜLLER, 1994).

Interessante observar que, ao mesmo tempo em que era “eclipsado” da história da historiografia francesa pela “narrativa heroica” dos *Annales*, os manuais que Hauser publicou na coleção *Peuples et civilisations* eram bastante difundidos e tiveram importante papel na formação de toda uma geração de estudantes universitários, na França e nos Estados Unidos. *Les débuts de l'Âge Moderne* (1929) continuou a ganhar

novas edições em 1936, 1946 e 1956. E *La Prépondérance Espagnole* (1933) foi reeditado em 1940, 1948 e 1973 (POUSSOU, 2006, p.83; HELLER, 2006, p. 103).

Justamente durante o auge das pesquisas históricas quantitativas na França, Fernand Braudel – que aquela altura desfrutava de uma soberania institucional ímpar, concentrando a direção da revista dos *Annales* e a direção da Sexta Seção da *École Pratique des Hautes Études* – buscou resgatar a imagem de seu antigo mestre, organizando junto a *Société Marc Bloch*, o lançamento da segunda edição de *La Modernité du XVI siècle*, em 1963, no 21 ° *Cahier des Annales*.

É bastante provável que, durante os anos iniciais da década de 1960, Braudel estivesse relendo os estudos de Henri Hauser sobre o surgimento do capitalismo moderno. Naqueles anos, Braudel trabalhava em um projeto de história mundial da vida material e do capitalismo, que mais tarde viria a se tornar *Civilização material, economia e capitalismo do séc. XV ao XVIII*, publicado em três volumes entre 1967 e 1979. Talvez por causa disto, ele tenha optado por publicar a segunda edição de *La modernité du XVI siècle* junto com alguns capítulos de *Les débuts du capitalisme*, sobretudo os estudos sobre as ideias econômicas de Calvino, as origens do capitalismo moderno na França e os conflitos entre capital e trabalho.

No prefácio a este volume, Fernand Braudel esforçou-se para inserir Henri Hauser junto a galeria dos “precursores” da história social e econômica defendida pelos fundadores dos *Annales*. De acordo com o autor, Hauser era um “prodigioso erudito, prodigioso professor, escritor brilhante [...] Apenas Henri Pirenne teve seu brilho e, após ele, apenas um Marc Bloch, um Lucien Febvre”. Braudel buscou salientar a proximidade entre Hauser e Febvre, dois especialistas dos tempos modernos, ex-alunos de Gabriel Monod, que trabalharam juntos na Faculdade de Letras de Dijon desde antes de 1914. De acordo com ele, o próprio Febvre era um admirador declarado da inteligência, facilidade de trabalho e poder de atualização de Hauser (BRAUDEL, 1963, p. 7).

O autor de *O Mediterrâneo* ainda recordou com nostalgia das aulas de história social e econômica de Hauser, que frequentou assiduamente na Sorbonne, durante a década de 1920. Entretanto, apesar dos elogios substanciais ao velho mestre, Braudel

não deixou de afirmar suas diferenças. Ele sugeriu uma alternativa a tese da “modernidade do século XVI” de Hauser, contrapondo-a com a ideia de um “longo século XVI”, que remonta ao renascimento dos séculos XII e XIII, e que se estende até fins do século XVIII. Mesmo rebatendo as teses defendidas por Hauser, Braudel afirmou:

Imagino que Hauser gostaria de minha explicação em favor de um longo século XVI às longas responsabilidades. Ele era maravilhosamente apto a escutar os outros, a encontrar as linhas justas e os pontos fracos de uma argumentação e a dizer com uma voz calma que não esconde o prazer que tem em contradizer ou em convencer (BRAUDEL, 1963, p. 8-9).

Apesar dos esforços de Braudel, Henri Hauser permaneceu como um autor consideravelmente pouco conhecido nos circuitos intelectuais franceses, até o começo do século XXI, com o “retorno” à Hauser realizado no colóquio da *École Normale Supérieure*.

REFERÊNCIAS

Obras de Henri Hauser

Livros

François de La Noue. Paris : Librairie Hachette, 1892.

L'impérialisme Américain. Paris : Pages Libres, 1905.

Les Sources de L'Histoire de France. Paris : Alphonse Pircard et Fils, Éditeurs, 4 v., 1906-1915.

Études sur la Réforme Française. Paris : Alphonse Picar, 1909.

Les méthodes allemandes d'expansion économique. Librairie Armand Colin : Paris, 1916.

Travailleurs et Marchands dans l'Ancienne France. Paris : Librairie Félix Alcan, 1920.

La nouvelle orientation économique. Paris : Librairie Félix Alcan, 1924

L'Amérique vivante. Paris : Librairie Plon, 1924.

Ouvriers du Temps Passé . Paris : Librairie Félix Alcan, 1927

Les Débuts du Capitalisme. Paris : Librairie Félix Alcan, 1931

La Response de Jean Bodin à M. de Malestroit 1568. Paris : Librairie Armand Colin, 1932.

La Prépondérance Espagnole (1559-1660). Paris : Librairie Félix Alcan, 1933

La Paix Économique. Paris : Librairie Armand Colin, 1935.

Les Debuts de L'âge Moderne. Paris : Boulevard Saint-Germain, 1938

La modernité du XVI siècle. Paris : Librairie Armand Colin, 1963.

Artigos

Revue Historique :

Antoine de Bourbon et l'Allemagne. Revue Historique, t. 45, 1891.

Colomb n'est pas né à Savone. Revue Historique, t. 50, 1892.

Sur l'authenticité des Discours de la Noue. Revue Historique, t. 53, 1893.

Étude critique sur la Rebeine de Lyon. Revue Historique, t. 61, 1896.

De l'humanisme et de la réforme. Revue Historique, t. 64, 1897.

La liberté du commerce et la liberté du travail sous Henri IV, Lyon et Tours, 1596-1601.
Revue Historique, t. 80, 1902.

Le journal de Lousie de Savoie. Revue Historique, t. 86, 1904.

Deus brefs inédits de Léon X à Ferdinand : au lendemain de Marignan. Revue Historique, t. 100, 1909.

Nécrologie : Émile Levasseur (1828-1911). Revue Historique, t. 108, 1911.

Les Acta Tumultuum Gallicanorum : un récit catholique des trois premières guerres de religion. Revue Historique, t. 108, 1911.

Annales d'histoire économique et sociale :

L'histoire économique aux États-Unis. Annales d'histoire économique et sociale, n. 2, 1929.

Réflexions sur l'histoire des banques. Annales d'histoire économique et sociale, n.3, 1929.

Un comité international d'enquête sur l'histoire des prix. Annales d'histoire économique et sociale, n. 7, 1930.

Les archives privées et l'histoire : les archives d'histoire économique de La Haye. Annales d'histoire économique et sociale, n. 8, 1930.

Un précurseur : Jean Bodin. Annales d'histoire économique et sociale, n. 11, 1931.

Une source de l'histoire du commerce et des banques. Annales d'histoire économique et sociale, n. 12, 1931.

À propos du mercantilisme. Annales d'histoire économique et sociale, n. 15, 1932.

Un problème d'influences : le saint-simonisme au Brésil. Annales d'histoire économique et sociale, n.43, 1937.

Le travail servile au Brésil. Annales d'histoire sociale, n. 52, 1938.

Mots et choses : capitalisme, capitaliste. Annales d'histoire sociale, n. 4, 1939.

Annales de géographie :

La situation de l'Indo-Chine française au commencement de 1894. Annales de Géographie, n.15, 1895.

La localisation des industries particulièrement aux États-Unis. Annales de Géographie, n. 63, 1903.

Le commerce intérieur aux États-Unis. Annales de Géographie, n. 73, 1905.

L'immigration aux États-Unis en 1906-1907. Annales de Géographie, n. 92, 1908.

La position géographique de la Suisse. Annales de Géographie, n. 138, 1908.

La mise en valeur du Sénégal de 1817 à 1854. Annales de Géographie, n. 166, 1921.

Notes sur la population noire du Brésil. Annales de Géographie, n. 269, 1938.

Outros textos:

Discours au congrès de l'Alliance française. Revue de l'Alliance Française, n. 71, octobre, 1937.

Les transformations des sociétés européennes de la Renaissance à la Révolution. In LIÇÕES inaugurais da missão universitária francesa durante o ano de 1936. Rio de Janeiro : UDF, 1937.

Brésil: au payz des chercheurs d'or. Revue Bleue – Politique et Littéraire, 1937.

Agronomie brésilienne: fazenda et fazendeiros. Revue Économique Internationale, 1937.

L'immigration au Brésil et le problème japonais. Revue d'histoire politique et constitutionnelle, v. 112, 1937.

Souvenirs. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006

Comment la France jugeait l'Allemagne, histoire d'une illusion d'optique. Paris : Impr. de A. Coueslant (s/d).

Notícias de Jornais

“Universidade do Distrito Federal – Expediente do dia 7 de agosto de 1936 – Boletim nº174 – Escola de Economia e Direito – Programa do curso de História Moderna e Econômica”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de agosto.

“Os professores franceses na Faculdade de Direito” *Jornal do Brasil*, 1 de maio de 1936

“Conferências do professor Hauser”, *Jornal do Brasil*, 13 de agosto de 1936

« Sociedade Brasileira de Direito Internacional ». *Jornal do Brasil*, 1 de setembro de 1936

« Sociedade Brasileira de Direito Internacional », *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1936

« Sociedade Brasileira de Direito Internacional ». *Jornal do Brasil*, 5 de setembro de 1936

« Sociedade Brasileira de Direito Internacional », *Jornal do Brasil*, 12 de setembro de 1936.

« Sociedade Brasileira de Direito Internacional », *Jornal do Brasil*, 19 de setembro de 1936

« Sociedade Brasileira de Direito Internacional », *Jornal do Brasil*, 26 de setembro de 1936

« Sociedade Brasileira de Direito Internacional », *Jornal do Brasil*, 3 de outubro de 1936

« Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual », *Jornal do Brasil*, 13 de agosto de 1936

« Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual », *Jornal do Brasil*, 21 de agosto de 1936

“Notas Sociais”. *Jornal do Brasil*, 12 de abril de 1936.

Lista de Figuras :

Figura 1 e Figura 2 foram retiradas do volume SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.

Figura 3 foi retirada do livro SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru : Edusp, 2006.

Referências Gerais:

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Henri Hauser et le Brésil*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006

AMARAL, Aracy A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo : Editora 34, 1997.

ANDRADE, Cibele Barbosa da Silva. *Le Brésil entre le mythe et l'idéal: la réception de l'oeuvre de Gilberto Freyre em France dans l'après-guerre*. (tese de doutorado). Université Paris-Sorbonne, 2011.

BENEDICT, Philip. *Henri Hauser et la modernité du seizième siècle*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006

BENTIVOLGIO, Julio. *A Historische Zeitschrift e a historiografia do século XIX*. *Historia da Historiografia*, n.6, 2011.

BERGIER, Jean-François. *Henri Hauser et l'histoire économique de l'Europe préindustrielle*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2002.

BRAGA, Vanuza Moreira. *Relíquia e exemplo, saudade e esperança : o SPHAN e a consagração de Ouro Preto*. (dissertação). FGV-CPDOC, 2010.

BRAUDEL, Fernand. *Au Brésil: deux livres de Caio Prado*. Annales. Économies. Sociétés, Civilisations, n. 1, 1948

_____. *Préface* In : HAUSER, Henri. *La modernité du XVI siècle*. Paris : Librairie Armand Colin, 1963.

BREDIN, Jean-Denis. *O Caso Dreyfus*. São Paulo : Editora Página Aberta, 1995.

BRUSSIÈRE, Éric. *Entre le libéralisme organisé et régionalisme: des solutions d'avenir pour l'Europe des années 1930*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006

BOILLOT, Cécile. *La place de la science allemande dans deux revues d'histoire, la revue historique et la Revue de synthèse historique*. (tese de doutorado) École Nationale Supérieure des sciences de l'information et des bibliothèques, 2006.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Men Martins : Publicações Europa-América, 1983.

_____. *A nova história: herdeira da escola dos Annales*. In : NOVAIS, Fernando ; SILVA, Rogério F. (orgs.). *Nova História em perspectiva*. v.2. São Paulo : Editora Cosac Naify, 2013.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales : A revolução francesa da historiografia (1929-1989)*. São Paulo : Editora da Unesp, 1990.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo : Companhia das Letras, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Entre duas cidades*. In MARRAS, Stelio (org.) *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo : Edusp, 2012.

CAPELLATO, Maria Helena ; COELHO, Maria Lygia Prado. *À l'origine de la collaboration franco-brésilienne: une mission française à la Faculté de Philosophie de São Paulo*. Préfaces, n°14, sept. 1989.

CARELLI, Mario. *Culturas cruzadas : intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas : Editora Papirus, 1994.

CARBONNEL, Charles-Olivier. *Histoire et historiens: une mutation idéologique des historiens français (1865-1885)*. Toulouse : Privat, 1976.

CARIRE-JABINET, Marie-Paule. *Préface*. In : RANKE, Leopold. *Histoire de la papauté pendant les XVI et XVII siècles*. Grand-Bretagne : Robert Laffont, 1986.

CARVALHO, Marcus Vinicius Correa. *Outros lados de Sérgio Buarque de Holanda : crítica literária, história e política (1920-1940)*. (tese de doutorado). Unicamp, 2003.

CERTEAU, Michel de. *L'opération historiographique*. In : LE GOFF, Jacques ; NORA, Pierre (orgs.). *Faire de l'histoire : nouveaux problèmes*. Paris : Gallimard, 1974.

CHARLE, Christophe, VERGER, Jacques. *História das Universidades*. São Paulo : Editora da Unesp, 1995.

CHARLE, Christophe. *Paris fin de siècle : culture et politique*. Paris : Editions du Seuil, 1998.

_____. *Les intellectuels en Europe dans la seconde moitié du XIX siècle, essai de comparaison*. In : SAPIRO, Gisèle (org.). *L'espace intellectuel en Europe : de la formatio des États-nations à la mondialisation XIX-XXI siècle*. Paris : Éditions La Découverte, 2009.

_____. *Les intellectuels en Europe au XIX siècle : essai d'histoire comparée*. Paris : Edition du Seuil, 1996.

CHAUBET, François. *Henri Hauser et l'Alliance française*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006

CLAVAL, Paul. *Henri Hauser et la géographie*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.

COORNAERT, Émile. *Aperçu de la production historique récente au Brésil*. Revue d'histoire moderne, n. 21, 1936.

DAVIS, Natalie Zemon. *Henri Hauser : historien, citoyen, pionnier*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006

DOSSE, François. *A História em Migalhas*. São Paulo : Edusp, 2003.

DUMOULIN, Oliver. *Aux origines de l'histoire des prix*. Annales, Sociétés, Civilisations. 45 année, n. 2, 1990.

EUGÊNIO, João K.; MONTEIRO, Pedro M. Monteiro. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas : Editora da Unicamp, 2008.

EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras de Sérgio Buarque de Holanda*. (tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2010.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A UDF: uma utopia vetada? In : REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 19. Caxambu, MG, 1996. Anais. Disponível em www.anped11.uerj.br/19/FAVERO.htm(Consultado 15/10/2014)

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa : Editorial Presença, 1989.

_____. *Un champ privilégié d'études*. Annales d'histoire économique et sociale, n. 2, 1929.

FEBVRE, Lucien; HAUSER, Henri. *Mots et choses: capitalisme, capitaliste*. Annales d'histoire sociale. n.4, 1939.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2013.

_____. *A Trajetória de Henri Hauser*. In BASTOS, Lúcia; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Marcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FRANÇOSO, Mariana. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. (dissertação de mestrado). Unicamp, 2004.

FOHLEN, Claude. *Henri Hauser et l'Amérique*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Entre Amadorismo e Profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. Topoi, dez. Rj, 2002.

GERBOD, Paul. *Henri Hauser, enseignant*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006

HAMEROW, Theodore S. *A nova história e a velha*. In : NOVAIS, Fernando ; SILVA, Rogério F. (orgs.). *Nova História em perspectiva.v.2*. São Paulo : Editora Cosac Naify, 2013.

HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Colanges*. RJ : Editora UFRJ, 2003.

HARVEY, John L. *Henri Hauser et les historiens américains pendant l'entre deux-guerres*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.

HELLER, Henri. *Henri Hauser : fortune d'une interprétation économique de la Réforme*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Entrevista*. In MARTINS, Renato. *Sérgio Buarque de Holanda : encontros*. Rio de Janeiro : Azougue Editorial, 2009.

_____. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo : Editora Perspectiva, 1979.

_____. *Escritos Coligidos*. São Paulo : Editora da Unesp, 2011.

_____. *O Espírito e a Letra*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

_____. *Prefácio de Memórias de um Colono no Brasil*. In HOLANDA, Sérgio Buarque. *Livro dos prefácios*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro : Editora José Olympio, 1936.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

IGGERS, Georg G. *França : os Annales*. In : NOVAIS, Fernando ; SILVA, Rogério F. (orgs.). *Nova História em perspectiva*.v.2. São Paulo : Editora Cosac Naify, 2013.

JOFFILY, Mariana. *O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)*. São Paulo : Alameda Editorial, 2012.

KARADY, Victor. *Les professeurs de la République : le marché scolaire, les réformes universitaires et les transformations de la fonction professorale à la fin du XIX siècle*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Vol. 47-48, jun. 1983. Éducation et philosophie pp. 90-112.

LANGLOIS, Charles-Victor ; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo : Editora Renascença, 1954.

LEFÈVRE, Jean Paul. *Les missions universitaires au Brésil dans les années 1930*. Vingtième Siècle - Revue d'histoire, n°38, avril-juin, 1993.

LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo : Edusp, 1996.

LESCENT-GILES, Isabelle. *Henri Hauser et la Grande-Bretagne*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*.Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006

LESSA, Antonio Carlos. *História das Relações Internacionais : a Paix Britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis : Editora Vozes, 2005.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade : identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo : Editora da Unesp, 2015.

LEVASSEUR, Émile. *O Brasil*. Rio de Janeiro : Bom Texto Editora, 2000.

_____. *Le Brésil contemporaine*. Revue Économique, 1907.

LIMA, Luís Corrêa. *Fernand Braudel e o Brasil: Vivência e Brazilianismo (1935-1945)*. São Paulo : Edusp, 2009.

MARTINIÈRE, Guy. *Aspects de la coopération franco-brésilienne*. Grenoble : Press Universitaire e Grenoble, 1982.

MATA, Sérgio da. *Introdução à Leopold von Ranke*. In MARTINS, Estêvão Rezende (org.) *A história pensada: história e método na historiografia européia do século XIX*. São Paulo : Editora Contexto, 2010.

MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. (dissertação). Campinas : Unicamp, 1991.

MAYEYR, Jean-Marie. *Henri Hauser et l’Affaire Dreyfus*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 2006

MICHELET, Jules. *Histoire de France – Renaissance*. Paris : Charmerot, 1855.

MONOD, Gabriel, FAGNIEZ, Gustave. *Avant Propos*. Revue Historique nº1, 1876.

MONOD, Gabriel. *Du progrès des études historiques en France*. Revue Historique nº1, 1876.

MONTEIRO, Pedro Meira. *Introdução*. In MONTEIRO, Pedro Meira. *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência*. São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia : pequena história crítica*. São Paulo : Editora Hucitec, 1981.

_____. *O Barão do Rio Branco e a Geografia*. Terra Brasilis, n.5, 2015.

MORRISON, Christian. *Henri Hauser, observateur de la vie économique de son temps*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006

MÜLLER, Bertrand (org.). *Marc Bloch, Lucien Febvre et les Annales d'histoire économique et sociale*. 3 v. Paris : Librairie Arthème Fayard, 1994.

NADER, Pedro Eduardo Portilho de. *Históriz adversas: a confrontação entre a história dos Annales e a chamada história positivista*. Revista Usp n. 23 (1994).

NOIRIEL, Gérard. *Naissance du métier d'historien*. Genèses, n°1, Septembre, 1990.

_____. *Os Annales, o « não conformismo »*. In : NOVAIS, Fernando ; SILVA, Rogério F. (orgs.). *Nova História em perspectiva*. v.2. São Paulo : Editora Cosac Naify, 2013.

PAYEN, Pascal. *A contribuição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?*. Historia da Historiografia, n°6, março de 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1994.

_____. *Viagem a Ouro Preto*. Março de 1940. Caderno n. 6, pp. 1-49. Arquivo Caio Prado Jr., IEB-USP.

POUSSOU, Jean-Pierre. *Les fondements de l'histoire économique française : Henri Hauser et Henri Sée*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.

PROST, Antoine. *Seignobos revisité*. Vingtième Siècle. Revue d'histoire. N°43, juillet-septembre 1994. Pp. 100-118.

REBÉRIOUX, Madéleine. *Le débat de 1903: historiens et sociologues*. In : CARBONELL, Charles-Victor, LIVET, Georges (orgs.) *Au berceau des Annales : le milieu strasbourgeois, l'histoire en France au début du XXe siècle : actes du colloque de Strasbourg (11-13 octobre 1979)*.

REMOND, René. *O século XIX (1815-1914)*. São Paulo : Editora Cultrix, 1976.

_____. *Introduction*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.

REVEL, Jacques. *Historia e historiografia : exercícios críticos*. Curitiba : Editora UFPR, 2010.

RINGER, Fritz K. *O declínio dos mandarins alemães*. São Paulo : Edusp, 2000.

RUSCONI, Gian Enrico. *Capitalismo*. In : BOBBIO, Norberto et all (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília : Editora da UnB, 1998.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru : Edusp, 2006.

SÉE, Henri. *Les origines du capitalisme moderne : esquisse historique*. Paris : Librairie Armand Colin, 1926.

SMITH, Bonnie. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru : Edusc, 2003.

SORÁ, Gustavo. *Brasileiras : José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo : Edusp, 2010.

SOUTOU, Georges-Henri. *Henri Hauser et la Première Guerre mondiale*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.

SOUZA, Jessé. *Prefácio*. In ; SOUZA, Jessé (org.) *O malandro e o protestante : a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília : UnB, 1999.

SOUZA, Letícia Pumar Alves. *Por uma ciência universal : a atuação de intelectuais brasileiros no projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações (décadas de 1920 a 1940)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

SUPPO, Hugo. *A Política Cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias*. Revista de História, 142-143 (2000), 309-345.

VIANA, Eremildo. *Entrevista*. FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2013.

VISSIÈRE, Laurent. *Henri Hauser, un historien en Bourgogne (1901-1916)*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.

TAWNEY, R. H. *Religião e o Surgimento do Capitalismo*. São Paulo : Editora Perspectiva, 1971.

TRONCHON, Henri. *Huit mois au Brésil*. Paris : Les Belles Lettres, 1938.c

WEE, Hermann Van der. *Henri Hauser et l'histoire du capitalisme du XVI au XVIII siècle*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.

WEISZ, George. *Le corps professoral de l'enseignement supérieur et l'idéologie de la réforme universitaire en France, 1860 -1885*. *Revue française de sociologie*. 1977, 18-2.pp.201-232.

_____. *L'idéologie republicaine et les sciences sociales: les durkheimiens et la chaire d'histoire d'économie sociale à la Sorbonne*. *Revue française de Sociologie*. 1979.20-1. Études et documentis réunies par Philippe Besnard, pp. 83-112.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2000.

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2000.

YARDENI, Myrian. *Le sentiment national dans l'oeuvre d'Henri Hauser*. In : SOUTOU, G.-H. ; MARIN, S.-A. (Orgs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.